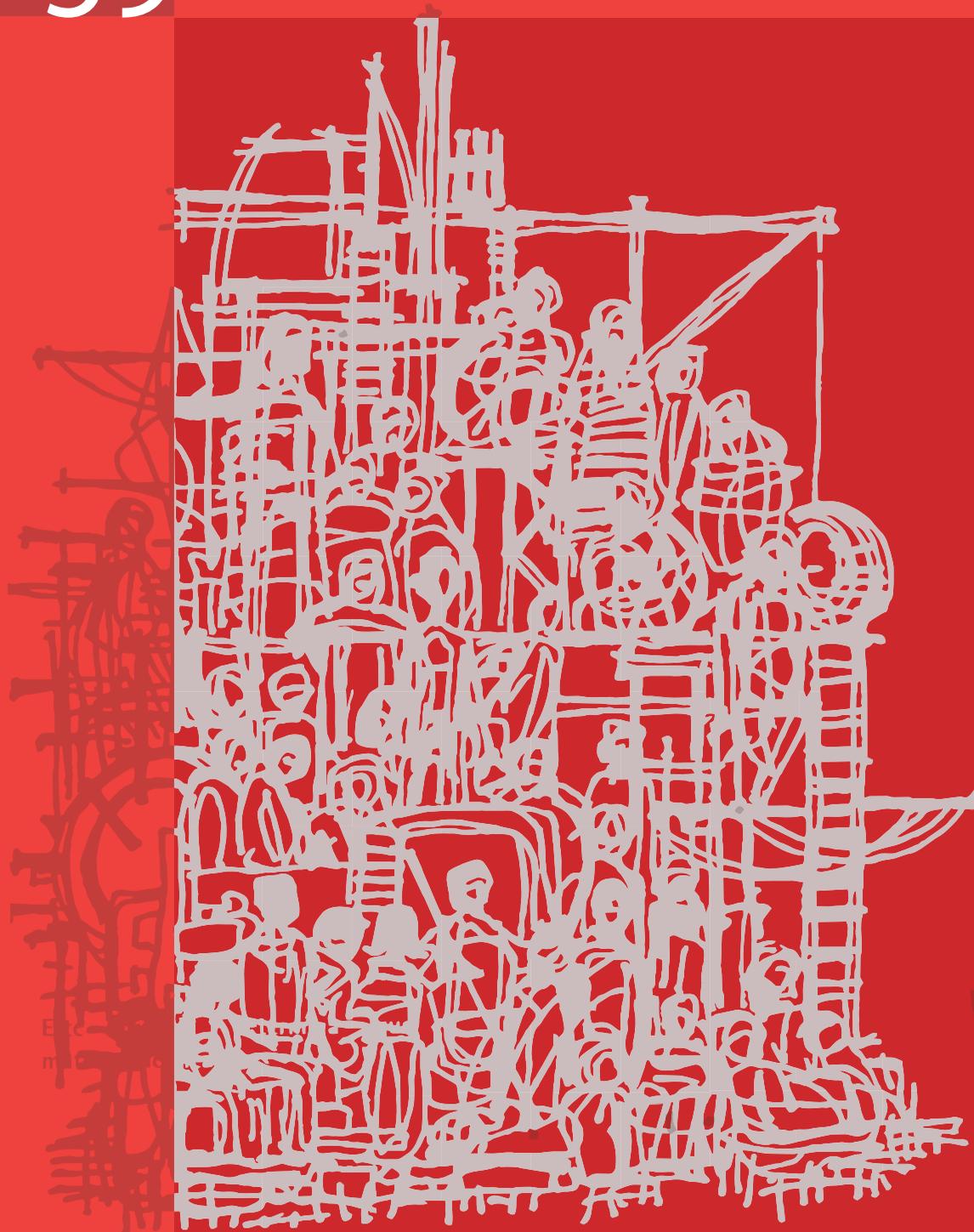


mai 2021 – jun 2021

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política

59 edição especial



CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ARTURO HUERTA UNAM
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA “LA SAPIENZA”

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MÁRIO DUAYER UFF (IN MEMORIAM)
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (IN MEMORIAM)

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (IN MEMORIAM)

JOÃO LEONARDO MEDEIROS (UFF) PRESIDENTE

MARISA SILVA AMARAL (UFU) VICE-PRESIDENTE

DIRETORES

Ellen Lucy Tristão UFVJM

Marcelo Dias Carcanholo UFF

Leda Maria Paulani USP

Henrique Pereira Braga UFES

Maria de Lourdes R. Mollo UNB

Marco Antonio Rocha UNICAMP

Giliad de Souza Silva UNIFESSPA

Marcelo José Braga ANPEC

José Rubens Damas Garlipp ANGE

COMITÊ EDITORIAL

EDITORES CIENTÍFICOS

Adriano Lopes Almeida Teixeira UFES

Daniel Pereira Sampaio UFES

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello UFES

EDITORES ASSISTENTES

Arnon Manhães Ceolin PPGPS/UFES

Giovanna Borges Bortotto PPGPS/UFES

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2021**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política
Ano 20 – 2016 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2021
ISSN 1415-1979
ISSN-E 2595-6892
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.
CDD – 330

NÚMERO 59
EDIÇÃO ESPECIAL
MAI 2021 - JUN 2021

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

13 **Um espectro ronda o debate acadêmico: o fantasma do capital fictício**

Victor Klagsbrunn

45 **Socialismo ou barbárie: o futuro é agora!**

Rosa Maria Marques

65 **Quando a virtude é o problema: a atualidade de Celso Furtado**

Pedro Fonseca

89 **Ciência Econômica e Economia Política**

Leda Paulani

117 **A formação dos economistas e a economia política no Brasil**

Paulo Nakatani

136 **Notas sobre as Implicações da natureza do processo de transição ao capitalismo no Brasil para a reprodução da condição de dependência**

Niemeyer Almeida Filho

- 155 **Economia Política: ciência e crítica**
Marcelo Carcanholo
- 175 **A (crítica da) economia política, o capital fictício e os lucros fictícios**
Maurício de Souza Sabadini
- 203 **Purgatório-2I (Curtíssimo Conto Teológico-Metodológico)**
João Leonardo Medeiros
- 217 **Uma introdução à lógica da crítica da Economia Política**
Eleutério F . S. Prado
- 239 **Purgatório (Curto Conto Teológico-Metodológico)**
Mario Duayer (homenagem)

APRESENTAÇÃO

Nesta edição especial da *Revista da SEP* comemoramos o 25º aniversário da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e sua perseverança em fomentar as perspectivas críticas que constituem o campo da ciência econômica, na contramão da ortodoxia econômica, presa em seu soliloquio apologético e impermeável à grave realidade social que deveria compreender. Em meio a um contexto marcado pelo entrecruzamento de múltiplas ameaças – crise econômica, crise ambiental, crise sanitária, crise migratória, crise alimentar, entre outras –, cumpre comemorar a existência dos espaços de resistência e de construção do pensamento crítico, já que este é componente fundamental de qualquer esforço de transformação de uma realidade social que se mostra cada vez mais violenta, desigual e insustentável.

Para tanto, contamos com artigos de um conjunto de importantes economistas que muito contribuíram – e seguem contribuindo – para a consolidação e o fortalecimento da SEP, tendo ocupado a posição de presidentes da entidade: Victor Hugo Klagsbrunn (gestão 1996-1998), Rosa Maria Marques (gestões 1998-2000 e 2000-2002), Pedro Cezar Dutra Fonseca (gestão 2002-2004), Leda Maria Paulani (gestões 2004-2006 e 2006-2008), Paulo Nakatani (gestões 2008-2010 e 2010-2012), Niemeyer Almeida Filho (gestões 2012-2014 e 2014-2016), Marcelo Dias Carcanholo (gestão 2016-2018), Mauricio de Souza Sabadini (gestão 2018-2020), e João Leonardo Medeiros (gestão 2020-2022). Além disso, representando os distintos

conselhos editoriais da *Revista da SEP* ao longo de sua existência, Eleutério Fernando da Silva Prado também colabora com essa edição comemorativa.

Assim, a seção de artigos do presente número inicia-se com o texto “Um espectro ronda o debate acadêmico – o fantasma do capital fictício”, de Viçtor Klagsbrunn, que analisa o debate recente sobre o conceito de capital fictício, especialmente entre acadêmicos brasileiros, indicando a existência do que o autor chama de “dificuldades teóricas cruciais para caracterizá-lo e desenvolvê-lo”. Segundo ele, as contribuições ainda não foram satisfatórias no campo marxista, e suas debilidades só serão superadas a partir de um tratamento lógico dos conceitos como abstração real, como necessidade social.

O artigo seguinte, “Socialismo ou barbárie: o futuro é agora!”, de Rosa Maria Marques, discute a necessidade de superação do capitalismo a partir de dois aspectos, o do meio ambiente e o do mundo do trabalho, lançando reflexões sobre a urgência de promover uma alteração radical na relação homem/natureza e na forma de apropriação da produtividade resultante da tecnologia microeletrônica. A autora alerta que, embora esses elementos não esgotem as contradições do modo de produção capitalista, seu enfrentamento é fundamental num processo de ruptura com o modo de produção capitalista, cujo subproduto fatal é a barbárie, marcada pela contínua exclusão de milhões de trabalhadores do mercado de trabalho e pela exposição crescente da humanidade a patógenos desconhecidos.

Na sequência, encontra-se o artigo de Pedro Fonseca, “Quando a virtude é o problema: a atualidade de Celso Furtado”, que ilumina dois elementos essenciais a partir dos quais a atualidade daquele autor pode ser evidenciada, a saber, a categoria subdesenvolvimento na análise econômica e a categoria democracia. Constatando que “a atualização exige novas soluções e não apenas a repetição do que um dia fez sentido e ora está superado”, Pedro Fonseca reafirma a atualidade de Celso Furtado, pois, em que pesem as tantas transformações ocorridas no mundo nas últimas cinco décadas, diz ele, “subdesenvolvimento e autoritarismo perduram”.

O quarto artigo, intitulado “Ciência Econômica e Economia Política”, de Leda Paulani, reproduz uma aula magna proferida em setembro de 2020 na Universidade Federal do ABC. Utilizando o que ela chama de “tom pessoal”, a autora concilia a reconstrução de sua trajetória profissional com uma reflexão sobre os rumos da ciência econômica e o papel inescapável da universidade na provisão de um ensino plural.

Em seguida, vem o artigo “A formação dos economistas e a Economia Política no Brasil”. Nele, Paulo Nakatani apresenta uma valiosa reconstituição dos caminhos percorridos pelo ensino de Economia Política nos cursos de graduação em Economia no Brasil, a partir da aprovação da Resolução nº 11/1984 e do parecer de número 375/1984, do Conselheiro professor Armando Dias Mendes, ressaltando a importância da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE) e da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Essas instituições são apresentadas como contraponto fundamental ao avanço da ortodoxia neoliberal e ultraliberal nas últimas décadas, tendo sido eficazes na abertura de espaço para os economistas heterodoxos em todos os níveis da formação.

Niemeyer Almeida Filho é o autor do sexto artigo deste número, “Notas sobre as implicações da natureza do processo de transição ao capitalismo no Brasil para a reprodução da condição de dependência”. Partindo da análise do que chama de natureza da base econômica capitalista brasileira, o autor investiga suas implicações para a conformação da estrutura social de classes e frações, desenvolvendo, ao final, argumentos sobre os limites de transformação social quando se leva em conta a especialização produtiva estrutural brasileira.

No artigo seguinte, “Economia Política: ciência e crítica”, Marcelo Caranholo desenvolve uma análise crítica da relação entre a ciência econômica e seu objeto de estudo, a economia capitalista. Aborda o lugar e o significado da clivagem ortodoxia x heterodoxia, bem como o sentido mais apropriado para o que, ao longo da história do pensamento econômico, convencionou-se chamar de Economia Política.

O oitavo artigo, intitulado “A (crítica da) economia política, o capital fictício e os lucros fictícios”, de Maurício Sabadini, busca recuperar a trajetória de estudos de um grupo de economistas marxistas em torno das categorias capital fictício e lucros fictícios, enfatizando a importância da SEP como espaço de discussão para que as pesquisas avançassem.

No penúltimo artigo, João Leonardo Medeiros, no texto “Purgatório-21 (curtíssimo conto teológico-metodológico)”, procura dar seguimento às reflexões de cunho metodológico apresentadas por Mario Duayer no artigo “Purgatório (curto conto teológico-metodológico)”, também incluído nesta edição da *Revista da SEP*.

Por fim, a sessão se encerra com o artigo de Eleutério Prado, “Uma introdução à lógica da crítica da Economia Política”. Sinalizando desde o princípio sua inspiração nos trabalhos de Ruy Fausto, e tendo como ponto de partida a seção sobre o fetichismo da mercadoria no primeiro capítulo de *O Capital*, o autor procura organizar as principais categorias da crítica da economia política de Karl Marx, com o fim de mostrar “como a intersubjetividade atua nessa crítica”. Para tanto, proposições próprias à teoria da linguagem são analisadas à luz da crítica da economia política, culminando em reflexões instigantes sobre o tipo de sociabilidade que a linguagem, como um fetiche, pode engendrar.

Esta edição especial homenageia Mario Duayer, recentemente vitimado pelo novo coronavírus, publicando novamente, conforme mencionado, o referido artigo “Purgatório”, que originalmente compôs a segunda edição da *Revista da SEP*, em 1998. Por meio da homenagem a esse importante teórico marxista, prestamos reverência aos mortos pela Covid-19, que no Brasil beiram a sinistra cifra de meio milhão de pessoas – francamente subestimada –, e que globalmente já ultrapassam os 3,3 milhões de pessoas, enchendo-nos de dor e de revolta. Afinal, não fosse a sanha genocida e desmedida do capital, boa parte dessas perdas teria sido evitada.

A despeito dessa mortandade, as patentes das vacinas seguem sendo preservadas, e seus insumos continuam monopolizados por um restrito número

de países, contribuindo para o lento ritmo da vacinação em boa parte do mundo e para o surgimento de novas e mais devastadoras cepas do vírus. Nesse contexto, avolumam-se as já mencionadas mazelas econômicas e sociais. Assim, em abril de 2021 existiam no Brasil mais de 14,2 milhões de desempregados, e quase 30 milhões de subempregados. E segundo estudo da Rede PENSSAN, cerca de 19 milhões de brasileiros passavam fome no final de 2020, e os habitantes de mais de 55% dos domicílios padeceram de insegurança alimentar ao longo do ano passado.

Enquanto a economia claudica e investimentos nacionais e estrangeiros minguam, inclusive com a saída de grandes corporações transnacionais da país, indicando perspectivas nada promissoras num futuro próximo, o governo federal insiste no mantra da “austeridade fiscal”. A despeito desse grave cenário econômico e social, bem como das tensões que se acumulam, tendo como uma de suas expressões recentes as atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, por ora Bolsonaro segue contando com o apoio de importante parcela da população e do grande empresariado.

Restam evidentes os nexos entre a recalcitrância neoliberal e a deterioração das condições de vida de boa parte da população. Diante desse quadro, pode-se esperar a emergência de novas ondas de revoltas sociais radicalizadas, como as que estão em curso na Colômbia. Nos últimos anos, em diversos países, tais revoltas foram duramente reprimidas, ou mantiveram-se fragmentadas, ou ainda foram, em parte, canalizadas para projetos políticos conservadores e mesmo de extrema direita. No Brasil, o recente massacre no Morro do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, prenuncia o tipo de resposta que se pode esperar das distintas instâncias estatais diante de eventuais processos de insurgência popular. Não obstante, trata-se de um campo aberto, em que podem vicejar perspectivas emancipadoras, tão necessárias quanto urgentes.

Por fim, convém registrar a realização do XXVI Encontro Nacional de Economia Política em formato virtual, entre 8 e 11 de junho deste ano, com o tema geral “Centralidade do trabalho e crise do capital em um mundo

pós-pandêmico”, e agradecer o apoio da Universidade Federal de Goiás e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a realização do evento, e, neste último caso, também para a produção da presente edição da revista.

Boa leitura!

Os/As Editores/as

VICTOR HUGO KLAGSBRUNN

UM ESPECTRO RONDA O DEBATE ACADÊMICO – O FANTASMA DO CAPITAL FICTÍCIO

UM ESPECTRO RONDA O DEBATE ACADÊMICO – O FANTASMA DO CAPITAL FICTÍCIO¹

I. Introdução

Marx afirma que o conceito de capital fictício é coisa simples (MARX, 1986, p. 9). No entanto, muitos estudiosos o veem como “categoria es-corregadia” (HARVEY, 2013, p. 31), controverso (PALLUDETO & ROSSI, 2018)², contraditório (*ibidem*, p. 1)³, ao menos não de fácil aceitação⁴ ou ainda complexo e misterioso, como a frase dá a entender: “Do ponto de vista individual, é capital real, do ponto de vista da totalidade, do global, é capital fictício.” (CARCANHOLO & NAKATANI, 1999, p. 295)⁵.

¹ Este texto foi especialmente redigido para a edição comemorativa dos 25 anos da *Revista da Sociedade de Economia Política - SEP*. A Sociedade e sua Revista são dois fenômenos de sucesso no ambiente científico brasileiro e internacional e disto muito nos orgulhamos. A Revista foi criada com o intuito de integrar uma plataforma de debates no campo da economia política com os Encontros Anuais e Grupos de Debates específicos. Trabalhos sobre temas específicos inicialmente debatidos nos Encontros são, a partir daí, aperfeiçoados e podem ser publicados na Revista. O tema deste texto tem sido intensamente discutido por participantes da SEP, inclusive de um grande número de ex-diretores da Sociedade, embora seus textos nem sempre tenham sido publicados na Revista. Com esta edição estamos dando todo apoio ao contribuir para nossa Revista.

² A expressão está no título do texto para discussão: “O capital fictício: revisitando uma categoria controversa”.

³ De fato, conforme destaca Perelman (1987, p. 172, *apud*: PALLUDETO & ROSSI, 2018, p. 1), “[m]uch of Marx’s work on fictitious capital had not progressed beyond the stage of inquiry”. Nesse contexto, a diversidade daquilo que o define enquanto fictício tem sido ampla; como argumenta Freeman (2012, p. 185), o capital fictício aparece como “[...] arguably the most abused of Marx’s multiply-misrepresented categories”.

⁴ <https://marxismocritico.files.wordpress.com/2011/10/capital-ficticio-y-ganancias-ficticias.pdf> “no es de fácil aceptación por parte de aquellos que tienen deudas con las concepciones positivistas y metafísicas, sean de perfil keynesiano o no”.

⁵ Mas logo a seguir afirmam o contrário quanto à existência e importância real para a sociedade: “Destaque-se que o capital fictício tem existência real, e sua lógica interfere realmente na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação. O capital fictício tem movimento próprio. Assim, ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo, não é” (pp. 295-296).

VICTOR HUGO
KLAGSBRUNN

Professor Titular aposentado da Universidade Federal Fluminense, primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP.

Pelo que se observa, cabem três passos: a) avaliar a determinação do dito capital fictício por Marx, que introduziu o conceito; b) entender como os estudiosos o avaliam de modo, digamos, tão controverso; e, por último, c) adiantar algumas hipóteses sobre por que o conceito estimula tantas dúvidas.

2. O termo fictício ou ilusório introduzido por Marx.

A rigor, a determinação da categoria capital fictício para Marx é “coisa bem simples”: o capital que representa o direito ou a perspectiva de rendimentos futuros constitui capital fictício (MARX, 1986)⁶. Ao afirmar o caráter ilusório ou fictício de um valor-capital, Marx usa o termo como aplicação ou resultado de procedimento, bastante corriqueiro nos meios das finanças, do mecanismo da capitalização, pelo qual os rendimentos futuros são trazidos a presente, calculados conforme a taxa de juros de mercado, conformando um capital emprestado que “a essa taxa de juros renderia os rendimentos esperados” (*idem ibidem*)⁷.

Fictícios são valores de capitais assim calculados e, aceitos socialmente, podem ser de muitos tipos: o valor do capital a juros, dos depósitos bancários, dos títulos públicos, das ações e até o capital investido no preço da terra investido visando seus rendimentos monetários. Trata-se, portanto, de um adjetivo/atributo de uma grande quantidade de valores-capital, que em muitos casos são qualificados com o sinônimo “ilusório”. Como salienta Freeman, trata-se de tipo de capital que “*aparenta* producir valor, pero en realidad sólo es una exacción del valor producido en otros lados.” (FREEMAN, 2012, p. 18, grifo no original)⁸.

⁶“A forma de capital portador de juros faz com que cada rendimento monetário determinado e regular apareça como juro de um capital, quer provenha de um capital ou não. Primeiro, o rendimento monetário é convertido em juro e com o juro se acha então o capital de que se origina.” (MARX, 1986, cap. XXIX, p. 10). E explicita a determinação do capital fictício: “Mas, em todos esses casos, o capital, do qual o pagamento feito pelo Estado considera-se um fruto (juro), permanece capital ilusório, fictício” (*idem ibidem*). Trata-se do mesmo argumento ou mecanismo para determinação do preço da terra, construída ou não.

⁷“A formação do capital fictício chama-se capitalização.” (*idem ibidem*). Em certos meios é usada a expressão “securitizar”, adaptação do idioma inglês.

⁸“Marx usa el término, a veces intercambiable por ‘ilusorio’, para un propósito distinto: para describir al capital que aparenta producir valor, pero en realidad sólo es una exacción del valor producido en otros lados.”

Como se vê, o fato de ser fictício não configura um tipo de capital específico, mas se aplica a muitos tipos de capitais. Não encontramos, por isso, o desenvolvimento do que seria uma forma de capital específica em Marx com esse nome⁹. Isto, embora, no debate mais recente, tenha passado tão frequentemente de um atributo a uma forma específica de capital, a um substantivo com vida e ação dominante na economia capitalista.

3. Capital fictício: um fantasma misterioso no debate sobre capital financeiro

Ao que parece tudo começou com Hilferding. Partindo dos desenvolvimentos de Marx na análise da esfera financeira, ele foi precursor no uso da designação “capital fictício” e é mencionado frequentemente no debate mais recente do capitalismo no fim do século XX e primeiras décadas do seguinte.

No seu livro mais conhecido, sobre o capital dito financeiro, Hilferding introduz a designação capital fictício no título da Parte Segunda (HILFERDING, 1985, pp. II-ss), na qual inicia tratando das sociedades por ações. O autor não traz qualquer desenvolvimento teórico do novo conceito, nem antes nem depois de introduzi-lo, mas passa a utilizá-lo na acepção de Marx. Há que se chamar atenção para o fato de que não são os títulos ou ações que são fictícios, mas sim o valor-capital dos mesmos. Assim, Hilferding, ao tratar dos preços das ações, introduz com justeza a caracterização delas como capital fictício assim como os demais títulos de empréstimos, seja para o Estado, seja para outros, empresas e indivíduos.

⁹ Como se confirma, com razão, em Marques e Nakatani (2013, p. 34): “No hay, en el libro III, una definición de capital ficticio, lo que existen son pistas de las diversas posibilidades de evolución o de las formas que pueden ser assumidas por el capital que devenga intereses.” Aqui os autores se referem a “formas assumidas pelo capital portador de juros”, dando a entender que todas as formas de valor-capital que podem ser consideradas fictícias resultam de evolução ou são formas assumidas pelo capital a juros, o que, na verdade, não é verdadeiro, p.e. para o caso de capital investido em títulos de propriedade da terra ou em ações... Em comum com todas outras formas que podem ser consideradas fictícias há o fato de seu preço de mercado ser fruto do mecanismo da capitalização.

Ao fazê-lo assim, define o preço da ação: “O preço da ação não é, também, determinado da mesma forma como se fora parte do capital da empresa; é muito mais uma cota capitalizada da participação do rendimento.” (*ibidem*). E seu preço é diferente do preço da parte alíquota correspondente do capital efetivo. Com o dinheiro arrecadado com a emissão de ações o capital industrial, pode comprar meios de produção suplementares e, com isto, aumentar sua produção e o seu lucro.

E corroborando a afirmação: “Com a transformação da empresa de propriedade individual em sociedade anônima, *parece ter* havido uma duplicação do capital. O capital original adiantado pelos acionistas acabou por transformar-se definitivamente em capital industrial, passando a existir apenas este.” (*ibidem*, pp. 114-115, grifo meu). Aos poucos, portanto, o caráter específico próprio do capital acionário se dilui: “Uma vez que o lucro é capitalizado e a soma capitalizada constitui o preço da ação, o preço da ação parece constituir um segundo capital. Mas é ilusão. O que existe, de fato, é o capital industrial e o respectivo lucro. Isso não impede, todavia, que esse ‘capital’ fictício exista para fins de cálculo e que seja tratado como ‘capital acionário’”. Deste modo tortuoso ele torna-se um capital entre aspas. Isto só é possível porque no capitalismo “toda soma de dinheiro produz alguma renda e, por conseguinte, toda renda se apresenta como produto de uma soma de dinheiro.” (*ibidem*, p. 115).

Embora reconhecendo que o preço da ação tenha vida e circulação próprias, Hilferding tenta, de certo modo, diminuir seu papel relativamente autônomo. Como capital fictício, é reconhecido e aceito socialmente como valor-capital que pode ser trocado como meio de pagamento do comprador de ações ou constituir renda de capital aplicado em ações que segue com a expectativa de receber os dividendos. Em passo seguinte ele chega a uma redução bem simplória: já que o preço da ação é o preço de um rendimento – parte do lucro da empresa realmente ativa –, a ação seria apenas parte do lucro industrial, “uma ordem de pagamento de lucros”. Por conseguinte, está apenas associada ao capital realmente ativo.

Hilferding, na mesma linha, enfatiza que a cotação da ação varia não afetando o valor do capital realmente ativo e depende de três fatores: dos rendimentos a serem distribuídos *esperados*, da taxa de juros de mercado e da especulação quanto à cotação futura da ação, decorrência do fato de que todos os fatores determinantes são expectativas quanto ao futuro.

O investimento em ações apresenta esses contornos mais complexos por existir ao lado do capital industrial, como é tematizado mais adiante. Em comparação, a situação seria bem mais simples no caso dos títulos da dívida pública, cujo valor investido é gasto pelo governo e, portanto, deixa de existir.

Todas essas dificuldades enfrentadas já por Hilferding, ao tratar do tema, têm por pano de fundo a questão de determinar a relação entre o que seria o capital fictício com o capital dito realmente ativo (como Hilferding denomina), produtivo ou industrial para outros autores. No fundo são dificuldades que continuam a assombrar os estudiosos posteriores do capital fictício, como se tenta mostrar a seguir.

4. Contribuições representativas de como o conceito escorregadio de capital fictício tem sido tratado

4.1. Afinal, o capital fictício é real em que sentido?

Foi como questionaram Carcanholo e Nakatani (1999), que concluíram, na época, que o capital fictício é real em um sentido e não é real – fictício – em outro. Em um primeiro argumento partem da determinação do que seria capital fictício com base no que foi definido por seu formulador inicial, ou seja, capitalização de rendimentos futuros. Como o título de capital fictício tem um valor-capital que circula e age como tal, quer dizer, com ele o seu proprietário pode se apropriar de outros valores mediante a troca, Carcanholo e Nakatani afirmavam, então, que é justo que seu proprietário o considere como seu valor-capital real. O que surpreende é a afirmação

seguinte, de que “para a sociedade como um todo, não passa de um capital ilusório, de um capital fictício, embora com movimento próprio e com certa independência do capital real” (CARCANHOLO & NAKATANI, 1999, p. 295). Aqui se confunde a dialética de ser real, ou não, com o fato de ser, para um capitalista individual, um valor-capital realmente existente e ativo, por um lado, e *fruto de uma análise* ser fictício, por outro. Ser fictício não quer dizer que não seja real. Portanto, a questão não é ser ou não ser real, ela não cabe neste ponto. Além disto, o capital dito fictício, como qualquer objeto ou conceito, pode ser considerado de diferentes maneiras por atores diversos. No mesmo artigo, os autores encarregavam-se de mostrar como o capital fictício, como eles o consideram, é bem real também para a sociedade: “Destaque-se que o capital fictício tem existência real, e sua lógica interfere realmente na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação” (*idem ibidem*)¹⁰. (Esse questionamento de ser ou não real foi, com razão, abandonado em escritos posteriores dos autores). Ou como enfatiza Freeman (2013, p. 17): “El capital ficticio no es inexistente, ni fraudulento. Ni siquiera es inútil.” A tese da inexistência real do capital fictício, no entanto, persiste em textos posteriores de outros autores, como em Palludeto e Rossi (2018, p. 10), que a coloca como o terceiro atributo constitutivo do capital fictício. A questão foi mencionada e analisada aqui não só por persistir no debate, mas sobretudo por ser representativa da confusão que se instala em muitos momentos quando se intenta sobrecarregar e estender o conceito tão simples de ser um valor-capital considerado fictício ou ilusório.

De todo modo, essa primeira questão teria que ser suplementada com outra alegada determinação do capital fictício, o fato de ser transferível ou não, além da determinação inicial de ser capitalização de rendimentos futuros. O aspecto de ser transferível ou não merece, a seguir, uma consideração suplementar.

¹⁰ Veja-se, também, em escritos posteriores, p.e., Carcanholo e Sabadini (2011) ou Marques e Nakatani (2013).

4.2. Capital fictício necessariamente transferível?

Para comprovar essa tese, Carcanholo e Nakatani (1999, p. 294, grifo meu) citam Marx: “A forma do capital produtor de juros faz que toda renda monetária determinada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital. [...] Todavia, essa ideia (a de ser capital) é puramente ilusória, *excetuando o caso em que a fonte [...] seja diretamente transferível ou assuma forma em que se torne transferível*.” A citação esclarece que o valor de um capital a juros inicialmente é “ilusório”. Seu detentor o considera como realmente ativo, e pode sê-lo se reconhecido socialmente. Quer dizer, ele pode usá-lo para intercambiar com outros capitais ou indivíduos.

Mas, na verdade, **todo** direito de crédito, fictício ou não, seja na forma de título de crédito, seja na forma de algum reconhecimento de dívida aceito socialmente, é potencialmente sempre transferível na sociedade capitalista. Vejamos, por exemplo, os depósitos bancários que constituem capital fictício para o banco. Eles representam sempre um crédito do banco para com o titular da conta bancária. Os depósitos são sempre transferíveis de um banco para outro ou para a conta de empresas ou indivíduos. No geral, portanto, são transferidos como direito de crédito¹¹. Os créditos concedidos pelo banco, que aparecem como novos depósitos, podem até ser descontados junto a empresas especializadas na recuperação de créditos duvidosos, mediante um belo desconto¹².

Portanto, o direito de crédito se **mostra** real ao ser transferido ou transferível, mas isto não é atributo exclusivo do valor do capital a juros quando ele pode ser caracterizado como capital fictício ou ilusório, mas de todo instrumento ou direito de crédito. Obviamente isto também vale para os títulos de propriedade da terra que não constituem em si instrumento de crédito.

¹¹ Paludetto e Rossi desconhecem esse fato ao afirmar: “Em princípio, não há mercado secundário para as relações de crédito convencionais, pois o contrato de crédito não é transferível” (2018, p. 10).

¹² Também Paludetto e Rossi (2018, p. 9) colocam o mercado secundário do capital fictício como uma das características definidoras do capital fictício.

4. 3. Capital fictício e sua relação com o investimento em capital real¹³

Capital fictício seria o direito de receber rendimentos futuros que, na origem, pode ser emitido relacionado ao capital que emitiu e vendeu o título respectivo, mas, mesmo assim, seu valor não se relaciona diretamente com o **valor** do capital dito real. No entanto, a visão contrária é amplamente compartilhada por vários autores no Brasil, p.e., no texto representativo de Sabadini (2013, p. 601), no qual se lê, em crítica a Harvey: “nós cremos que a partir do momento em que o dinheiro de crédito entra no ciclo do capital como capital monetário implicado numa atividade produtiva, real, ele será capital portador de juros, e não capital fictício.”¹⁴. Na verdade, esse *valor* passa, então, a fazer parte da circulação do capital produtivo.

Desde 1999, Carcanholo e Nakatani têm defendido que o capital fictício seria apenas a parte do valor-capital a juros que não se transforma em capital produtivo. Ao ser incluída no circuito do capital produtivo, esta parcela até então integrante do tipo de capital fictício deixa de sê-lo, passando a ser vista como capital portador de juros. Ter-se-ia que levar em conta que todo o valor de capital fictício, p.e., na forma de um título de crédito, segue existindo como um todo, e todo seu valor segue tendo um preço que resulta da capitalização de todo o rendimento esperado desse todo e não só o valor que não resultou integrado no capital do produtor ativo. Como reforço da avaliação, eles lançaram mão de outro conceito: o de capital parasitário, que corresponderia a essa parte do capital que seria fictício. Portanto, o capital fictício que segue como tal recebe mais o atributo de ser parasitário.¹⁵

¹³ A esse respeito, leia-se a excelente e exaustiva resenha, também internacional, bem como sua crítica a essa determinação do capital fictício em Palludeto e Rossi (2018, p. 3), que pode ser resumida na seguinte passagem: “argumenta-se que o capital fictício não é uma categoria cujo significado está vinculado à sua maior ou menor correspondência com o capital efetivamente investido no processo produtivo. Em outras palavras, o direcionamento dos recursos pelos quais o capital fictício é originalmente intercambiado é irrelevante para a definição desta categoria e a variação do seu valor não é o parâmetro que o torna mais ou menos fictício.”

¹⁴ Também ver Carcanholo e Nakatani (1999).

¹⁵ “o capital fictício (quando não é capital a juros) é total e absolutamente parasitário. Não cumpre nenhuma função necessária dentro da lógica do capital industrial, sendo sua remuneração puro ônus para este” (CARCANHOLO & NAKATANI, 1999, p. 299).

De certo modo, o capital fictício, também chamado capital parasitário, passa a ter uma relação de negação com o capital produtivo, o que se confirma em texto posterior. O que resta dele “no contribuye en nada para la producción o la circulación de la riqueza, por lo menos en el sentido de que no financia ni el capital productivo, ni el comercial.” (CARCANHOLO & SABADINI, 2013, p. 2). E de fato é assim. O capital fictício não contribui mesmo para a produção **corrente** de riqueza, pois está relacionado com rendimentos previstos futuros e esses rendimentos **futuros** precisam ainda ser confirmados pela produção e realização de mais-valor. O fato de um valor-capital poder ser visto como ilusório ou fictício não depende de seu uso. Trata-se apenas de uma grandeza capitalizada ou, em termos modernos, securitizada, de rendimentos esperados.

O que se imputa a mais aos capitais que têm essa qualificação, produto da sua análise, não está subentendido com a designação desses capitais como sendo fictícios. São extrapolações realizadas por analistas que vão bem além do que o termo deveria afirmar. Para tal, criou-se a figura autonomizada de um tipo específico de capital, o fictício.

Ao individualizá-lo como pretensão tipo autônomo de capital, seria necessário desenvolver de que forma esse novo tipo se impõe como necessidade social, como lei social. Na verdade, não existe este tipo de capital nem como coletivo, pois a qualificação se refere a um grande número de capitais, que têm formas muito diversas e até mesmo contraditórias de valorização. Daí também a grande dificuldade de determinar o que seria o tal tipo especial de capital fictício, de modo ainda mais evidente que a dificuldade de determinar o que seria o capital financeiro desde Hilferding. Não deixa de ser paradoxal tentar precisar melhor o que seria o capital financeiro lançando mão de conceito tão “escorregadio” como é o tipo especial de capital fictício.

Em comum, todos os autores mencionados até aqui nem tentam precisar mais claramente de que modo a nova categoria de capital autonomizado, o dito capital fictício, desenvolve-se logicamente como necessidade social, impondo-se como lei social. Limitam-se, no geral, a descrever a

potencialidade do capital fictício, como o entendem, e, sobretudo, o grande volume que ele alcançou, o que justificaria sua dominação sobre o capital produtivo, característica tão propalada do capitalismo existente a partir de algum momento no século XX.

Mas quais seriam os tipos de capitais que se autonomizam necessariamente que podem ser vistos como fictícios? Talvez por esse questionamento se esclareça mais o que é e como o conceito se torna necessário. Também nesta questão não há clareza no debate, pois disto depende em boa parte o entendimento de cada um sobre o tal capital fictício.

5. As diversas formas de capital que podem ser caracterizadas como capital fictício ou ilusório.

5.1. As determinações das categorias de capital autonomizado que têm o atributo de serem fictícias, segundo Marx.

Em várias partes do livro III de *O Capital*¹⁶, Marx introduz e analisa capitais específicos que teriam o atributo de serem fictícios: o valor dos títulos de crédito de capital a juros, da dívida pública, das ações, praticamente de todos os itens que compõem o capital bancário e o valor do capital investido na propriedade da terra. O caráter fictício de um valor-capital é exemplarmente descrito no caso de um título da dívida pública. Nesse caso, o fato de ser um valor-capital ilusório e fictício é especialmente claro. Não é à toa que Marx o escolheu para descrever o que tornaria fictício um valor-capital em determinadas condições.

O investimento em título da dívida pública garante a seu possuidor receber uma participação na receita pública futura, que ocorre sobretudo mediante arrecadação de impostos. Neste caso, o setor governamental usa o dinheiro assim arrecadado para pagar suas despesas correntes e seus investimentos. Portanto, há aqui nada mais que um valor-capital de propriedade de um

¹⁶Ver, especialmente, capítulos XVI a XXXIII (MARX, 1986).

investidor, por um lado, e o setor público que *não o utiliza no geral* como capital, por outro. A simplicidade do caso permite elucidar com toda clareza o aspecto fictício daquele valor-capital. Importante salientar que, no geral, este valor-capital é visto como valor investido real, tanto para o investidor quanto para o conjunto da sociedade. Em outras palavras: os títulos de dívida pública são aceitos e trocados com outros investidores a um preço que, antes do vencimento, não é o valor de face. Este se calcula “capitalizando” os rendimentos previstos usando a taxa de juro de mercado para aquele tipo de papel. É claro que, no vencimento, o setor público pagará o valor de face ao seu possuidor. Até lá, o título é comercializado em um chamado “mercado secundário” para esse tipo de instrumento de crédito. Por tudo isto, o caráter fictício do valor-capital do instrumento de crédito fica evidente. Trata-se, na verdade, de um título de valor-capital portador de juros, na sua acepção mais evidente. O investidor, ao adquirir o título, o faz com o intuito de auferir os juros mais o principal, seja no vencimento, seja antes, pelo preço de mercado.

O capital portador de juros também pode se originar em um crédito a uma empresa, portanto, a um outro capital. Ao invés de esperar juntar bastante dinheiro com os lucros retidos, o capital pode tomar um empréstimo para antecipar seu gasto. Essa atividade de emprestar e adiantar capital às empresas tende, como necessidade social, a ser exercida pelo capital portador de juros, como Marx denominou e desenvolveu como necessidade social. O mesmo prestador pode adiantar capital para várias empresas e famílias, ganhando economia de escala e diminuindo seus custos administrativos e contábeis. A concorrência entre os capitais portadores de juros pode assim atuar no sentido de baratear os juros cobrados, mas que lhe permitam auferir uma taxa de lucros vista como aceitável, e para o tomador do empréstimo pagar um juro que, em princípio, lhe permita devolver o principal do crédito acrescido dos juros devidos. Em consequência, todos os envolvidos têm vantagem e o surgimento do capital a juros se impõe, como lei social, e se estabelece como tipo autonomizado de capital, para atender com crédito a demanda de capitais e indivíduos.

Este é o caminho lógico indicado por Marx para justificar, como lei social, o aparecimento deste tipo de capital que se autonomiza e assume funções necessárias do circuito dos capitais¹⁷. Com essa função geral oferece crédito no mercado de capitais a juros. Deste modo, a partir das várias atividades e fases da circulação do capital produtivo em geral, deriva-se logicamente, como necessidade social, um capital específico que se autonomiza assumindo duas fases do processo de circulação do capital: adiantando recursos para dispêndios que a empresa tomadora queira fazer e, também, adiantando o valor que o capital tomador espera auferir com a venda de seus produtos. Em ambas as fases, o negócio do capital a juros tem por objetivo receber os juros cobrados ao adiantar valores. Isto ocorre sob a condição de aprovação do crédito, ou seja, as expectativas de lucro do tomador são avaliadas de modo a poder no futuro, até o vencimento, pagar os juros devidos e o principal no final.

Para exercer essa atividade de modo corrente, o capital emprestador deve poder contar com volume suficiente de capital próprio ou à sua disposição. Este é o caso dos bancos comerciais com os depósitos de seus correntistas. Por isso, historicamente, essa função é exercida preferencialmente pelos bancos comerciais, que dispõem dos depósitos de seus correntistas.

A forma mais comum e primária da atividade bancária é o desconto de notas de crédito, promissórias ou outros tipos de instrumentos de crédito, representativos de dívidas entre capitalistas e indivíduos. Por este serviço o banco comercial cobra um juro de mercado para cada tipo de crédito e de tomador.

Com a inclusão lógica – correspondente ao que acontece concretamente no capitalismo – da figura do capital de empréstimo, o processo de concessão de crédito se generaliza e tende a se concentrar nos bancos comerciais. O

¹⁷ Essa determinação teórica-histórica encontra-se em Marx (1986), no capítulo sobre o capital portador de juros. De modo análogo o autor desenvolve a necessidade social de imposição da autonomização dos capitais, que ele denomina de comércio de mercadoria e de dinheiro nos capítulos correspondentes.

sistema de crédito passa a determinar a circulação do dinheiro e das mercadorias na sociedade (MARX, 1986)¹⁸.

No caso do crédito bancário, o valor adiantado é posto à disposição do tomador na forma de novos depósitos, criando, assim, dinheiro novo em conta corrente, que pode ser gasto pelo correntista. Os depósitos assim criados também constituem capital com característica de ser fictício, um valor-capital do banco, pois são um valor que se forma e é aceito no mercado de crédito e pode circular como valor próprio ao lado do valor que foi depositado inicialmente.

Para garantir um colchão de reserva para os créditos concedidos, exige-se do banco uma reserva de capital suficiente. Como esse capital é só para ser utilizado em tempos de aperto monetário, em condições normais ele é mantido, pelos bancos, na forma de outros títulos de crédito com baixíssimo risco, entre eles, e principalmente, títulos da dívida pública, que também lhe rendem juros. Como se vê, praticamente todo o capital dito do banco é constituído por aplicações com valor-capital com características fictícias, por serem estas avaliadas e aceitas como capitalização de rendimentos esperados futuros.

Também não há dúvidas de que valor-capital investido em ações constitui capital fictício, como foi bem desenvolvido por Hilferding (1985)¹⁹. Ela é um direito a participar dos lucros futuros da empresa que emite a ação, embora formalmente a ação se apresente como parte alíquota do capital da empresa. Tanto assim é, que a cotação da ação varia de modo diferente do valor do capital investido pela empresa para produzir mercadorias e serviços. Como o valor da ação nada mais é que o valor dos rendimentos distribuídos na forma de dividendos – parte do lucro do capital ativo – trazidos a presente, capitalizados conforme a taxa de juro de mercado, atende, assim, a todos os requisitos para ser caracterizado como capital fictício na mão do investidor financeiro e é comercializado na bolsa de valores.

¹⁸ No capítulo XXVII, intitulado “O papel do crédito na produção capitalista”.

¹⁹ Ver seção II, capítulo 7 e seguintes.

Por fim, além dos inúmeros tipos de capitais investidos no âmbito financeiro, há ainda os títulos de propriedade da terra. Seu valor de mercado se calcula e se impõe socialmente, por detrás dos capitais envolvidos, em seu mercado secundário, de modo semelhante, como capitalização dos rendimentos esperados pelo seu uso, pelo seu aluguel. Esta é a essência desse processo, embora na aparência a coisa se apresente de modo inverso: o preço da propriedade da terra justificaria e permitiria o recebimento de um aluguel. Também não pode haver dúvida de que um valor-capital investido em título de propriedade de terra constitui um valor-capital com o atributo de ser fictício. Isto se a compra de tais títulos de propriedade for feita por um capital, com o objetivo de auferir rendimento a partir desse investimento. Se o terreno é usado para produção não voltada principalmente para a acumulação de capital, ele é, para seu proprietário, apenas um objeto para seu uso e não para auferir lucro de capital e acumulá-lo.

Resumindo: valores de capital investidos a juros, em depósitos, em títulos da dívida pública e em ações e títulos de propriedade da terra constituem os tipos mais comuns de capital fictício na esfera financeira. A esfera financeira é pródiga em inventar, desenvolver e comercializar sempre novos instrumentos de crédito, em uma exuberância crescente de diferentes aplicações financeiras, como os derivativos em todas suas inúmeras variantes, desenvolvidos principalmente nas últimas décadas.

No debate recente sobre o capital fictício aparecem diferentes enumerações de tipos de capitais ditos fictícios, em função dos diversos entendimentos do que constitui um capital fictício. A seguir são mencionados os tipos de capital fictício enumerados por alguns autores representativos. Temos que constatar que a diversidade de opiniões sobre que tipos de capitais constituem capital fictício está relacionada à confusão conceitual que se estabeleceu a este propósito.

5.2. O que constituiria o tipo específico de capital fictício para alguns autores

Freeman (2013, p. 18) enumera rapidamente os vários tipos de investimentos que constituem valor-capital fictício, aliás seguindo Marx: “El término ‘ficticio’ se aplica entonces a los diversos instrumentos en el rango que va desde títulos de tierra hasta acciones o bonos, e incluso billetes...”. Com *billetes*, neste ponto, refere-se a algo que não notas de dinheiro, pois dinheiro não constitui capital fictício²⁰.

Em Carcanholo e Nakatani (1999, p. 296), mencionava-se que, “além dos títulos públicos, uma parcela significativa do capital fictício, no capitalismo desenvolvido, está constituída por títulos privados, como ações, debêntures e letras de câmbio”, e não há referência clara ao caráter fictício do capital bancário e, especificamente, dos depósitos nos bancos, nem dos títulos de propriedade da terra.

Em Marques e Nakatani (2013, p. 34) está a seguinte listagem: “En Marx, encontramos tres grandes formas de capital ficticio: el capital bancario, la deuda pública y el capital accionario”. É claro que a dívida pública não constitui uma forma de capital, provavelmente estes autores se referiam ao valor-capital dos títulos da dívida, a sua forma específica. Em poder do investidor que compra títulos da dívida pública é visto como realmente capaz

²⁰ No que tudo indica pela tradução para o espanhol, fica uma dúvida a respeito de que tipo seriam estes bilhetes. Aqui temos, na verdade, mais uma armadilha para o tradutor; que usa duas vezes o termo *billetes* (ver citação completa a seguir), embora no original, no primeiro caso, o autor tenha usado *bills*, e no segundo, *notes*. No segundo caso, trata-se evidentemente de notas de dinheiro; no primeiro, o termo *bills* pode significar também contas, entre outros sentidos. A citação completa, cotejada com o original em inglês (este pode ser consultado em Freeman (2012, p. 17) é a seguinte: “El término ‘ficticio’ se aplica entonces a los diversos instrumentos en el rango que va desde títulos de tierra hasta acciones o bonos, e incluso **billetes** [*bills*, no original]. Existe una unidad que los subyace: un activo ficticio es aquel cuyo *valor no es el fundamento de su precio*. Esto no significa que no exista o que no cuente para nada. Cuenta para mucho porque, teniendo un precio, representa una exacción [*claim*] intercambiable sobre el valor real. Puede ser intercambiado por **billetes** [*notes*] y puede usarse para comprar cosas que tienen un valor definido. El capital ficticio es una exacción sobre el valor *de alguien más*. La naturaleza de la exacción [*claim*] depende del origen del valor: Los títulos de la tierra son una exacción sobre la renta, los bonos gubernamentales son una exacción sobre el ingreso fiscal, las acciones son una exacción sobre el plusvalor producido directamente, etc. El proceso de securitización [*securitisation*] se aprovecha de la unidad, no de la diferencia, de convertir todas las exacciones sobre el ingreso a su denominador común: crédito. El capital-crédito es entonces una *forma específica de capital ficticio*, la más desarrollada y más natural”.

de ser aceito e trocado. Já o capital acionário, como visto, é tipicamente fictício.

O mais relevante aqui é tentar entender o que subentendem como capital bancário. O capital dos bancos compõe-se de muitos tipos de capitais, e entre estes quase todos são aplicações que têm a característica fictícia, valor-capital igual a rendimentos esperados capitalizados. O dinheiro vivo no caixa dos bancos não é investimento, não é valor-capital, ou seja, não é um valor de capital, e, por conseguinte, não é fictício. Mas é dinheiro de crédito, mas por outro caminho²¹.

Deve-se ressaltar, com ênfase, a inclusão e a avaliação, neste texto, dos depósitos bancários como capital fictício na mão dos bancos, aspecto que praticamente todos os analistas da mesma corrente deixam de lado. É tão importante que merece aqui a citação correspondente: “De esta forma, surge la *principal función* de los bancos comerciales contemporáneos, la creación secundaria de dinero a través del crédito bancario privado. Es precisamente aquí donde se origina una parte del capital fictício bancario, *talvez el más importante*” (*ibidem*, p. 36, grifo meu)²². Concordando com Harvey (2013)²³, eu diria que é certamente o mais importante, é o que potencializa a importância dos bancos na economia, na concessão de crédito e, por conseguinte, na criação de dinheiro. Isto era assim quando Marx escreveu seu texto e continua assim. As

²¹ Sobre a categoria do dinheiro de crédito, ver Klagsbrunn (1992).

²² No texto haveria que relativizar a afirmação “En la época en que Marx escribió El Capital, el dinero aún estaba vinculado al oro”. Com tudo que Marx descreveu sobre o mundo das finanças e a circulação de dinheiro de crédito, fica difícil depreender que o ouro tivesse um papel concreto ou no desenvolvimento lógico das categorias diferente do que tem nos dias de hoje. Na verdade, Marx descreve o funcionamento da circulação de dinheiro – o dinheiro de crédito – em um capitalismo devidamente desenvolvido.

²³ Na obra de Harvey, em que se fundamenta a maior parte dos textos aqui analisados, o caráter fictício dos depósitos bancários é apresentado, de modo algo complicado, mas com ênfase. Ver Harvey (2013, pp. 367-ss).

²³ Harvey (2013, p. 368, grifos adicionados): “também a criação do capital monetário do fluxo do dinheiro dentro do sistema bancário se torna a *fonte isolada mais importante dos recursos escassos necessários para forçar as realocações nos fluxos do capital*”. E cita Marx quando afirma que “a maior parte do capital do banqueiro é puramente fictícia e consiste de obrigações (letras de câmbio), títulos do governo (que representam o capital gasto) e ações (saques sobre receita futura).”

medidas adotadas pelo Federal Reserve Bureau, o Banco Central dos Estados Unidos, para mitigar os sérios efeitos da crise econômica de 2007-2008 apenas confirmaram isto mais uma vez: foram os bancos comerciais instados a assumir o controle de praticamente todos os bancos de investimento que estavam à beira da falência devido ao seu envolvimento na farrá dos créditos imobiliários aventureiros, que constituíram a parte mais evidente da dita exuberância financeira, revelada na crise de 2007-2008, e que explodiu na esfera financeira.

Em Sabadini (2013, pp. 603-604), a dívida pública e as ações constituem os dois principais representantes do capital fictício. Sem se debruçar sobre o tipo de instrumento de crédito, cita texto de Marx afirmando que duplicatas têm também um valor fictício. A bolsa de valores torna-se, então, *locus* do capital fictício.

6. Duas tentativas de fundamentar teoricamente o tipo específico de capital fictício

6. 1. Rendimento fictício: mero efeito da propriedade

Uma interessante contribuição nesse sentido são os textos de Leda Maria Paulani. Em 2009 ela levanta a tese de que o capital fictício seria “o *ponto final de um desenvolvimento categorial*” (PAULANI, 2009, pp. 6-ss, grifo meu). Em todo o texto pouco se avança na *necessidade social* da autonomização do tipo específico de capital fictício²⁴. A partir daí, parte da constatação do

²⁴ A passagem a seguir resume até onde sua derivação dialética do capital fictício chegou no texto de 2009 (p. 28): “O capital fictício é assim o ponto final de um desenvolvimento categorial que tem início na ‘forma elementar’ do modo de produção capitalista, qual seja, a mercadoria. Esse desenvolvimento é logicamente necessário, pois se constitui em um desdobramento da contradição entre valor de uso e valor; e produz consequências práticas, como a possibilidade da desmaterialização (inconvertibilidade) do dinheiro mundial e a possibilidade de que as formas sociais mais autonomizadas (capital portador de juros, capital fictício) comandem o processo inteiro da reprodução capitalista”. Portanto, apenas possibilidades.

crescimento exponencial do capital na esfera financeira, sobretudo se comparado com o capital dito produtivo ou real²⁵.

A pergunta a ser respondida segue sendo: o que faz do aparecimento do que seria um novo e autonomizado tipo de capital uma “necessidade social”? – como Marx fez para justificar a autonomização de capitais descritos como os capitais denominados comerciantes de mercadorias e de dinheiro e o capital portador de juros. Por vantagens para todos os envolvidos, impõe-se que esses capitais passem necessariamente, como lei social, a assumir, mais ou menos autonomamente, atividades específicas, necessárias, da circulação do capital como um todo, como exposto acima.

O recurso a uma tese de mestrado sob orientação da autora é apresentado em especial no ponto para explicar como os derivativos se tornaram tão relevantes e indicativos de uma nova fase de dominação financeira, relacionada com o novo sistema monetário internacional baseado em moeda puramente fiduciária²⁶. Após exaustivas incursões hegelianas, a mencionada tese de mestrado avança muito mais na determinação dos conceitos e categorias. Sua tentativa de constituição lógica do capital fictício (pp. 164-ss) parte de uma congruência simplista: capital financeiro, como o entende, é o mesmo que o capital portador de juros (seguindo Chesnais)²⁷.

Naquela tese, o capital financeiro assim entendido “é forma embrionária do capital fictício”. E segue no ponto que aqui interessa: “Segundo os escritos originais de Marx (sic), três elementos se somariam para constituir

²⁵ O texto foi publicado em 2009, mais de um ano após estourar a crise de 2007/8 que estalou na esfera financeira e se espalhou para os demais setores das economias capitalistas. Ela originou uma imensa destruição do que, sem dúvida, é capital fictício, com uma brutal desvalorização, e mesmo mortandade, de títulos de crédito não só imobiliários. A derivação adotada para o aparecimento do capital fictício, e sua dominação sobre os demais setores produtivos, é basicamente quantitativa, ante o crescimento exponencial da esfera financeira comparado com o do capital produtivo. Assim sendo, seria oportuno que abordasse de que forma uma destruição maciça de tal monta de capital representado por esses títulos em função da crise de 2007-2008 afetou esse balanço quantitativo.

²⁶ A posição é assim resumida, partindo de um indício: “Um indício do acerto dessa tese se encontra justamente na explosão dos mercados de derivativos financeiros que ocorre depois do rompimento de Bretton Woods, no início da década de 1970, o qual gera um sistema monetário internacional baseado em uma moeda puramente fiduciária conhecido como padrão dólar-dólar” (PAULANI, 2009, p. 30)

²⁷ Para uma crítica às opiniões apresentadas por Chesnais, ver Klagsbrunn (2008).

o capital fictício: 1) não representa capital nenhum, valor corresponde a pagamentos futuros trazidos a momento presente; 2) pode representar parcialmente algum capital real; e 3) pode originalmente ter representado um capital real, mas que em seu circuito próprio já apagou esta origem”²⁸. No primeiro quesito está pressuposto o mecanismo da “capitalização”, ponto de partida para o desenvolvimento da característica fictícia de muitos capitais por Marx. Já a relação do capital fictício com o capital dito real ou produtivo (quesitos 2 e 3) foi tematizada mais acima.

Uma segunda tentativa, de mais fôlego, encontramos em texto posterior de Paulani (2016), no qual a autora trilha outro caminho para desenvolver o conceito de capital fictício, desta vez incluindo os desenvolvimentos de Marx sobre a renda da terra sob as condições capitalistas e integrando-os no desenvolvimento do capital fictício. O intuito no aludido texto é ressaltar uma classificação, uma divisão, entre os tipos de rendimentos em dois grupos: “categorias que derivam do processo de produção e outras que derivam da mera propriedade”. Ressalta que as do segundo grupo são em grande parte externas à produção. E especifica: “No primeiro caso temos o salário, o lucro e o sobrelucro; no segundo, o juro e todas as categorias de renda” (PAULANI, 2016, p. 523).

No caso da renda da terra a autora afirma que ela é fruto do sobrelucro que necessariamente se impõe como condição para que o capital produtivo possa pagá-la ao proprietário da terra (*ibidem*, pp. 523-524).

Quanto ao juro, adianta: O “juro é a renda que o capital monetário propicia a seu detentor pelo *mero efeito da propriedade*” (*ibidem*, p. 525, grifo meu)²⁹.

²⁸ Ver Rotta (2008, p. 166). Uma análise mais substanciada daquela tese extrapolaria os limites deste artigo.

²⁹ Para justificar essa assertiva extrema, cita trecho de Marx que não leva necessariamente à mesma conclusão. “Em *O Capital*, a resposta que ele dá à pergunta em tela é que o capital, ‘em relação às categorias de lucro que proporciona, se decompõe em *propriedade* do capital, capital *fora* do processo de produção, que proporciona juro em si, e capital *dentro* do processo de produção, que como processante proporciona ganho empresarial” (PAULANI, 2016, p. 281, grifo meu). O que está escrito aí é que o juro é parte das categorias que o lucro proporciona, fruto de um capital cuja propriedade constitui capital que atua fora do processo de produção, em contraposição com a outra parcela que o lucro proporciona, a saber, o lucro do próprio capitalista industrial, o seu ganho.

Deve-se aqui salientar que afirmar que a valorização do capital a juros ocorre fora do processo de produção não é o mesmo que dizer que esse rendimento se deve ao mero (= único) efeito da propriedade sobre um montante de dinheiro emprestado.

Com essa nova assertiva, Paulani descamba para outro extremo, colocando juro e renda como externos e independentes da produção do mais-valor na produção, o que apenas na aparência o são. Compete à análise científica desvendar a essência por trás dessa aparência. O texto deixa em aberto o caminho para se entender que o juro não advém da produção de mais-valor, o que seria uma interpretação idealista. É certo que há uma certa autonomia, também temporal, entre essa produção e o pagamento de juros referentes a valor tomado emprestado. Mas, é necessário reafirmar, como Marx o faz, que o juro, no geral, só pode ser encarado como produzido na produção e não é fruto misterioso de um capital assim investido, como um atributo de qualquer quantidade de dinheiro de produzir filhotes, ficando subentendido que sua natureza e a propriedade sobre ele explicariam, na essência, recebê-lo.

A propriedade privada é um alicerce da sociedade capitalista, impera em quase todas as relações sociais e até humanas. Em cada uma delas seus efeitos são diferentes, mas em comum há o direito individualizado de usufruir de um bem, de um serviço, obtendo seu fruto. Trata-se de condição sacrossanta do capitalismo, pois a propriedade privada o é também, e sobretudo, sobre a do próprio capital.

A derivação lógica e dialética da categoria do juro a partir da circulação do capital como um todo deixa claro que o capital a juros, no capitalismo, tem que ser entendido em relação à produção de mais-valor, como categoria que só se explica pela análise que indica que o juro vem de algum lugar, que, como qualquer rendimento de capital, só pode vir da produção de mais-valor. E que, portanto, o juro tem que ser entendido, como categoria, como parte do lucro geral do capital na totalidade, como lei geral que tende a se impor. Se há sempre a possibilidade do juro se chocar com o lucro do

capital produtivo, quer dizer, há uma autonomia relativa do juro com relação ao mais-valor, uma correção do valor do capital portador de juro e de seu rendimento ocorre, no mais tardar, nas crises econômicas. Portanto, há que se concluir que uma análise materialista do modo de produção capitalista não permite afirmar que o juro “se deve ao mero efeito da propriedade” de um montante de capital de empréstimo.

Outro avanço, no mesmo texto, refere-se ao dividendo. Ele seria também devido *meramente* à propriedade de ações. Com o dividendo essa afirmação soa ainda mais estranha, pois seu pagamento é nominal e praticamente parte do lucro de uma empresa e varia com ele. A condição da propriedade sobre bens e direitos não explica de onde e, sobretudo, como aparece o fruto daquele objeto. Cada tipo de investimento tem sua lógica e sua determinação, juros e dividendos não podem ser reduzidos ao mesmo fenômeno.

No mesmo sentido, ao tratar “a utilização da terra como capital portador de juros”, a autora deixa subentendido serem sinônimos, por efeito da análise, renda da terra e juros. Nem mesmo a propriedade, como elemento sempre presente no capitalismo, permite colocar os dois no mesmo saco. Nem logicamente nem na prática. São fruto de dois investimentos que são alternativas para o possuidor de um montante de dinheiro disponível para aplicação, mas se movimentam e devem ser acompanhados pelos seus detentores em mercados muito diferentes. Tanto no que diz respeito aos rendimentos de mercado quanto ao valor do capital investido, que, como vimos, depende da capitalização de rendimentos esperados. Esta tem dois condicionantes: o nível esperado dos rendimentos e a taxa de juro de mercado para cada bem ou serviço. Os rendimentos esperados oscilam conforme a conjuntura *em cada setor da economia* e os juros de mercado tem outros condicionantes que o mercado imobiliário. Para confirmar isto, basta ver os condicionantes específicos que afetam o aluguel de terreno ou de imóvel em geral e o preço de mercado do imóvel, que, segundo a análise de Marx, também se desvenda como valor-capital correspondendo aos aluguéis esperados trazidos a presente.

O valor-capital de rendimentos esperados é fruto da capitalização deles em cada momento. Isto é o que afirma a análise de Marx. Neste sentido, esse *valor-capital* que se concretiza na compra e venda de algum direito sobre ele – quase sempre representado por um título de propriedade - é ilusório, fictício, na acepção de Marx, por ser um cálculo que os mercados específicos tendem a fazer sem que os seus detentores se deem conta.

6.2. Títulos de crédito constituem capital fictício por representar um valor-capital cuja cotação é derivada de serem potencialmente capital.

Tomamos aqui o texto de Palludeto e Rossi (2018) como representativo deste tipo de posição³⁰. O referido texto partilha das mesmas opiniões sobre o capital fictício ser um tipo próprio de capital autonomizado, a partir do desenvolvimento lógico-genético do capital portador de juros, bem como da tese de que o capital fictício, nas condições do capitalismo financeirizado, exerce uma dominação sobre todas as esferas da vida social e econômica. No detalhe, muito importante, apresenta uma crítica extensa e muito bem fundamentada das posições que tentam estabelecer uma relação, mais ou menos direta, entre os rendimentos capitalizados no valor do capital fictício, por um lado, e o valor do capital correspondente investido na produção para o qual o empréstimo tomado é previsto ser utilizado, por outro.

É na forma em que essas conclusões são derivadas que o texto se diferencia dos demais aqui analisados. Para atacar a mesma questão de como, por meio de qual processo lógico, o capital fictício se desenvolve a partir do capital portador de juros, como lei social, os autores adotam um caminho bem diferente. Para fundamentá-lo citam um trecho de *O Capital* tirado do contexto ao qual se referia. A citação reproduzida no texto é: “The value of money or commodities *as capital* is not determined by their value as money or commodities but rather by the quantity of surplus-value that they

³⁰ O artigo menciona várias contribuições, especialmente do exterior, em que posição semelhante é apresentada e justificada. Ver Palludeto e Rossi (2018, sobretudo pp. 13-14).

produce for their possessor” (*ibidem*, p. 13, grifo meu)³¹. Assim colocada, a frase contradiz a base do pensamento de Marx sobre o capitalismo, que é a lei do valor, e deveria deixar qualquer marxista bem assustado. Na verdade, os autores deveriam ter reparado nas palavras “como capital”, que dão o sentido exato do que Marx expressou.

Verificando o parágrafo inteiro de onde foi pinçada essa frase, podemos facilmente chegar a entender seu sentido. Ela está inserida em uma ponderação sobre o valor de uso que dinheiro e mercadorias *têm para o capitalista* que os empregam. Isto fica evidente também diante da comparação que Marx faz, logo a seguir, com a força de trabalho, que tem um valor próprio, determinado pelos seus custos de reprodução, mas para o capitalista tem um valor de uso essencial, que é o de produzir mais-valor (MARX, 1986, p. 267)³².

Ainda mais estranheza causa a conclusão que os autores extraem, da citação encurtada, para o preço de uma máquina: “Uma máquina, por exemplo, também está associada a uma renda futura e também pode ser negociada, ou revendida, em mercados secundários onde seu preço dependerá de capitalização que expressa sua capacidade de geração de renda futura” (PALLUDETTO & ROSSI, 2018, p. 13). Além de desconhecer como de fato a que preço as máquinas são comercializadas, os autores saem do campo de uma explicação materialista do valor/preço de uma mercadoria e entram

³¹ O mesmo trecho, fora do parágrafo do qual faz parte, já havia sido citado em Hilferding (1985, p. 113, n. 2), sem que este tenha tirado daí as mesmas conclusões idealistas dos dois autores, que contradizem a base da análise de Marx sobre o capital: a teoria do valor.

³² Para verificação, eis o parágrafo completo em Marx: “Como mercadoria, o capital, entretanto, aparece aqui na medida em que é oferecido no mercado e o valor de uso do dinheiro é realmente alienado como capital. E seu valor de uso, porém, é produzir lucro. O valor do dinheiro ou das mercadorias, como capital, não é determinado pelo valor que possuem como dinheiro ou como mercadorias, mas pelo quantum de mais-valia que produzem para seu possuidor. O produto do capital é o lucro. Na base da produção capitalista é apenas aplicação diferente do dinheiro, se ele é despendido como dinheiro ou se é adiantado como capital. O dinheiro, respectivamente a mercadoria, são em si capital potencial, do mesmo modo que a força de trabalho é capital potencial. Pois 1) o dinheiro pode ser transformado em elementos de produção e é, como tal, mera expressão abstrata dos mesmos, sua existência como valor; e 2) os elementos materiais da riqueza possuem a propriedade de já ser capital potencial, uma vez que a antítese que os complementa, o que faz deles capital – o trabalho assalariado –, existe na base da produção capitalista”.

em seara puramente idealista de determinação dos mesmos, pois como a “renda futura” é a esperada, cada capitalista tem sua própria expectativa e as expectativas dependem do uso diferente que cada produtor faz da máquina. Não há mercado secundário que traga os diferentes modos de usar uma máquina – com que matéria prima ou que tipo de organização da produção ou ainda com que tipo de trabalhador – a um denominador comum e a um preço geral de comercialização. Só um critério objetivo do preço com base no valor-trabalho – tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção – constitui o elemento material subjacente que permite que mercados se constituam e determinem os preços de mercado das mercadorias de um certo tipo³³.

Os autores fundamentam suas teses em uma visão também idealista do método de exposição de Marx, que merece uma menção em especial quanto à necessidade de se partir de categorias gerais e abstratas para chegar a elucidar o concreto complexo do funcionamento do sistema capitalista; em suma, desvendar as leis gerais de seu movimento, como está explicitado no subtítulo de *O Capital*.

O método de *exposição* de Marx caracteriza-se por partir de categorias mais gerais e abstratas, iniciando pela categoria intuitiva da mercadoria, mas que atendem à exigência de serem *abstrações reais*. O termo é até utilizado pelos autores, mas seu sentido é ignorado. O real implica que as abstrações e seus desenvolvimentos correspondem a – e não deixam de representar nunca – aspectos do real. Se assim não forem, não atendem à exigência da dialética de Marx, que põe a dialética hegeliana, que se movimenta no campo das ideias e não sai dele, com os pés na realidade. Se essa condição não é exigida, ficamos no campo extraterrestre das ideias. Assim, por exemplo, a exigência de ter valor de uso segue presente em qualquer mercadoria, por mais que se agreguem determinações sucessivas na análise: mesmo com todas as conseqüências e inversões operadas no e pelo sistema de crédito,

³³ E de fato, a partir daí, os autores adotam posições tipicamente keynesianas, cuja análise fugiria do escopo deste texto.

se as mercadorias produzidas e ofertadas não corresponderem a um valor de uso para o consumidor final, elas não serão vendidas, e todo o negócio envolvido em sua produção, inclusive os créditos correspondentes, ruí como um castelo de cartas.

É certo que as categorias iniciais e seus atributos, abstrações reais, pelo método dialético da produção do conhecimento, se modificam com o avanço do conhecimento sobre elas, mas isto ocorre pela agregação de novas determinações que adensam, se sobrepõem no entendimento sobre as categorias anteriormente desenvolvidas. Em outras palavras, os atributos inicialmente desenvolvidos da mercadoria não desaparecem, apenas recebem desenvolvimentos complementares, que vão se sobrepondo sem negar os desenvolvimentos lógicos anteriores, mas tendo efeitos sobre estes. Na verdade, esse avanço lógico/dialético adotamos no cotidiano ao nos aproximarmos do entendimento de qualquer objeto do conhecimento. Em outras palavras, a impressão inicial de alguma coisa ou pessoa, no geral começando pela forma aparente, vai se adensando e agregando novos atributos, na medida em que temos condições de apreender mais aspectos daquele objeto do conhecimento.

As características que qualificam o tipo de capital fictício, nesta contribuição de Palludeto e Rossi, seriam três: 1) representam renda futura; 2) são transacionados em mercados secundários e 3) têm “inexistência real” (PALLUDETTO & ROSSI, 2018, p. 10)³⁴. Tendo em vista que o capital fictício tem estas características, os autores apresentam uma derivação lógica do capital fictício de modo algo original. Seria um desenvolvimento lógico/dialético do conceito de capital fictício a partir do capital portador de juros. Isto é apresentado assim: “Se a existência do capital portador de juros implica no fato de um montante de dinheiro tomado como capital conferir ao seu proprietário o direito a um fluxo de renda futura, como desdobramento lógico, temos que um fluxo de renda futura passa a corresponder a um montante de dinheiro,

³⁴ Estes aspectos, mas com formulações semelhantes, são comuns aos outros autores anteriormente analisados.

enquanto capital, no presente” (*ibidem*, p. 7). Ao inverter esta relação, ter-se-ia o capital fictício. Isto aparenta uma nova determinação, mas constitui uma falácia lógica: não é uma nova determinação, é apenas a inversa de uma relação imanente do capital portador de juro, desenvolvido anteriormente³⁵. Nesse sentido, ser capital fictício não passa de um atributo do capital portador de juros, que teria, assim, uma característica passível de inversão. Aceitando esse argumento de uma nova determinação de algo diferente, teríamos uma derivação em “um desdobramento lógico-genético do capital portador de juros”, em uma “sucessão sistemática de categorias em Marx” até chegar ao dito capital fictício. E não é possível esquecer que há outros tipos de capital cujo valor-capital também é fictício – títulos da dívida pública e os títulos de propriedade da terra –, que, aliás, também teriam as três características indicadas e seriam, do mesmo modo, origem genética do dito capital fictício, embora não estejam contemplados na Figura 1.

Os procedimentos lógicos mencionados não indicam um caminho próprio, específico, para mostrar o desenvolvimento do capital autonomizado dito fictício como necessidade social, como lei geral do movimento do capital. Nesta visão, a inversão lógica de uma característica do capital produtor de juros, que diz, portanto, respeito a este último, é o único argumento para o aparecimento do conceito de capital fictício. Por não incluir qualquer argumento de processos reais, além disto, trata-se de um desenvolvimento exclusivamente no âmbito das ideias, ele não é confrontado com qualquer processo material que a ele corresponderia.

Também não conseguem explicar de que modo o aparecimento do capital fictício leva a uma dominância dele sobre todas as esferas da vida social e econômica. Como nos demais textos aqui comentados, também este se limita a ressaltar o peso relativo dos capitais na esfera financeira, que seriam todos capitais fictícios, ou ainda apela a citações de outros autores que também assim o consideram.

³⁵ “trilha o caminho inverso do capital portador de juros – onde dinheiro, como capital, dá direito a um fluxo de renda (juros)” (PALLUDETTO & ROSSI, 2018, p.7) e “Nesse sentido, portanto, é que o capital fictício resulta de um desdobramento lógico-genético do capital portador de juros. O capital fictício é, por conseguinte, uma forma transfigurada do capital portador de juros” (*ibidem*, p. 8).

7. Considerações finais

Em grande parte do debate recente sobre o conceito de capital fictício é necessário constatar dificuldades teóricas cruciais para caracterizá-lo e desenvolvê-lo como forma autonomizada de capital, como conceito necessário, quer dizer, uma categoria. Os autores que tentam confirmar que a categoria do capital fictício é um desenvolvimento de categorias reais anteriormente analisadas por Marx não conseguem mostrar como sua inserção ocorre como necessidade social, teórica e real, para permitir atender às necessidades da análise de como veem o capitalismo atual. Partem da definição do que seria e de que tipo de capital teria a característica de ser fictício, enunciada por Marx, mas extrapolam essa definição dando a ela um caráter de capital específico, de tipo diferente, autonomizado, como foram outros tipos autonomizados de capital, desenvolvidos e analisados por Marx em *O Capital*.

Para Marx, ser fictício é uma qualificação que diz respeito ao valor-capital, aceito e atuante, de vários tipos de capital. Esses valores-capital, que a análise desvendou como correspondendo à capitalização de rendimentos esperados, são reconhecidos e aceitos socialmente nas muitas transações nas quais podem ser utilizados. Também não são inúteis, pois no geral representam direito de crédito. Eles têm, assim, existência real, pois são ou podem ser ativos na circulação de bens, serviços e capitais, e existem ao lado dos capitais que os engendraram para realizar seus gastos ou investimentos. Mas não são como um capital propriamente dito, igual aos outros. Existem como valor-capital designado como “ilusório” ou “fictício”, correspondente a rendimentos futuros e não a um capital já existente. Circulam como capital – dinheiro que se valoriza – que é constituído pela previsão de rendimentos futuros.

A designação de ser “fictício” levou tantos autores a não verem os valores-capital ditos fictícios como reais, com existência, evolução e cotação diferentes dos capitais que os engendraram. Sobretudo na forma de títulos representativos destes valores-capital, circulam como meio de pagamento e

de aplicação em vários setores da economia e da vida real no capitalismo e assombram o debate científico sobre o capitalismo plenamente desenvolvido como o conhecemos.

O tipo de interpretação de representantes do valor-capital entendido como fictício incorpora mais um elemento do dito capital financeiro: a circulação de uma imensa e *crescente* quantidade de títulos que nada mais representam que o valor atualizado de rendimentos esperados, portanto futuros, presumidos. Se o capital na esfera financeira existe em uma plêiade de modalidades e instrumentos de crédito, sua existência em grande medida ocorre na forma de títulos que permitem receber os rendimentos embutidos. A sua multiplicidade já era extraordinariamente crescente desde os tempos de Marx e novos instrumentos e formas continuam sendo criados todos os dias. Exemplo constituem as inúmeras formas de derivativos, opções e instrumentos de *hedge*, entre outros.

Esses títulos se referem a direitos a créditos (incluindo os depósitos bancários), ações, direitos sobre a propriedade da terra, a dívida pública, entre outros. Foi Marx quem sistematizou o conhecimento sobre o modo como o valor desses títulos se forma, ao contrário da aparência de que são esses títulos que dão direito a receber os rendimentos esperados. Na medida em que esses títulos que representam valores caracterizados como valores “capitalizados” (também chamados de “securitizados”), “fictícios” na denominação de Marx, são comercializados, eles mudam de mãos em seus mercados específicos. Quer dizer, mudam de proprietário – são, portanto, propriedade de investidor. A propriedade é intrínseca neste tipo de troca, como aliás em qualquer troca de mercadoria.

Esses títulos têm algo em comum: a forma como, por trás dos investidores, seu preço de mercado se conforma e varia. Dessa característica comum é prático indicar um coletivo de aplicações de capital sob essa denominação, indo mais além do que Marx definiu de modo tão claro e restrito. Em especial entre os críticos do sistema capitalista é também muito prático erigir um tipo de capital – coletivo de muitos com uma, e apenas uma,

característica comum, como o dominante de todos os demais. Os capitais na esfera financeira, o dito capital financeiro, representados quase sempre por seus instrumentos de crédito, passam a personificar o inimigo principal a ser combatido e abolido.

Nesta esfera financeira o dinheiro pontifica como tudo podendo, seu investimento aí redundando em juros e outros rendimentos. A aparência é de dinheiro tendo a propriedade de fazer aparecer mais dinheiro no bolso do investidor. Foi a análise de Marx que desmistificou essa aparência. Com ele, temos que colocar a singela pergunta: mas o dinheiro por si só tem mesmo essa capacidade? Na primeira parte de muitos dos textos aqui analisados, desde Hilferding, é apresentada a origem destes excedentes, que só pode vir do emprego produtivo da força de trabalho. Esta afirmação geral, ainda bem abstrata, fruto da análise teórica, tem a validade de abstração *real*. Quer dizer, continua válida, mas é complementada, adensada, por desenvolvimentos posteriores que nos levam a entender o funcionamento concreto do sistema capitalista.

A primeira consequência de tal constatação é que a dita “exuberância” financeira tem sua base e sua *limitação* na produção de mais-valor, que ocorre em outras instâncias. A criação exuberante de títulos e instrumentos de crédito, acelerada nas fases de rápido crescimento no ciclo econômico, encontra seus limites, quer dizer, sua verdadeira base, nas crises periódicas, que é a produção de mais-valor. Este mais-valor constitui riqueza concentrada nas mãos das classes abastadas e assume proporções gigantescas. Uma forma das mais importantes é a acumulação de direitos de crédito, instrumentos de créditos que prometem rendimentos que, em última análise e em boa parte de fato, estão atrelados à produção de mais-valor. Em outras palavras, são promessas que, nas crises, em grande parte desaparecem, viram pó.

Colocando ainda mais claro: as crises eclodem muitas vezes na esfera financeira, mas sua razão encontra-se em outro lugar, o que só a análise

materialista pode explicitar. Da aparência da crise econômica como sendo causada pela esfera financeira, deve-se chegar a seu verdadeiro conteúdo. As crises econômicas periódicas não são causadas pela esfera financeira, ao contrário, a destruição de capital nela investido tem sua causa na esfera que produz o mais-valor, do qual os juros e demais rendimentos são, na verdade, parte do lucro que é distribuído a proprietários desses direitos.

A crise econômica periódica não é, assim, consequência de um capitalismo das finanças, ou de um capitalismo dominando pelas finanças – explode muitas vezes nesta esfera, mas sua origem é outra. Temos que levar em conta a explosão impressionante de direitos e títulos de crédito e as formas particulares, sempre mutáveis, que eles vão apresentando, o que se reflete também no já volumoso debate sobre essas novas formas de aplicação financeira. A ênfase na análise exclusiva desta esfera financeira pode levar a uma espécie de reificação do financeiro e do dinheiro, como já ocorre em todas as outras correntes de pensamento econômico, quase exclusivas na formação dos economistas na atualidade. A reificação do financeiro e do dinheiro desdobra-se na quase unanimidade de pensamento econômico presente na grande imprensa.

Se a análise da esfera financeira precisa de conceitos escorregadios, como capital financeiro ou capital fictício, ainda tem que ser mostrado por um desenvolvimento lógico desses conceitos, como abstração *real*, quer dizer, como necessidade social, como lei do movimento do sistema capitalista.

As contribuições neste sentido não foram até agora satisfatórias no campo marxista, como se tenta demonstrar neste trabalho. Na falta desses desenvolvimentos, os conceitos mencionados podem e dever ser vistos, na minha opinião, com bastante reserva.

Referências

- CARCANHOLO, Reinaldo & NAKATANI, Paulo. “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”, *Ensaio FEE*, v. 20, n. 1, Porto Alegre, 1999.
- CARCANHOLO, Reinaldo & SABADINI, Mauricio. “Capital Ficticio y Ganancias Ficticias” In: CORTÉS, Claudio Lara & FLORES, Consuelo Silva (coord.). *La Crisis Global y el Capital Ficticio*. Santiago (Chile): Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO, 2013, pp. 74-101. Disponível em: <https://marxis-mocritico.files.wordpress.com/2011/10/capital-ficticio-y-ganancias-ficticias.pdf>.
- FREEMAN, Alan. “The profit rate in the presence of financial markets: a necessary correction”, *Journal of Australian Political Economy*, n.70 (70), Summer 2012. Tradução em espanhol: FREEMAN, Alan. “La tasa de ganancia bajo la presencia de los mercados financieros: una corrección necesaria”. afreeman@iwgvt.org
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- KLAGSBRUNN, Victor Hugo. “Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito”, *Ensaio FEE*, ano 13, n. 2, pp.592-615, Porto Alegre, 1992.
- _____. “Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira”, *Crítica Marxista*, v. 27, pp. 27-46, São Paulo, 2008.
- MARQUES, Rosa Maria & NAKATANI, Paulo. “El Capital Ficticio y su Crisis”. In: CORTÉS, Claudio Lara & FLORES, Consuelo Silva (coord.). *La Crisis Global y el Capital Ficticio*. Santiago (Chile): Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO, 2013, pp. 13-70.
- MARX, Karl. *O Capital*, livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____. *O Capital*, livro III, v. I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio & ROSSI, Pedro. “O capital fictício: revisitando uma categoria controversa”, *Texto para discussão 347*, Unicamp – Instituto de Economia, Campinas, agosto 2018.
- PAULANI, Leda Maria. “Autonomização das formas sociais e crise”, *Crítica Marxista*, n.29, pp. 25-31, Campinas, 2009.
- _____. “Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo”, *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 3 (144), pp. 514-535, São Paulo, julho-setembro/2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572016v36n03a04>
- PERELMAN, Michael. *Marx's Crises Theory: Scarcity, Labor, and Finance*. New York: Praeger Publishers, 1987
- ROTTA, Tomás Nielsen. *Dinheiro inconversível, derivativos financeiros e capital fictício: a moderna lógica das formas*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia/ IPE – USP, São Paulo, 2008.
- SABADINI, Mauricio de Souza. “Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx”, *Economia e Sociedade*, v. 22, n. 3 (49), pp. 583-608, Campinas, dezembro 2013.
- _____. “Sobre o conceito de capital financeiro”, *Temporalis*, ano 15, n. 30, pp. 1-24, Brasília, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=17/2031-sobre-o-conceito-de-capital-financeiro-i.pdf>

ROSA MARIA MARQUES

SOCIALISMO OU BARBÁRIE: O FUTURO É AGORA!

SOCIALISMO OU BARBÁRIE: O FUTURO É AGORA!

Resumo

Este artigo trata da necessidade de promover uma alteração radical na relação homem/natureza e na apropriação da produtividade decorrente da indústria 4.0, da internet das coisas e da inteligência artificial, enfim, da produtividade derivada dos novos usos que estão sendo feitos da tecnologia microeletrônica. Essas alterações pressupõem uma ruptura com o modo de produção capitalista, reafirmando o valor de uso e colocando o bem-estar da humanidade no centro das decisões. A socialização da produtividade das novas tecnologias é o fundamento para que se reduza substancialmente a jornada de trabalho e que se dê início à construção de uma nova proteção social que não seja fundada no trabalho. Caso essas mudanças não ocorram, cada vez mais a humanidade estará exposta a patógenos desconhecidos e milhões de trabalhadores estarão excluídos permanentemente do mercado de trabalho.

Palavras-chave: capitalismo; ecossocialismo; jornada de trabalho; nova proteção social

ROSA MARIA
MARQUES

Professora Titular do
Departamento de Economia e
do Programa de Estudos Pós-
graduados em Economia Política
da PUC-SP.

Abstract

This article discusses the need to promote a radical change in the man/nature relationship and in the appropriation of productivity resulting from industry 4.0, the internet of things and artificial intelligence, in short, the appropriation of productivity derived from the new uses of microelectronic technology. These changes presuppose a rupture with the capitalist mode of production, reaffirming the value of use and placing the well-being of humanity at the center of decisions. The socialization of the productivity of new technologies is the foundation for substantially reducing the working day and starting to build a new social protection that is not founded on work. If these changes do not occur, humanity will increasingly be exposed to unknown pathogens and millions of workers will be permanently excluded from the labor market.

Keywords: capitalism; eco-socialism; working hours; new social protection system

A compreensão de Rosa Luxemburgo sobre a oposição entre socialismo e barbárie apareceu pela primeira vez em 1915, sob o pseudônimo de Junius, no texto “A crise da social-democracia”. Nas últimas décadas, essa disjuntiva tem sido lembrada pela esquerda mundial à toda tragédia social ou econômica decorrente do avanço do neoliberalismo e/ou das forças avassaladoras do capital contemporâneo. Isso não foi diferente em 2020, quando teve início a pandemia de Covid-19. De fato, essa pandemia, ao exigir uma outra “norma” de conduta para as relações econômicas, sociais e sanitárias (mesmo quando o isolamento social e os *lockdowns* foram negligenciados e pouco efetivos), revelou, de forma escancarada, todos os problemas e contradições que estão presentes no capitalismo contemporâneo.

Entre esses, destacam-se: (a) o convívio com uma desigualdade aguda de renda, de patrimônio e das condições de manutenção e reprodução da vida que se manifestam entre classes sociais, cores ou raças, gêneros e nações (b) a valorização dos “negócios” ou do lucro sobre a vida humana, expressa na insistência de que a economia não poderia parar, na forma como foram conduzidos o desenvolvimento, a produção e a comercialização das vacinas por parte da indústria farmacêutica mundial e na modernização das atividades econômicas mediante o aceleração do uso da indústria 4.0, da internet das coisas e das formas de trabalho remoto; (c) a exposição a patógenos como o Sars-CoV-2, associada ao avanço do ser humano em regiões até então incólumes ou bastante preservadas de sua ação.

Este artigo busca discutir algumas das questões que estão presentes quando se aborda qualquer um dos destaques aqui apontados. Sua premissa básica é a de que a resolução desses problemas passa necessariamente pela superação do capitalismo, pois fundamentos como o bem comum, a defesa da vida e a garantia de condições de vida adequadas para todos e o surgimento de uma nova relação homem/natureza não têm lugar na lógica da reprodução do capital. A situação aguda revelada pela pandemia de Covid-19 não deixa dúvidas a esse respeito. Soma-se a isso a alteração radical em curso no campo do trabalho, tornando descartáveis milhões de

trabalhadores. Dessa forma, a expressão “socialismo ou barbárie” adquire uma extrema atualidade e urgência, maior do que a inaugurada pelo início da Grande Guerra.

O artigo está dividido em três partes, além das considerações finais. Primeiramente, discute-se como a destruição do meio ambiente e a exposição a novos patógenos, tão ou mais avassaladores do que o da Covid-19, são inevitáveis sob o capitalismo, dado que a lógica que o anima empurra-o a produzir cada vez mais. Na segunda parte, discute-se como o impacto da tecnologia de base técnica na microeletrônica sobre a produtividade (potencializado ainda mais pelos seus novos usos) resulta em precarização e exclusão de milhões de pessoas do mercado de trabalho. Daí, decorre a necessidade de outra jornada de trabalho ser praticada, reduzindo substancialmente a sua duração na semana e na vida ativa do trabalhador. Por fim, na terceira parte, discute-se como se faz urgente pensar a construção de outro tipo de proteção social, dado que aquela fundada no trabalho está perdendo seu sentido frente ao avanço da tecnologia.

I. Capitalismo e meio ambiente

A pandemia de Covid-19 é a primeira, com tal nível de contágio, que ocorre sob um capital presente no mundo todo e que desenvolveu incontáveis canais globais de interconexão. Essas características do capitalismo contemporâneo tornam absolutamente improvável que um evento sanitário semelhante ao do novo coronavírus fique circunscrito ao seu local de origem. Por isso, como não está colocado no horizonte um retrocesso em relação à globalização e à interdependência entre os países e as empresas quanto às suas atividades, pode-se dizer que 2020 inaugurou uma era de pandemias. Como escrevemos anteriormente:

A expansão do capital, observada nas últimas décadas, é decorrência da exigência de seu próprio processo de acumulação. Isso não quer dizer que não seja possível haver um retrocesso, mas, para isso acontecer, seria necessária

uma profunda destruição das relações econômicas e sociais, o que não é o caso, por pior que tenha sido o ano de 2020. Seria necessária a ocorrência de um verdadeiro cataclisma mundial ou de um longuíssimo e ininterrupto processo de entropia das relações capitalistas. Políticas protecionistas e endurecimento com relação aos imigrantes, que são apontados por alguns como sinal do enfraquecimento da globalização, seriam apenas dois entre vários outros aspectos de um mundo “fechado” e, provavelmente, não os principais. (MARQUES *et alii*, 2021)

A passagem de um evento sanitário local para um mundial é viabilizada pela mundialização do capital e pelas inúmeras interconexões que ele estabeleceu no globo; o “aparecimento” de novos patógenos com potencial devastador é fruto da expansão capitalista desenfreada, que não tem nenhum cuidado com relação à interação homem/natureza. Já faz mais de trinta anos que virologistas e pesquisadores de outras áreas têm chamado atenção para o fato de estar sendo reunida uma série de condições que favorecem o contato humano com vírus até então desconhecidos. O assunto é tão importante que vários livros e filmes lançados, no período, exploram essa temática. E nem sempre têm um final “feliz” ou uma mensagem que insinue a superação da pandemia retratada.

Entre as condições que são mencionadas pelos virologistas, destacam-se: (a) a mudança climática provocada pelo aquecimento global; (b) a proximidade crescente entre humanos e animais selvagens devido à ampliação da fronteira agrícola, à urbanização sem controle (que provoca a destruição das barreiras ecológicas que permitem a dispersão de patógenos) e ao contato com o ambiente rural; (c) a globalização e o expressivo aumento das viagens internacionais. Os itens “a” e “b” seriam aqueles que propiciam o contato humano com patógenos desconhecidos; já os itens “b” e “c” viabilizariam sua rápida disseminação no mundo.

Não é possível afirmar qual ou quais dessas condições são mais importantes. O que se pode dizer é que todas elas são resultado das atividades econômicas e sociais organizadas sob o capitalismo. É o modo de produção capitalista que, ao ter como norte a reprodução ampliada do capital e a

busca de lucros crescentes, é impelido a ocupar todos os espaços territoriais virgens ainda disponíveis. E, no avanço sobre esses territórios, o capital não tem como parâmetro estabelecer uma relação não predatória com a natureza, pois esse é apenas movido pela rentabilidade que deles pode extrair. Da mesma maneira, como o capitalismo diferencia-se dos modos de produção anteriores¹ por perseguir a ampliação constante da produção, move e utiliza cada vez mais materiais, matérias-primas e energia, principalmente de origem fóssil, o que tem resultados catastróficos em termos de meio ambiente.

A produção crescente e de massa, atributo indissociável do capitalismo desde que ele conseguiu subsumir completamente todos os elementos constitutivos do processo de trabalho ao seu interesse de valorização, só se firmou quando, a partir de uma série de fatores, foi viabilizado o consumo de massa e, junto com ele, mas de forma mais paulatina, a introdução do consumismo como norma de conduta das pessoas. Não é necessário se retomar aqui quais foram as bases técnicas necessárias para a viabilização da produção em massa. Sobre isso a literatura é farta ao descrever os métodos de organização tayloristas e fordistas do processo de trabalho². Entre os diversos autores que se debruçaram sobre o tema, citamos os próprios Taylor (1982) e Ford (1925) e o economista francês Coriat (1982). Já para o consumo de massa, vários fatores concorreram. Alguns deles são datados, pois dizem respeito à situação dos trinta anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial (2GM), tais como a introdução do crédito direto ao consumidor, o aumento real dos salários e a redução dos preços de mercadorias produzidas pelos então novos métodos fordistas e tayloristas³. Outros, embora há muito sejam utilizados, são cada vez mais presentes na viabilização do consumo de massa: o próprio crédito direto ao consumidor;

¹ E mesmo dos que ainda persistem, mas não são hegemônicos, tais como os modos de produção dos povos originários de diversos países.

² A automação flexível propiciada pela base técnica na microeletrônica e, mais recentemente, pela indústria 4.0 e pela internet das coisas, não constitui uma ruptura com relação à produção em massa. Ao contrário, a viabiliza de forma ainda mais adequada.

³ Embora Taylor tenha apresentado o resultado de suas pesquisas ao final do século XIX, e Ford no início dos anos 1910, seus métodos somente se generalizaram no mundo após o fim do conflito da 2GM.

o encurtamento planejado da vida útil dos produtos por parte das empresas; a associação de produtos a sucesso e outros valores, para a qual a propaganda é a chave; a obsolescência tecnológica e a segmentação do mercado por renda e faixa etária, que não poupa sequer as crianças.

Mas, acima de tudo, o que realmente garante o consumo exacerbado presente na sociedade contemporânea é o fato de ele ter passado a ser considerado um valor maior e uma norma de conduta predominante. O consumismo que nos foi imposto, isto é, que foi produto de uma estratégia resultante de várias iniciativas, está absolutamente introjetado no ser humano que vive sob o capitalismo. Mesmo aqueles que querem fugir dele, posto que são mais conscientes desse processo, não conseguem dele se libertar completamente pela simples razão de que vivem em sociedade e são homens e mulheres de seu tempo. Uma das mais importantes contribuições sobre esse assunto é dada por Zygmunt Bauman (2008, p. 41): “o ‘consumismo’ chega quando o consumo assume o papel-chave que, na sociedade de produtores, era exercido pelo trabalho. [...] o consumismo é um atributo da sociedade”.

Dessa forma, a produção crescente, que “exige” o avanço sobre territórios inexplorados, coloca em xeque o meio ambiente e expõe a humanidade a novos patógenos, que poderão ser iguais ou piores do que o Sars-CoV-2. O consumismo, que aparentemente “apenas” sanciona a corrida desenfreada do capital em direção à tragédia, é parte inerente de nossa sociedade organizada com base nos princípios e valores capitalistas. Por isso, se as condições que destroem as barreiras (que impedem o contato de novos patógenos com o ser humano) e que viabilizam a sua disseminação no globo são resultado das atividades organizadas sob o capitalismo, a única saída que se coloca para a humanidade é a construção de uma nova ordem social e econômica, que estabeleça uma relação harmônica e não predatória com a natureza.

A discussão sobre o entendimento de que se faz necessário fazer algo para impedir a deterioração e/ou a destruição irreversível da natureza é realizada há muito tempo por diversos pesquisadores, militantes e movimentos

e escolas de pensamento. Entre esses, destacam-se os que advogam o Desenvolvimento Sustentável, o Bem Viver e o Ecosocialismo. Há, ainda, a perspectiva do Ecofeminismo e propostas que derivam do Decrescimento, da Desglobalização e da Soberania Alimentar. No livro *Pandemia, crises e capitalismo* (2021), são discutidos os principais fundamentos dos três primeiros e suas respectivas implicações. Aqui, é suficiente lembrar que desses últimos, apenas o Bem Viver e o Ecosocialismo se colocam numa posição anticapitalista, pois consideram que vivemos uma crise sistêmica que está colocando em risco a própria sobrevivência humana sobre o planeta Terra.

A perspectiva do Desenvolvimento Sustentável pressupõe que é possível se ajustar a produção capitalista de modo a não agredir a natureza, principalmente mediante mudanças nos processos de produção, substituindo o uso de materiais e energia não ecológicos por outros mais adequados. O Ecosocialismo, por sua vez, parte do entendimento de que a reprodução ampliada do capital e a perseguição do lucro máximo, fundamento do capitalismo, são inconciliáveis com o equilíbrio que se faria necessário entre homem e natureza. Em sua visão, e na visão do Bem Viver⁴, a adoção de novos processos de produção menos agressivos à natureza (supondo que isso fosse possível de ser adotado como padrão) é totalmente insuficiente. Isso porque o capitalismo constitui um modo de produção que persegue simultaneamente o aumento da produção e do consumo, como já mencionado anteriormente. Faz-se necessário o rompimento dessa lógica, recolocando no centro das preocupações as atividades econômicas dirigidas para o atendimento das necessidades humanas, de modo a resgatar a importância do valor de uso e, com isso, abolir o desperdício inerente ao consumismo.

Importante registrar ainda que a passagem para uma organização social fundada no Ecosocialismo não ocorrerá da noite para o dia. Michael Löwy (2019) chama esse processo de Grande Transição, cujo tempo de duração não está previamente determinado. Nesse e noutros textos, Löwy detalha

⁴ O Bem Viver, associado aos povos originários da América do Sul, é tratado em ampla literatura. Nessa, destaca-se, por exemplo, as contribuições de Alberto Acosta, entre as quais se chama atenção para *O Bem Viver – uma oportunidade para imaginar outros povos*, de 2017.

as estratégias e as condições necessárias para pavimentar esse caminhar. Entre suas contribuições, temos o “Ecosocialismo e planejamento democrático” (LÖWY, 2009), artigo considerado um clássico por muitos, dado que apresenta um conjunto de objetivos, metas ou condições (em vários campos, desde o econômico até o processo decisório na sociedade), a partir dos quais pode se iniciar o processo de transição.

2. As tecnologias e a superação do trabalho

Nos anos 1980 e 1990, como reação⁵ à queda da taxa de lucro (HUSSON, 2014; ROBERTS, 2014; CHESNAIS, 2016), aceleraram-se a introdução e a difusão dos equipamentos e processos com base técnica na microeletrônica na produção e circulação de mercadorias⁶, o que resultou em grande mudança na relação capital/trabalho. Uma das indústrias que sofreu ampla reestruturação foi a automobilística, mas, a rigor, todas as atividades econômicas, sem exceção, foram envolvidas, com destaque para as bancárias e financeiras e para as de comunicação.

Do ponto de vista do trabalhador, esse processo “modernizador” provocou um aumento expressivo da intensidade do trabalho e, ao mesmo tempo, diminuição importante do uso da força de trabalho. No plano macro das nações, com raras exceções, o desemprego elevado, que havia retornado nos anos 1970, torna-se permanente. Não canso de lembrar aos leitores mais jovens que o desemprego desaparecera da realidade do trabalhador durante os trinta anos que se seguiram ao fim da 2ª GM, de modo que sua existência não fazia parte de suas preocupações (HOBBSAWM, 1995; CHESNAIS, 2005). A situação do desemprego, que iria retornar à vida do trabalhador, apresenta diferenças entre os países, a depender de uma série de fatores, tanto econômicos, como institucionais e políticos. De qualquer forma, a partir da generalização do uso dessa tecnologia, o mundo deixou de estar dividido

⁵ Essa é apenas uma das medidas adotadas pelo capital na tentativa de recompor taxas adequadas de lucro. Sobre isso, ver Chesnais (2012).

⁶ Na verdade, essa tecnologia afetou todas as atividades humanas, não ficando restrita às econômicas.

entre países que tinham mercado de trabalho “estruturado”, isto é, no qual a grande maioria dos trabalhadores estava empregada e com direitos sociais garantidos, e países periféricos ou dependentes, com um contingente enorme de trabalhadores na informalidade, com relações salariais extremamente precárias, entre outras mazelas. Atualmente, o trabalho precário e a ausência de direitos, antes tidos como próprios do subdesenvolvimento, fazem parte da realidade de parcela cada vez maior dos trabalhadores dos países ditos desenvolvidos.

Essa situação se agrava com o aceleração da adoção da indústria 4.0, da internet das coisas e da inteligência artificial. Não se trata de outra base tecnológica e sim de um salto qualitativo no uso de uma mesma base. A grande novidade decorre da integração das distintas tecnologias já existentes e de seu uso resultar em soluções diferentes das até então buscadas. Isso sem falar da concessão de autonomia no processo decisório que o equipamento passa a ter. A citação que segue, da fala de David Kupfer (2019), é bastante ilustrativa dessa realidade.

A integração entre o real e o virtual foi chamada de sistema cyber-físico, a comunicação entre máquinas e a interconexão dos processos decisórios dos sistemas de gestão. São esses muitos dos conhecimentos e das tecnologias ligadas ao mundo digital, que foram convergindo, cooperando, para criar essas condições que, por sua vez, transformam pesadamente as rotinas de produção que são praticadas no meio industrial.

[...] o caráter disruptivo não tem nada a ver com a radicalidade das inovações envolvidas. Toda essa transformação digital produzirá descontinuidades, não porque há inovações radicais envolvidas nisso, mas porque são as tecnologias emergentes, que já estão em *pipelines*, que já foram introduzidas, já estão em difusão – algumas há 10 anos, algumas há 20 anos – que, ao trabalharem de forma convergente, reestruturam sistemas produtivos, contestam posições de mercado, deslocam líderes e abrem espaço para novas empresas. Elas transformam fundamentalmente a organização industrial e a economia industrial, muito mais do que os processos propriamente ditos. Ela é disruptiva porque transforma os determinantes da competitividade e,

portanto, é um fenômeno muito mais econômico e social do que científico e tecnológico.

O aceleração da adoção dessas novas tecnologias, que, registre-se, foi algo que ocorreu no mundo todo durante a pandemia de Covid-19, terá, conjuntamente com o desenvolvimento da inteligência artificial, impactos que ainda não se pode dimensionar. Sabe-se, no entanto, que esses impactos são de toda ordem e não somente socioeconômicos. A própria subjetividade humana será objeto de grandes mudanças, mais do que as que já ocorreram nesses últimos quase quarenta anos com o uso da internet e das formas de comunicação a ela associadas.

De qualquer forma, considerando o nível tecnológico atual, seria mais do que possível produzir a quantidade de bens e serviços necessária para que a toda a população mundial vivesse dignamente, com elevada qualidade de vida. E não se trata de dizer que se tem condições para produzir, armazenar e preparar alimentos da população mundial, como é informado nos relatórios da *Food and Agriculture Organization* (FAO)⁷, mas sim que o conjunto das necessidades humanas poderiam ser atendidas. Não há novidade nenhuma nessa afirmação, dado que diversos autores já trataram dessa questão. O importante é resgatar, aqui, o motivo disso não ocorrer, para relacionarmos ao que foi dito anteriormente neste artigo.

Em primeiro lugar, parte do potencial produtivo é perdido, dado que passou a ser “normal” operar com elevada taxa de ociosidade (CHESNAIS, 2012; 2016). Em segundo lugar, é preciso lembrar que o resultado da produtividade é amplamente apropriado de forma privada, isto é, pelos capitalistas. Com exceção dos trinta anos que se seguiram à 2ª GM, os trabalhadores pouco ou quase nunca partilham desse resultado. Além disso, somente uma parte ínfima da produtividade resulta em melhoria da condição de vida da população.

⁷ Apesar disso, 9% da população mundial é subnutrida.

A produtividade potencial propiciada pelo uso dessas novas tecnologias é suficiente para permitir que a humanidade conviva com jornadas de trabalho extremamente reduzidas ou com situações em que se alterne trabalho com não trabalho ao longo da vida considerada ativa⁸. Não por acaso, algumas categorias de trabalhadores conquistaram jornadas de trabalho bem menores do que as praticadas na maioria dos países e o trabalho a tempo parcial foi considerado uma opção (e não uma imposição) por parte de outros⁹. Mas, ao contrário de a produtividade se reverter em libertação, mesmo que parcial, do trabalho, o que se vê é, junto com o elevado nível de desemprego, o avanço da jornada efetiva para aqueles que mantêm seus empregos e a precarização dos vínculos e das condições de trabalho. São raros os trabalhadores que mantêm elevados salários, planos de carreira e benefícios. Esses pertencem ao que se chama de núcleos duros das empresas, que têm interesse de mantê-los em seus quadros. Os demais são considerados descartáveis e substituíveis e, por isso, têm vínculos precários junto ao mercado de trabalho.

Aqueles que fazem parte do contingente de desempregados estão excluídos do sistema. A crescente participação dos desempregados de longa duração nos permite afirmar que grande parte da massa desempregada não pode mais ser confundida ou considerada como o exército industrial de reserva, tal como tratava Marx em *O capital* (1980). Não se trata de uma reserva e sim de uma exclusão permanente. Os “negócios” podem e são operados com um número muito menor do que anteriormente. Essa redução, que aparece primeiramente como um quantitativo, consiste numa mudança qualitativa e, por isso, encerra em si a oposição entre desemprego vitalício ou redução substantiva da jornada de trabalho. A prevalência da primeira opção sobre a segunda decorre do fato de essas tecnologias estarem sendo implantadas

⁸ A vida ativa é aquela em que as pessoas estão disponíveis para o trabalho, de modo que não contempla, no seu cômputo, a infância, parte da juventude e a velhice. Essa definição sofre modificações de país a país, pois depende tanto de suas leis que regulam o mercado de trabalho, como daquilo que é considerado aceitável pela sociedade em questão.

⁹ Por exemplo, a jornada de 28 horas dos metalúrgicos alemães, o aumento pela opção de jornada parcial na Finlândia.

a partir do domínio e da lógica capitalista, de modo que seus resultados são apropriados de forma privada e não resultam em ganhos ou melhorias do conjunto da população.

Para que pelo menos parte dessa produtividade se consubstanciasse em benefício dos trabalhadores, seria necessária outra correlação de forças entre as classes. Na atual situação, ela é, apesar das diferenças nacionais, desfavorável aos trabalhadores, o que não impede a continuidade das lutas nesse campo e a discussão sobre a necessidade de uma mudança radical. Ao contrário, somente analisando os limites que estão postos é que se torna possível pensar, de forma integrada, a superação dos problemas relativos ao meio ambiente e à situação do desemprego e da precarização que assola o mundo do trabalho no globo.

3. O mundo do trabalho e a proteção social

A proteção social relativa ao campo previdenciário, que concede cobertura particularmente aos riscos “velhice”, “invalidez” e “morte”, está em xeque. Ela foi erigida tendo como fundamento o trabalho assalariado, não importa se organizada sob o princípio meritocrático ou universal¹⁰. O auge de seu desenvolvimento ocorreu no século XX, depois de terminada a 2ª GM, embora suas origens datem do século anterior¹¹. Seu auge, portanto, coincide com o período da generalização da aplicação dos métodos tayloristas e fordistas da organização do trabalho e com a ampla expansão do trabalho assalariado, em uma situação de quase pleno emprego.

A partir dos anos 1980, a mudança da base técnica eletromecânica para a microeletrônica passou a corroer a base sobre a qual os sistemas de

¹⁰ O princípio meritocrático garante benefícios a quem previamente tiver contribuído, seja para um regime de repartição (no qual o fundo de recursos é compartilhado com todos os segurados), seja para um fundo de pensão (no qual as contribuições são contabilizadas individualmente, embora os recursos oriundos de todas as contribuições sejam aplicados no mercado de acordo com as regras do país em questão). O princípio da universalidade tem como base o direito decorrente da cidadania; é financiado por impostos.

¹¹ Para uma reflexão sobre a formação histórica dos sistemas de proteção social, ver Marques (1997).

proteção foram construídos. Hoje, com o salto qualitativo potencial em termos de produtividade propiciado pelo uso de novas aplicações, assiste-se ao início de um processo de alteração radical do mundo do trabalho, a que chamamos de “Grande Ruptura” (MARQUES *et alii*, 2021). Essa mudança, como mencionado anteriormente, está excluindo milhões de trabalhadores do mercado de trabalho. Enfim, o trabalho e o emprego estão se tornando algo “raro”¹².

Esse processo coloca em questão a proteção social previdenciária, pois todos os regimes pressupõem que o acesso ao benefício da aposentadoria (além dos outros critérios exigidos) ocorra depois de transcorrido uma quantidade de anos de vida dedicados ao trabalho. Afinal, a aposentadoria é definida como uma renda de substituição, paga a quem não tem mais condições de trabalhar devido à velhice, em substituição total ou parcial à renda que recebia quando trabalhava. Se o “direito ao trabalho” começa a se tornar raro, não há mais como justificar a manutenção desse fundamento da proteção social previdenciária, isto é, o vínculo entre trabalho anterior e aposentadoria.

Evidentemente que a Grande Ruptura está em processo e ainda não se revelou completamente. Isso significa que se mantém a pertinência da luta contra a retirada dos direitos obtidos durante o período de acumulação fordista, a que sustentou o crescimento ininterrupto dos trinta anos dourados (HOBSBAWM, 1995). Isso é válido tanto nos países em que a proteção social atingiu praticamente toda a população, como naqueles em que ela foi implantada de maneira incompleta, nos quais a presença da informalidade sempre se manteve extremamente alta e muitas vezes abarcava a maioria dos trabalhadores. Não pode haver dúvidas a esse respeito: na defesa de seus direitos, é legítima a luta dos trabalhadores que ainda dispõem de seus benefícios ou que estão vinculados a sistemas de proteção porque ainda têm o “privilégio” de exercer uma atividade com vínculo formal. Mas é hora de

¹² Não se desconhece a discussão sobre a diminuição absoluta dos trabalhadores sobre a produção da mais-valia. Aqui, ela não é feita porque não é o objeto da atenção deste artigo.

se pensar em outra proteção social, que não tenha o trabalho como fundamento ou referência.

Qual seria o fundamento que sustentaria a defesa dessa outra proteção social? Parte da resposta a essa pergunta já está presente no interior de sistemas de proteção social vigentes, no segmento saúde, quando o acesso é considerado universal e sua concessão é atribuição do Estado. A universalidade na saúde considera que a assistência à saúde é um bem comum e que o direito deriva da cidadania, não tendo, portanto, nenhuma relação com a meritocracia ou com a participação no mercado de trabalho. O que configura a assistência à saúde como um bem comum é o entendimento de que os avanços dos cuidados são produto do conhecimento acumulado pela humanidade, de modo que pertencem a toda a população. Esse fundamento vai na direção contrária do movimento feito sob o capitalismo, de tornar tudo objeto de propriedade e de tudo mercantilizar. Não por acaso, é no campo da saúde onde se pode encontrar mais exemplos de quebra de patente, sempre em nome do bem comum e por iniciativa de países nos quais o acesso é universal.

São esses mesmos fundamentos ou princípios que devem nortear a construção de uma nova proteção social. Definidos pela sociedade os riscos e/ou benefícios a serem por ela contemplados¹³, o acesso à proteção deve se apoiar na cidadania e o Estado deve ser seu organizador e financiador. Mas como se pode aplicar esses princípios ao que é chamado, ainda hoje, de risco velhice ou de aposentadoria? Para responder essa questão, é preciso retomar o conceito restrito do benefício pago como aposentadoria, tal como está acima. Trata-se de uma renda de substituição que se aplica quando cessa a renda advinda da venda da força de trabalho¹⁴ e, por isso, essa definição

¹³ Considerando que as necessidades são historicamente determinadas e que, portanto, as situações a serem cobertas podem variar de país a país, tal como acontece hoje (a inclusão do direito à moradia garante o acesso a aluguéis de valores mais baixos de propriedade estatal ou o recebimento de um benefício moradia, por exemplo).

¹⁴ No caso de sistema contributivo, a imensa maioria dos segurados são de trabalhadores assalariados, embora seja permitido que qualquer pessoa, mediante contribuição, a ele se filie. Isso dá origem aos contribuintes individuais, que podem ser autônomos, pequenos comerciantes ou mesmo quem não exerça nenhuma atividade.

tem como referência uma relação assalariada anterior entre um determinado trabalhador e seu empregador. No momento atual, quando os avanços tecnológicos estão alijando segmentos crescentes de pessoas dos ambientes de trabalho e têm potencialidade de tornar a exclusão permanente, há que se revelar o outro lado da tragédia do desemprego.

A “Grande Ruptura” do mercado de trabalho somente se traduz em tragédia porque a produtividade é apropriada pelo capital. Por isso, urge reconhecer que a humanidade pode, pelo menos em parte, se livrar da “maldição bíblica” com relação ao trabalho e que isso se traduz, além da redução da jornada de trabalho, na socialização dessa vitória na forma de garantia de renda para todos e a qualquer idade. Ao não tornar isso realidade, o que teremos é a dominância plena da barbárie, na qual a sobrevivência do dia a dia é tão ou mais violenta do que as piores guerras vivenciadas pela humanidade.

Não se trata, portanto, de garantir uma renda adequada¹⁵ somente para pessoas a partir de uma certa idade, como “recompensa” por serem idosos (já desconsiderando o entendimento atual de que devem ter trabalhado e contribuído por um determinado número de anos). Trata-se, isso sim, de considerar que, numa sociedade em que o trabalho oferecido pelos capitalistas passa a ser escasso, qualquer um, a qualquer idade, está sujeito a não ter ocupação remunerada e, portanto, tem direito a receber uma renda adequada. Essa renda, paga a todos que assim desejarem, seria expressão monetária da socialização do avanço alcançado pela humanidade nas últimas décadas e do que ainda está por vir. Com isso, desapareceria a “fronteira” entre uma renda garantida, de caráter assistencial, e uma renda de substituição pelo motivo velhice (ou por tempo de trabalho e contribuição).

Essa proposta implica reconhecer que os avanços em termos de produtividade devem ser socializados, tal como o foram no campo da saúde em vários países. Na proteção social, sua implementação exigiria uma mudança radical, mas ela somente estaria fazendo eco ao que já está acontecendo no

¹⁵ O que é adequado deve ser objeto de decisão de cada sociedade; para a qual seria levado em conta o grau de desmercantilização alcançado na economia.

mundo do trabalho. Em outras palavras, é preciso que se reflita sobre os impactos e as possibilidades que estão sendo abertas pelos novos usos das tecnologias. Pensar na continuidade do que existe em termos de proteção social (fundamentos, organização e financiamento) é condenar segmentos crescentes da população a não ter acesso a seus benefícios. Mas, como dito anteriormente, as mudanças no campo do trabalho estão em processo. Por isso, a garantia de proteção social torna-se uma tarefa ainda mais complexa, pois é preciso, simultaneamente, manter os direitos decorrentes de uma relação salarial em distinção e construir o novo com base em algo que não está totalmente revelado.

Considerações finais

Este artigo tratou da necessidade urgente de superação do capitalismo a partir de dois aspectos: o do meio ambiente e o do mundo do trabalho. Evidentemente que esses não esgotam as contradições que estão presentes no modo de produção capitalista, mas certamente estão situados entre aqueles que se apresentam como os mais agudos.

A busca permanente do capital em se reproduzir de forma ampliada – que implica aumento da produção e maior exploração da natureza – está colocando em risco a humanidade tanto devido ao efeito estufa, como pela exposição a patógenos até então desconhecidos. Essa exposição, no quadro da mundialização do capital, da especialização da produção de determinados insumos e mercadorias em alguns países (que se mostrou extremamente danosa na pandemia de Covid-19, com a concentração da fabricação de insumos para medicamentos na Índia e de equipamentos na China) e da intensa interconexão que lhe acompanha (cujo número de viagens aéreas é apenas um exemplo), tem seus impactos potencializados.

Ao mesmo tempo, vê-se que novos usos combinados da tecnologia microeletrônica estão provocando mudanças substantivas nos ambientes de trabalho. O resultado disso será a diminuição expressiva da utilização da força

de trabalho, tornando o emprego algo ainda mais raro do que se apresenta hoje. Mais do que desemprego, teremos cada vez mais trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. Esse será o resultado caso a produtividade decorrente dos novos usos da microeletrônica for, como aconteceu nas últimas décadas sob o neoliberalismo, apropriada somente pelo capitalista.

A “Grande Ruptura” que se vislumbra para o mundo do trabalho exige a construção de outra proteção social, na qual a referência deixaria de ser o trabalho e passaria a ser a necessidade de uma renda para que todos possam viver dignamente e de acordo com o desenvolvimento material e espiritual de sua sociedade. Isso implicaria a socialização da produtividade.

Barrar o avanço predatório do capitalismo sobre a natureza, reduzir substancialmente a jornada de trabalho e construir outra proteção social não cabem no capitalismo. Daí o uso da expressão “socialismo ou barbárie”. A barbárie é o que o capital tem a nos oferecer: exclusão (e, portanto, pobreza) e pandemias. É preciso começar a construir o seu oposto hoje. Por isso, o subtítulo deste artigo é “o futuro é agora”.

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros povos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2ª reimpressão, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. São Paulo: Zahar, 2008.
- CHESNAIS, François. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: CHESNAIS, F. (org.) *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005
- _____. “As raízes da crise econômica mundial”. In: *Olho da história*, julho de 2012. Disponível em: <http://oolhodahistoria.org/n18/artigos/chesnais.pdf>. Acesso em: 13/02/2021.
- _____. *Financial Capital Today*. Boston: Brill, 2016.
- CORIAT, Benjamin. *L'Atelier et le Chronomètre*. Paris: Christian Bourgois Editeur, 1982.
- FORD, Henry. *Minha vida, minha obra*. Porto Alegre: Monteiro Lobato, 1925.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUSSON, Michel. Apresentação no *Third Economics Seminar of the IRRE*. Amsterdam, 2014. Vídeo disponível em: <https://www.iire.org/node/640>. Acesso em: 19/01/2021.
- KUPFER, David. Palestra. In: ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de & CAGNIN, Rafael Fagundes. *A indústria do futuro no Brasil e no mundo*. São Paulo: IEDI (INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL), 2019.
- LÖWY, Michael. “Ecosocialismo e planejamento democrático”, *Crítica Marxista*, n.28, pp.35-50, Campinas, Fundação Editora Unesp, 2009.
- _____. “O que é o Ecosocialismo? – partes I e 2”. In: *Esquerda on-line*, 2019. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/o-que-e-o-ecossocialismo-por-michael-lowy-1/59573> e <https://www.esquerda.net/artigo/o-que-e-o-ecossocialismo-por-michael-lowy-2/59576>. Acesso em: 03/12/2020.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da socialdemocracia*. Lisboa: Editorial Presença, s.d. Disponível em: <http://paranaue.org/wp-content/uploads/2019/09/luxemburgo-crise-social-democracia.pdf>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2020.
- MARQUES, Rosa Maria. *A proteção social e o mundo do trabalho*. São Paulo: Bial, 1997.
- MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes; BERWIG, Solange Emilene & DEPIERI, Marcelo Álvares de Lima. *Pandemias, crise e capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro I, capítulo XXIII. São Paulo: Difel, 8ª edição, 1982.
- ROBERTS, Michael. “Tendencies, triggers and tulips – the causes of the crisis: the rate of profit, overaccumulation and indebtedness”. Apresentação *Third Economics Seminar of the IRRE*. Amsterdam, 2014. Disponível em: <https://www.iire.org/node/623>. Acesso em: 15/02/2021.
- TAYLOR, Frederick. *Princípios da administração científica*. São Paulo: Atlas, 1982.

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

QUANDO A VIRTUDE É O PROBLEMA: A ATUALIDADE DE CELSO FURTADO

QUANDO A VIRTUDE É O PROBLEMA: A ATUALIDADE DE CELSO FURTADO

Resumo

O objetivo principal do artigo é resgatar a atualidade da obra de Celso Furtado, a qual, mesmo diante das transformações econômicas, tecnológicas e sociais das últimas décadas, contém teses, reflexões e valores que perduram. Para tanto, elege dois aspectos para abordar, os quais, eles mesmos, foram ressaltados por Furtado como norteadores de seu trabalho: a construção e fixação da categoria subdesenvolvimento na análise econômica e o entendimento, não usual em sua época, de que para sua superação não se poderia prescindir da democracia. O artigo parte da gênese das ideias de atraso e progresso no Brasil, ainda no Império, até chegar à de subdesenvolvimento, na década de 1950, e a seguir retoma as reflexões sobre liberdade e democracia de Furtado, geralmente pouco lembradas na vasta literatura sobre sua obra.

**PEDRO CEZAR
DUTRA FONSECA**

Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: pedro.fonseca@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3814-9578>

Agradeço a Rosa Freire d'Aguiar pelas sugestões e ao bolsista PIBIC-CNPq/UFRGS Henrik Johan D'Alençon Karlholm pelo auxílio na pesquisa.

Palavras-chave: Celso Furtado; desenvolvimento econômico; democracia; América Latina.

Abstract

The main objective of this paper is to bring to the present days the work of Celso Furtado. Although transformations have happened in the past decades in the economic, technological and social fields, his studies have theses, ideas and values that still stand. The paper selects two aspects to highlight, the same that were elected by Furtado himself as parameters of his work: the construction and fixation of the category of underdevelopment in the economic analysis and the understanding, not usual by that time, that in order to overcome it, democracy was pivotal. This paper begins with the genesis of the ideas of backwardness and progress in Brazil in the Empire era, and goes until the idea of under development in the 1950s. It proceeds to reconsider the analyses of freedom and democracy in Furtado's view, which are not commonly remembered in the vast literature that refers to his work.

Keywords: Celso Furtado; economic development; democracy; LatinAmerica.

I. Introdução

Se é um truísmo afirmar que as obras de qualquer autor não podem ser entendidas sem se considerar o contexto histórico em que apareceram, sempre discutir sua atualidade é exercício arriscado, pois impõe repensá-las em outro tempo e/ou espaço. Todavia, também se sabe que obras clássicas não perecem; às vezes, permanecem atuais e com ávidos leitores por décadas e até séculos. De certo modo, o fato de continuar granjeando leitores e adeptos é sintoma e atestado de atualidade, de que algo permanece. Por outro lado, como assinala Sartori (1970, 1984), as ideias “viajam”, ou seja, são capazes de transitar por tempos e lugares, porquanto são capazes de adaptar-se, moldar-se, incorporar novidades – enfim, “atualizar-se”. Não sendo fixadas de uma vez para sempre, como na metafísica platônica, possuem movimento, sempre sinal de vida e, portanto, de historicidade.

Pensar a atualidade da obra de Celso Furtado não é diferente e os riscos são os mesmos. De forma geral, seus trabalhos datam da segunda metade do século XX e seu foco é a América Latina, e mais especificamente o Brasil, mesmo que boa parte dela tenha sido escrita no exterior. Inserem-se, portanto, nesse período histórico e nas questões então debatidas na área econômica, marcados pela chamada “Era de Ouro” do pós-Segunda Guerra, na qual predominavam as crenças na democracia, no crescimento acelerado e na distribuição de renda, sob a empolgação da derrota do nazifascismo e a hegemonia das ideias keynesianas, social-democratas e, na América Latina, do desenvolvimentismo. Como a obra de Furtado é vasta em tamanho e profundidade (mais de trinta livros entre 1954 e 1992, sem contar os artigos), a opção metodológica aqui utilizada foi buscar os traços marcantes que lhe conferem atualidade a partir de seu conjunto, tendo em vista que tais marcos estruturais a nortearam, e não os detalhes ou meandros de suas contribuições teóricas – exercício por certo válido, mas que ultrapassaria os limites de um artigo. Tal caminho foi de certo modo facilitado pelo fato de Furtado ter-nos legado sua própria reflexão sobre sua trajetória intelectual e de homem público, como em *A fantasia organizada* (1985) e *A fantasia*

desfeita (1989), escritas como um balanço de vida. Mas, como lembra Iglésias (FURTADO, 1997, p. IX), essa sua temática “memorialística” começara bem cedo, com o livro de contos e relatos sobre sua participação na Força Expedicionária Brasileira, quando já dava mostras de seu pendor literário, o que lhe valeu certa vez, segundo seu próprio relato, uma “reprimenda” de Eugênio Gudín: “Você apela demasiadamente para a imaginação em suas análises. Devia ter sido romancista, e não economista” (*ibidem*, v. 1, p. 162). Dúvida: seria mesmo o uso da imaginação um problema a ser evitado pelos economistas e, em geral, pelos cientistas?

Furtado várias vezes enfatizou a defesa do desenvolvimento e da democracia como o busílis de seus trabalhos. Além de resgatar tal aspecto nem sempre lembrado de seu pensamento, o que *per se* justificaria este artigo, assume-se como hipótese a demonstrar que ambos são dois valores que se entrelaçam e se reforçam mutuamente em seu pensamento; não podem, portanto, ser entendidos de forma justaposta ou separadamente. Se o desenvolvimento (e o subdesenvolvimento) é o tema por excelência do economista, a democracia é seu suposto, um sujeito oculto a permear suas reflexões, o qual, na obra “memorialística”, vem à tona de forma contundente. Assim, em *A fantasia desfeita*, depois de se perguntar quais os objetivos fundamentais capazes de unir o país, conclui que a autodeterminação seria o pré-requisito para se atingir os fins, e que estes eram a *liberdade e o desenvolvimento econômico* (*ibidem*, v. 2, p. 214). E adiante: “Mas, o desenvolvimento não pode ser pago com a alienação da liberdade, sem a qual a vida social se desumaniza. Conciliar a luta pelo desenvolvimento com a preservação da liberdade era o *desafio maior* com que nos defrontávamos naquele momento” (*ibidem*, p. 219, grifos meus). Como desenvolvimento e democracia permanecem na ordem do dia como desafios, mesmo há décadas após tais escritos, não é difícil percebê-los como atuais – e, quiçá, com mais percalços a superar para se viabilizarem. Para fins de exposição, será abordado o

¹ Todas as citações adiante datadas de 1997, na sequência com o volume e a página, foram extraídas da coletânea *Obra Autobiográfica – Celso Furtado*, publicação em 3 volumes da Paz e Terra, cuja referência completa consta do final do artigo.

primeiro na seção seguinte e, na seção posterior, a democracia; indo adiante, à guisa de síntese, a conclusão.

2. A consciência do atraso: do país jovem ao subdesenvolvimento

A maior contribuição teórica de Celso Furtado foi introduzir e difundir na ciência econômica a categoria subdesenvolvimento. Por certo, não foi um trabalho isolado, pois contou com outros colegas da CEPAL e mesmo do Primeiro Mundo, como Paul Rosenstein-Rodan e Walt Rostow (mesmo que este em visão muito diferente da furtadiana). Mas as contribuições de Furtado foram decisivas. Para evidenciar sua atualidade, faz-se necessário um *detour* com o propósito de recuperar o histórico do termo subdesenvolvimento até alcançar o *status* de categoria teórica, com reconhecimento acadêmico, e também social.

Como é por demais sabido, a noção de desenvolvimento já estava nos clássicos. Já a fisiocracia francesa, a primeira escola reconhecida de economistas, incorporava como objeto de estudo as razões responsáveis pela expansão da economia (ou da “riqueza das nações”) e a distribuição do excedente, temas que foram aprofundados, respectivamente, por A. Smith, D. Ricardo e, posteriormente, seus sucessores. Por desenvolvimento, entendia-se, sobretudo, o crescimento de longo prazo das economias, que fatores impulsionavam para lograr maior produtividade, expansão dos negócios, ampliação dos mercados e taxa de lucro. Mesmo na visão marxista, desenvolvimento assumia a conotação de acumulação de capital, ou de sua reprodução de forma ampliada. Se auxilia para elucidação de um conceito ter-se presente sua antítese, esta, na concepção clássica de desenvolvimento, eram as crises, ou seja, a constatação de que o crescimento enfrentava obstáculos que se manifestavam, com frequência, em paralisação da produção, queda nos lucros, ociosidade de capital e desemprego. Assim, a rejeição à lei de Say, desde Sismondi e Malthus, tornou-se o consenso do que se pode chamar de heterodoxia teórica, uma vez que a linha principal da economia, embora não negasse a existência de crises, não as admitia como decorrentes da lógica

do próprio sistema econômico; ao contrário, sempre manifestou preferência por enfatizar as leis propulsoras à expansão – e, após 1870, com o marginalismo, ao equilíbrio. Os obstáculos eram geralmente associados a variáveis exógenas, temporárias, ou, como se dirá mais recentemente, a falhas de mercado. Vale lembrar a retórica de Marshall, que mesmo não sendo um “economista vulgar”, associava as crises à “falta de confiança”, sem enfrentar, como exigiria o rigor, por que a tal confiança às vezes falhava. Restava crer que a questão era mais no campo psicológico do que propriamente no de economia.

Já na América Latina a inquietação era outra. Nunca foi de imediato evidente que seus países eram “subdesenvolvidos” e este termo é novo, ao considerarem-se os cinco séculos de história desde a chegada dos colonizadores europeus. Trata-se de noção que demorou certo tempo para ser construída (SALOMÃO, 2013). Para começar, só faz sentido com a superação da condição colonial, quando há a pretensão de autorreconhecimento como nação e de construção de um Estado nacional soberano. Dependeu, sobretudo, do grau de consciência das elites nativas sobre como encarar os problemas locais e de sua capacidade de encaminhar projetos para revertê-los. A tomada de consciência foi gradual e variou de país para país. Desde os processos de independência política, o desafio dessas elites era enfrentar os inúmeros problemas decorrentes da situação colonial anterior. Mais que entender ou teorizar, ensaiava-se a busca de caminhos ou alternativas para a construção das nações nascentes. “Homens práticos” – empresários, jornalistas, militares, bacharéis – não tardaram em verificar certa defasagem entre a realidade local e a que tinham como paradigma ou modelo: a Europa Ocidental, ou as antigas metrópoles. Começava, assim, a nascer a *consciência do atraso*. F. A. Varhagen, o ilustre historiador da corte do II Império, associava o atraso ao fato de ser o Brasil um “país jovem”. Mesmo a escravidão, que o envergonhava, era tolerada diante de tal argumento. O recurso à infância do país trazia consigo uma duplicidade que expunha a contradição: de um lado, justificava o *status quo*, sua face conservadora, mas, por outro, avançava ao reconhecer o problema. Ou melhor: sua justificativa, por mais simplista

que fosse, admitia a defasagem entre as duas realidades. Sem reconhecer o problema não haveria busca de soluções, embora a tese do país jovem não formulasse a necessidade de intervenção ou revolução para reverter o problema: tudo sugere que, com o passar do tempo, a solução viria ao natural; afinal, é lei da vida os jovens amadurecerem. Note-se que, por via muito peculiar, tal interpretação acabava referendando as teses liberais: “*laissez faire, laissez passer*” era a fórmula aconselhada.

Todavia, nem todos concordavam com passividade. No início do século XIX, havia os chamados “liberais exaltados”, ou nativistas mais radicais, cujo imaginário e práxis anticoloniais apontavam que havia pressa para as mudanças. Na América Latina toda proliferaram tais grupos, mas foi com as ideias positivistas, na segunda metade do século, que se difundiu uma formulação mais acabada, com pretensões científicas e capaz de granjear adeptos e iluminar ações políticas voltadas à reversão do problema². Nasceu na França na primeira metade do século XIX, sob a influência de St. Simon, Comte e, no campo da economia, com a simpatia de Stuart Mill, o positivismo era crítico ao liberalismo, mesmo sendo defensor ferrenho da propriedade privada e do capitalismo como sistema econômico. Apesar de serem mais conhecidas no campo da metodologia – com a defesa do

² No Brasil, como positivistas destacaram-se Miguel Lemos e Teixeira Mendes, próceres da Igreja Positivista, seguidores do chamado “positivismo religioso”. No campo político, os nomes mais importantes foram Benjamin Constant, por difundir-lo entre a jovem oficialidade do Exército, ganhando adeptos às causas republicana e abolicionista, e Júlio de Castilhos, como praticamente autor da Constituição gaúcha de 1891 e precursor da linhagem de políticos como Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Getúlio Vargas. Junto com o Brasil, o país latino-americano com maior influência foi o México, inclusive cita-se Gabino Barreda como o primeiro divulgador mais influente na América Latina; sua *Oración Cívica*, proferida em 16 de setembro de 1857, teria contribuído para ser convidado a participar no governo de Benito Juárez García (1867-1872), de caráter republicano e modernizador. A influência do positivismo alastrou-se entre os republicanos e contribuiu para a separação da Igreja do Estado (1867) e para a reforma do sistema educacional (Matute, 1984). Segundo Zea (1993), o positivismo como doutrina chegou ao auge no México com Porfirio Parra (autor de *La reforma en México*, 1906), cujos adeptos auxiliaram na sustentação da ditadura de Porfirio Díaz (1884-1911). Dentre eles, podem-se mencionar Justo Sierra, Rosendo Pineda, Jorge Hammeker Mexia, Pablo Macedo e Francisco Bulnes. Na Argentina, destacam-se, no final do século XIX, José María Ramos Mejía, autor de *Las multitudes argentinas* (1899), e José Ingenieros, autor de *¿Qué es el socialismo?* (1895) e *Sociología argentina* (1918). E ainda: no Uruguai, José Pedro Varela, importante na formação da instrução pública e universitária; no Peru, Manuel Vicente Villarán e Mariano H. Cornejo; na Venezuela, onde encontrou campo fértil depois da Revolução de Abril de 1870, com Rafael Villavicencio, Adolfo Ernest e José Gil Fortoul; no Chile, José Victorino Lastarria e Juan Serapio Lois, fundador; em 1882, da *Sociedad Escuela Augusto Comte*; e, na Colômbia, Rafael Nuñez, coautor da Constituição de 1886. Ver Fonseca (2014b).

método indutivo, do cientificismo, da experiência e da observação sistemática (em contraposição à metafísica e à filosofia medievais), bem como postulados hoje amplamente contestados, como a unicidade do método para todas as ciências e sua neutralidade –, as ideias de Comte e de seus adeptos que mais proliferaram na América Latina foram as do chamado *positivismo político*, uma espécie de *guia de ação* para os governos, com a defesa da república, do federalismo e do Estado laico, a rejeição da escravidão, o reconhecimento da “questão social”, com legislação “protetora” do trabalho, e intervenção do Estado na economia quando houvesse “necessidade social” (FONSECA, 2014a). Esta última confrontava o postulado de equilíbrio automático de mercados e a metáfora da “mão invisível”, assumidas como metafísicas e sem fundamento empírico – sem diferir, neste aspecto, das teses teológicas. Mas cabe aqui reter que a noção segundo a qual a história percorria uma trajetória fruto da evolução humana trazia consigo a defesa do *progresso*. Tão a gosto da burguesia emergente no contexto europeu, essa ideia poderosa afirmava-se com as novas invenções provindas com a Segunda Revolução Industrial e o forte entrelaçamento entre ciência e produção.

Na América Latina, o progresso como antinomia para atraso caía como uma luva para substituir a explicação *ad hoc* de “nação jovem”. De imediato, aforava-se a indagação: por que os EUA, também jovens, não conheciam os mesmos problemas e já despontavam como um dos países líderes em produção e produtividade, já superando vários europeus, e até sua antiga metrópole, a decadente Inglaterra? Não se ignora que boa parte dos “homens cultos” da época passou a defender as teses do determinismo geográfico ou biológico, em franco modismo na Europa, apontando o clima tropical e a colonização dos portugueses – desde já um povo racialmente “misturado” com árabes e bárbaros do norte europeu, e que ainda trouxera a miscigenação com o índio e, principalmente, com os africanos – como empecilhos para o desenvolvimento. Não por acaso, os primeiros “intérpretes” do Brasil, como Varhagen, Silvio Romero, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e mesmo Gilberto Freyre, traziam o corte racial e climático como relevante para entender o Brasil, numa perspectiva

que, se não racista (com conotação preconceituosa e negativa), pelo menos era racialista (ao considerar esta variável como determinante ou relevante para explicar as variáveis sociais). Note-se que tais teses traziam consigo uma noção de impotência, pois apelavam para um determinismo difícil de reverter, o que limitava enormemente a possibilidade da ação humana, ou seja, da política. Talvez esse fato tenha contribuído para o aparecimento, na América Latina – e aqui o foco é o Brasil –, do “positivismo político” de caráter reformista, ou seja, que entendia que *o progresso, mais do que uma lei natural da evolução, poderia ser provocado e incentivado*. Por quem? Pelo Estado. Com isso, abria-se espaço para a práxis, ou seja, para a ação política consciente, com fins determinados e definidos a partir de uma ideologia, com o propósito de executar um programa de governo para transformar a sociedade. Não raro esses grupos positivistas, embora com diversos matizes, dos mais moderados aos radicais, como em qualquer ideologia, formavam o que hoje se poderia chamar de militância, com ação coordenada e disciplinada, inclusive nos parlamentos (PESAVENTO, 1979; BACKES, 2004). A crença na capacidade de mudar a história é, desde Hegel, a marca do que este autor chamou de Modernidade, cujos episódios simbólicos foram a derrubada da monarquia e a condenação do casal real à guilhotina na Revolução Francesa; os rumos da história, de ora em diante, poderiam ser alterados aqui de baixo, não mais eram fruto do destino (como no imaginário grego pagão), nem do céu (a *Weltanschauung* medieval).

O termo desenvolvimento como categoria teórica antitética a subdesenvolvimento, concepção em que Celso Furtado destacou-se no esforço para atingir tal envergadura, tem sua gênese na noção de progresso. Mas, antes da teorização, aparecera “na prática”: nos discursos de Vargas, a expressão “desenvolvimento econômico” já é encontrada na década de 1920 e, por certo espaço de tempo, ambos coexistiam, ora se usando um, ora outro. Na década de 1930, o termo predominou e passou a ganhar espaço na mídia, incorporando-se ao linguajar usual dos políticos (FONSECA, 2012). A relação entre progresso e desenvolvimento foi explorada por Furtado em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (FURTADO, 1978) e em

Introdução ao desenvolvimento (FURTADO, [1980] 2000). Todavia, em sua formação teve raízes mais profundas, como confessa em *Aventuras de um economista brasileiro*, texto escrito em Paris em 1972:

Entre essas influências intelectuais exercidas desde cedo, identifiquei três correntes principais. Em primeiro lugar, está a positivista. É conhecida a profundidade da influência positivista no Brasil. Um militar reformado, da família da minha mãe, deixou em minha casa um conjunto de livros positivistas, aos quais tive acesso desde os quinze anos. A primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como conhecimento científico, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso me impregnou como evidente. O meu ateísmo, que cristalizara desde os 13 anos, encontrou aí uma fonte de justificação e um motivo de orgulho (FURTADO, 1997, v. 2, p. 15, grifos no original).

Observa-se que, já antes da década de 1930, aparecera o *desenvolvimentismo* – ou seja, a ideologia segundo a qual o principal entrave do país era a falta de desenvolvimento e a principal tarefa dos governos era assumi-lo como prioridade; construía-se, assim, um projeto político, ou guia de ação, alicerçado em uma utopia de transformação da sociedade. Foi a partir dessa década, sob o impacto da Grande Depressão e da preparação para a II Guerra, inclusive com apoio militar, que se registra o salto histórico de deixar de ser apenas um discurso para ser adotado como ideologia oficial de vários governos latino-americanos, como o de Vargas, inspirando a formulação e execução de políticas econômicas. Assim, seja como ideário, seja “na prática”, ao nortear decisões governamentais, o desenvolvimentismo ocorreu sem haver uma teorização prévia mais robusta – talvez devido ao fato de inexistirem cursos específicos de economia no país e tradição de pesquisas na área. O fenômeno sugere ser muito latino-americano em sua peculiaridade, e não uma tese ou teoria importada da Europa, que aqui os seguidores se encarregariam de adaptar à realidade local, tais como o liberalismo, o socialismo e o fascismo. Não há um “desenvolvimentismo francês”, “inglês” ou “alemão” anterior que aqui foi adaptado, a lembrar a antropofagia de Oswald de Andrade, conquanto em sua gênese se encontrem

influências de pensadores europeus, como de A. Comte e S. Mill, já mencionados, ou mesmo da Escola Histórica Alemã e de List (FONSECA, 2000).

Como é conhecido, só em 1948, com a criação da CEPAL (então Comissão Econômica para a América Latina), houve a possibilidade de uma reflexão teórica mais aprofundada sobre o desenvolvimento latino-americano – e de sua face local, o *subdesenvolvimento*. O chamado “Manifesto de Havana” ou “Manifesto Latino-Americano”, de Prebisch, de 1949, e a criação da própria agência, que congregava técnicos de várias áreas, abriram as portas para a teorização. A tese de que os países especializados na produção agrária perdiam na relação de intercâmbio é antiga no pensamento econômico: já se encontra em List e, no Brasil, em discursos e pronunciamentos de políticos, jornalistas, militares e empresários, embora sem aceitação pela ortodoxia econômica (FONSECA, 2000). Prebisch, todavia, com seus trabalhos, deu a ela o que se poderia chamar de “*status científico*” para os padrões da época: alicerçou as informações em dados estatísticos criteriosamente elaborados, coerentes com sua formação de contador. Enfrentava, com isso, a teoria convencional em um aspecto que esta advogava como mérito seu: a empiria. O culto ao “altar dos dados”, como teste último do saber científico, começava a abalar modelos teóricos requintados, já que desde Ricardo a teoria das vantagens comparativas galgara o *status* de verdadeira lei econômica. O abalo resultou no programa de pesquisa, no campo da economia, oriundo da América Latina, que, por primeira vez, a academia do Primeiro Mundo se viu forçada a reconhecer e responder – e possivelmente o único até hoje. Mas, apesar de sua relevância, a contribuição de Prebisch não chegava a teorizar sobre o subdesenvolvimento como fenômeno mais amplo; de certo modo, sua tese ajudava a evidenciar, através do mecanismo de preços, como o mesmo se *manifestava*.

Coube a Furtado realizar tal tarefa. Conquanto reflexões esparsas já apareçam na década de 1950, como em *A economia brasileira* (1952), *Uma economia dependente* (1956), *Perspectivas da economia brasileira* (1958) e mesmo no clássico *Formação econômica do Brasil* (1959), foi em *Desenvolvimento e*

subdesenvolvimento (1961) e em *Dialética do desenvolvimento* (1964) que as ideias mais originais e criativas sobre o fenômeno do subdesenvolvimento como categoria teórica vieram à liça. O pensamento pioneiro dessas obras foi mais tarde organizado e aprofundado em *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), o mais robusto e acabado trabalho de Celso Furtado no campo da teoria do desenvolvimento. Mas seriam ainda atuais, num mundo que mudou tanto de lá para cá, com a crise do fordismo, do keynesianismo, do socialismo real, da social-democracia e do próprio desenvolvimentismo, com a globalização, pós-globalização, neoliberalismo e novas ondas tecnológicas em curso?

Claro que se podem sempre encontrar contribuições teóricas datadas, que faziam sentido na época em que foram escritas e que deixaram de fazê-lo, seja por imposição de mudanças na própria economia, seja pelo aparecimento de novas contribuições teóricas (v. g., o subconsumismo, o esgotamento da industrialização por substituição de importações, as dificuldades para constituir o núcleo duro da indústria de bens de capital, entre outros). Todavia, *a atualidade permanece porque o subdesenvolvimento não foi superado*. Ou seja, as razões que levaram à contribuição central de Furtado, que eram sua motivação e força propulsora, as quais ele condensou no termo teórico subdesenvolvimento – produção aquém do potencial, baixa produtividade, desperdício de recursos, disparidade acentuada na distribuição de renda pessoal, funcional e regional, péssimos indicadores sociais, defasagem tecnológica com relação aos centros hegemônicos, dependência externa –, todos esses fenômenos ou fatos permanecem, mesmo modificados, com a mesma intensidade daquela época, ou até mais acentuados. Haja vista, quanto aos últimos, a desindustrialização do país, que teve a participação da indústria no PIB reduzida em um terço do que era nos fins da década de 1970 (*grosso modo*, de 30% para 10%), configurando um dos casos de desindustrialização mais acentuados no mundo, inclusive mesmo em comparação com outros países latino-americanos (AREND, 2014).

Como já mencionei em outro trabalho (FONSECA, 2020) e aqui reproduzo em parte, a grande contribuição de Furtado foi formular as interpretações anteriores sobre as causas do “atraso” em pelo menos dois aspectos com profundas consequências teóricas, as quais conduziram a teorização a outro patamar. Em primeiro lugar, porquanto não se tratava propriamente de “atraso”, já que o subdesenvolvimento não era uma etapa de uma linha evolutiva; e, em segundo, porque suas causas não eram naturais ou raciais, mas históricas. Destarte, não fazia sentido falar em “país jovem” ou “atrasado” – ou pelos menos tais termos teriam de ser ressignificados³. O subdesenvolvimento não era uma etapa ou fase da evolução em direção ao progresso, mas uma *condição histórica*, ou um “processo histórico autônomo” (FURTADO, 1961, cap. 4). Em sua reflexão, Furtado sustentou que a visão etapista subentendia, a rigor, que os países então considerados desenvolvidos um dia teriam sido também subdesenvolvidos, ou teriam passado antes por uma fase de subdesenvolvimento para depois chegarem ao pódio dos desenvolvidos – asserção sem sustentação histórica. A tese hoje pode parecer óbvia, mas este ovo de Colombo afrontava várias concepções arraigadas e foi alvo de críticas ferozes, da esquerda aos liberais. O subdesenvolvimento só pode ser entendido diante de uma situação histórica marcada por assimetria na divisão internacional do trabalho, com países “centrais” – industrializados e líderes na introdução de novas tecnologias – em coexistência com países “periféricos”, ou predominantemente agrários, receptores, mas quase nunca precursores das inovações:

³ Furtado continuará usando o termo progresso em sua obra, mas em certo momento clareou que, para ele, *progresso* referia-se à “assimilação de novas formas de vida que acompanhavam as inovações no nível da cultura material” – portanto, bem menos abrangente e pretensioso que desenvolvimento. Já o termo *modernização* diz respeito a padrões de consumo, como o imitativo, o qual também envolve assimilação, na América Latina, de padrões culturais de fora dela (FURTADO, [1979] 2013, p. 230). Por outro lado, Furtado considerava que havia “graus” ou estágios de subdesenvolvimento, os quais podem ser entendidos como “etapas”, de inferiores a mais complexas (FURTADO, 1961; MALLORQUIN, 2005, pp. 128-131), que poderiam, por exemplo, ir desde um enclave minerador até um país com certo grau de industrialização, embora ainda subdesenvolvido. Note, pois: não é que o subdesenvolvimento seja uma etapa, mas etapas existiriam dentro do próprio subdesenvolvimento. Essa concepção de Furtado também pode ser criticada, ao se ter presente que uma tipologia sobre diferentes formas históricas de subdesenvolvimento, mesmo que hierarquize algumas como “inferiores” com relação a outras, não significa que existam etapas, pois este termo sempre sugere a ideia de “fase” que tende a outra superior mediante uma lei evolutiva, o que não é o caso, inclusive como ele deixa claro nessa e em outras obras.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são, portanto, dois processos históricos que derivam do mesmo impulso inicial, ou seja, que têm raízes na aceleração da acumulação ocorrida na Europa no fim do século XVIII e começos do século XIX. Para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, vale dizer, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial. (FURTADO, 2013 [1979], p. 231).

Mas havia um segundo motivo ainda mais provocativo: o subdesenvolvimento tendia a se *autorreproduzir*, ou seja, não existem forças endógenas que o levariam a ser superado por si só, ou nem mesmo a negação dialética de a tese gerar uma antítese. Daí se inferia a necessidade da intervenção do Estado e do planejamento, pois os países latino-americanos tenderiam a permanecer na mesma situação se não fosse executado um programa de ação, concatenado e explícito, voltado a reverter a situação (FURTADO, 1983, p. 146). O que não quer dizer que não tinha consciência das dificuldades de sua execução, pois sua concepção de desenvolvimento envolvia várias dimensões e nunca ignorou a complexidade de sua interação com variáveis políticas e com o “sistema de poder”, como explicita neste artigo publicado em 1979:

Portanto, o conceito de desenvolvimento pode ser abordado a partir de três critérios, que se relacionam de forma complexa: o do incremento da eficiência do sistema produtivo; o da satisfação das necessidades básicas da população; e o da consecução de objetivos que se propõem distintos grupos de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. O terceiro critério é o mais difícil de precisar, pois o que é bem-estar para um grupo social pode parecer simples desperdício de recursos para outro. Esta a razão pela qual a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é independente de sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento é concebível sem a tutela de um sistema de poder (FURTADO, 2013[2009], p. 211, grifos no original).

Suas análises apontavam para a industrialização como caminho necessário (embora não suficiente) para reverter o subdesenvolvimento. A crítica

dos coevos não tardou porque, de um lado, abalava o *status quo* dos setores agraristas e exportadores, indispostos a cederem para novas ênfases à política econômica e a aceitarem uma redistribuição de renda coerente com a proposta de ancorar a produção no mercado interno. Já a intervenção governamental e o planejamento sempre foram condenados pela ortodoxia econômica, ancorada na crença segundo a qual o mercado, por si só, levaria à superação dos problemas; bastava, para tanto, que certos pré-requisitos fossem cumpridos, como a credibilidade da política econômica, a fim de garantir a atração de capitais, pois a insuficiência de poupança interna exigia o capital estrangeiro para lograr crescimento na formação de capital. Indo ao paroxismo, a ortodoxia não considerava apropriada a categoria subdesenvolvimento para caracterizar os problemas estruturais do país, sob o entendimento de que o crescimento do PIB, dentro de um sistema de *laissez faire*, seria suficiente, no longo prazo, para encaminhar soluções – como ocorrera em qualquer país que ora se pudesse chamar de desenvolvido. Não havia razão para a América Latina ensaiar uma “teoria econômica própria”⁴. Note-se que Eugênio Gudín, um dos mais influentes críticos do desenvolvimentismo, dizia que no Brasil não havia desemprego estrutural, mas hiperemprego (GUDÍN, 1978, p. 100)⁵.

Por outro lado, a análise de Furtado também desgostava amplos setores da esquerda, principalmente a liderada pelo PCB, já que não propunha o socialismo como projeto de país e tampouco o desenvolvimento como “tática”, ou seja, como forma de acelerar as contradições para nele se chegar mais rápido, como era convicção de muitos comunistas da época. No mundo então bipolarizado, se era imperdoável a indiferença à União Soviética como modelo, imaginemos criticá-la sem meias palavras. Tudo levava a crer que seu projeto, se é que tinha um modelo, acenava mais à Europa Ocidental do

⁴Veja-se, nesse sentido, a ironia de C. M. Peláez: “Quer dizer, os latino-americanos deveriam construir uma teoria econômica para a América Latina: mas por que parar por aí? Os brasileiros poderiam construir uma teoria aplicável ao Brasil. E os cariocas, uma para o Rio. E os habitantes da Zona Sul deveriam ter uma só para a região. E finalmente poderíamos chegar a teorias verdadeiramente empíricas para o comportamento econômico de seres tão diversificados como os de Ipanema” (PELÁEZ, 1971, p. 269).

⁵Ainda sobre Gudín, ver Borges (1996), Silva (2016) e Faria (2020).

que à ditadura do proletariado stalinista. Nelson Werneck Sodré, um dos nomes intelectuais mais renomados do Partido Comunista, considerava-o, no chavão da época, um reformista pequeno-burguês, até sofisticado na análise histórica, como mostrara o livro *Formação econômica do Brasil*, publicado em 1959, mas adepto de um desenvolvimentismo tecnocrático assentado na ortodoxia econômica e no keynesianismo (SODRÉ, 1959, *in*: FURTADO, 2009). Utopia por utopia, sempre caberia indagar quem teria maior probabilidade de se viabilizar: a superação do subdesenvolvimento aos moldes propostos por Furtado, de cunho reformista, ou a repetição por aqui da experiência histórica russa da revolução de 1917, em plena Guerra Fria. A atualidade, surpreendentemente, não fica restrita ao campo das teorias, mas das próprias perguntas que ficaram sem respostas ao longo da história, pois estas também se repetem e encontram adeptos de um lado e de outro, apesar de todas as mudanças acentuadas das últimas cinco décadas.

3. A democracia e a liberdade sem negociação

Em outubro de 1960, Sartre visitou o Brasil e Celso Furtado conversou com ele após servir como tradutor de sua palestra em Recife. A tese defendida pelo filósofo francês de que “todo reformismo é inócuo” desagradou-o: se lhe parecia óbvio que reformar a escravidão seria uma “indecência”, por outro lado, fora o reformismo, e não a via revolucionária, responsável pelo Estado de bem-estar social nos países industrializados da Europa. Além disso, perguntava-se: “como evitar que a ruptura institucional necessária conduza ao desfiladeiro que desemboca na tirania?” (FURTADO, 1997, v. 2, p.154). Essas ponderações de Furtado quanto ao custo político de uma revolução e, ao mesmo tempo, a danos em valores para ele considerados inegociáveis, como a democracia, são recorrentes e, por mais de uma vez, repetiu-as nas obras autobiográficas.

A defesa da democracia foi reforçada por sua participação na Força Expedicionária Brasileira, pois pôde conhecer de perto, na Europa devastada pela guerra, as consequências do nazifascismo. Também lhe desagradava

a censura e outras medidas repressivas do Estado Novo varguista. Só que o mundo posterior a 1946 trouxera consigo a Guerra Fria, o que tornava Furtado uma *avis rara*, uma vez que sempre se considerou e era considerado um intelectual afinado com a esquerda, defensor de propostas tabus na sociedade brasileira, como reforma agrária e redistribuição de renda, mas não compartilhava com a visão então hegemônica na esquerda: o stalinismo. Havia certo consenso em tais hostes de que palavras de ordem associadas a liberdades civis e direitos humanos eram valores típicos da *democracia burguesa* – conceito radial com conotação depreciativa – e sem sentido em uma sociedade socialista, cujas experiências então vigentes advogavam para si a materialização histórica do modelo leninista de ditadura do proletariado. Logo após a guerra, ao ler Bettelheim, ficara curioso sobre a planificação soviética – e, de certo modo, empolgado pelos resultados, mormente pela industrialização acelerada, que conseguira quase diretamente levar o país do feudalismo à grande potência. Cogitou visitar o país para ver de perto a experiência, mas, após algumas tentativas infrutíferas, foi aconselhado que o caminho mais fácil para tanto seria filiar-se ao PCB, já que o visto para estudos ou turismo era raríssimo. Abriu mão da viagem, “pois colocava minha liberdade de pensar acima de tudo” (FURTADO, 1997, v. 1, p. 101).

A defesa do reformismo fazia sentido para Furtado por ser uma tentativa de conciliar desenvolvimento com democracia. No famoso Encontro promovido pela OEA no Uruguai, em 1961, com objetivo de condenar os rumos então tomados por Cuba, ele teve a oportunidade de conversar com Che Guevara, cuja presença como líder da delegação cubana causou sensação no evento, principalmente na mídia. Pelo que se depreende de seu relato, este o questionou sobre a viabilidade de reformas no Nordeste, uma vez que Furtado presidia a SUDENE, a qual contava com promessa de auxílio da *Aliança para o Progresso*. Furtado defendeu seu trabalho, mas depois lamentou não ter sido mais enfático: “O contexto nacional brasileiro permite pensar em mudanças estruturais de âmbito regional sem rupturas institucionais. Quando me convencer de que isso não é possível, concluí, porei o chapéu na cabeça e me retirarei”. E adiante, em tom de lamento: “Por que

não dissera claramente que não aceito a revolução como opção, exceto para enfrentar uma ditadura? Tentar mudanças sociais por meios violentos em uma sociedade aberta, com governo representativo e legítimo, é meter-se por um túnel sem saber onde ele vai dar” (FURTADO, 1997, v. 2, pp. 189-190).

Em 1962, já ministro do governo Goulart, em ensaio publicado inicialmente na imprensa paulista e, por sua repercussão, depois traduzido e reproduzido no exterior, Furtado mais uma vez defendeu suas ideias reformistas. Dentre outros argumentos, ponderou que o rápido desenvolvimento econômico na URSS, embora significativo, “tem sido acompanhado de restrições, além do tolerável, de todas as formas de liberdade individual” (*ibidem*, p. 216). Casos como União Soviética, China e Cuba “não são mais do que a continuação de regimes autoritários preexistentes”. Assim, “o método adotado para implantá-las – o marxismo-leninismo – demonstrou total ineficácia em sociedades abertas” (*idem ibidem*”).

Sua defesa de “desenvolvimento com democracia” recorre, sobretudo, a argumentos históricos, como era característico de seus trabalhos. Entendia que o capitalismo industrial trouxera o antagonismo de classes, mas também dera mostras de que o regime democrático permitia que tendências divergentes se expressassem, viabilizando “soluções construtivas”. A melhoria dos indicadores sociais verificada na Europa Ocidental, e mesmo nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, não era uma resposta automática da industrialização ou da economia: só fora possível porque a democracia também evoluíra nesses países. Tais experiências davam mostras de que não havia necessidade de suprimir a propriedade privada para se chegar a uma sociedade mais igual. A propriedade privada não precisaria da repressão das liberdades para se legitimar, “porque demonstrou ser uma forma descentralizada de organizá-la, capaz de alcançar altos padrões de eficiência”. Fora a institucionalização dos conflitos sociais, para o qual recorre, como exemplo, ao direito de greve, que, “no último quartel do século XIX, [se] encerrou o ciclo de revoluções com raízes nos antagonismos de classes” (*ibidem*, pp. 282-283).

Apesar dessas considerações que o afastavam dos círculos majoritários da esquerda, também sofria oposição da direita, como ficaria claro com sua cassação em 1964. Se tal projeto reformista para alguns era muito pouco, para outros ultrapassava o limite do tolerável. Já na SUDENE ficara sujeito a diatribes das oligarquias regionais, temerosas com o avanço das reivindicações dos trabalhadores do campo. Mas o referido artigo de jornal de 1962, a despeito do tom moderado, foi alvo do pretensamente cosmopolita *O Estado de São Paulo* em uma série de quatro editoriais, na qual apregoava, entre outras acusações ao então titular da pasta extraordinária do Planejamento, ser ele “adepto do materialismo histórico e, portanto, um elemento com que os comunistas podem contar na ação contra as instituições” (*ibidem*, p. 218). Fatos como ter sido mantido à frente da SUDENE por Jânio Quadros e recebido pelo presidente Kennedy pouco contavam no país polarizado. Não por acaso, certa vez, para surpresa sua, quando trabalhava na FGV, ao contar a um colega que optara por um curso sobre Marx quando estudara em Paris, este indagou se era trotskista, pois não era usual alguém ser tão crítico das condições econômicas e sociais do Brasil e, ao mesmo tempo, do “socialismo real”, expressão que designava os regimes comunistas então existentes (*ibidem*, p. 138). Mas a associação de Furtado ao comunismo não era mera paranoia local: mesmo um intelectual sofisticado como Douglas North teria compartilhado da convicção por algum tempo e documentos restritos da USAID também chegaram a fazer referência semelhante, embora com o cuidado de ponderar que ele não era adepto de uma revolução comunista, o que lhe valeu o rótulo de “leftist-nationalist” (BOIANOVSKY & MONSTERIO, 2018, p. 281).

4. Conclusão

No primeiro parágrafo deste artigo, recorreu-se à metáfora de “viagem” dos conceitos de Sartori para ilustrar que eles são capazes de se atualizarem ao incorporarem fatos e respostas novas no devir do processo histórico. Essa concepção aproxima-se da visão hegeliana que não separa o real de sua

representação, ou seja, o referencial metateórico assume que a existência do conceito é parte de sua determinação, o que o torna tão real como o objeto que se propõe a conceituar ou a representar. Quando se menciona a atualidade de ideias que pareciam ultrapassadas, ou pelo menos tidas como válidas somente em contextos históricos muito determinados, dificilmente se quer dizer que elas são reproduzidas *in totum* ou sem alterações de um contexto para outro. No caso de Furtado, as ideias aqui escolhidas para resgatar sua atualidade não o foram de forma arbitrária ou sem critério robusto: são as categorias-síntese que ele mesmo considerava como centrais e mais de uma vez repetiu sua centralidade como valores, como antes se mostrou. Destarte, se o subdesenvolvimento perdura, em linhas gerais, tal como ele definira em seus trabalhos clássicos, e se o país de lá para cá pouco avançou no sentido de superá-lo, por outro lado, os problemas se modificaram e, com eles, as soluções. Por exemplo: se nos anos 50 do século passado a crença era que o crescimento econômico e a industrialização seriam o começo e o caminho da solução, hoje há certo consenso da limitação dessa proposta sem medidas ativas de redistribuição de renda e enfrentamento das desigualdades, pessoais e regionais, pois o forte crescimento do PIB do país até 1980 não foi capaz de reverter os indicadores sociais e aplainar as desigualdades; em alguns casos, até houve piora.

Por outro lado, a substituição de importações poderia fazer sentido dentro de um contexto internacional de paradigma fordista de produção, em que recuperar a defasagem com relação aos países centrais, embora não fosse fácil, tudo sugeria ser possível. Já hoje, embora possa ser implantada em setores específicos, dificilmente pode ser a base de um projeto maior de ingresso em novas ondas tecnológicas intensivas em pesquisa e conhecimento, em que a velocidade das mudanças não permite “correr atrás da máquina”, pois exige ir junto com ela ou, preferencialmente, estar a sua frente. Até para se fazer jus à expressão, só é apropriado falar-se em substituição de importações quando a demanda preexistente é atendida por importações: não faz sentido quando se visa ingressar em novo paradigma tecnológico, o que supõe antecipação à demanda, pois muitas vezes o produto ou serviço

nem existe, a necessidade é criada pelo próprio paradigma emergente. A aceleração e complexificação do impulso tecnológico nas últimas décadas só permitem “substituir” o que já está ultrapassado.

Em outras palavras, a atualização exige novas soluções e não apenas a repetição do que um dia fez sentido e ora está superado. Não se trata de trazer o passado para o presente, num saudosismo sebastianista. Paradoxalmente, ideias se atualizam se aptas a mudanças para renovarem-se e adaptarem-se às novas exigências postas pelo real, e assim, de apresentarem-se como projetos mobilizadores e capazes de conquistar adeptos. Mesmo diante de todas as transformações verificadas no mundo nas últimas cinco décadas, subdesenvolvimento e autoritarismo perduram. Logo, desenvolvimento e democracia permanecem na ordem do dia, o que torna ainda atualíssima a obra de Furtado, e tal reconhecimento também um lamento. A virtude da durabilidade de sua obra – sonho de todo autor – deve-se, no caso, à persistência dos problemas que ele queria ver superados. As soluções e encaminhamentos não são os mesmos, mas como desconsiderar a atualidade de frases como esta: “Não se coloca, portanto, a opção entre desenvolvimento e liberdade, pois estes são dois objetivos irredutíveis um ao outro. Ali onde foram alcançadas formas superiores de organização social, o problema fundamental consiste em desenvolver técnicas que permitem conciliar rápidas transformações sociais e padrões de convivência humana de uma sociedade aberta” (FURTADO, 1997, v. 2, p. 217)?

Referências

- AREND, Marcelo. “A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho”. In: CALIXTRE, B.; BIANCARELLI, A. M. & MACEDO CINTRA, M.A. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014, pp. 375-421.
- BACKES, Ana L. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- BOIANOVSKY, Mauro & MONASTERIO, Leonardo. “O encontro entre Douglass North e Celso Furtado em 1961: visões alternativas sobre a economia nordestina”, *Revista Brasileira de Economia*, n. 3, v. 72, pp. 275-291, Rio de Janeiro, 2018.
- BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: EDUC, 1996.
- FARIA, Ivan; SILVA, Victor & CAVALIERI, Marco. “Eugênio Gudin e as influências internacionais na defesa de sua agenda econômica liberal: o hiperemprego e o livre-comércio”, *Análise Econômica*, n. 77, v. 38, pp. 33-56, Porto Alegre, set. 2020
- FONSECA, Pedro C. Dutra. “As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino”, *Revista Brasileira de Economia*, n. 3, v. 54, Rio de Janeiro, jul./set. 2000.
- _____. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, *Pesquisa & Debate*, N. 2(26), v. 15, pp. 225-256, São Paulo: PUCSP, jul./dez. 2004.
- _____. “Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República”. In: BASTOS, Pedro P.Z. & FONSECA, Pedro C. D. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.
- _____. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: DIFEL, 2014a, 3ª. ed.
- _____. “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”. In: CALIXTRE, B.; BIANCARELLI, A. M. & MACEDO CINTRA, M. A. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014b, pp.29-78.
- _____. “A atualidade de Celso Furtado”, *Boletim do Grupo de Estudos de Economia e Política, GEEP/IESP—UERJ*, n. 3, pp. 6-7, Rio de Janeiro, 2020.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- _____. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1956.
- _____. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização Industrial*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [Coleção “Os economistas”].
- _____. *Obra autobiográfica – Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 3v.
- _____. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 3ª. ed.
- _____. *Formação econômica do Brasil – edição comemorativa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

- GUDIN, Eugênio & SIMONSEN, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, 2ª.ed.
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo, Rio de Janeiro: Xamã, Contraponto, 2005.
- MATUTE, Álvaro. *México en el siglo XIX, fuentes e interpretaciones históricas*. Lecturas Universitarias, n. 12. México: UNAM, 1984.
- PELÁEZ, Carlos M. “Resenha bibliográfica”, *Revista Brasileira de Economia*, n. 4, v. 25, pp. 267-269, Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- PESAVENTO, Sandra. “República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 193-255.
- SALOMÃO, Ivan. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- SARTORI, Giovanni. “Concept misformation in comparative politics”, *American Political Science Review*, n. 64, pp. 1033-1053, 1970.
- _____. “concept analysis”. In: SARTORI, G. (org.). *Social Science Concepts: A Systematic Analysis*. Beverly Hills: Sage Publications, 1984.
- SILVA, Victor Nunes Leal Cruz e. *Economia keynesiana ou a economia de Keynes? Notas sobre a transmissão do ideário de Keynes no Brasil através do livro “Princípios de economia monetária” de Eugênio Gudin*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – UFPR, Curitiba, 2016.
- ZEA, Leopoldo. *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*. México: FCE, 1993.

LEDA MARIA PAULANI

CIÊNCIA ECONÔMICA E ECONOMIA POLÍTICA

CIÊNCIA ECONÔMICA E ECONOMIA POLÍTICA

Uma explicação

Em setembro de 2020, os professores da Universidade Federal do ABC Fernanda Cardoso, Fábio Terra e Ramón Fernandez me convidaram para proferir a aula magna dos cursos de graduação e pós-graduação em economia daquela universidade. Fiquei felicíssima, por vários motivos. Em primeiro lugar, porque um convite desses, pelo significado que tem esse tipo de evento, é sempre uma honra, venha de onde vier. Mas a UFABC não é uma universidade qualquer, ao contrário. Apesar de ser uma instituição muito jovem – a lei que autorizou sua criação foi publicada no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2005, ou seja, há pouco mais de 15 anos –, trata-se inequivocamente de um centro de excelência, acumulando prêmios e primeiras colocações em vários *rankings* nacionais e internacionais, inclusive naqueles relativos ao impacto médio de publicações científicas. Esta, portanto, é a segunda razão de meu contentamento. Por fim, mas não menos importante, tenho com a UFABC uma relação de enorme carinho. Praticamente participei de sua criação, pois, em 2006, fui membro de uma das bancas de avaliação dos primeiros grupos de professores que a constituíram. Mais adiante, participei da banca de avaliação do primeiro concurso realizado na área de economia para o cargo de professor titular. Por fim, de dezembro de 2017 a novembro de 2019, fui pesquisadora e professora visitante junto ao NEEDS – Núcleo

**LEDA
PAULANI**

MARIA

Professora Titular (Sênior) do Departamento de Economia da FEA-USP e da pós-graduação em Economia do IPE-USP. Pesquisadora do CNPq.

de Estudos Estratégicos em Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade¹, onde aprendi muitíssimo e pude compartilhar, com jovens e jubilosos professores de várias áreas do conhecimento, seu entusiasmo por fazerem parte e estarem ajudando a construir essa brilhante instituição pública de ensino superior de nosso país².

Contudo, à satisfação pelo convite misturou-se logo uma certa inquietação: o que dizer numa aula magna, sobre o que falar? Perguntei a quem me convidou se tinham alguma sugestão ou solicitação e o problema aumentou. Eles me disseram que eu poderia, falar do que eu quisesse: das minhas pesquisas, de um tema em particular, da economia brasileira, da minha trajetória, enfim, liberdade total. Mas liberdade, como se sabe, é um problema. Cecília Meireles disse que “a liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e que não há ninguém que não entenda”, mas Carlos Drummond também disse que “a conquista da liberdade é algo que faz tanta poeira, que, por medo da bagunça, preferimos normalmente optar pela arrumação”.

E fiquei nessa angústia, de um lado, feliz por poder falar sobre o que eu quisesse e tentar contribuir para que o sonho humano da liberdade continuasse a ser alimentado, e de outro, atordoada, sem saber o que fazer. A ideia mais persistente era, claro, escolher um de meus temas atuais de pesquisa (capitalismo contemporâneo, financeirização, rentismo, dependência, neoliberalismo etc.) e fazer uma preleção sobre o mesmo. Mas para falar algo que justificasse uma “aula magna”, eu acabaria deslocando os alunos de graduação, ou ao menos parte deles. Claro que eu poderia fazê-lo adequando a linguagem e explicando conceitos básicos quando parecesse necessário. Mas não ficaria entediante então para os alunos da pós e para os colegas que eventualmente assistiriam?

¹ Aproveito a oportunidade para, nos nomes dos professores Olympio Barbanti Jr. e Gabriel Rossini, coordenadores do NEEDS no tempo em que lá estive, agradecer a generosa acolhida por parte de todos os colegas.

² Como professora, vinculei-me ao curso de pós-graduação em Economia Política Mundial.

Enfim, se aproximava a data e eu ainda não tinha ideia sobre o que falar. Por fim, dois dias antes do evento, mesmo com medo de que a bagunça ficasse grande, resolvi, digamos assim, falar um pouco de tudo. Em poucas palavras, optei por falar de economia por meio de minha trajetória, e me pus então a escrever o que vai abaixo. Pensei que minha trajetória seria um bom fio condutor a prender a atenção dos estudantes de graduação, podendo divertir também aqueles já mais avançados na jornada. Terminado o texto, me dei conta de que seu resultado era também uma explicação de por que, para mim, não existe ciência econômica sem economia política.

Por isso, quando soube que os editores da *Revista da SEP*, no 25º aniversário de nossa instituição, resolveram publicar um número especial com o tema “o atual estado da arte na economia política”, ofereci o texto e ele foi aceito. Resolvi então escrever esta breve explicação, porque, como verão os leitores, apesar de falar de questões teóricas e metateóricas, de economia brasileira e capitalismo contemporâneo, de ciência econômica e economia política, o tom é absolutamente pessoal, certamente discrepando do estilo e do enquadramento formal dos demais textos deste número. Espero, todavia, que ainda assim, ele faça jus a participar deste número tão importante da *Revista da SEP*.³

Cebolas e custo marginal

Nasci numa família pobre, descendente de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil nos tempos da economia primário-exportadora, mas já depois do fim da escravidão, para trabalhar como colonos nas fazendas de café no interior de São Paulo.

Seus filhos e netos experimentaram a virada na direção da indústria, da vida urbana e da importância cada vez maior do mercado interno. Quando li o famoso capítulo 32 da *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado,

³ Sem os ajustes aqui feitos e sem esta explicação inicial, o texto que gerou a aula foi publicado anteriormente no site *A Terra é Redonda*, em 14 de outubro de 2020.

cujo centenário de nascimento se comemora este ano⁴, não pude deixar de pensar na história de minha família e em como ela era a expressão viva dessa transformação do país.

Com a família de lavradores já vivendo na cidade, minha mãe trabalhou dos 14 aos 28 anos, ou seja, até se casar, nove horas por dia em pé, na frente de uma máquina, como operária têxtil, numa fábrica no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Ela e suas irmãs, que tiveram o mesmo destino.

Quando li pela primeira vez o capítulo XIII do livro I de *O Capital* de Karl Marx, onde ele afirma que com a maquinaria há uma subsunção ou subordinação real do trabalho ao capital e que o trabalhador funciona aí como vigia da máquina, não pude deixar de pensar em minha mãe.

A família de meu pai tinha praticamente a mesma origem. Minhas tias, suas irmãs, também eram operárias têxteis nas fábricas do Ipiranga. Meu pai, contudo, muito esforçado, desejando estudar, mas sem condições de fazê-lo, virou-se como pôde, estudando português e contabilidade – além de latim! – por correspondência e estudando inglês sozinho, depois de ter conseguido um diploma do nível primário (hoje fundamental I) num curso de Madureza (hoje chamado de Supletivo). Por isso não trabalhava em fábrica, e sim num escritório; mas sem ter diploma formal, sempre ganhou muito pouco, nunca mais do que dois salários-mínimos, mesmo fazendo trabalho de administrador.

Apesar das carências materiais, tive muita sorte, pois vivi feliz numa família estruturada, com um pai e uma mãe que nos estimularam, desde muito pequenas, a mim e a minha irmã, a estudarmos, mas, principalmente, tendo um ensino de alta qualidade numa escola pública.

Em 1973 entrei na FEA/USP a fim de estudar Economia, matéria que começou a me intrigar desde os 10, 11 anos, quando ouvi meu pai comentar uma notícia que dava conta de que produtores de cebola estavam jogando cebola nos rios ou queimando toneladas delas.

⁴ A aula magna, como dito anteriormente, ocorreu em 2020.

Como assim, pensei eu, queimar cebolas? Elas não são plantadas para serem consumidas, para alimentar as pessoas? Por que as destruir depois que elas nascem? Perguntei a meu pai o porquê daquilo e ele me disse: às vezes isso acontece. Na época do Getúlio, se queimava café. Fiquei ainda mais intrigada.

Não foi por isso, porém, não foi buscando respostas a questões intrigantes da infância que, anos mais tarde, resolvi fazer Economia. Naquela época, início dos anos 1970, não se sabia exatamente o que se estudava num curso como esse. Não havia tanta informação disponível, ao menos em família da classe trabalhadora, sobre as diversas áreas do ensino superior. Sabia-se alguma coisa dos cursos tradicionais: Direito, Medicina, Engenharia, mas... Economia? Parecia-me algo que combinava de alguma forma História com Matemática, duas disciplinas das quais gostava muito.

Tampouco tinha ideia que adentrava um campo ainda quase 100% masculino (não éramos mais do que 20 ou 25 meninas numa turma de 180 alunos). Só me dei conta disso quando meu pai comentou com um tio meu, o irmão mais novo de minha mãe – o único que conseguira estudar de uma fila de 10 filhos, fizera Administração –, comentou com ele que eu entrara na USP, no curso de Economia. Ele franziu o cenho e declarou que Economia, para uma mulher, jamais. Nem Administração era área aberta às mulheres. O que eu conseguiria, no máximo, seria um bom cargo de secretária executiva.

De qualquer modo, ao começar o curso, me lembrei daquelas questões e achei que o estudo de economia deveria ajudar a respondê-las. O primeiro ano foi um porre total – curso de introdução para todos os lados: Direito, Sociologia, Administração, Contabilidade, Informática, e, claro, Introdução à Economia; mas, neste último, só aprendi a famosa lei da oferta e da procura e por que o preço da alface é mais baixo no final do que no início da feira livre.

Não me desanimei. Pensei que dali pra frente, quando tivesse sido ultrapassado o calvário das introduções, do segundo ano em diante, as coisas

haveriam de melhorar e eu começaria a estudar a economia de verdade. Piorou 500%. Naquele tempo, na FEA, não havia disciplinas optativas, e disciplinas como História Econômica ou Teoria do Desenvolvimento ou História do Pensamento Econômico só apareciam no terceiro ano. No segundo ano era só Microeconomia, Estatísticas mil, Cálculo, Matemática Financeira. Eu já estava ficando desacorçada com aquela coisa, querendo saber quando iria estudar o mundo real.

Entrementes, corriam os anos da ditadura e colegas sumiam das salas de aula, centro acadêmico era invadido. Eu não entendia muita coisa, porque, além de vir de uma família culturalmente periférica, como disse, o que eu tinha de referências políticas vinha de meu pai, bastante conservador, leitor da *Times*, tinha servido no exército na época da II Guerra, expressava apreço pelos militares e, dado o que vivera quando jovem, pelo momento que o mundo então atravessava, manifestava enorme admiração pelos EUA; em suma, pensava à direita.

Honra, porém, lhe seja feita, sempre lembra meu marido, Airton Paschoa. Conservador embora, não podia ter-nos dado educação mais feminista, e pela qual ele, escritor maroto que só!, se diz eternamente grato ao “sogrão”: “Vocês têm que estudar pra não dependerem de homem nenhum!”

Anedota à parte, pensava eu que a tal economia, que, de meu ponto de vista, ainda não estudara, havia de ter alguma coisa que ver também com aqueles generais de óculos escuros e com aquele pandemônio que fazia desaparecer meus colegas de sala. Frente àquela inquietação toda, o conteúdo de microeconomia me deixava cada vez mais exasperada com a nossa ciência. Pensava: então é isto a ciência econômica? Que ciência mais esquisita! O que ela explica, afinal? Como assim que existem infinitas firmas? Como assim que o lucro normal é zero? O que o custo marginal tem que ver com a queima de cebolas?

Fiquei tão intrigada com tudo isso que um dia perguntei a meu pai, que, como disse, trabalhava como uma espécie de administrador sem diploma, e seu emprego era numa empresa de comércio e indústria que vendia pneus

novos – mas também recauchutava pneus antigos e os revendia –, perguntei então a ele se sabia o que era custo marginal e receita marginal e/ou se os patrões dele sabiam. Ele disse que nunca ouvira falar; sabia de receita e despesa, débito e crédito, encargos trabalhistas, impostos, incidência tributária, já tinha ouvido falar na famosa lei da oferta e da procura e até entendia como ela funcionava, mas custo marginal, receita marginal, isso ele desconhecia. Os patrões tampouco haviam sido apresentados aos termos (ele havia perguntado).

Corria o ano de 1974 e, no segundo semestre, no início do curso de Microeconomia II, o professor voltou a falar na tal teoria do valor utilidade. E, claro, não era a primeira vez que a mencionava. No curso de Microeconomia I, tinha usado diversas vezes essa expressão. Então caiu a ficha: por que teoria do valor utilidade? Por que não apenas teoria do valor? Se ele fala de teoria do valor utilidade é porque deve ter outra. Então perguntei: professor, por que o senhor fala todo tempo na teoria do valor utilidade, tem outra? Ele parou um pouco e disse: tem, Leda. Eu fiquei animada e perguntei: e qual é essa outra? Ele disse: é a teoria do valor trabalho. Só pelo nome já me soou mais interessante do que aquela que aprendíamos, era um nome que parecia fazer sentido. Então imediatamente eu perguntei: e como é essa teoria do valor trabalho? Ele disse: ah, essa eu não sei...

A despeito de “não saber” a teoria do valor trabalho (é claro que alguma coisa sabia, mas certamente não quis entrar no mérito, porque, afinal, os tempos eram perigosos), a resposta do professor me ajudou muitíssimo, pois fui atrás da tal teoria do valor trabalho. *Aí, fiat lux*, as coisas começaram a se encaixar. Descobri Adam Smith e Ricardo e também comecei a entender por que o tal de Marx era tão importante.

Mas meu primeiro contato com o velho barbudo se deu no terceiro ano, numa disciplina de Teoria do Desenvolvimento, onde nosso professor, Hélio Nogueira da Cruz, em decisão arriscada, permitiu que estudássemos, na base de seminários, alguns textos que quiséssemos. Um dos textos escolhidos foi um capítulo do livro de Paul Sweezy *Teoria do desenvolvimento*

capitalista, que acabei lendo todo e era uma espécie de iniciação à teoria de Marx. Esse contato, ainda que indireto, me confirmou que o caminho de uma verdadeira ciência econômica tinha que passar por aí.

Finalmente comecei a entender o que era valor, ainda que sem saber nomeá-lo, o que só consegui anos mais tarde, já no doutorado, me dando conta de que valor é uma forma social, que tem uma substância, também social, que é o trabalho, e que os preços dos bens e serviços têm que ver com isso, ainda que os preços pelos quais as coisas são efetivamente trocadas tenham que ver também com a tal lei da oferta e da procura.

Quando estudei Adam Smith, já no último ano, no curso de História do Pensamento Econômico, uma das coisas de que mais gostei foi aquela distinção entre preço natural e preço de mercado, porque ela punha as coisas no lugar certo. Era uma explicação meio newtoniana, mas que fazia muito sentido. Mostrava como se formavam os preços por meio do tempo de trabalho e como esses preços naturais funcionavam como um centro de gravidade em torno do qual flutuavam os assim ditos preços de mercado, ora acima, ora abaixo deles. Só uma questão me ficou: como a ciência podia ter regredido tanto? Se nascera assim, certinha, tornando tudo compreensível a partir da teoria do valor trabalho, por que essa teoria fora deixada de lado?

E foi a partir dessa e de outras reflexões que fui fazendo por conta própria, e, claro, pela convivência com colegas politizados, por força da situação política do país que fervia — em 1975, por exemplo, houve o assassinato de Vladimir Herzog, professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA), muito próxima da FEA, ensejando uma greve de um semestre em protesto, e acirrando ainda mais os ânimos no movimento estudantil —; por força de tudo isso, fui colando os cacos do que via e aprendia dentro e fora da sala de aula: a ciência econômica, o capitalismo, os militares, a ditadura, a América Latina, o imperialismo, a queima de cebolas...

Em 1976 saio da faculdade uma pessoa decididamente de esquerda e com muita clareza de que se existia uma ciência econômica, se essa ciência explicava alguma coisa do mundo em que realmente vivemos, ela não morava

nos livros de introdução à Economia, menos ainda nos manuais de micro-economia, em suma, não ia encontrá-la naquilo que é a corrente principal da economia ou seu *mainstream*.

A verdadeira ciência econômica morava na Economia Política, na ciência tal qual nascera nas mãos de Smith no último quartel do século XVIII. De Marx mesmo eu lera até então pouca coisa, o primeiro capítulo de *O Capital* com um grupo de colegas, tudo meio às escondidas, evidente, e o texto *Salário, preço e lucro*. Mas Marx, curiosamente, não foi um autor pelo qual me apaixonei à primeira vista... foi paixão madura mesmo, dessas que levamos para o resto da vida.

Muitos anos depois me tornei diretora, vice-presidente, duas vezes presidente, e hoje voltei a ser diretora, da Sociedade Brasileira de Economia Política, a SEP, esta nossa querida instituição que congrega professores heterodoxos, ou seja, críticos da ortodoxia neoclássica, de várias correntes, com alguma predominância de marxistas, e que foi formada em 1996, tentando enfrentar o levante neoliberal, ou, como afirmou o Professor Mário Possas em texto famoso (1997), a cheia do *mainstream*, que vinha forte naqueles meados dos anos 1990.

Há poucos anos, conversando com um jovem professor, ele me perguntou por que me tornei marxista. Respondi-lhe que me tornei marxista não por paixão política, mas porque penso que foi Marx quem conseguiu, cientificamente, desvendar os fenômenos da moderna sociedade do capital.

Na crítica ao *mainstream*, não podemos esquecer as correntes pós-modernas, que remam a favor da maré ortodoxa, transformando tudo em narrativa, em retórica, que relativizam todas as verdades e, com isso, deslocam a ciência de sua vocação emancipatória. Se o surto pós-moderno que tomou de assalto a filosofia e a reflexão epistemológica a partir dos anos 1980⁵ serviu pra alguma coisa, foi pra cultivar o solo ideológico de onde brotaram

⁵ No caso da ciência econômica, não podemos nos esquecer do barulho provocado por D. McCloskey com seu famoso texto sobre a retórica na economia, publicado pela primeira vez em 1983. Discuto essa questão com mais profundidade em meu livro *Modernidade e discurso econômico*.

rebentos horríveis como a tal da pós-verdade, da qual o terraplanismo é só o exemplo mais visível e escandaloso.

Ao mesmo tempo temos de reconhecer, na esteira da Escola de Frankfurt, a incorporação da ciência às forças produtivas, seu comprometimento talvez irremediável. O positivismo moderno, o racionalismo crítico de matriz popperiana, tão combatido por Adorno e grassando hoje em quase todos os campos do conhecimento, é obstáculo quase intransponível. Apesar de tudo, e parafraseando inversamente o grande Antonio Gramsci, é o caso de pessimismo na ação e otimismo na inteligência...

A ciência de costas para o mundo

No curso de História do Pensamento Econômico, junto com os preços naturais e os preços de mercado, tomei contato também com os teóricos da chamada revolução marginalista, que acontecera no último quartel do século XIX e destronara a economia política clássica, que nascera com Smith um século antes. Além do francês León Walras, de quem já ouvira falar nas aulas de Microeconomia, fiquei sabendo que também o inglês Stanley Jevons e o austríaco Carl Menger tinham contribuído para essa revolução e, de meu ponto de vista, para o retrocesso da ciência econômica.

Fiquei sabendo também que, por trás dos manuais de microeconomia e da popularização do novo paradigma, convertendo os complicados e formalizados desenvolvimentos teóricos em saber fácil de ser ensinado e difundido, estava o inglês Alfred Marshall. Era ele, portanto, o pai do festival de gráficos que decorava os meus cadernos de Micro I e Micro II, os quais, na minha opinião, de pouco serviam para entender o mundo em que efetivamente vivemos.

Mas o que quero destacar aqui é aquilo que, a meu ver, está por trás de toda a ciência econômica convencional, que é o mundo walrasiano, senão o modelo walrasiano propriamente dito, certamente a noção de equilíbrio, pano de fundo de todas as assertivas e de todas as teorizações, e indiretamente

também a noção de concorrência perfeita, que colabora para o mesmo fim. Isso cria um mundo de fadas, de conto da carochinha, que não deveria nos preocupar — não comandasse o mundo prático e a política econômica de quase todos os governos, incluídos os ditos de esquerda, com consequências drásticas.

Para mostrar o que quero, volto a David Ricardo, outro dos teóricos da economia política clássica, e adentro um pouco a questão metateórica, ou seja, a questão do método adequado à ciência da Economia. Diferentemente de Smith, Ricardo não era filósofo, mas ativo homem de negócios e membro do parlamento inglês. Tinha uma forma de raciocinar pautada pelo método dedutivo, ou seja, um raciocínio em que os resultados são consequências lógicas das premissas. Era assim, portanto, que ele discorria sobre os fatos econômicos, por meio de uma sequência de proposições logicamente conectadas. Ao que tudo indica, no âmbito da ciência econômica, é aí que nasce a ideia de montar modelos para entender a realidade.

O caráter dedutivo das explicações de Ricardo era tão acentuado que incomodou Henry Brougham, seu companheiro no parlamento inglês, que assim se pronunciou sobre o colega:

As concepções do Sr. David Ricardo são na verdade abundantemente teóricas, às vezes muito refinadas para sua audiência, de vez em quando extravagantes, graças à propensão que o Sr. Ricardo tem de levar um princípio até às últimas consequências, como se fosse um ser do outro mundo, ou como se fosse um engenheiro que construísse uma máquina sem levar em conta a resistência do ar em que ela vai operar e a força, o peso e a fricção das partes que a compõem. (*apud* DAVIS, 1998, p. 423)

O desconforto do pragmático companheiro de Ricardo era, claramente, com o caráter absolutamente abstrato de suas formulações, ainda que se destinassem, ao fim e ao cabo, a referendar proposições concretas de política econômica. Parecia a Ricardo evidente que, se conseguisse demonstrar a verdade lógica de suas teses, suas propostas teriam de ser incondicionalmente aceitas. É por conta disso que Joseph Schumpeter, já no século XX,

vai denominar de “vício ricardiano” a vinculação de formulações abstratas a questões práticas.

Notem que outro economista inglês, Frank Hahn, um dos teóricos que mais colaborou para o desenvolvimento da teoria do equilíbrio geral walrasiana, reclama, em um de seus livros, exatamente disso, da persistência desse vício ricardiano, da indevida utilização que os monetaristas em geral faziam (e continuam fazendo) do paradigma walrasiano, como se estivesse ele descrevendo as economias reais, de modo a tornar viável o seu controle. Monetaristas são os economistas que entendem o que é a moeda e o dinheiro de uma forma que converge com o mundo neoclássico, com seus pressupostos teóricos assentados nos princípios marginalistas, e que pautam a agenda de política monetária hegemônica no mundo, de uma forma bastante radical, desde pelo menos os anos 80 do século passado. Diz então Hahn:

Tendo gasto a maior parte de minha vida como um economista dessa teoria, confesso que uma tal interpretação jamais me ocorreu. Na verdade, era claro, desde o início, que nós só tínhamos meia teoria, uma vez que não havia (e não há) nenhuma explicação rigorosa sobre como o equilíbrio de Arrow-Debreu vem a ser estabelecido. Mas percebeu-se rapidamente que mesmo essa metade que nós tínhamos possuía sérias falhas: ela não podia explicar o dinheiro ou as mudanças de estoque; retornos crescentes não eram possíveis; não havia nenhuma teoria das trocas reais etc. [...] Se se toma a teoria walrasiana seriamente, não se pode levar a sério o uso que os monetaristas fazem dela. (HAHN, 1984, p. 309)

Frank Hahn fala com a autoridade de quem participou ativamente da confecção do artefato teórico mais logicamente consistente com a ideia da ciência econômica como explicação dedutiva já produzido. O modelo de Arrow-Debreu que cita (na realidade trata-se do modelo Arrow-Debreu-Hahn, pois ele também fazia parte da trindade de teóricos que o elaborou) é o modelo walrasiano mais bem desenvolvido já construído, um modelo que resolve muitos dos problemas e das lacunas que Walras tinha deixado, muitas das quais, diga-se, por conta simplesmente de a matemática de sua

época não estar suficientemente desenvolvida para fornecer os instrumentos capazes de solucioná-las.

O objetivo maior do modelo walrasiano é provar a existência, na economia de mercado, de um vetor de preços de equilíbrio, ou seja, demonstrar matematicamente que o mercado, por seu próprio funcionamento, sempre encontra um vetor de preços que equilibra ofertas e demandas de modo a satisfazer todos os desejos. É surpreendente, portanto, surpreendente e digno de aplauso, que Hahn tenha sido tão franco na admissão da total insuficiência do paradigma do equilíbrio geral para explicar o mundo em que realmente vivemos. Mas isso nos leva imediatamente a perguntar: se não se trata disso, do que se trata então? A ciência econômica é como a arte, um fim em si mesma? Pode se dar ao luxo de virar as costas ao mundo real?

Sobre essa questão não será demais lembrar, menos por seu caráter anedótico do que pelo que revela desse tipo de concepção de ciência econômica, um episódio ocorrido justamente com o economista francês Gérard Debreu – o Debreu do modelo Arrow-Debreu – quando da cerimônia de recebimento de seu Nobel de Economia em 1983. Segundo consta, ao final do evento, em meio a dezenas de jornalistas que o cercavam, foi-lhe perguntado o que achava ele, àquela altura o mais celebrado economista do planeta, da política de juros do presidente Reagan, a qual havia espantado o mundo por sua extrema dureza, tornando-se então o assunto predileto das rodinhas especializadas. Para estupefação e assombro de todos os presentes, Debreu respondeu singelamente que não fazia a menor ideia do assunto, pois não se preocupava com assuntos de política econômica, só fazia modelos abstratos...

Aos menos avisados, a inesperada resposta talvez tenha parecido tão somente a sonsice de um francês arrogante, que queria sutilmente revelar seu desprezo pelos assuntos americanos. Mas evidentemente não era disso que se tratava e sim de novo rompante de sinceridade de um teórico do equilíbrio geral, de natureza idêntica à manifestação de Frank Hahn que acabamos de comentar. Se Debreu não tinha de fato o que dizer, se todo seu

conhecimento de teoria econômica, que lhe tinha rendido um Nobel, não lhe permitia pronunciar uma palavra sequer acerca de objeto tão escandalosamente econômico, cabe-nos repetir a pergunta que já havíamos feito: de que trata então essa teoria? De que mundo fala ela? Que conhecimento é esse?

É o flagrante irrealismo dos pressupostos da teoria do equilíbrio geral que torna difícil, senão impossível, fazer uso de seus achados teóricos pra explicar o mundo real e fazer prescrições de política econômica sem incorrer no vício ricardiano. Para Frank Hahn, como vimos, os campeões desse erro são os monetaristas. Pois foi justamente o pai do monetarismo, o economista americano Milton Friedman, quem escreveu o artigo sobre metodologia mais influente de toda a história da economia justamente para defender esse uso, ou seja, defender a utilização de pressupostos irrealistas na elaboração dos modelos teóricos⁶.

É bem verdade que Friedman refere-se aí não à versão walrasiana do paradigma do equilíbrio, mas à versão marshalliana dele, que trata de equilíbrios parciais. Sua crítica ao modelo walrasiano, contudo, se assentava em sua incapacidade de fornecer hipóteses testáveis, – não na irrealidade do mundo por ele construído. O ensaio de Friedman teve repercussão extraordinária e marcou gerações inteiras de economistas filiados ao *mainstream*. O pragmatismo militante, ali tão calorosamente defendido por Friedman, fornecia aos adeptos da corrente os melhores argumentos para a defesa da crítica, a eles sistematicamente feita, de que a teoria de extração neoclássica partia de pressupostos irrealistas, devendo, por isso, ser abandonada.

Mas, através de Friedman, nós topamos o tema por mim estudado no doutorado: o dinheiro.

⁶ Trata-se do conhecido ensaio “The Methodology of Positive Economics”, publicado pela primeira vez em 1953.

Um cafezinho no IPE e um obscuro objeto chamado dinheiro

Concluído o curso em 1976, abandonei a FEA, migrei para a escola vizinha, a ECA, a fim de cursar jornalismo à noite, e fui trabalhar como analista macroeconômica num grande banco.

O trabalho era estreito, às vezes repetitivo, o ambiente quase 100% masculino, no pior sentido da palavra; para uma mulher, era quase irrespirável (lembrei do meu tio). Algumas vezes tinha que ir com o diretor de meu departamento a reuniões gerais entre os vários departamentos do banco (era um banco de investimentos), sempre sendo a única mulher. O diretorzão, um sujeito supermachista, nunca dirigia a palavra a mim diretamente. Chamava a todos os presentes de doutor (e ninguém era doutor ali, todos apenas bacharéis, como eu) e quando ele queria dizer alguma coisa sobre o trabalho que eu desenvolvia, em geral estudos setoriais, ou análises da política monetária e do processo inflacionário, ele se dirigia a meu chefe e dizia: precisa falar pra mocinha aí isso e aquilo, etc. A mocinha aí era eu... Minha vontade de sumir dali e voltar à universidade, tentar uma carreira docente, era enorme, e compreensível.

(Diga-se, em desagravo do “diretorzão”, que não era só ele nem seu tempo. Secretária de Planejamento do governo Haddad, já na segunda década do século XXI, nas diversas reuniões na Câmara Municipal, com a presença de outros secretários, a única mulher e doutora nunca era assim interpelada. Era eu sempre simplesmente Senhora... Doutores – tão só os secretários homens, e bacharéis.)

Desde 1979 levava vida dupla, pois militava numa organização trotskista clandestina, que depois entrou no PT, praticando o chamado “entrismo”. Pela época iniciara também a árdua batalha pela legalização do PT. *Liberdade e Luta*, hoje objeto até de documentário⁷, era o nome da organização no movimento estudantil. A vida de Alexandra (meu nome de guerra)

⁷ Trata-se de *Libelu – Abaixo a Ditadura*, do diretor Diógenes Muniz, apresentado no festival *É Tudo Verdade*, de 2020. Ver a respeito: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/libelu-documentario-explica-origem-e-papel-do-grupo-liberdade-e-luta/>

retirava um pouco do cinza com que o ambiente do banco pintava meu dia a dia. Mas outra coisa também me ajudava a suportar tudo aquilo: a ECA. Ir para lá à noite, depois de passar o dia no banco, era um paliativo. Ali respirava e não me deixava emburrecer. Foi ali também que tomei contato mais intenso com uma área do conhecimento que só não me era inteiramente desconhecida por conta das aulas de História Econômica da FEA, ministradas pelo Professor Iraci del Nero da Costa, nas quais Hegel se metia sorratoriamente. Tendo de estudar, por força do currículo do curso de jornalismo, os fenômenos relacionados com a chamada indústria cultural, mergulhei na Escola de Frankfurt e fiquei fascinada por Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin (cuja trágica morte por suicídio para escapar das forças nazistas completa neste mês, por sinal, oitenta anos)⁸.

Capturada pela filosofia, que viria a despertar em mim um apreço nunca diminuído pela interdisciplinaridade, a estreiteza do trabalho no setor financeiro parecia ainda mais sufocante. Deixar o banco, arriscar a sorte na academia, contudo, não era decisão fácil ou viável pra quem não nascera em berço de ouro. Um belo dia, porém, resolvi encarar o desafio. Prestei o exame da Anpec e em março de 1983 lá estava eu, finalmente, de volta à casa, aluna do IPE – o Instituto de Pesquisas Econômicas da FEA/USP, responsável pelo curso de pós-graduação.

Foi quase uma insanidade cursar as disciplinas do mestrado em Economia e continuar a trabalhar no setor privado, mas as contingências materiais de minha vida não me deixavam outra saída e os bons resultados que obtive me valeram indicação para passar direto ao doutorado. A perspectiva, longínqua então, de vir a permanecer na FEA como professora ficava um pouco menos utópica. Agarrei a oportunidade e decidi assumir de vez a academia, com toda a incerteza que isso representava em termos financeiros.

A partir daí, tudo foi acontecendo num turbilhão. A experiência da cátedra veio muito antes do que poderia imaginar e quando, em agosto de 1985,

⁸ O mês, como antecipado na explicação, era outubro de 2020.

pisei numa sala de aula da FEA, pela primeira vez como professora e não como aluna (aprovada que fora a uma vaga de professor substituto na área de macroeconomia), a sensação foi de orgulho... e pânico. Em setembro de 1988, recebi com enorme alegria o resultado de um concurso para ocupar uma vaga de docente (desta vez não mais temporária) no Departamento de Economia.

Tinha que concluir o doutorado. A questão era sobre o que escrever. Inclinada inicialmente à área de história econômica, que sempre me fascinara, comecei a tomar gosto pela discussão teórica, em particular pelas visões heterodoxas, sobretudo na vertente materialista (já tinha lido muito mais Marx, então). Não sabia, contudo, a que me dedicar exatamente. O dinheiro era um objeto que me intrigava, mas ficava na dúvida se uma tese sobre ele iria render algo original... Mas o episódio que agora vou relatar facilitou minha decisão.

Numa tarde, num momento em que sempre rolava um cafezinho entre os estudantes da pós, surge um de nossos colegas e, com cara de quem tinha feito descoberta digna de Einstein, nos diz resolutivo: “gente, descobri uma coisa, o dinheiro não existe!”. “Como assim?”, perguntamos todos. Ao que ele retrucou: “o dinheiro não tem lugar lógico, e se não tem lugar lógico, não existe”. Nem é preciso mencionar a gozação que logo se seguiu, com todos dizendo, “ok, então passa isso aí que está no seu bolso para o meu...”, “te dou já meus dados para a transferência de seus saldos bancários” etc.

Ciente das principais considerações de Marx sobre mercadoria, dinheiro e capital, bem como de outras teorias sobre o dinheiro, tinha certeza de onde vinha a enormidade daquela afirmação. O colega estudava a teoria do equilíbrio geral, de León Walras. E de fato, nessa teoria, no modelo que consegue provar do modo mais perfeito possível a existência de um equilíbrio geral a partir do funcionamento do mercado e do sistema de preços, o dinheiro não existe. Se lembrarem da citação de Frank Hahn que mencionei há pouco, ele diz lá exatamente isso: “Na verdade, era claro, desde o início, que nós só tínhamos meia teoria [...] Mas percebeu-se rapidamente

que mesmo essa metade que nós tínhamos possuía sérias falhas: ela não podia explicar o dinheiro [...]”.

Comecei então a pensar que havia algo de muito errado com uma ciência que não dá guarida a seu objeto mais característico, assim como uma medicina que se recusa a compreender o sangue humano, ou uma química que ignore a tabela periódica. Fiquei imaginando o que pensaria um leigo passando desavisadamente por ali e ouvindo uma frase como aquela... Não sendo doido o doutorando, poderia até processar a faculdade por malversação do dinheiro público; afinal, todos ali recebiam bolsas de pesquisa de instituições públicas de fomento. Decidi-me, afinal, pelo dinheiro como objeto de estudo da tese.

O que é o Dinheiro? A pergunta aparentemente simplória, capaz de ser respondida sem dificuldade por qualquer criança, faz referência a um objeto que está bem longe de ser simples. Em primeiro lugar, porque não é um objeto natural, por mais naturalizada que esteja a realidade social de nossa economia de mercado. Ademais, porque, objeto escorregadio, não se deixa submeter facilmente às peripécias do processo de representação, pregando peça em muita gente boa. Quando se tenta precisá-lo, sua ambiguidade contamina o discurso e faz o analista perder o pé. Quando você pensa que já o prendeu em seus laços conceituais, ele já se escafedeu e escondeu-se no seu predicado, ou em um de seus papéis.

O já citado Milton Friedman, advogado número um do irrealismo dos pressupostos, pai do monetarismo, irritou-se muito, não por acaso, quando um aluno de pós-graduação pediu-lhe que conceituasse moeda. Indagou o aluno, com justa razão: “Em seu modelo, a moeda é o conceito básico, e, no entanto, o senhor não nos disse ainda o que é a moeda em termos conceituais exatos. Poderia ajudar-nos a entendê-la agora?”. Friedman o arrasou, dizendo-lhe que nada entendia de metodologia científica, que Newton não precisava dizer o que era a gravidade, bastando mostrar o que ela faz, e que o mesmo se aplicava à moeda⁹.

⁹ O episódio é relatado a Arjo Klamer pelo conhecido economista americano James Tobin em *Conversas com economistas* (1988, pp. 109-110).

E o que mais esperar de quem defende o irrealismo dos pressupostos teóricos? Mas então a ciência convencional, ou ortodoxa, é assim: o pai da teoria que leva o nome de um objeto (Mo-ne-ta-ris-mo, lembremos) diz que não é preciso saber o que é esse objeto. O problema é o vício ricardiano, porque tira-se daí, desse conhecimento científico *sui generis*, e nobelizado, políticas econômicas que, ao fim e ao cabo, abatem vidas mundo adentro.

Até agora usei indistintamente os termos moeda e dinheiro, como sinônimos, mas de fato não querem dizer a mesma coisa. Na realidade, um contradiz o outro, ainda que ambos sejam uma única e mesma coisa. A teoria monetarista, por exemplo, vê o dinheiro apenas como moeda, não o enxerga plenamente. Mas obviamente não vou aqui tentar expor minha tese e o que escrevi sobre dinheiro, porque não teríamos tempo; digo apenas que tentei justamente, com base em Marx, lido através das lentes de Hegel, capturar o dinheiro em sua obscuridade, com um discurso também escorregadio e que abraça a contradição.

Objeto obscuro, leia-se contraditório, para capturá-lo impõe-se igual discurso da obscuridade. Quando se tenta capturá-lo com discurso claro, ou seja, quando se tenta definir, clarificar um objeto obscuro, a contradição que é do objeto passa ao discurso e o discurso se contradiz. Na tese, fiz uma análise do pensamento sobre o dinheiro na teoria do equilíbrio geral, na teoria neoclássica, na teoria clássica, e mesmo na teoria keynesiana, indicando como a contradição do objeto contradiz esses discursos¹⁰.

A tese sobre o dinheiro, resumidamente, é que, sendo ele logicamente sucedâneo da mercadoria, é, em sua essência, pura forma (uma forma social), mas que tem que aparecer como o contrário disso, como matéria absoluta. Parte das turbulências hoje vividas pela economia global decorre do desdobramento histórico dessa contradição constitutiva do dinheiro.

¹⁰ A tese não foi publicada, mas os elementos mais importantes dela encontram-se no verbete sobre Dinheiro, de minha autoria, do *The Oxford Handbook of Karl Marx*, publicado em 2020, pela Oxford University Press.

Numa abordagem muito original, o Professor João Sayad diz que o dinheiro é um mito, cuja existência e funcionalidade dependem da crença e da fé de quem o utiliza, assim como os santinhos religiosos; e o mito não pode ser desmitificado¹¹. Por isso é tão difícil domá-lo pelo processo de representação que constitui o conhecimento (no caso, a ciência econômica, que, na maior parte dos casos, segundo Sayad, acaba forjando uma teoria monetária sem moeda). E se o dinheiro é mito, os regimes de metas de inflação e as reuniões periódicas de comitês que emitem bulas papais com as regras de seu manuseio figuram, para ele, como os rituais necessários, em tempos de dinheiro sem lastro, a fim de conservá-lo mito e salvá-lo da racionalização, que o destruiria. As conclusões de Sayad não estão muito longe das minhas e também nos dão pistas importantes para pensar o porquê do surgimento, hoje em dia, da tão comentada MMT, a *Modern Money Theory*, ou Moderna Teoria do Dinheiro (que, de fato, de moderna pouco tem)¹².

Daqui poderíamos partir para a discussão do capitalismo contemporâneo, da financeirização e do rentismo, temas que venho ultimamente pesquisando, mas quero dizer umas poucas palavras sobre uma área na qual também trabalhei bastante e foi muito importante para minha formação, a área de metodologia. Minha tese de livre-docência trata justamente de temas metateóricos, além de capitalismo contemporâneo. Mas vou trazê-la aqui para acrescentar à crítica que até agora fizemos da ortodoxia econômica mais um elemento. Desta vez, porém, não se trata da crítica da heterodoxia, da Leda Paulani, economista declaradamente marxista (e keynesiana eventualmente), senão de um autor célebre, ninguém menos do que Friedrich Hayek, o pai do neoliberalismo.

¹¹ Tais teses encontram-se em *Dinheiro, dinheiro: inflação, crises financeiras, desemprego e bancos* (SAYAD, 2015). Utilizo, neste parágrafo, algumas reflexões que fiz na orelha do livro.

¹² Conferir entrevista do Prof. André Roncaglia da Unifesp ao Nassif: https://www.youtube.com/watch?v=H5e3Ec4Fseo&t=254s&ab_channel=TVGGN

O hippie sossegado e a defesa da economia de mercado

Em meados de 2003, depois de ter passado pouco mais de dois anos pelo cargo de assessora-chefe do gabinete da Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo, onde era secretário justamente meu amigo Professor João Sayad – tratava-se da gestão Marta Suplicy, então petista –, resolvi retomar o projeto de livre-docência, interrompido naquele período para poder atender ao convite de Sayad. Tomei uns tantos ensaios, escritos ao longo dos anos por ocasião de uma bolsa de produtividade do CNPq, encadeei-os de outra forma, escrevi três ensaios novos e apresentei o volume, em 2004, no citado concurso, sob o título *Modernidade e discurso econômico*.

O título da tese, que virou livro (PAULANI, 2005), inspirou-se numa obra do filósofo alemão Jürgen Habermas, *O discurso filosófico da Modernidade*. Nesses anos todos, minha paixão pela filosofia, a carência de formação na área e a necessidade de aprofundar meus conhecimentos dentro da teoria marxista me levaram a fazer, na FFLCH-USP, vários cursos como ouvinte: dois com o Professor Ruy Fausto – um sobre os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx* e outro sobre a *Lógica de Hegel* –, um com o Professor Paulo Arantes – sobre a *Fenomenologia do Espírito de Hegel* – e um quarto com o Professor Ricardo Terra – sobre o citado livro de Habermas.

O que tento fazer na tese é indicar a contradição do discurso econômico convencional, ao mesmo tempo que tento demonstrar quais foram os constrangimentos materiais que produziram determinados resultados teóricos e metateóricos. Almejava assim responder a uma das minhas perguntas, quando estupefata assistia às aulas de microeconomia no meu curso de graduação na FEA: o que havia acontecido com nossa ciência?

O livro trata de muita coisa, muitos objetos, todos relacionados à necessidade da crítica do discurso econômico convencional. Por isso Hayek tinha que estar presente. O professor austríaco, altamente respeitado, havia sido levado da Áustria, em 1933, para a *London School of Economics* por outro compatriota, o economista Ludwig von Mises, muito conhecido hoje em

dia por conta da ascensão dos grupos de extrema direita mundo afora. Mises buscara Hayek para enfrentar o dragão keynesiano que surgia no horizonte e, mesmo antes da *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, causava arrepios aos princípios de livre mercado que pautavam a produção teórica de Mises.

Hayek não deu conta do recado. Conta um estudioso da trajetória de Hayek, que, ao longo dos anos 1930, a academia inglesa viu Hayek surgir inicialmente como estrela de primeira grandeza na constelação dos economistas e, posteriormente, terminar a década completamente apagado, ofuscado pela glória keynesiana (ANDRADE, 1997, p. 177). Mas o que nos interessa aqui é a crítica que Hayek faz à abordagem neoclássica. A abordagem, que, como já dito, tem por trás de si o modelo walrasiano, baseia-se inteiramente na ideia do homem econômico racional, de modo que o equilíbrio que aí surge é sempre o resultado dessa visão dos agentes...

Defensor dessa concepção durante tempo substantivo de sua vida intelectual, Hayek, no entanto, muda radicalmente de postura em meados dos anos 1930. Num texto intitulado *Economics and Knowledge*, de 1937, Hayek procede a uma crítica demolidora da teoria neoclássica e de sua ideia de indivíduo. Resumidamente, assevera que, ao tomar o indivíduo e seu comportamento como dados *a priori*, a teoria neoclássica dá por resolvido aquilo que deveria resolver. O equilíbrio que aparece como resultado de seu desenvolvimento está em realidade hipostasiado, e, com isso, a teoria neoclássica, que deveria funcionar como a prova “científica” de que a sociedade de mercado consegue produzir o ótimo social, não passa de círculo vicioso — em que o fim, a provar, está na origem, postulado.

Com efeito, conforme o Professor Sayad na orelha do livro que resultou de minha tese de livre-docência, a teoria econômica e o homem econômico que ela pressupõe

não combinam com a imagem que temos da sociedade capitalista, de empresários visionários, populações inteiras desenraizadas e deslocadas para trabalhar em minas ou em *plantations* no Novo Mundo, gerações

empobrecidas até a morte por causa de novas invenções, ou levadas à morte por causa do preço da batata. O indivíduo econômico da teoria combina apenas com um Robinson Crusoe, que toma decisões racionais e calmamente, mas isolado numa ilha perdida no meio do oceano, longe de concorrentes, rivais ou amigos. Ou com um *hippie* sossegado dos anos 1970, que escolhe entre dois bens, pensando apenas em necessidades, livre da inveja e em paz com o mundo. (SAYAD, 2005, orelha)

Havendo chegado à deplorável conclusão de que a teoria que deveria advogar cientificamente a economia de mercado não passava de falácia, Hayek simplesmente abandona a teoria econômica e passa a cuidar de outros temas – Legislação, Direito etc. Quando, em 1947, comanda intelectualmente a fundação da *Sociedade Mont Pelèrin*, espécie de certidão de batismo do neoliberalismo, já está ele ciente da impossibilidade de defender cientificamente a economia de mercado, que só seria possível defendê-la como fim em si mesma, enquanto solo único da realização da liberdade do indivíduo etc. etc. Ideologia em estado bruto, em suma.

Na citada orelha do livro, o Professor Sayad ainda escreve:

Leda mostra que o pensamento de Hayek abandona o debate dos economistas sobre o funcionamento da economia capitalista e passa a defendê-la como um fim em si mesma [...] O capitalismo e a economia de mercado não requerem mais justificativa ou análise racional. Daí que o pensamento econômico se torna raso, ou impossível de ser discutido racionalmente. A privatização é preferível porque é privada, o mercado porque é mercado. É essa escolha sem justificativa que a autora aponta como traço definidor do pensamento neoliberal. (*idem ibidem*)

Temos, com isso, um motivo a mais para reprovar a continuidade do vício ricardiano, que pensa construir uma ponte entre a demonstração científica do caráter virtuoso da economia de mercado e as prescrições de política econômica a seguir para mantê-lo. Levando em conta a desistência de Hayek, a pessoa que mais gostaria de dispor de uma arma como essa, a prova simplesmente não existe.

E chegamos com isso ao capítulo atual de minha trajetória, minhas produções mais recentes, todas elas vinculadas à crítica ao neoliberalismo, no Brasil e fora dele, e às transformações experimentadas pelo capitalismo contemporâneo, sobretudo ao processo de financeirização da economia, que é, para mim, apenas um dos fenômenos associados a um movimento de maior escopo, que chamo de rentismo.

Antes de iniciá-lo, porém, convém, por uma questão de honestidade intelectual, dizer ainda uma palavra sobre o paradigma convencional. Então ele não serve para absolutamente nada? Serve, sim; serve, por exemplo, para explicar por que o segundo chope, num dia de calor escaldante, não é tão gostoso quanto o primeiro¹³, ou pra explicar, como já disse, porque a alface é mais barata no final da feira do que no início...

Veredas atuais

Defendida a livre-docência, terminei minha viagem ao planeta da epistemologia e da metateoria e fui voltando aos poucos a meu objeto de origem, o dinheiro. Entrementes, a continuidade da gestão neoliberal do capitalismo bem como o andamento político e econômico do país foram abrindo vias de associar tais pesquisas, mais teóricas, aos eventos concretos que foram marcando o país e o mundo nestas primeiras décadas do século XXI.

Estudei a autonomia das formas sociais e como vão elas tomando conta do processo de acumulação. Tentei mostrar como isso explica, de alguma forma, a persistência do que se convencionou chamar de financeirização da economia, assim como a continuidade do crescimento da riqueza

¹³ Para eventuais não economistas que possam estar lendo estas páginas: a microeconomia neoclássica trabalha a partir de variações incrementais nas variáveis. Assim, a satisfação (utilidade) que dá o primeiro chope é necessariamente maior do que a proporcionada pelo segundo, que, por sua vez, será maior do que a proporcionada pelo terceiro etc. Trata-se do princípio da utilidade marginal decrescente (cada unidade adicional de um bem agrega um *quantum* menor à utilidade que o agente já tem). É este princípio que está por trás da curva de demanda negativamente inclinada dos livros-textos. Em termos práticos, isso significa que cada agente está disposto a pagar mais pelas primeiras unidades de um bem do que pelas seguintes.

financeira, desde pelo menos o início dos anos 1980, numa velocidade três vezes maior do que o crescimento da riqueza real.

Tudo isso decorreu de um movimento, mundial, de retomada da famosa seção V do livro III de *O Capital*, onde Marx vai falar do capital financeiro, que ele chama de capital portador de juros, e do capital fictício, e onde ele vai mostrar como o capital portador de juros fecha o sistema. Marx começa da mercadoria, vai ao valor e ao dinheiro, chega, a partir daí, ao capital e finalmente retorna à mercadoria, já que o capital portador de juros não é nada mais do que o próprio capital transformado em mercadoria, ou seja, é a mercadoria capital.

Esse movimento teórico, que envolveu vários economistas marxistas, visava, claro, dar conta da nova etapa da história capitalista, começada no início dos anos 1980, com a *débâcle* da visão keynesiana e a crise que estourara nos anos 1970, uma crise de sobreacumulação, a meu ver¹⁴. Nessa nova etapa, o capital financeiro vai ser o protagonista, comandando o processo de acumulação. O levante neoliberal que então se observa, capitaneado por Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA, buscava recompor as condições de valorização do capital, avariadas pelo excessivo capital acumulado, pela pressão salarial em tempos de pleno emprego continuado e em parte também pelos direitos conquistados pelos trabalhadores. Em suma, buscava recuperar a taxa de lucro, mas buscava também liberar o mundo do complexo sistema de regulações e expedientes comandados pelo Estado que, ao longo dos chamados trinta anos gloriosos e sob os auspícios do Acordo de Bretton Woods, havia colocado amarras à vocação de autonomização da finança, obrigando-a a se tornar parceira da produção.

A mercadoria capital é a que mais precisa de liberdade. Dólares aplicados hoje na Bovespa têm que ter a liberdade de amanhã estarem sendo aplicados nos títulos públicos do Nepal e depois de amanhã em debêntures de empresas inglesas na City de Londres ou em Wall Street. Como viver num mundo cheio de amarras, de quarentenas e regulações e porteiros e portarias?

¹⁴ David Harvey (2004) e François Chesnais (2016) também defendem a tese.

Mas a financeirização, para mim, como já mencionei, é só um dos elementos de um processo de maior escopo, é só uma das formas de rentismo. Atinei com isso relendo a esquecida seção VI do livro III de *O Capital*. Nele, como se sabe, Marx analisa as formas segundo as quais a mais-valia aparece, a saber, Lucro, Juro e Renda, mas esta última foi ofuscada, por um tempo, pela abundante discussão sobre o capital portador de juros e a financeirização. O crescimento de fenômenos como a mercadoria-conhecimento resgata a seção VI, desvelando coisas muito importantes, que podemos utilizar para entender o capitalismo de hoje e os desafios abertos. Não tenho espaço aqui pra comentá-las, mas penso que a economia política, se quer de fato contribuir para a compreensão do mundo contemporâneo, tem que seguir por aí. Vou parando por aqui. Teria ainda muita coisa a falar, por exemplo, de tudo que escrevi sobre nosso país e seu desenvolvimento neste século, sobre o *Brasil Delivery* (Boitempo, 2008), sobre governos de esquerda e políticas econômicas de direita, sobre artigos que discutem dialeticamente a natureza do processo de trabalho hoje, sobre o desenvolvimento da ciência econômica no Brasil e a originalíssima tese da inflação inercial, que não por acaso nasceu aqui, sobre neodesenvolvimentismo e o grande Celso Furtado, enfim, sobre muita coisa que talvez merecesse alguma menção.

Deixo apenas uma última observação. Penso que o conteúdo desta aula magna permitirá, no mínimo, altear a bandeira do pluralismo no ensino de Economia, absolutamente imprescindível neste momento. A universidade não é igreja, que divulga apenas determinado credo e cujas perorações se assentam numa bíblia. A universidade tem que ser o contrário disso, tem que ser plural. É obrigação da universidade apresentar aos alunos os vários paradigmas existentes, principalmente em se tratando de ciência, em que a luta de paradigmas nunca deixou de existir, de ciência, sobretudo, que carrega tantas consequências sociais, as mais das vezes trágicas.

Vivemos tempos apocalípticos, de enormes retrocessos, em que o saber e a pesquisa são atacados de todas as formas. Restringir o ensino a uma única visão, seja ela qual for, significa secundar o processo de devastação da vida no planeta.

Referências

- ANDRADE, R. de “Friedrich A. Hayek: a contraposição liberal”. In: CARNEIRO, R. (org.). *Clássicos da Economia*, v. II. São Paulo: Ática, 1997.
- DAVIS, J. B. “David Ricardo”. In: DAVIS, J. B.; HANDS, D.W. & MÄKI, U. (orgs.). *The Handbook of Economic Methodology*. Cheltenham: Edward Elgard Publishing Ltd., 1998.
- FRIEDMAN, M. *Essays on Positive Economics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1953.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].
- HAHN, F. *Equilibrium and Macroeconomics*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- HAYEK, F. “Economics and Knowledge”. In: _____. *Individualism and Economic Order*. Indiana: Gateway, 1948.
- KLAMER, A. *Conversas com economistas*. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1988.
- MARX, K. *O Capital*, livro I. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1983 [1867].
- MCCLOSKEY, D. *The Rhetoric of Economics*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.
- PAULANI, L. M. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Brasil Delivery – Servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. “Money”. In: VIDAL et alii (ed.). *The Oxford Handbook of Karl Marx*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- POSSAS, M. “A cheia do ‘mainstream’: comentário sobre os rumos da ciência econômica” *Revista de Economia Contemporânea*, v. 1, n. 1, 1997.
- SAYAD, J. Orelha. In: PAULANI, L. M. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Dinheiro, dinheiro: inflação, crises financeiras, desemprego e bancos*. São Paulo: Companhia das Letras; Portfolio Penguin, 2015.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1985 [1776].
- SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PAULO NAKATANI

A FORMAÇÃO DOS ECONOMISTAS E A ECONOMIA POLÍTICA NO BRASIL

A FORMAÇÃO DOS ECONOMISTAS E A ECONOMIA POLÍTICA NO BRASIL

Introdução

A Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) está comemorando seus 25 anos de existência neste ano. Ao longo de todos esses anos, tem publicado periódica, sistemática e ininterruptamente a *REVISTA da SEP*. Mas, mesmo antes do número 01, a revista *Estudos Econômicos* da USP lançou um número especial¹, com uma seleção dos artigos apresentados no I Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, realizado em 1996 na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

A chamada para a realização do I Encontro foi elaborada pelos participantes do grupo de Economia Clássica e Política no IX Congresso da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), realizado em Cuiabá, em 1995, que haviam discutido durante quase uma década e desenvolvido o ensino dos clássicos e de Marx nos cursos de graduação em economia. Entretanto, esses professores se ressentiam da ausência de um espaço para a discussão de sua produção acadêmica no campo da economia política, em que pudessem apresentar e discutir seus trabalhos. A chamada para o I Encontro recebeu o apoio de mais de uma dezena de destacados acadêmicos e professores heterodoxos da área de economia.

PAULO NAKATANI

Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFES e ex-presidente da SEP (2008-2012).

¹ *Estudos Econômicos*, v. 26, número especial, 1996, São Paulo, IPE-USP.

² Além dos Anais do I Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, os anais de todos os Encontros Nacionais de Economia Política estão disponíveis em: https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/enep-edicoes-anteriores/datas-das-edicoes-anteriores.

Esse apoio produziu maior destaque e atraiu uma grande, significativa e variada participação, que pode ser avaliada pelos Anais do Encontro².

Durante esse Encontro foram discutidos os termos, negociado acordos e elaborado um Estatuto. Assim, foi fundada a SEP e, deve-se destacar, com a inclusão do Secretário Executivo da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e do Presidente da ANGE como membros titulares da própria diretoria³. A partir daí, a SEP tem realizado anualmente o Encontro Nacional de Economia Política, cuja contribuição no debate econômico, teórico e empírico, da economia mundial à economia brasileira, é inegável. Igualmente, é inegável o espaço criado para a expansão do marxismo no campo da economia durante todos esses anos.

Nesses 25 anos, os Encontros da SEP e a *Revista da SEP* abriram e expandiram um considerável espaço para o desenvolvimento e a disseminação dos estudos e pesquisas das correntes teóricas que consideram a economia como uma ciência social, em oposição à ortodoxia neoclássica. Assim, permitiu, igualmente, a formação e o aprofundamento de todos os estudantes em economia, desde a graduação até a pós-graduação, no estudo das obras de Karl Marx, em especial de *O Capital*.

Este texto não é o resultado de um estudo ou pesquisa sobre o ensino de Economia Política nos cursos de economia do Brasil e seu papel na formação dos economistas. Igualmente não tenta traçar nenhum histórico detalhado sobre o tema, portanto, tem suas deficiências e debilidades. De qualquer modo, procuramos apresentar o contexto e as condições históricas para a transformação no conteúdo do ensino de graduação em economia no Brasil a partir de 1984, buscamos relatar o papel da ANGE e trataremos do desenvolvimento da SEP ao longo dos anos como elementos fundadores

³ Essa foi a forma em que a SEP incorporou em seus princípios o pluralismo defendido pela ANGE e, inclusive, permitiu a abertura de mais espaço na pós-graduação em economia, tendo realizado seminários em vários Encontros da ANPEC, além de várias outras formas de participação. A importância adquirida pela ANGE e pela SEP, provavelmente, contribuiu decisivamente para a inclusão da Economia Política entre as áreas temáticas dos encontros anuais e regionais da ANPEC.

e impulsionadores do estudo e aprofundamento do marxismo no meio dos economistas.

O ensino de economia no final da Ditadura Militar, a Resolução 11/84 e o Parecer 375/84

Durante a década de 1960 até meados dos anos 1980, os cursos de graduação em economia eram regidos pela Resolução 397/62 do Conselho Federal de Educação. Esta resolução substituiu a tradicional matéria⁴ de Economia Política, por Introdução à Economia, que constava dos currículos mínimos de 1931 e 1945. Esse período caracterizou-se, também, pelo aprofundamento da forma de ensino essencialmente manualesco, com o uso de livros-texto do *mainstream* em economia, em que cada disciplina dispunha dos seus próprios manuais.

O ensino de Economia Política, mais precisamente de Marx, nos cursos de graduação em economia no Brasil, foi iniciado a partir da aprovação da Resolução 11/84 e do parecer de número 375/84, do Conselheiro professor Armando Dias Mendes, pelo Conselho Federal de Educação, e homologado pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, no governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo.

O novo currículo mínimo foi o resultado de uma longa e ampla discussão iniciada em 1972 pela Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Economia (ANPEC)⁵, pela designação de uma comissão pela Secretaria de Educação Superior do MEC em 1982, e pela participação do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e outras entidades de economistas no processo de disseminação e discussão das propostas desenvolvidas. De toda essa discussão, destacaram-se algumas diretrizes ou orientações que deveriam nortear o novo currículo mínimo (CM), além da criação da monografia como atividade obrigatória. Entre essas orientações, as principais indicavam a

⁵ Antes disso já havia uma discussão sobre o ensino de economia no Brasil, seus avanços e debilidades, com propostas e sugestões para o seu desenvolvimento e uma discussão sobre o mercado de trabalho do economista. Essa discussão foi publicada na *Revista Brasileira de Economia* (FGV, 1966).

necessidade de uma “ênfase na formação teórica [...], ênfase na formação histórico-institucional [...], monografia como requisito de graduação [...] e o pluralismo metodológico”, entre outras (VERSIANI, 1984, pp. 3-9), que foram incorporadas ao Parecer 375/84. Além disso, foram estabelecidos alguns princípios que deveriam nortear os cursos de economia na elaboração dos currículos plenos para a formação dos economistas. Esses princípios eram: o comprometimento com o estudo da realidade brasileira, a sólida formação teórica, histórica e instrumental, o pluralismo metodológico, a ênfase na ligação dos fenômenos econômicos ao todo social e a transmissão aos estudantes de um senso ético de responsabilidade social. Assim, pela primeira vez, o currículo mínimo de economia foi acompanhado de um parecer que lhe deu uma direção para a elaboração dos currículos plenos e um conteúdo mais amplo e heterodoxo para a formação dos economistas. Inclusive, estabeleceu limites máximos e mínimos nos desdobramentos das matérias e a inédita introdução da monografia como requisito obrigatório. Esse resultado foi conseguido devido a uma ampla participação de professores e economistas profissionais, além de coordenadores, professores e estudantes interessados na superação da crise em que se encontrava o ensino de economia⁶. De qualquer modo, a Resolução 11/84 não incorporou a Economia Política como uma das matérias obrigatórias, apesar deste conjunto de matérias ser muito mais amplo do que no currículo anterior, mas a referência à Economia Política estava implícita ou presente no Parecer 375/84. A abertura para o ensino de Marx apareceu, inicialmente, mas não clara e explicitamente, nas diretrizes decorrentes da discussão anterior. Segundo Versiani, “várias vozes se manifestaram no sentido de que o novo CM de alguma forma facilitasse ou mesmo promovesse a apresentação de paradigmas teóricos alternativos aos incluídos nos livros de texto mais correntes...”

⁶ A insatisfação bastante generalizada com o ensino de economia, manifestada por estudantes, professores e coordenadores de curso, estava sendo resolvida, na época, pelo menos parcialmente, através da inclusão cada vez maior de disciplinas do curso de Administração de Empresas. Essa insatisfação, que emerge periodicamente, e às vezes com muita força, referia-se à “formação para o mercado de trabalho”, que o Parecer 375/84 referiu-se como a dicotomia entre a economia como ciência ou como técnica. Esse aspecto da formação do economista e da crise do ensino de economia foi muito bem tratado por Tolipan e Guimarães (1980).

(1984, p. 7). Essas vozes reapareceram nos princípios elaborados pelo professor Armando Dias Mendes nos seguintes termos:

b - o princípio de que a estrutura curricular não deve instrumentalizar uma única corrente do pensamento (ou ideologia) em Economia. É necessário, ao nível da graduação, preservar o caráter plural, de forma a proporcionar ao aluno, [...] a informação e a crítica das várias propostas de interpretação da realidade [...]. Os paradigmas científicos das várias correntes principais do pensamento econômico devem ser postos ao alcance do estudante, para que, ao menos, se familiarize com os fundamentos das diferentes visões de mundo e das diferentes utopias (implícitas ou explícitas) que se antepõem. O curso, em suma, não deve ser colocado a serviço de uma escola de pensamento exclusiva, como se ela fosse a palavra final da ciência [...]. (1984, p. 34).

Esses princípios permitiram, apesar de não constar do conjunto de matérias constantes da Resolução 11/84, a um amplo grupo de professores e coordenadores de cursos, a introdução do ensino de Marx nos currículos plenos, como disciplina obrigatória. As disciplinas foram introduzidas em dezenas de cursos de todas as regiões do país, principalmente nas escolas de economia de pequeno e médio porte e em algumas das grandes universidades⁷. Sem isso, o nível de desenvolvimento que encontramos atualmente em pesquisa, produção e debates no campo da economia marxista dificilmente seria atingido.

Da aprovação do novo currículo mínimo à implementação de suas diretrizes e seus princípios nos currículos plenos dos cursos de graduação, ocorreu um amplo processo de reuniões e debates, inegavelmente impulsionados e dirigidos pelo professor Pedro José Mansur, com o decisivo apoio do

⁷ Cabe destacar que os principais centros de pós-graduação em economia da época, apesar da discussão ter-se iniciado em um evento da ANPEC, não participaram do processo de desenvolvimento das discussões para a elaboração e implantação do novo currículo mínimo. Praticamente todas, talvez com exceção da Unicamp, tinham como orientação teórica predominante ou exclusiva a teoria neoclássica.

⁸ Não citamos outros professores, que se dedicaram às duras tarefas nesse longo processo, para evitar injustiças e ausências que seguramente seriam cometidas. Mas todos os que participaram merecem o devido respeito e muitos elogios.

Cofecon, de conselhos regionais e de outros professores e coordenadores de cursos⁸. Desde o início de 1984, Mansur começou a percorrer o país, com uma proposta preliminar de currículo pleno e um esboço de grade curricular. Essa proposta trazia, além das inovações do currículo mínimo, uma profunda reformulação da própria concepção da ciência econômica e de seu ensino. Ela implicou, também, a criação da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE) em 1985.

A ANGE e o ensino de economia após a Resolução 11/84

A proposta de grade curricular para os currículos plenos, assim como as ementas, programas e bibliografias que seriam adotadas por muitos cursos de graduação em economia na época, procurava seguir as concepções, diretrizes e os princípios gerais da formação do economista constantes do Parecer 375/84. Assim, além das novas matérias de escolha, da formação geral e da formação profissional, em parte obrigatórias e em parte optativas, podemos dizer que os currículos foram estruturados em três eixos, um com as disciplinas teóricas e instrumentais, outro de históricas e um terceiro de disciplinas quantitativas, além de um espaço para que cada curso oferecesse disciplinas optativas, segundo a formação e a especialização de seus professores e as particularidades dos cursos.

A construção desses cursos, com a seleção de um material bibliográfico, a busca de novas formas de ensino/aprendizagem e a troca de experiências, foi sendo desenvolvida através de um intenso intercâmbio entre coordenadores de cursos, professores e a ativa participação dos estudantes de economia em reuniões, encontros e seminários regionais e nos congressos anuais da ANGE. Os congressos eram organizados, então, segundo as principais matérias dos eixos teórico, histórico e das quantitativas, inclusive a economia brasileira, que só se tornou uma matéria independente da formação econômica do Brasil no novo currículo mínimo de 1984. Esses congressos sempre tiveram como objetivo fundamental a reunião de coordenadores de cursos e de professores, segundo sua área de atuação, para trocarem

experiências de ensino/aprendizagem e a discussão, a troca ou indicação de material bibliográfico para as diferentes disciplinas.

Todo esse processo foi coroado com a produção de um Caderno de Programas, com uma parte das principais disciplinas, e divulgado em 1987, e muitas delas já haviam sido adotadas, com os ajustes necessários, pelos cursos que tinham organizado sua estrutura curricular tendo como modelo a grade curricular construída entre 1984 e 1985. No IX Congresso da ANGE, realizado em Cuiabá, em 1995, foi concluída uma nova sugestão de programas e também de ementas para muitas das disciplinas obrigatórias (ANGE, 1995). A proposta de uma grade curricular, o desdobramento das matérias em disciplinas, a proposição de ementas, programas e bibliografia foram o resultado de uma década de congressos anuais, encontros e seminários regionais organizados pela ANGE, pelas instituições de ensino e entidades de economistas.

Para o que nos interessa, no eixo teórico, além da Introdução à Economia, as matérias Teoria Microeconômica e Teoria Macroeconômica foram desdobradas em várias disciplinas com a criação da Economia Clássica, Economia Neoclássica e Economia Política. Todas elas foram construídas para serem ensinadas a partir das traduções dos textos originais dos autores, organizadas segundo as escolas ou correntes do pensamento econômico, chamadas de paradigmas na época. Essa tarefa foi facilitada pela primeira edição da coleção *Os Economistas* em 1983, além de artigos e textos publicados em português⁹. Assim, os alunos dos cursos de graduação em economia defrontaram-se com novas experiências de ensino/aprendizagem e, pela primeira vez, tiveram como material de estudo não mais os livros-textos tradicionais de microeconomia e macroeconomia, mas as obras originais de Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Léon Walras, William S. Jevons, Carl Menger, Alfred Marshall, John M. Keynes, Michal

⁹ A ANGE também contribuiu com a publicação da série *Cadernos de Orientação Acadêmica*, com tradução de textos estrangeiros inéditos em português, além de textos escritos por acadêmicos brasileiros.

Kalecki, Joseph Schumpeter, Josef Steindl, Sylos Labini, entre muitos outros.

As tradicionais matérias de microeconomia e macroeconomia foram colocadas no contexto da sua respectiva corrente teórica: a primeira, como o desenvolvimento da teoria neoclássica, e a segunda, como resultado da segunda síntese neoclássica, que incorporou Keynes ao desenvolvimento do tradicional modelo IS-LM. Como se sabe, os livros-textos, ou manuais, ensinam modelos teóricos, fundamentados em postulados segundo a metodologia do *mainstream*. Eles trazem as questões e suas respectivas respostas, não permitindo qualquer raciocínio que possa ser crítico. Assim, o conteúdo das matérias microeconomia e macroeconomia, e seu desdobramento em disciplinas, foi reformulado na proposta da ANGE.

A Teoria Microeconômica, a rigor, foi desdobrada em cinco disciplinas, duas chamadas de Economia Neoclássica I e II, duas chamadas de Teoria Microeconômica I e II (preços e estruturas de mercado oligopólicas) e a última de Economia Industrial (teorias da firma e expansão da grande empresa). A bibliografia recomendada, além dos fundadores Walras, Jevons e Menger, incluía Marshall e os principais autores que contribuíram para desenvolvimento da teoria, envolvendo questões mais concretas, como a concentração e centralização dos capitais e as grandes empresas em mercados oligopolizados. O conteúdo delas era constituído desde as questões metodológicas, passando pela elaboração e críticas dos modelos em concorrência perfeita e imperfeita até a discussão das estratégias de crescimento das firmas e a internacionalização do capital. Com isso, os livros-textos de microeconomia foram colocados em segundo plano, podendo ser utilizados, eventualmente, como material complementar de estudo.

A Teoria Macroeconômica foi desdobrada em três disciplinas: Teorias Macroeconômicas I, II e III. A primeira concentrou-se no estudo de Keynes, com a leitura de *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, e o seu desdobramento no modelo IS-LM como resultado da segunda síntese neoclássica. A segunda concentrou-se nas contribuições de Kalecki e a terceira,

nos modelos neokeynesianos de crescimento e ciclo e nas contribuições de Kalecki e Schumpeter sobre os ciclos e o progresso técnico. Naturalmente, toda essa reformulação nessas duas matérias, além das dificuldades que implicavam seu ensino, enfrentou muitas resistências, principalmente de professores dos cursos mais tradicionais.

O estudo de *O Capital*, de Marx, era proposto para ser desenvolvido em dois semestres, após um semestre de estudo dos autores clássicos. A disciplina Economia Clássica iniciava com os fisiocratas, passava pelas contribuições de Adam Smith e David Ricardo e chegava aos debates dos autores neoricardianos. Os principais pontos tratavam das diferentes concepções teóricas sobre a riqueza e o valor. As disciplinas de Economia Política I e II eram constituídas pelo estudo de partes dos livros 1 e 3 de *O Capital*. Como pode se observar, várias partes dos livros 1 e 3, assim como o livro 2, ficavam de fora; isso foi corrigido, em parte, na proposta apresentada em 1995, com a inclusão de parte do livro 2. Entretanto, esses problemas refletem a impossibilidade do estudo completo de *O Capital* em dois semestres, além das próprias dificuldades desse tipo de estudo, em particular devido ao método, que era totalmente novo em relação aos das outras correntes. Os mesmos problemas, da escolha e seleção de partes das obras, ocorreram na organização dos programas e bibliografias dos principais autores das escolas clássica, neoclássica e keynesiana. De qualquer forma, eram solucionados, pelo menos em parte, através da organização temática das disciplinas.

Desse modo, as sugestões da ANGE procuravam atender um dos princípios enunciados no Parecer 375/84, o “da reinserção da Economia Política no intrincado estudo da vida humana como ela é e suas transformações históricas atuais” (MENDES, 1984, p. 34).

Outro desafio que passou a ser enfrentado pelos professores, que não tinham tido a oportunidade do estudo de todos aqueles autores em sua formação, que tinham pouco acesso a muitos textos e livros, além de quase nenhuma referência sobre os debates desenvolvidos no interior de cada escola de pensamento, foi recomençar a aprender a economia como ciência social. Além

disso, mesmo a pós-graduação em economia, ainda pouco desenvolvida na época, utilizava fundamentalmente os manuais, textos e artigos dos principais autores do *mainstream*, salvo quando seus estudos para a elaboração de dissertações ou teses tinham exigido a leitura dos originais. Parte desse desafio foi superado com a ativa participação de professores ainda jovens, das maiores universidades, que além de assumirem a tarefa de realizar as novas experiências de ensino, partilhavam de suas experiências, e alguns passaram a oferecer cursos para os professores de economia de várias partes do país.

Esse processo de mudanças no conteúdo do ensino de economia, da concepção da economia como uma ciência exata para a economia como ciência social, principalmente o estudo de Marx, provavelmente não seria possível se não fosse o período de crise profunda e de mudanças na economia e na sociedade brasileira. Além disso, contou com o devido engajamento e um enorme esforço de um grande número de professores, estudantes e profissionais interessados na renovação do ensino de economia.

O contexto das crises dos anos 1970 e 1980

Como deve ser amplamente conhecido, a economia mundial estava passando por turbulências e mudanças profundas desde o final dos anos 1960, com o recrudescimento da crise decorrente do fim do acordo de Bretton Woods e do padrão dólar-ouro, decidido unilateralmente pelo presidente Richard Nixon dos Estados Unidos da América (EUA) em 1971. Nesses anos, os EUA estavam profundamente envolvidos na guerra do Vietnã e continuavam com participações nas guerras periódicas entre Israel e os países árabes no Oriente Médio, assim como o mundo encontrava-se dividido pela Guerra Fria. Em 1973 eclodiu mais um conflito entre árabes e israelenses; e os países exportadores de petróleo, reunidos na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), provocaram um aumento nos preços, em cerca de quatro vezes, de três para doze dólares, do barril. Em seguida, a Revolução Iraniana e a Guerra Irã-Iraque aprofundaram a crise, principalmente após

1979, quando ocorreu um novo aumento nos preços do petróleo, que chegou a quase 40 dólares o barril. Esses foram alguns dos fatores da conjuntura internacional que caracterizaram o período entre o final dos anos 1960 e as décadas seguintes. Temos ainda que destacar que o Brasil tinha passado, entre 1968 e 1973¹⁰, pelo período chamado de *milagre econômico*, que entrou em crise na década seguinte, mas que sofreu pouco os impactos dos preços do petróleo. Esses fatores que caracterizaram a década de 1970 produziram enormes impactos não só econômicos, mas também políticos e sociais, com o desenrolar da crise da dívida nos anos 1980, que durou até os anos 1990.

Nos anos 1980, a crise internacional decorrente daqueles fatores externos foi aprofundada e aguçada com a mudança na política econômica dos EUA, por Paul Volcker, responsável pelo processo de elevação das taxas internacionais de juros, seguido pela nova orientação dos governos de Ronald Reagan e de Margareth Thatcher. Como se sabe, foram elementos decisivos para aprofundar, impulsionar e disseminar internacionalmente a ideologia neoliberal e as respectivas medidas de política econômica¹¹.

Tudo isso pressionou o endividamento externo, aumentou a vulnerabilidade externa, e acelerou o processo inflacionário. Nesse contexto, o Brasil não poderia ter deixado de sofrer as consequências desse quadro político e econômico internacional, inclusive no ensino e na formação dos economistas. Como quase todos os países subdesenvolvidos, o Brasil sofreu duramente o impacto do aumento da taxa de juros e a enorme conta de juros e amortizações da dívida externa. Por isso, a década de 1980 foi chamada

¹⁰ A taxa média anual de crescimento real do PIB foi de 11,2%, mas podemos considerar um período maior, pois o crescimento do PIB entre 1966 e 1976 foi de 10,1%. Durante a crise da dívida, entre 1981 e 1992, o crescimento do PIB anual foi em média de 1,4% (BCB, 2021).

¹¹ A profunda crise internacional da época e a mudança no contexto da política econômica dos países centrais, assim como a evolução do debate no campo da economia neoclássica, fizeram surgir várias correntes ultraliberais, como, por exemplo, o anarcocapitalismo, a teoria econômica do crime, a teoria do mercado político e a da burocracia. Esse período também reforçou a concepção da economia como uma *ciência exata*, tanto quanto a física ou a química, e o aprofundamento do quantitativismo e a sua disseminação para outras áreas das ciências humanas e sociais. Todo comportamento humano foi resumido no comportamento individual, com o balanço entre custos e benefícios, desde a teoria econômica do amor e do casamento até a teoria econômica do crime. Para uma apresentação mais detalhada dessas correntes, ver os livros de Henri Lepage (1978; 1980). Para uma crítica dessas abordagens, ver Wladimir Andreff (1982).

de *década perdida*. Mas ela foi perdida pelos trabalhadores e pequenos e médios capitalistas e produtores rurais. As grandes corporações, mesmo sofrendo quedas em sua lucratividade, não deixaram de obter lucros e de se expandir. Foi também o período em que as transformações que vinham ocorrendo nas economias capitalistas centrais desenvolveram e ampliaram as instituições que passaram a comandar a economia mundial após essas décadas, com a chamada financeirização.

Entretanto, as crises desse período, principalmente o processo inflacionário, foram minando as condições de governabilidade e a legitimidade da Ditadura Militar no Brasil. A luta de classes voltou ao cenário nacional com a retomada das organizações dos trabalhadores e suas manifestações, como as greves dos metalúrgicos que começaram em 1979, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) em 1984. Além das greves, manifestações e reivindicações particulares de diferentes setores e frações da classe trabalhadora, a contestação ao regime militar se expandiu para outras camadas da sociedade no movimento pelas Diretas Já, entre 1983 e 1984. Esse movimento mobilizou centenas de milhares de pessoas nesses dois anos, em comícios e manifestações que chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas contra o regime, exigindo o fim da Ditadura Militar e o retorno às eleições diretas. O ciclo dos governos militares encerrou-se em março de 1985, após a eleição indireta de Tancredo Neves em janeiro. A primeira eleição direta para a Presidência da República ocorreu em 1989, no contexto da profunda crise econômica que se arrastava desde o início desta década.

No plano específico das universidades, vivendo ainda sob direção da Ditadura Militar, após o golpe de 1964, professores, intelectuais e políticos, além de estudantes, tinham sido presos, torturados, muitos exilados e outros mortos. Assim, as universidades tinham sido esvaziadas do pensamento crítico, em sua maior parte, em especial na área das ciências sociais e humanas. Mas desde 1977 os estudantes já tinham retornado às ruas com passeatas, manifestações e atos públicos por liberdades democráticas.

No ensino de economia, muitos dos principais professores liberais, como Delfim Netto, por exemplo, tinham assumido cargos no governo militar e abriram um espaço para novos professores. Mesmo com todas as limitações da época e do contexto, surgiram as condições que abriram espaço para as insatisfações na formação dos economistas, tanto entre professores quanto entre os estudantes, desde inícios dos anos 1970. Esse contexto de crise econômica e política é, possivelmente, uma das principais razões que permite entender o início das discussões sobre o ensino de economia no interior da ANPEC e, posteriormente, no CFE e nas entidades dos economistas que relatamos. Ademais, forneceu um contexto adequado, no qual a crise econômica colocou em questão as medidas de política econômica e a formação dos economistas; e a crise política permitiu o profundo questionamento da predominância tecnicista do ensino de economia e a contestação da concepção da economia como *ciência exata*.

A crise política, associada à crise econômica, que vinha abalando o regime político naquela época, junto com a enorme pressão das lutas populares que expressavam a luta de classes no período, abriu gradativamente um espaço para o retorno dos exilados políticos. Muitos deles, principalmente estudantes e professores que, durante mais de uma década de exílio, tinham completado, desenvolvido, aprofundado e ampliado sua formação teórica, começaram seu retorno ao Brasil. Entre esses exilados, encontravam-se naturalmente muitos das várias áreas das ciências humanas e sociais, e também da economia. Estes se engajaram direta ou indiretamente, mais ou menos rapidamente, no processo de renovação do ensino de economia e até da profissão.

O neoliberalismo, a ANGE e a fundação da SEP

A aguda crise econômica após o fim da Ditadura Militar continuou assolando a economia brasileira, expressando-se através da aceleração dos processos inflacionários, que chegou aos níveis de uma hiperinflação. O Plano Cruzado, implantado em 1986, inaugurou uma série de planos econômicos

e tentativas heterodoxas e ortodoxas¹² para conter a crise e controlar a inflação, sem nenhum resultado até 1994, que foi obtido com o Plano Real.

Como também é de conhecimento geral, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) adotou e aprofundou as medidas de política econômica preconizadas no *Consenso de Washington*, implementou uma reforma administrativa e iniciou o processo de reformas no sistema educacional com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. Essas reformas resultaram em profundas mudanças no Ensino Superior em geral, assim como nos cursos de economia, com a acelerada expansão das universidades e faculdades privadas. Nesse contexto, os currículos mínimos de todos os cursos universitários foram sendo substituídos por diretrizes curriculares, em um processo cada vez maior de desregulamentação e liberalização. Assim, o CM de 1984, após um processo que se desenrolou por toda a primeira metade dos anos 2000, foi substituído pelas *diretrizes curriculares*, instituída pela Resolução nº 4 de 13 de julho de 2007¹³. Foram longos anos de discussões e de resistência da direção da ANGE, que recebeu o apoio das Entidades de Economistas, da SEP e da ANPEC nas intervenções realizadas junto aos membros de CFE. Todo esse esforço permitiu manter o espírito do Parecer 375 e da Resolução 11/84, em termos das diretrizes e princípios da formação do economista, assim como dos limites a serem cumpridos no desdobramento das matérias, mesmo com as mudanças e muitas pressões que foram sofridas.

O ensino de economia no Brasil também sofreu com as mudanças econômicas, políticas e ideológicas decorrentes da ascensão do neoliberalismo – ou

¹² Além das novas experiências no campo da política econômica, os planos de combate à inflação propiciaram o desenvolvimento dos debates teóricos subjacentes aos diferentes planos de reformas monetárias e fiscais no interior do próprio ensino de graduação em economia. Além disso, abriu o espaço para uma discussão além dos modelos teóricos, para as experiências concretas da intervenção estatal.

¹³ Antes dessa data, foram realizadas discussões e debates, e a diretoria da ANGE (2006) atuou decisivamente na manutenção dos princípios estabelecidos no Parecer 375 e na Resolução 11/84. A resolução de 2007, que instituiu as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em economia, não apresenta mais as matérias em uma lista como os CM anteriores, mas inclui explicitamente a matéria de Economia Política em seu Art. 5º, inciso II, junto com as demais de formação teórico-quantitativas.

do retorno do liberalismo – nas décadas de 1980 e 1990. Como já dissemos, surgiram e se desenvolveram diversas correntes, desde os anos 1970 (ver nota 12), que Mário Possas (1997) chamou de a “cheia do *mainstream*”. Na década seguinte, disseminou-se o que se convencionou chamar de *pensamento único*, no qual não haveria outra alternativa (TINA)¹⁴ a não ser aceitar o pensamento neoliberal e acabar com toda a interferência do Estado na economia. Não se pode negar que esse processo afetou, de forma muito profunda, os cursos de economia, a formação do economista e também o ensino da economia política marxista, com o retrocesso no ensino de Marx e até sua exclusão em muitos cursos de graduação.

Considerações finais

Esses vinte e cinco anos de existência consolidaram efetivamente, e há muito tempo, a presença da SEP no cenário nacional e sua participação internacional no campo da economia marxista e, também, da heterodoxia econômica. Essa consolidação se comprova pela formação das novas gerações de marxistas, professores e acadêmicos, que já estão na liderança da produção acadêmica e política e continuam a árdua tarefa da defesa do marxismo e também de seu ensino na academia, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Uma comprovação objetiva desse sucesso pode ser encontrada na coleção dos Anais dos Encontros Nacionais de Economia Política, a que já no referimos.

A fundação e a existência da SEP, junto com a ANGE, abriram e expandiram o espaço para os economistas heterodoxos em todos os níveis da formação dos economistas, mesmo com o avanço da ortodoxia neoliberal e ultraliberal que observamos em todo o período, avanço que produziu muitos retrocessos ortodoxos no ensino de economia. Mas precisamos esclarecer que ainda persiste um senso comum que costuma misturar ou confundir a

¹⁴ TINA é o acrônimo de *There Is No Alternative*, famosa expressão disseminada por Margaret Thatcher. Olivier Bonfond (2017) elaborou um conjunto de 200 proposições que questionam e apresentam propostas objetivas e alternativas à TINA.

heterodoxia com o marxismo. Consideramos que são diferentes e devem ter seus espaços mais claramente e devidamente delimitados, pelo menos no campo teórico-metodológico e político. A heterodoxia é constituída pelo conjunto dos economistas, de várias correntes e tendências, que defendem que o capitalismo não tende automaticamente ao equilíbrio, que os mercados não são perfeitos e que a intervenção do Estado é necessária para corrigir as mazelas decorrentes das tendências inerentes ao desenvolvimento do capital¹⁵. Assim, ao contrário dessas correntes, o marxismo defende o ponto de vista da historicidade do desenvolvimento das sociedades, que o modo de produção capitalista é um momento desse processo histórico e que deve ser superado por um novo modo de produção. Essas são algumas das diferenças fundamentais – a defesa do modo de produção capitalista ou de sua superação para um estágio superior de desenvolvimento do processo civilizatório.

Em termos internacionais, desde seus princípios, a SEP abriu um espaço e tem recebido a participação e as intervenções de economistas e ativistas estrangeiros. Nesse processo, foram abertos espaços no interior dos encontros da SEP para a participação ativa de muitos marxistas latino-americanos, europeus e até norte-americanos. Esse movimento conduziu à criação da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA), na Cidade do México em 2005, assim como muitas outras associações nacionais de economistas críticos na América Latina. A SEPLA, além de propiciar maior e mais ampla participação e disseminação da produção marxista latino-americana, está realizando um trabalho relevante de articulação, estimulando a produção, a recuperação da produção teórica e sua disseminação, e o ativismo de inúmeros marxistas pelo continente. A SEP tem participado, também, de outras organizações e de eventos organizados internacionalmente para além da América Latina, como a *International Initiative for Promoting Political Economy* (IIPE), por exemplo.

¹⁵ Não podemos nos esquecer que a principal tendência entre os heterodoxos é caudatária da herança keynesiana, que tem, como objetivo principal, a continuidade e manutenção do capitalismo, se possível pelo resto dos tempos.

Em 2020 e neste ano do 25º aniversário da SEP, a pandemia do novo coronavírus escancarou, também no Brasil, as mazelas decorrentes das contradições próprias ao modo de produção capitalista, nesse estágio chamado, por Samir Amin (2002a, 2002b) e Jorge Beinstein (2001), de senilidade do capitalismo. Neste momento, em que o aguçamento da luta de classes colocou o país em nova encruzilhada, que foi produzida pelas frações dirigentes da burguesia ilustrada e aprofundada pelo equívoco na escolha de grupos de extrema direita para derrotar eleitoralmente a esquerda, torna-se crucial a escolha de novos caminhos para superar a desastrosa direção econômica, social e política inspirada na ortodoxia liberal e ultraliberal, que já destruiu a maior parte das conquistas sociais e econômicas. Para além de todos os impactos acumulados por esse modo de produção cujo objetivo único e fundamental é a expansão da riqueza, através da valorização do capital em benefício privado, fundada na exploração dos trabalhadores e em detrimento do bem estar social. Assim, o estudo e o desenvolvimento da teoria marxista colocam-se cada vez mais como imprescindíveis para a abertura dos novos caminhos necessários ao desenvolvimento brasileiro, para encontrar as alternativas possíveis no contexto concreto em que se desenrola a luta de classes no Brasil.

Referências

- AMIN, Samir. "O capitalismo senil", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 11, pp. 79-102, Rio de Janeiro, dezembro 2002a.
- _____. *Au-delà du Capitalisme Sénile*. Paris: PUF, 2002b.
- ANDREFF, Wladimir et alii. *Economie Fiction*. Paris: Maspero, 1982.
- ANGE. Anais do IX Congresso da ANGE. *Cadernos de Orientação Acadêmica 2*. Vitória: UFES/ANGE, 1995.
- _____. *Novas diretrizes dos Cursos de Ciências Econômicas*. Cadernos de Orientação Acadêmica 2006. CORECON-GO, ANGE, 2006.
- BCB. Banco Central do Brasil. *Séries temporais*. Produto Interno Bruto - Taxa de variação real no ano. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 22/03/2021.
- BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil*. A grande crise do capitalismo global. São Paulo: Record, 2001.
- BONFOND, Olivier. *Il faut tuer TINA*. 200 propositions pour rompre avec le fatalisme et changer le monde. Bélgica/Cuesmes: Éditions du Cérusier, 2017.
- COFECON. *O novo currículo de graduação em Ciências Econômicas*. Textos para discussão no. 1. Rio de Janeiro: COFECON, 1984.
- FGV. *Revista Brasileira de Economia*, v. 20, n. 4, 1966. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/issue/view/20-4>. Acesso em: 09/03/2021.
- LEPAGE, Henri. *Demain le capitalisme*. Paris: Librairie Générale Française/Pluriel, 1978.
- _____. *Demain le libéralisme*. Paris: Librairie Générale Française/Pluriel, 1980.
- MENDES, Armando Dias. Parecer 375/84 – aprovado em 06/06/84. In: COFECON. *O novo currículo de graduação em Ciências Econômicas*. Textos para discussão no. 1. Rio de Janeiro: COFECON, 1984. p. 21-37.
- POSSAS, Mário. "A cheia do 'mainstream': comentários sobre os rumos da ciência econômica", *Revista de Economia Contemporânea*, v. 1, n. 1, jan./jun. 1997. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/reclissuel/view/1048>. Acesso em: 02/03/2021.
- TOLIPAN, R. & GUIMARÃES, E. "O curso de economia e a crise da teoria econômica", *Revista Literatura Econômica*, v.2, n.1, IPEA, 1980.
- VERSIANI, Flávio R. "O novo currículo mínimo de Economia e sua aplicação". In: COFECON. *O novo currículo de graduação em Ciências Econômicas*. Textos para discussão no. 1. Rio de Janeiro: COFECON, 1984, pp. 1-20.

NIEMEYER ALMEIDA FILHO

NOTAS SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA NATUREZA DO
PROCESSO DE TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO NO BRASIL
PARA A REPRODUÇÃO DA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA

NOTAS SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA NATUREZA DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO NO BRASIL PARA A REPRODUÇÃO DA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA

I. Introdução

O processo de transição ao capitalismo no Brasil segue relevante para a compreensão desta quadra histórica. A especialização produtiva, marca da inserção dos países da região na divisão internacional do trabalho dessa fase de transição, foi regressivamente retomada com vigor desde os anos 1990, período de consolidação do neoliberalismo como ideologia hegemônica global. Seu resultado mais visível vem sendo explorado no debate sobre reprimarização da pauta de exportações, iniciado por Gonçalves (2003). Dos elementos do processo de transição ainda presentes na conjuntura, cabe destacar aqueles que se referem à repercussão sobre a natureza do Estado e da representação política, que julgo fundamentais para entender a reprodução da condição de dependência.

Entendo que o processo de transição ao capitalismo no Brasil segue sendo discutido sobretudo no ambiente acadêmico. Aparentemente, isso se deve a uma sedimentação das posições interpretativas, que se tornam referências “clássicas” em diferentes vertentes do saber científico. Na economia, afora a economia política, em geral as abordagens circunscrevem-se às segmentações das áreas, fazendo com que os âmbitos da produção, circulação e regulação do capital sejam vistos como independentes e, portanto, passíveis de um tratamento autônomo. Raramente há enfoques transversais. Ocorre que a natureza da transição ao capitalismo no Brasil ainda confere características estruturais à base produtiva da economia e ao Estado que têm repercussões na esfera da política, pois interferem na

NIEMEYER ALMEIDA FILHO

Professor Titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). Professor do corpo docente permanente dos programas de pós-graduação em Economia e de Relações Internacionais do IERI-UFU.

E-mail: nafilho@ufu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2421-4890>

Agradeço aos comentários e sugestões dos meus colegas do IERI-UFU José Rubens Damas Garlipp e Vanessa Petrelli Corrêa.

diferenciação de classes e na composição das forças sociais, que são o motor da nossa história. Portanto, a questão relevante não é tanto a respeito da natureza da transição, mas de como ela se mantém interferindo na reprodução social.

O aspecto que merece análise é o da relação, o nexos, entre o âmbito produtivo capitalista, fruto da transição, mas também do desenvolvimento histórico do capitalismo dos anos 1970 em diante, e o âmbito político da disputa do poder representado pelo Estado. Está claro que a disputa pelo poder do Estado não é de matriz exclusiva das forças produtivas especificamente capitalistas, abrangendo um leque maior de relações sociais que ocorrem na periferia social. Não obstante, é neste núcleo que se formam as forças sociais com capacidade de intervir e alterar os rumos do desenvolvimento histórico.

O artigo está organizado em três seções, além desta breve introdução. Na primeira, discuto a natureza da base econômica capitalista brasileira, resultado das transformações impulsionadas pelas relações sociais capitalistas ao longo do período de transição ao capitalismo. A segunda seção trata das implicações dessa base para a conformação da estrutura social de classes e frações. Na terceira, discuto as dificuldades de transformação social relacionadas à especialização produtiva estrutural brasileira.

2. A natureza da base econômica e sua relação com a estrutura social na América Latina – algumas observações

O processo de transição ao capitalismo é ainda tema de debate entre cientistas sociais no Brasil e no mundo. Em geral, as formulações seminais que são base para a discussão brasileira tratam do processo de surgimento do capitalismo na Europa e da ascensão da burguesia como força política revolucionária, que emerge das atividades ampliadas de comércio e, sobretudo, do avanço das forças produtivas capitalistas, que vão culminar na Revolução Industrial. Para nossa referência, este tema está fundamentalmente tratado por Marx em *O Capital*, embora diversos historiadores

tenham aprofundado elementos que só foram visíveis com o próprio avanço do capitalismo ao final do século XIX e começo do século XX, até a Primeira Guerra Mundial. Referências que retratam controvérsias no âmbito do marxismo e características desses períodos podem ser encontradas em Hobsbawm (1979; 1982; 2015) e Hobsbawm e Sweezy (2008). Uma resenha crítica recente dessas posições, tendo como referência a transição brasileira, está em Salgado (2019).

O avanço e a disseminação do capitalismo em outras regiões do mundo apresentam evidentemente especificidades, que têm a ver com o momento e as condições concretas em que o processo se desenvolve. Na América Latina, a apreensão dessas condições esteve sujeita a polêmicas, com intensidade particular nos anos 1960, que configuram o período final da transição em muitos países da região, como é o caso do Brasil. Em Bresser-Pereira (1985), há esforço de síntese das diversas correntes em disputa, com formulação de seis interpretações do processo de transição no Brasil, correspondentes a dois pactos políticos vigentes ao longo do século XX, com destaque para o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Há ainda discussão de um terceiro pacto político e três novas interpretações, mas estas já num período recente, dos anos 1980 em diante, e, portanto, fora das nossas preocupações neste artigo (BRESSER-PEREIRA, 1997). Evidentemente, a apreensão de cada uma dessas interpretações e a própria ideia de reuni-las por pactos sociais estão sujeitas a contestações. O que importa é o apontamento da relevância dos anos 1960 para a sedimentação de interpretações do desenvolvimento brasileiro.

Segundo Bresser-Pereira, os anos 1960 são marcados pela crise do pacto populista, que teria tido vigência de 1930 a 1961, e pela emergência do pacto autoritário tecno-burocrático capitalista. Com isto, houve espaço para novas interpretações do desenvolvimento capitalista brasileiro, reunidas, segundo ele, em quatro vertentes. A primeira, que deu sustentação ao pacto em vigência naquele período, é chamada de interpretação “Autoritário-Modernizante”, fruto da unificação da burguesia agrário-mercantil e a industrial, sob o

comando político da tecnoburocracia estatal e a proteção do imperialismo, representado pela presença do capital multinacional. Há duas ideias-chave: desenvolvimento econômico e segurança nacional. Os pontos de apoio teórico e ideológico são a Escola Superior de Guerra, sintetizados na produção de Golbery do Couto e Silva e Roberto Campos.

As demais três vertentes são críticas. A primeira delas é a interpretação “Funcional Capitalista”, que teria dominado grande parte da esquerda daquela conjuntura longa. Os representantes são Caio Prado Jr. (1966), João Manuel Cardoso de Melo (1982), Fernando Novaes (1973), Francisco de Oliveira (1972; 1977), e o CEBRAP. A segunda é chamada de interpretação da “Superexploração Imperialista”, que, segundo Bresser-Pereira, seria uma interpretação ressentida, pela posição crítica radical ao capitalismo que se estabeleceu no Brasil. Os representantes são André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Florestan Fernandes. Finalmente, a terceira interpretação é chamada de “Nova Dependência”, que seria muito menos radical na crítica à interpretação nacional burguesa. Esta interpretação teria incorporado “novos fatos históricos”, dos quais o mais relevante teria sido o grau de internacionalização da economia e suas consequências. Os representantes são Fernando Henrique Cardoso, Aníbal Pinto, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Frederico Mazzucchelli e todo o grupo que viria a ser conhecido como Escola de Campinas.

À parte a forma de classificar as interpretações e mesmo algumas repetições de intérpretes em mais de um grupo, o que nos interessa é chamar a atenção para a grande produção crítica ao desenvolvimento brasileiro do período de transição ao capitalismo.

Na historiografia brasileira, os anos 1960, sob égide do Golpe Militar, constituem marco final da transição ao capitalismo. Há destaque para as reformas institucionais embutidas no PAEG e na Constituição Brasileira de 1967; e também para o processo de industrialização, que em geral não se especifica como relacionado à transição ao capitalismo, mas como o

processo de consolidação da indústria na economia nacional. Uma parcela importante das contribuições se volta para discutir a natureza mesma da industrialização.

Em Furtado (1971), há formulação seminal sobre este tema, mostrando inclusive duas fases do processo de industrialização, demarcadas pela Crise de 1929. Na primeira fase, cujos dados mais precisos estão disponíveis a partir do Censo de 1872, ocorre uma expansão da indústria impulsionada pelas necessidades do complexo cafeeiro. Numa segunda fase, inicia-se um intenso processo de substituição de importações (PSI). Em Suzigan (1986), há resenha das principais interpretações do processo de industrialização no Brasil, incluindo o processo de substituição de importações, focado nas suas determinações e alcances.

Contudo, é em Bamberger (2015) que é possível encontrar onexo fundamental entre o processo de transição ao capitalismo e a industrialização. Ela mostra que a diferença do que ocorreu na Europa, na América Latina há importância crucial do capital estrangeiro, que se constitui no principal tipo de capital que determina o ritmo da dinâmica da transição. Para apreender as diferenças internas à região, Vânia Bamberger cria uma tipologia com ênfase na amplitude e intensidade do processo de industrialização. Ela denomina economias do tipo A aquelas que apresentavam algum processo de industrialização antes da Segunda Guerra Mundial. Nelas, há estruturas diversificadas, com predomínio do setor exportador, que impulsionam a industrialização. Aí estão Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia.

As economias do tipo B são aquelas em que o processo ocorre depois da Segunda Guerra Mundial. No caso destas, todo o processo de industrialização se faz pela presença do capital estrangeiro, configurando estruturas primário-exportadoras. Antes disto, o setor secundário estava composto quase que exclusivamente por indústrias artesanais. Há separação entre aquelas que se industrializaram no imediato pós-guerra, que são Peru, Venezuela e os países centro-americanos; e as de industrialização tardia, que são o Haiti e o Paraguai, sem qualquer diversificação industrial. Em ambos

os casos, o processo de industrialização foi todo ele produto da integração monopólica mundial.

Um segundo nexos fundamental está em Marini (2000), particularmente num ensaio fundante do que veio a ser conhecido como Teoria Marxista da Dependência: “Dialética da Dependência” (1973). Neste ensaio, Marini caracteriza, a partir de Marx, o que denomina de capitalismo deformado latino-americano, *e.g.*, um capitalismo marcado pela especialização produtiva e pela superexploração da força de trabalho. Este ensaio apreende elementos essenciais para a compreensão da natureza particularmente concentrada do processo de reprodução do capital, ainda que se atenha ao núcleo capitalista industrial da economia, com grande concentração no que hoje é a região Sudeste brasileira.

Ainda que não destaque a especificidade do capitalismo na América do Sul, como fazem Bamberger e Marini, é Cano (1985) que nos chama a atenção para a heterogeneidade deste processo brasileiro, tanto do ponto de vista espacial, quanto por setores da economia. Ele mostra os desequilíbrios sociais e econômicos desta concentração no país, dando pistas da sua repercussão política. Os campos teóricos e políticos são distintos em comparação à TMD, mas há compatibilidade possível no âmbito da dinâmica de expansão do capital.

É justamente neste âmbito que se apresenta a contribuição de José Graziano da Silva (1982; 1997) ao discutir o processo de transição capitalista no âmbito rural, especialmente a modernização da agricultura em condições de grande concentração da posse da terra, e posteriormente a sua fase avançada, que denominou de “O Novo Rural”. Em Delgado (1985; 1997) esta questão está mais bem desenvolvida na esfera em que estamos tratando do tema.

Finalmente, temos o plano das discussões relacionadas à expansão e característica do capital financeiro que se forma na região. Em Maria da Conceição Tavares (1977; 1986), há tanto a discussão do processo de industrialização no período de substituição de importações, quanto a discussão

do processo de constituição e expansão do capital financeiro no Brasil. José Carlos de Souza Braga (1993a; 1993b) aponta as especificidades do capital financeiro brasileiro e latino-americano, mostrando de forma pioneira o que denominou de financeirização da riqueza capitalista. Ademais, também de forma pioneira, chama a atenção para a ideia de finanças industrializantes, que não estariam presentes na América Latina, especialmente no Brasil, única economia da região em que o avanço e a diversificação da industrialização permitiriam um processo sinérgico entre o capital industrial e o financeiro, marca da ascensão do Japão em nível global.

3. Implicações da natureza da base econômica para a constituição do Estado capitalista

Está claro que a natureza dependente e especializada da base produtiva brasileira apresenta em si repercussões para a configuração da estrutura social. Esta é a principal característica apresentada por Marx ao fazer sua profunda análise do capitalismo como ordem social em formação no mundo. A configuração da produção de riqueza em cada sociedade nacional vai amoldando a diferenciação de classes no seu impulso principal de determinação da estrutura social, a partir das relações sociais capitalistas. No capitalismo maduro, este impulso de conformação da estrutura social a partir da base produtiva assume sua condição contraditória, de modo que as relações sociais, a estrutura social, influenciam a base produtiva, estimulando processos inovativos. De algum modo, isto está apreendido em nível mais geral por Poulantzas (1968; 1978). Na literatura “clássica” brasileira isto está retratado pelas discussões a respeito da “revolução brasileira”; e mais recentemente pelas análises sobre as dificuldades de se realizar alguma transformação social, conforme veremos mais à frente.

Ocorre que há outras dimensões da formação econômica brasileira que afetam enormemente a estrutura social. Há literatura sobre isto. Um exemplo é Coutinho (2006), cujos apontamentos que nos interessam são dirigidos à configuração de três paradigmas que ele considera indispensáveis para

analisar a transição brasileira. O primeiro deles é a “via Prussiana”, no qual há fortalecimento do âmbito político do Estado, conservando-se elementos de uma forma de organização social anterior. O segundo paradigma é o da “revolução passiva”, que se caracteriza por um acordo político das classes dominantes, com exclusão das classes subalternas; e o terceiro é o da “modernização conservadora”, que tem a ver com a sustentação do interesse e poder dos grandes latifundiários do período pré-capitalista.

De certo, com o passar do tempo, constituímos uma nação brasileira, ainda que – o que é positivo – com suas muitas especificidades regionais. Mas cabe insistir que a nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares. Ora, isso provoca consequências extremamente perversas, como, por exemplo, o fato de que tivemos, desde o início de nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, que não era expressão de movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões populares, com as questões nacionais. Para usar a terminologia de Gramsci, isso impediu que nossas “elites”, além de dominantes, fossem também dirigentes. O Estado moderno brasileiro foi quase sempre uma “ditadura sem hegemonia”, ou, para usarmos a terminologia de Florestan Fernandes, uma “autocracia burguesa” (Fernandes, 1975:289 e ss.). (COUTINHO, 2006, p. 176)

Em Gregório (2019), há apropriação dessas ideias para uma discussão do Estado brasileiro e de suas políticas públicas. O enfoque é gramsciano e “tem por propósito explicitar o papel do Estado [...] na disseminação da concepção burguesa de mundo e na execução das políticas públicas em geral para a materialização dessas ideologias.” (*ibidem*, p. 11). Daí o artigo citado pretende desenvolver, nas palavras do autor, “algumas anotações pertinentes, a fim de elucidar o caráter ampliado do Estado, ressaltando aspectos históricos importantes e seus impactos em ações mais recentes” (*idem ibidem*). Embora a intenção seja mostrar o caráter excludente do Estado e de suas políticas, o artigo dá sustentação à ideia de que as classes subalternas ficaram de fora das políticas implementadas pelo Estado no período de transição ao capitalismo no Brasil. Ainda para o mesmo autor, apenas no

período da “nova república” há ascensão de uma representação política dos trabalhadores, ainda assim concentrada em algumas regiões do país.

Na trilha aberta por Marx, há contribuições relevantes da Teoria Marxista da Dependência quanto à relação entre a estrutura produtiva e a social. Em Marini (2000), fica claro que a formação do mercado de trabalho no Brasil engendra a superexploração estrutural da força de trabalho. Isto significa que todo o processo de transição ao capitalismo no país foi cumprido com excedente expressivo de força de trabalho, com duas consequências importantes: a primeira é que o mercado de trabalho se forma sob patamares muito baixos para as condições sociais que podiam ser alcançadas pelo grau de desenvolvimento da economia; a segunda é que o grau de exclusão social daquilo que poderia ser denominado de economia capitalista é expressivo e estrutural, de maneira que a exclusão não só se reproduz, como aumenta pelo descompasso entre a expansão significativa da população em comparação ao aumento na oferta de empregos.

Ademais de apontar as condições dinâmicas para a reprodução da superexploração da força de trabalho, Marini mostra que um dos elementos que permitem essa reprodução é a imensa disponibilidade de força de trabalho em nível muito além da capacidade de absorção do núcleo econômico especializado da economia. A consequência, para além daquela explorada por Marini, é que a estrutura social fica precarizada, dificultando significativamente a representação política e social.

Há também contribuições de historiadores para mostrar a natureza do mercado de trabalho no Brasil, buscando os elementos de origem e dando suporte a apreensões de Marini, embora na maior parte dos casos sem uso do conceito de superexploração da força de trabalho. Exemplos são os trabalhos de Barbosa (2003), com ênfase na formação econômica brasileira anterior ao processo de transição ao capitalismo e na primeira fase de industrialização até os anos 1920, e os de Duarte (2010;2015), em que a ênfase é no período de industrialização por substituição de importações, com apreensão da categoria da superexploração da força de trabalho.

Em Draibe (1985), há discussão a respeito do processo de formação do Estado capitalista no Brasil, que corresponde às etapas de formação de funções relacionadas às três mercadorias fictícias distintivas do capitalismo: terra, trabalho e dinheiro (POLANYI, 2000, capítulo 6; GARLIPP, 1997). Em outras palavras, essas funções são de regulação dessas três mercadorias. O período principal para isto corresponde à fase de industrialização antes apontada, que *grosso modo* vai da década de 1930 à década de 1960.

Costuma-se dizer que foi a partir de 1930 que ingressamos na ‘modernidade’, mas me parece mais preciso dizer que o movimento liderado por Getúlio Vargas contribuiu para consolidar definitivamente a transição do Brasil para o capitalismo. Depois da Abolição e da Proclamação da República, o Brasil já era uma sociedade capitalista, com um Estado burguês; mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e a generalização das relações capitalistas em nosso país, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava o ‘modo de produção especificamente capitalista’, ou seja, a indústria. (COUTINHO, 2006, p.176)

Há toda uma discussão sobre este tema, que abrange, como já o dissemos, o debate a respeito da natureza da “revolução brasileira”. As principais referências que estamos tomando como base são os trabalhos de Prado Jr. (1987), Fernandes (1975) e Ianni (1968; 1981). O que o debate não explora é que este processo de formação do Estado capitalista se faz principalmente com forças políticas concentradas no que é hoje a região Sudeste do país, centro das transformações produtivas capitalistas, ainda que se mantenha a influência política das oligarquias do Nordeste e do Sul.

Em Draibe (1985), a afirmação é de que o Estado capitalista se conforma sob influência fragmentada de três forças políticas visíveis à época: a burguesia industrial, em processo de expansão e diferenciação; a burguesia agromercantil, fragilizada pela crise, mas ainda indispensável ao processo de acumulação de capital; e os trabalhadores urbanos dos dois principais centros da época: Rio de Janeiro e São Paulo. Segunda ela, são os interesses constituídos por essas três forças sociais que vão influenciar a forma e o ritmo da consolidação das funções do Estado capitalista. Esta influência

se faz sem que qualquer dessas forças tenha condições de exercitar hegemonia, o que conferiu certa “autonomia relativa” ao Estado para assumir protagonismo institucional, em uma linha parecida com os argumentos de Coutinho (2006).

Ora, essa formulação deixa de levar em consideração aspectos outros da estrutura social brasileira relacionados à parcela social incapaz de se organizar em defesa dos seus interesses, talvez por serem aspectos secundários ao foco das preocupações da autora. Com efeito, o centro do eixo da acumulação de capital que Furtado (1971) aponta como um dos principais elementos transformadores dos anos 1930 abrange apenas os impulsos de estruturação da sociedade relacionados à parcela que está incorporada ao que hoje chamamos de “mercado”. Uma outra parcela muito maior, do ponto de vista quantitativo, ficava de fora, tanto do processo de modernização capitalista, quanto de qualquer progresso material. Engendra-se ali o contingente de excluídos, parte do qual se constitui em exército industrial de reserva, pois há a questão de que a modernização vai impondo qualificação da força de trabalho.

As estatísticas produzidas pelo IBGE que corroboram esta situação estão retratadas pelas variáveis “população em idade ativa”, “população economicamente ativa”, “população ocupada”, “empregados formais e informais”, dentre outros detalhamentos. Evidentemente, o processo de transição ao capitalismo interfere nesses números, sobretudo se é possível um recorte regional.

Ruy Mauro Marini, especialmente no seu ensaio “Dialética da dependência”, apreende esses aspectos de forma integrada com a dimensão produtiva, especializada, de modo a caracterizar o capitalismo brasileiro e latino-americano como um capitalismo *sui generis*, deformado pela formação e reprodução estrutural da superexploração da força de trabalho. Ele ressalta a dimensão da desigualdade a partir de um patamar de insuficiência de reprodução das condições sociais mínimas que as sociedades latino-americanas poderiam oferecer. Ressalta também a limitação estrutural da escala da acumulação de capital.

4. As dificuldades e os custos econômicos e sociais de um processo de mudança estrutural

Configurada a transição e formada, em linhas gerais, a economia capitalista avançada, ocorre um movimento tendencial de reprodução das condições de acumulação de capital e, por extenso, da sociedade. Estão muito claros dois aspectos apontados por Marx sobre a reprodução dessas condições. O primeiro é que o movimento tendencial de reprodução das condições de produção está sujeito às tensões das contradições específicas desta fase do ciclo do capital. Aí estamos tratando não apenas das condições específicas de exploração do trabalho pelo capital ao longo do ciclo de negócios, mas também das condições estruturais, que abrangem a incorporação de novas tecnologias de produção (KALECKI, 1980). Em uma palavra, estamos tratando das relações sociais de produção.

Evidentemente, não há determinismo neste movimento tendencial, que pode ser alterado por condições relativas ao plano político, não apenas da luta de classes – capital \ trabalho –, mas também das condições relativas à luta política pelo controle do poder político do Estado, dada a especificidade que esta instituição ocupa na regulação do processo de reprodução social. Offe e Ronge (1984) formulam a regulação realizada pelo Estado como sua principal função estrutural no processo de reprodução social. Para eles, a garantia das condições estruturais de acumulação de capital é a estratégia síntese do poder político do Estado. O destaque aqui a eles cabe pela relação síntese que fazem entre os âmbitos do Estado e dos mercados, formulando, para o primeiro, quatro determinações estruturais: a garantia da propriedade privada, a dependência estrutural de impostos, a necessidade de legitimar-se como poder público, e a garantia da reprodução social.

O que procuramos sustentar nas seções anteriores é que as características da base produtiva da economia nacional, tanto no plano da natureza dos ramos produtivos, quanto na configuração das forças sociais em disputa pelo poder político do Estado, têm repercussões sobre o movimento estrutural tendencial. Quanto mais especializada for a economia nacional,

maior é a força de representação das frações do capital correspondentes a essa especialização. Em outras palavras, as frações da burguesia nacional (POULANTZAS, 1974, pp.75-90) são mais poderosas na representação dos seus interesses no âmbito do Estado. Mas não apenas isto. As frações das classes subalternas, no caso os trabalhadores ligados aos setores produtivos especializados, são constringidas à defesa das frações da burguesia que controlam os principais setores da economia, pela imposição das suas circunstâncias de reprodução social.

Em Osorio (2014; 2017), a apreensão desses aspectos fica mais bem esclarecida, considerando que seu objeto privilegiado são as economias dependentes latino-americanas. Segundo ele, há um Estado visível, que consiste num conjunto de instituições de diferentes esferas e níveis de governo. Essa configuração é fruto do movimento histórico de atuação de forças sociais que ocupam o aparelho de Estado e está em muito relacionada às exigências do processo de acumulação de capital. Nesse sentido, a materialidade institucional decorre das funções estruturais do Estado teorizadas e referenciadas antes pelo trabalho de Offe e Ronge (1984).

Por outro lado, há o Estado invisível, fruto das disputas de classe, de suas frações, e da atuação do que Faoro (1975) chama de “estamentos sociais” na sua sustentação da natureza patrimonialista do Estado brasileiro.

Para as classes sociais, conservar o poder político significa contar com a força social para organizar a vida em comum. Este não é um assunto irrelevante, porque implica criar um redemoinho na vida em comum, ao redor do qual fundamentalmente tudo gira, permitindo assim que os projetos e interesses dos que detêm o poder político prevaleçam – mais do que absorver e assumir posições e interesses de outras classes. Os assalariados podem reivindicar empregos ou melhores salários. E é possível que alcancem estes objetivos em tempos e períodos específicos. Porém, permanecerão em um contexto em que a condição do trabalho assalariado se mantém. E isso é parte dos interesses das outras classes, as que dominam. (OSORIO, 2017, p. 25)

O ponto em questão é que as forças invisíveis que atuam para defender seus interesses e alcançar hegemonia política concentram-se naquilo que poderíamos denominar de sociedade capitalista, isto é, naquela parcela social que, de algum modo, se insere no âmbito do mercado. Há outra parcela social que, embora sobreviva às margens das regras que presidem a sociedade capitalista, não se expressa como força social, sendo, basicamente, aquela parcela que vive na informalidade, sem se beneficiar plenamente dos direitos políticos de cidadania. Há representações localizadas, como o MST e tantos outros, mas que não alcançam a dimensão da parcela dos excluídos. A incorporação desta parcela à formalidade depende da dinâmica política conjuntural, via de regra sendo uma interpretação de fora, isto é, de forças sociais que buscam acúmulo de musculatura para a disputa efetiva do poder político do Estado.

Todos esses elementos até aqui colocados constituem retrato da sociedade brasileira. Contudo, para além deles, há o desenvolvimento histórico do capitalismo. Desde os anos 1990, com o *derrube* do socialismo real e o final do período da Guerra Fria, o capitalismo retomou sua trajetória de ordem social hegemônica em nível global, conferindo à lógica do capital o *status* de referência para a institucionalidade, já sob o manto ideológico do neoliberalismo. Ainda que não se tenha concretamente a condição de mercados autorregulados, pela indispensabilidade da regulação do Estado, o âmbito da economia (nacional e global) ganhou primazia. Com isto, configurou-se uma instância de regulação supranacional, abrigada em organismos internacionais, a maior parte deles sob a institucionalidade da ONU. Forjaram-se “regras universais” que impõem normas de funcionamento ao comércio internacional, ampliando-se o espaço para patentes, regras para a dinâmica das finanças globais – abertura e desregulamentação dos mercados –, regras para o funcionamento do Estado no âmbito das economias nacionais, advogando-se as vantagens do Estado mínimo. As políticas econômicas nacionais ganharam características-padrão, de boas práticas internacionais.

Ao mesmo tempo, configurou-se uma instância de regulação supranacional, abrigada em organismos internacionais, a maior parte deles sob a institucionalidade da ONU, que reproduzem e defendem essas mesmas regras.

O que se observa é a convergência para que as políticas econômicas nacionais ganhem características-padrão, de “boas práticas internacionais” e de “bons fundamentos macroeconômicos”, como se esses fossem naturais ou socialmente desejáveis.

Nesse período histórico, à natureza dependente constitutiva da economia brasileira impuseram-se novos constrangimentos que engendraram custos de reversão para as políticas nacionais. A possibilidade de transformação social ficou mais difícil de ser alcançada, sobretudo para uma sociedade como a brasileira. Carlos Lessa, emérito professor da UFRJ, denominava essa divisão social brasileira, com grande contingente de marginalizados, de “sociedade de *apartheid* social”. Não vejo possibilidade política de transformação social suficiente para vencer essa desigualdade pelos mecanismos políticos da democracia burguesa. Mesmo a pandemia da COVID-19, com o número de mortes que alcançou e com a desigualdade que desnudou, não foi capaz de movimentar mudança.

Em síntese, podemos elencar os seguintes elementos centrais extraídos deste artigo:

1. O processo de transição ao capitalismo ainda se faz presente na conjuntura, ainda que tenhamos capitalismo avançado, pois o núcleo da economia é praticamente o mesmo que se observava nos anos 1970. Houve mudança da importância relativa de setores e evolução institucional e tecnológica. O setor industrial alcançou seu auge nos anos 1980 e a partir daí foi sendo substituído pelo agronegócio, numa mudança de eixo de acumulação semelhante àquela dos anos 1930, porém no sentido inverso. Este é o fenômeno da reprimarização da pauta de exportações da economia brasileira. O fenômeno não denota regressão produtiva, mas altera a correlação de forças no coração da sociedade capitalista brasileira.

2. O poder político central – o Estado brasileiro – mantém-se sob o controle das forças políticas tradicionais. Sem preocupação de rigor teórico, poderíamos chamar essas forças de elites brasileiras. Elas capturam, no essencial, aquilo que chamamos atenção de convergência no escopo da luta política de classes, entre frações da burguesia e do proletariado. A parcela marginalizada mantém-se majoritária e significativa em termos relativos, além de muito maior em termos absolutos. Ainda assim não se converte em força social de mudança.

3. A condição geral de dependência se reproduz não apenas pelos interesses da base econômica especializada e subordinada ao grande capital internacional, mas também por mecanismos adicionais conferidos pelo capitalismo financeirizado (RAPOSO *et alii*, 2018). O poder político do Estado mantém-se sob controle das forças políticas que controlam a produção de riqueza no Brasil, sem qualquer sinalização de mudança.

4. Nessas condições, os partidos políticos são braços diretos desses interesses, sem conteúdo ideológico de identidade. A representação social está distante da configuração social. Isto torna a análise das condições políticas de sustentação de governos particularmente complexa, de maneira que a literatura especializada precisa ser qualificada para as condições sociais brasileiras. O uso extensivo das categorias de Poulantzas, como, por exemplo, a de bloco no poder, ou burguesia interna, parece-nos insuficiente para contemplar a complexidade da estrutura social brasileira.

Enfim, essas notas configuram, na minha opinião, linhas gerais de uma agenda política nacional, que não pode prescindir de esforço de pesquisa. Entendo que a Sociedade Brasileira de Economia Política, nos seus 25 anos de existência, vem conferindo espaço para que as diversas posições teóricas e políticas do campo crítico das ciências sociais se expressem livremente nos seus Encontros Nacionais e Revista. De minha parte, sigo perseguindo a aspiração de construção de uma sociedade menos desigual e mais justa.

Referências

- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3ª Edição. Florianópolis: Insular, 2015.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. Tese (doutorado em Economia) – IE-Unicamp, Campinas, 2003.
- BRAGA, José Carlos de Souza. “A financeirização da riqueza – a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais”, *Economia e Sociedade*, n. 2, Unicamp, Campinas, 1993a.
- _____. “Finanças industrializantes: as condições para um novo desenvolvimento nos anos 90”, *Economia Ensaios*, v. 8, n. 1, pp. 73-83, UFU-Impresso, Uberlândia, 1993b.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. “Seis interpretações sobre o Brasil”. In: *Pactos Políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. Campinas: Editora Unicamp, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas”. In: LIMA, Júlio César França (org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPISJ, 2006, pp. 173-200.
- DELGADO, G.C. “A questão agrária face ao capital financeiro”. In: DELGADO, G.C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-85*. São Paulo: Ilone/Unicamp, 1985.
- _____. “Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980”. In: SZMRECSÁNYI, T. & CANO, W. (orgs.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 209-226.
- DRAIBE, S.M. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. *Superexploração da força de trabalho e política sindical no Brasil*. Dissertação (mestrado em Economia) – IERI-UFU, 2010.
- _____. *Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil*. Tese (doutorado em Economia) – IE-Unicamp, 2015.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 2ª ed, 1975.
- FERNANDES, F. A *revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1974.
- FRANK, André Gunder. “Desenvolvimento do subdesenvolvimento”. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 (publicado originalmente em *Monthly Review*, v. 18, n. 5, setembro de 1966).
- FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
- GARLIPP, J. R. D. “Keynes, Marx e Polanyi: três contribuições para se enxergar o ponto cego da mentalidade do mercado no capitalismo contemporâneo”. In: *Anais do II Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo: PUC, 1997, pp. 40-57.
- GONÇALVES, Reinaldo. *O Brasil e o comércio internacional*. Transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2ª edição, 2003.
- GREGÓRIO, José Renato Bez de. “Concepção gramsciana de ‘Estado ampliado’, aspectos estruturais e históricos do Estado brasileiro e as políticas públicas”. In: COSTA, Joaquim Gonçalves da Costa et alii (orgs.). *Estado, território e políticas públicas* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2019, pp. 11-32.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1979.
- _____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª edição, 2015.

- HOBBSAWM, Eric J.; SWEEZY, Paul et alii. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- IANNI, O. *Estado e planejamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição, 1986.
- _____. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica*. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000 (1973).
- MELLO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- NOVAES, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial [1777-1808]*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- OFFE, C. & RONGE, V. “Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista”. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Economia brasileira: crítica à razão dualista”, *Estudos CEBRAP*, n. 2, outubro de 1972.
- _____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. *Temporalis*, n. 34, ano 17, pp. 25-51, Brasília (DF), jul./dez. 2017.
- _____. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª edição, 2019.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª edição, 1974.
- _____. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. “Adendo à revolução brasileira”, *Revista Civilização Brasileira*, n. 14, julho 1967.
- RAPOSO, B. F.; ALMEIDA FILHO, N. & AMARAL, M. “Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado”. In: *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política*, Niterói, 2018.
- SALGADO, P. “Agency and geopolitics: Brazilian formal independence and the problem of Eurocentrism in international historical sociology”, *Cambridge Review of International Affairs*, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09557571.2019.1638343>
- SILVA, J. F. G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar 1982.
- _____. “O novo rural brasileiro”. In: SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano da & ORTEGA, Antonio César (orgs.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro*. Uberlândia: EDUFU/ EMBRAPA/Unicamp, 1997.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2ª edição, 1986.
- _____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 6ª edição, 1977.

MARCELO DIAS CARCANHOLO

ECONOMIA POLÍTICA: CIÊNCIA E CRÍTICA

ECONOMIA POLÍTICA: CIÊNCIA E CRÍTICA

Resumo

Este artigo faz uma reflexão crítica sobre a ciência econômica e seu objeto de estudo, a economia capitalista. Procura-se identificar as principais características do capitalismo e as formas inadequadas como a teoria econômica costuma interpretá-las. Por outro lado, busca-se apontar as dificuldades na comparação entre distintas tradições na ciência econômica, em especial nos campos da Economia Política e na clivagem ortodoxia x heterodoxia.

Palavras-chave: Economia; Economia Política; ortodoxia; heterodoxia.

Classificação JEL: B0, B5

MARCELO DIAS
CARCANHOLO

Professor Titular da Faculdade de
Economia da UFF.

Abstract

This article makes a critical reflection on Economics and its object, the capitalist economy. It seeks to identify the main characteristics of capitalism and the inadequate ways in which economic theory usually interprets them. Furthermore, the article aims to point out the problems in comparing different traditions in economic theory, particularly in Political Economy and in the orthodoxy/heterodox schools.

Key words: Economics; Political Economy; orthodoxy; heterodoxy

I. Economia: objeto e ciência

Em circuitos predominantemente europeus, conta-se que o *economista* é aquele que buscará explicar amanhã porque o que disse ontem não foi observado hoje (GUERRERO, 1997, p. 17). Embora essa referência à baixa capacidade de previsibilidade das análises econômicas tenha forte sustentação empírica, pode-se inferir daí que a ciência econômica sustentada e proferida por esse profissional específico tenha tão pouca capacidade de apreensão rigorosa de seu objeto que, no limite, chegue mesmo a ter seu caráter de *ciência*, no mínimo, questionado.

Sem desconsiderar a forte adequação do referido ditado com o real-concreto que lhe dá substrato, ele mesmo nos permite tratar de duas questões fundamentais na relação entre a economia (realidade social) e a ciência que procura, melhor ou pior em suas diversas ramificações teóricas, entender seu objeto. Por um lado, extrai-se do próprio ditado que as legalidades econômicas, até por serem sociais, não podem ser perfeitamente previstas porque se trata de leis de tendência, sem nenhum caráter pré-determinado, teleológico, tendo, portanto, um leque de possibilidades de ocorrência a partir de determinado momento do tempo.

Por outro lado, o referido ditado nos permite indagar sobre a própria percepção que o *economista* tem da ciência que professa. O *economista* que aceita o ditado como se fosse a revelação escondida de sua prática cotidiana, ou melhor, a perfeita definição de sua prática profissional, seja ela prática *strictu sensu* e/ou acadêmica, pode ser qualificado como o *economista tosco*.

O *economista tosco* seria aquele que sofre, não se dá conta, reproduz o caráter mistificador, inerente ao seu próprio objeto de estudo e/ou de prática profissional, da economia. Esse sujeito, ao tomar por completo o referido ditado, sem submetê-lo a nenhum procedimento de reflexão crítica, pode ser qualificado como *tosco* porque não entende qual é nem como funciona o seu objeto de estudo (ou de prática profissional); ele não percebe – ao menos não diretamente – que a economia faz parte de uma realidade social e

histórica que é ontologicamente complexa e aberta, não passível portanto de ser apreendida como ela não é, simples e pré-determinada¹.

Por mais que se tente transformar a ciência econômica, a *fórceps*, em um campo da ciência natural e, por causa disso, os procedimentos (*pseudo*) científicos desta última sejam transportados, sem mediações, para a primeira, a ciência econômica é uma ciência social. A economia é parte inseparável da totalidade constituída pela realidade social, é inseparável do fato de que, nesta época histórica específica, as relações sociais dos seres humanos se dão por intermédio das legalidades (sempre de tendência) capitalistas².

A ciência econômica, em função do anterior, tampouco é homogênea. Não se trata de uma técnica, a partir da qual há uma forma certa e, portanto, outras equivocadas, de praticar aquele procedimento. Justamente por ser uma ciência social, a ciência econômica é constituída por um conjunto de tradições teóricas, muitas delas divergentes e opostas entre si, em função do fato de que essa ciência provém de um conjunto de tradições filosóficas divergentes (e opostas) e, inseparavelmente, em função de existirem, nessa sociedade, interesses conflitantes. É porque existem diversas (e conflitantes) formas de apreensão da realidade social (econômica) e distintas (contraditórias) formas de inserção social (classes sociais) no capitalismo que existem várias e discrepantes teorias econômicas.

Nossa obrigação, portanto, é ajudar entender a ciência econômica, e como esta é constituída por uma diversidade de apreensões teóricas sobre um objeto, a economia; além do quê, caracterizar esta última da forma mais

¹ Lukács (2012, capítulo IV) é inescapável para o entendimento destas características da realidade social capitalista.

² Já daqui qualquer procedimento economicista, que busque para a realidade social uma explicação a partir da economia, seria um erro lógico. Afinal, se a economia faz parte de uma complexidade maior, a sociedade, esta última não poderia ser explicada pela primeira. Do ponto de vista lógico, há apenas uma possibilidade: se a própria realidade social for, ela mesma, regida e determinada pelo econômico. Nesse caso, a teoria (econômica) seria economicista porque a realidade social capitalista é, em si, determinada pelo econômico, isto é, economicista. Como sempre, toda mistificação (da ciência econômica) tem alguma base real-concreta (as relações sociais, no capitalismo, determinadas pelas relações econômicas de troca de mercadorias). Isso não retira da maioria das teorias econômicas o seu caráter mistificador da realidade.

rigorosa possível, sem simplificá-la, por mais que a simplificação epistemológica e gnosiológica seja tentadora, constitui uma necessidade. O que é a realidade social-concreta economia? Qual é o objeto de estudo da ciência econômica?

O primeiro que há a ser pontuado é que essa ciência nasce conjuntamente à aparição histórica de uma época social específica na história da humanidade, o capitalismo³. Mas como poderíamos caracterizar o objeto de estudo da economia, o capitalismo? Pode-se, de maneira muito sucinta e simplista, entender o capitalismo pelos princípios gerais que conformam as relações sociais que o constituem e pelos aspectos/momentos que o constituem em sua processualidade e dinâmica.

Talvez a forma mais genérica como se caracteriza a economia como um objeto científico é a partir de um princípio geral de que se trata da produção de mercadorias, orientada para o mercado. Essa forma mais genérica, entretanto, requer maiores desdobramentos.

Se o objetivo é o entendimento das características de uma época social e histórica específica, o central é saber como as relações sociais em sua totalidade complexa se determinam nesse momento específico. Tendo isso em mente, o que há de distintivo no capitalismo é o fato de que as relações sociais em seu seio não são determinadas diretamente, imediatamente, mas intermediadas pela troca, isto é, os seres humanos adquirem, no e por meio do mercado, as mercadorias que não possuem inicialmente, e que são necessárias para suas reproduções sociais. No capitalismo, a existência social dos indivíduos depende de (é determinada por) suas capacidades de conseguir comprar as mercadorias alheias, e que lhes são necessárias. Mas se é assim, um indivíduo particular deve (trata-se de uma obrigação) ofertar outra mercadoria em troca, para que o proprietário da mercadoria que lhe interessa se disponha a trocar uma por outra. Da mesma forma, para este segundo indivíduo, a mercadoria pertencente ao primeiro deve ser de seu interesse,

³ Não se trata de uma coincidência histórica. A ciência econômica nasce da própria necessidade de compreender, justificar e defender uma realidade social que surge e se torna predominante na história, o capitalismo. A economia como ciência e o capitalismo como realidade social e histórica fazem parte de um mesmo processo. Sobre isso, ver Prado (1991), em especial o capítulo 2.

deve satisfazer alguma necessidade para sua reprodução que as mercadorias que originariamente ele possui não conseguem satisfazer. Daí que o processo de troca seja a síntese do melhor entendimento do princípio geral característico do capitalismo, segundo o qual a produção de mercadorias é orientada para o mercado.

Se cada indivíduo deve ofertar sua mercadoria em troca da mercadoria alheia, e o proprietário desta deve oferecer a sua em troca da primeira, cada um dos envolvidos na troca deseja apropriar-se do valor de uso alheio e, para tanto, deve (obriga-se a) pagar o valor da mercadoria que (ainda) não possui. É justamente assim que Marx (2013, cap. 2) demonstra que a troca de equivalentes, antes de ser um suposto de sua análise, é uma exigência real da própria época capitalista.

Portanto, o capitalismo não é meramente uma economia de mercado no sentido de que existiria um espaço (*locus*) onde eventualmente os indivíduos trocariam esporadicamente as mercadorias que possuem. Trata-se muito mais de uma sociabilidade mercantil, na qual as relações sociais necessariamente têm que passar pela mediação do mercado. Não há forma, no capitalismo, dos indivíduos se inserirem socialmente se não pela troca, pela sociabilidade mercantil.

Um dos pressupostos para que isso se efetive como norma social é que os diversos indivíduos sejam livres proprietários de suas mercadorias, e que, portanto, decidam privadamente o que fazer (se vender ou não, se utilizar ou não) com as mercadorias que possuem. Logo, o processo de troca deve ser resultado da livre iniciativa dos dois indivíduos envolvidos; não pode ocorrer por coação, seja do vendedor ou do comprador. A propriedade privada é a mola mestra desse sistema social.

Se isso vale para a totalidade das mercadorias, também vale para aquilo que Marx (2013) chamou de meios de produção; ainda mais se o processo de circulação de mercadorias, que define uma inserção social específica, a dos capitalistas, tiver como fórmula geral a conhecida sequencia $D - M - D'$. Ou seja, o capital como um valor (D) que se valoriza (D'), e se a troca de

equivalentes é a norma social, o capitalista deve encontrar no mercado uma mercadoria (força de trabalho) que tenha a capacidade de produzir um valor a mais, como decorrência do consumo do seu valor de uso (trabalho). E para adquirir o direito de se apropriar do resultado desse consumo, o capitalismo é obrigado a pagar o valor da força de trabalho. Evidentemente que os proprietários dessa força de trabalho, enquanto classe, na totalidade, só venderão sua força de trabalho se não possuírem os meios de produção adicionais, necessários para o processo produtivo das mercadorias que necessitam para reproduzir suas existências sociais. Por isso, a propriedade privada dos meios de produção (pela classe capitalista) implica que um segmento da população (a classe trabalhadora) não é proprietário de meios de produção e, portanto, se vê na obrigação de vender sua força de trabalho no mercado.

Em síntese, o princípio geral do que é o objeto capitalismo, a realidade social e histórica específica sobre a qual reflete a ciência econômica, pode ser assim entendido como:

- (i) produção de mercadorias, orientada para o mercado;
- (ii) propriedade privada dos meios de produção;
- (iii) segmento da população que, por não possuir meios de produção, tem que vender sua força de trabalho no mercado;
- (iv) decisões privadas/individuais, o que implica a liberdade no processo de troca, ou na circulação de mercadorias.

Este último ponto é o que a filosofia política liberal clássica destaca, tematiza e, ao hipostasiá-lo, separando-o dos outros, relega e esconde estes últimos. Este é o processo de mistificação⁴ originário. Como a ciência

⁴ A categoria *mistificação* é de difícil compreensão justamente por isso. Não se trata de um falseamento da realidade. Ao contrário, a partir de um elemento constitutivo dessa realidade, seu tratamento isolado e exasperado, como se fosse ele mesmo a totalidade dessa realidade, termina por velar, esconder essa realidade como ela é, uma totalidade complexa. A mistificação é forte justamente porque parte do tratamento, mistificado, de um aspecto da realidade mais complexa.

econômica nasce dessa tradição filosófica, a mistificação da realidade é parte constitutiva dessa ciência desde seu nascedouro. Embora o capitalismo seja uma sociabilidade mercantilizada, o que (i), no seu sentido mais genérico, e (iv) captam, os indivíduos não são todos iguais, e as classes sociais distintas no capitalismo são especificadas por (ii) e (iii). Entendendo que se trata de uma totalidade complexa que só pode ser entendida na inter-relação entre os seus componentes, pode-se dizer que (i), (ii) e (iii), em seu conjunto, caracterizam a relação capital-trabalho que define a especificidade capitalista das relações sociais intermediadas pela troca, que possuem (iv) como pressuposto.

Antes de tratarmos da ciência econômica em sua tentativa de entender o objeto capitalismo, especifiquemos um pouco melhor essa totalidade complexa, a partir de sua processualidade, de seu movimento, ou como chama Marx (2014, seção I), da circulação do capital:

$$D - M (MP \text{ e } FT) \dots P \dots M' - D' - M \dots$$

O capital é um valor que procura se valorizar, constantemente. A partir de determinada magnitude de dinheiro (D), ele busca comprar as mercadorias (M) que comporão o processo produtivo (P), os meios de produção (MP) e a força de trabalho (FT). A atuação desta sobre os MP, no processo produtivo, implica a transformação material do valor de uso produzido e, por ser tempo de trabalho, a valorização do valor inicial. A mercadoria resultado (M'), se vendida (D'), completa o ciclo de rotação do capital. Mas esse D', uma vez posto, volta a ser um D inicial e, para continuar sendo capital, necessita continuar se valorizando constantemente. Por isso o capital só pode ser entendido em seu movimento necessário, no que Marx chamou de circulação do capital.

Esta caracterização do capitalismo, a partir de sua circulação, nos permite identificar algumas de suas características. Em primeiro lugar, o capitalismo é uma totalidade dialética entre a produção e o mercado, ou nos termos de Marx, da circulação de mercadorias. O capital só consegue afirmar sua

finalidade se ele percorrer, necessariamente, as duas instâncias, e é, portanto, uma unidade delas; o capital necessita passar tanto pela produção como pelo mercado. Entretanto, essas duas instâncias que compõem a unidade capitalismo são contraditórias. Um capital específico ora está na produção, afirmando-a, e ora não está no mercado, negando-o. Saindo da primeira, sob a forma M' , só volta (afirmação) para o mercado no mesmo momento em que deixa (nega) a produção. Assim, um mesmo capital, em um dado momento do tempo, ou está na produção, ou no mercado, não podendo estar nos dois ao mesmo tempo. Em síntese, o capitalismo é uma unidade contraditória entre produção e mercado. Cada uma das instâncias é o pressuposto e a finalidade da outra ao mesmo tempo.

Como decorrência disso, o capitalismo não é apenas uma *economia de mercado*, como gosta de sustentar boa parte da teoria econômica, mas é também produção. Esta, no entanto, não é mera tecnologia que combina os distintos fatores de produção e, no final, tem como resultado um determinado produto, como também gosta de tratar a economia hegemônica. Trata-se de uma produção que é voltada para o mercado (realização do valor produzido) e está determinada por relações sociais de produção mercantilizadas. Portanto, a produção também está sujeita a legalidades sociais desta socialidade mercantil.

Mas, ao mesmo tempo, o capitalismo não é apenas *produção de valores*. Ainda que a produção não seja mistificada, e seu caráter social intrínseco e inseparável seja considerado, o capitalismo não se reduz a essa instância. O valor (valorizado) é uma capacidade que, se não efetivada, realizada (no mercado), é como se não existisse. O capitalismo é também a realização (no mercado) dos valores produzidos, além do restabelecimento das condições de produção (compra dos MP e FT), por intermédio do mercado. Isso não significa que as duas instâncias contraditórias constitutivas do capitalismo possuam um caráter lógico equivalente. A esfera essencial, e nesse sentido, predominante, é a produtiva, enquanto o mercado constitui a aparência do capitalismo. De fato, de um ponto de vista lógico, mercadorias só podem

ser transacionadas uma vez tendo já sido produzidas, por mais que essa produção seja efetuada em direção ao mercado.

Todas essas características componentes do capitalismo enquanto uma totalidade dialética são inseparáveis, e qualquer perspectiva teórica que ignore alguma(s) dela(s), ou hipostasie qualquer delas, em detrimento de outras, ou ainda não entenda a relação entre elas, acaba por tratar o seu objeto de estudo (capitalismo) de uma forma que ele não é e, em maior ou menor grau, dependendo do procedimento, termina por mistificar o capitalismo⁵.

2. A Ciência Econômica: economia política, ortodoxia e heterodoxia

Como a ciência econômica trata o seu objeto (economia capitalista)? Um desdobramento rigoroso dessa questão exige a discussão exaustiva de todas as vertentes teóricas ao longo do tempo, incluindo os debates entre elas, bem como os debates internos às próprias vertentes, o que, obviamente, é impossível fazer neste texto. Limitamo-nos aqui a alguns apontamentos sobre o significado da Economia Política e a diferenciação – mais complexa do que aparenta – entre a ortodoxia e a heterodoxia na ciência econômica.

É de relativo conhecimento que essa ciência, ao longo do século XIX, era chamada de Economia Política (*Political Economy*) e, a partir de determinado momento ao final desse século XIX, ela passou a ser conhecida como Economia (*Economics*). Não se trata de mera modificação terminológica.

A ciência econômica transformada em *Economics* representou a hegemonização da interpretação positivista e de seus procedimentos na investigação científica. O fundamento do positivismo é a neutralidade axiológica do saber, isto é, a isenção de valores (ideológicos) no procedimento científico. A ciência social, incluindo a Economia, se quer sustentar um verdadeiro

⁵ Só para exemplificar, hipostasiar a economia de mercado, desconsiderando o caráter social da produção, atitude típica dos (neo)liberais, é uma mistificação similar àquela essencialista, que considera a aparência do fenômeno (mercado) mera distorção da essência produtiva, e termina por hipostasiar esta última. Ainda que com sinais contrários, trata-se de mistificações similares. Só não são logicamente equivalentes porque hipostasiar a aparência (mercado) não é equivalente a hipostasiar a essência (produção).

estatuto científico, deve privilegiar a observação e constatação empírica para a explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, sem julgamentos de valor, purificar-se de todo e qualquer resquício ideológico. Não poderia, portanto, continuar sustentando o qualificativo política à sua denominação⁶.

Mas a (terminologia) Economia Política persistiu resistentemente, mesmo sendo desprezada, e até ridicularizada pelo *mainstream* econômico, já pretensamente purificado de qualquer vestígio ideológico. A partir da consolidação da hegemonia neoclássica e marginalista no pensamento econômico, a Economia Política passou a significar, não sem fricções e contradições insolúveis entre seus membros, algo parecido como o conjunto de perspectivas críticas – umas mais outras menos – à hegemonia estabelecida. Nesse sentido, a Economia Política ganharia um sentido muito próximo do que se chama heterodoxia econômica, enquanto uma negação, contraposição, da teoria econômica neoclássica (ortodoxia). Mas, como veremos adiante, esse paralelo não é tão direto assim.

Por ora, deixemos claro que a Economia Política pode ser entendida atualmente como uma tradição que reconhece que os fatos econômicos não são meramente econômicos, são sociais e, portanto, envolvem inseparavelmente outras esferas (política, histórica, sociológica, etc.). Mais do que isso, a Economia Política não mistifica o indivíduo no capitalismo, tratando-o como ele é, um ser inerentemente social e, portanto, o seu objeto de estudo envolve interesses, ideologias, visões de mundo, que são inseparáveis dos mal chamados fatos econômicos, inclusive no momento de serem interpretados pelo cientista! A Economia Política, embora pressuponha, não se limita à interdisciplinaridade, isto é, ao tratamento em conjunto da economia, com

⁶ Schumpeter (1964) sugere que Marshall (1885) teria sido o primeiro grande economista a implantar em 1890 o que ele chamou de Análise Econômica, isto é, uma economia científica isenta de valores, inclusive sem a qualificação *política*. Entretanto, em 1879, na segunda edição de seu clássico livro, lançado primeiramente em 1871, Jevons (1885) retirou a qualificação contaminada ao longo do texto e passou a utilizar *Economics*, ainda que o título do livro mantivesse o original *Political Economy*.

a história, com a política, entre outros campos do saber⁷. Por mais variadas que sejam as tradições que a compõem, talvez o que permita reuni-las em um mesmo escaninho é seu posicionamento radicalmente contrário à perspectiva metodológica, teórica, ideológica e política implícita na *Economics*⁸. Mas, se alguns entendem esta última como a teoria neoclássica, e esta, por sua vez, seria o sinônimo de ortodoxia, não seria a Economia Política um outro nome para a heterodoxia em Economia? Vejamos com mais cuidado alguns apontamentos que relativizam essa clivagem aparentemente clara na ciência econômica entre ortodoxia e heterodoxia.

Em primeiro lugar, examinemos a relação direta que se faz entre ortodoxia e economia neoclássica. Esta última, no campo da teoria do valor/preços, pode ser sintetizada, por um lado, pela tradição da teoria do equilíbrio parcial e, por outro lado, e mais dominante, pela tradição do modelo de equilíbrio geral, inaugurada por Walras (1985) em 1874. Mas, se for isso, uma parte da escola austríaca, em específico Hayek (1948), talvez não pudesse ser considerada parte integrante da ortodoxia, uma vez que ela rechaça os pressupostos neoclássicos da economia convencional do equilíbrio walrasiano. Essa vertente reconhece, por exemplo, o caráter incerto do investimento, a imperfeição da racionalidade individual e a fragilidade das preferências dos consumidores, uma verdadeira afronta aos pilares da economia neoclássica. Ao confrontar-se diretamente contra a economia neoclássica, poder-se-ia considerar Hayek como um heterodoxo? Se isso significar rechaçar a economia neoclássica, certamente, mas se for considerado

⁷ Como as perspectivas (neo)institucionalistas procuram fazer, acreditando muitas das vezes que isso bastaria para afastá-las da hegemonia neoclássica. De nada adianta analisar outros aspectos da realidade, para além do econômico, se a perspectiva teórica continua sendo a mesma, a neoclássica. O que se tem aqui é uma expansão do domínio neoclássico para outros campos do saber, e não outras perspectivas teóricas.

⁸ “A Economia Política não analisa o aspecto técnico-material do processo de produção capitalista, mas sua *forma social*, isto é, a totalidade das relações de produção que constituem a ‘estrutura econômica’ do capitalismo [...] A Economia Política não é uma ciência das relações *entre as coisas*, como pensavam os economistas vulgares, nem das relações *entre as pessoas e as coisas*, como afirmou a teoria da utilidade marginal, mas das relações *entre as pessoas no processo de produção*” (RUBIN, 1987, p.15). Cabe esclarecer que, como em Marx, a produção do capital pressupõe a circulação de mercadorias em seus dois momentos, a compra ($D - M$) e a venda ($M' - D'$); o capital é a unidade contraditória das duas instâncias.

sinônimo da Economia Política, muitos dos seus representantes ficariam desconfortáveis, para dizer o mínimo, com um colega defensor explícito do livre mercado e do darwinismo social.

Um outro elemento decorre da consideração da heterodoxia como sendo normalmente o conjunto de teorias que se opõe à ortodoxia neoclássica. Isso compreenderia diferentes correntes teóricas que, em algum momento, batalharam por temáticas e discussões estranhas à ortodoxia, como a determinação institucional da economia, as estruturas de mercado imperfeitas (a negação da concorrência perfeita e do *marketclearing*), a centralidade da incerteza do futuro, dentre outros temas. Entretanto, todas (ao menos as aqui citadas) essas temáticas-discussões-hipóteses foram internalizadas – evidentemente dentro de uma estrutura teórica neoclássica – pela ortodoxia. Portanto, a diferenciação entre heterodoxia e ortodoxia não poderia ser a temática tratada, como as vezes pode parecer.

Outra questão fundamental é que economistas críticos e marxistas são considerados constituintes do pensamento heterodoxo, da Economia Política. Enquanto negação da ortodoxia neoclássica, certamente esses economistas poderiam ser assim considerados. Entretanto, alguns desses economistas – os marxistas certamente, ao menos em sua grande maioria – chegam a questionar a própria ordem capitalista, elevando o nível de abstração da crítica mais além de uma crítica meramente teórica. Em especial, os marxistas que levam a sério os sentidos do subtítulo da obra magna de Marx *O Capital* deveriam colocar em xeque, inclusive, sua qualificação enquanto economistas. Certamente, se considerarmos economistas todos aqueles teóricos sociais que buscam uma explicação teórico-científica para a economia capitalista, qualquer que seja essa explicação, os marxistas podem ser considerados economistas. Mas é que a perspectiva original de Marx, a *Crítica da Economia Política*, implica uma crítica em três sentidos.

O primeiro sentido é captado majoritariamente pelos leitores de Marx. Economia Política era a forma como se conhecia a ciência econômica naquele momento, século XIX. Portanto, a crítica da economia política não seria

nada mais do que uma crítica das teorias econômicas a respeito do capitalismo. Já neste primeiro sentido, o mais conhecido, a proposta original de Marx é apresentar uma crítica aos economistas, ortodoxos ou heterodoxos, ou na clivagem que esse autor preferia, em seu momento, economistas políticos clássicos ou economistas vulgares⁹.

Mas se esse fosse o único sentido, tratar-se-ia apenas de mais um sistema ideal (teórico), contraposto a todos os outros. Em outras palavras, Marx ter-se-ia limitado a uma mera crítica de ideias, sendo mais um (brilhante) historiador das ideias. É óbvio, para qualquer um, que essa obra trata também de uma crítica à realidade capitalista, não uma crítica moralista, mas uma crítica ontológica, diria Lukács (2012). Ou seja, a obra trata de descobrir as leis tendenciais de funcionamento da sociedade capitalista e, como esta tem sua fundamentação no caráter contraditório dessas leis, a crítica da economia política deveria explicitar as contradições e dinâmicas resultantes dessas leis. Mas como relacionar esses dois sentidos?

Se uma sociedade permite de si mesma determinados tipos de apreensões teóricas, abstraindo as sandices e bizarras – que sempre existem –, só pode ser porque essa mesma sociedade se apresenta, na realidade concreta, de formas tais que permitem, de si mesma, aquelas apreensões teóricas. Portanto, se a ciência econômica (inclusive a vulgar) sustenta o que sustenta, só pode ser porque capta, de alguma maneira, formas de manifestação daquela realidade social capitalista. Se o objetivo de Marx era entender o capitalismo na sua totalidade, isso inclui as formas (estranhadas ou não) de compreensão dessa mesma realidade porque esta assim se manifesta na realidade aparente.

Estes dois sentidos não esgotam a totalidade do subtítulo de *O Capital*. A crítica da economia política significa também uma crítica das formas como

⁹ Ao longo de toda a obra citada Marx utiliza esse expediente, mas devemos destacar a última seção do livro III, O rendimento e suas fontes, na qual Marx (2017), mesmo em um texto inacabado, exerce a crítica da economia política neste primeiro sentido, tanto das tentativas mais sérias de tratamento do capitalismo, como em Ricardo (1985) e Smith (1985), como daquelas mais vulgares que, dentre outras coisas, mistificavam o capitalismo em seu mais alto grau.

essas ideias procuram explicar a realidade social. Marx não estava apenas criticando o capitalismo, as teorias econômicas sobre ele mesmo, mas também a forma (métodos) como isso era feito. E como a ciência econômica, de lá para cá, com algumas variações e poucas exceções, explica a realidade econômica? De forma economicista! Como se a racionalidade econômica dos indivíduos, até por ser uma racionalidade substantiva, explicasse qualquer comportamento (racional) dos indivíduos. Em última instância, tudo no agir social seria determinado pelo agir econômico. A ironia aqui é que recorrentemente Marx é criticado por ser economicista, quando na verdade ele está realizando uma crítica ao capitalismo, às teorias econômicas sobre o capitalismo e à forma economicista como elas o explicam¹⁰.

De uma forma ou outra, o que se conclui desses três sentidos para a crítica da economia política é que os marxistas podem ser tratados dentro da Economia Política, ou da heterodoxia, apenas enquanto um conjunto de confrontações frente à ortodoxia, à *Economics*. Ou seja, o que há de similar entre os marxistas e os economistas políticos é a crítica à economia vulgar. Mas como Marx não restringe sua crítica a esta última, mas a endereça à totalidade dos economistas, a toda a teoria econômica, não fica assim tão fácil incluir os marxistas dentro dessa tradição, por mais crítica que ela se apresente¹¹.

Um outro apontamento importante diz respeito à tendência ao ecletismo dentro da heterodoxia. Afinal, se esta última se define pelo conjunto de críticas à tradição neoclássica, não é estranho pensar arcabouços teóricos que busquem, de forma eclética, conciliar apontamentos críticos à ortodoxia em distintos autores na história do pensamento econômico. Não é difícil encontrar tentativas de síntese teórica entre Keynes (1985), Kalecki (1985),

¹⁰ Eagleton (2012) é uma excelente resposta a várias teses equivocadas que são naturalmente atribuídas a Marx, inclusive esta de economicismo.

¹¹ Talvez o ponto em que isso se explicita mais é na incapacidade das correntes heterodoxas – o que vale também para os ortodoxos – entender e explicar seriamente o que é o lucro e qual é sua substância, seu fundamento. Não por outra razão o título provisório do livro IV da mesma obra, em determinado momento em que se configurou um dos planos de estrutura da mesma, era *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (MARX, 1980).

Marx (2013 e 2017), Schumpeter (1985), dentre outros, ou entre alguns aspectos teóricos presentes em alguns desses autores. Poderíamos até dizer que se trataria de uma tentativa de construir uma *Teoria Econômica Heterodoxa*.

Esse puro ecletismo em Economia (heterodoxa) é uma falsa alternativa teórica. Em primeiro lugar, distintas teorias são, em sua maior parte, incomparáveis, seja por suas distintas filosofias da ciência, hipóteses/supostos e/ou visões de mundo. Mesmo nos casos em que isso não se verifica, o que é raro, uma “fusão” teórica autêntica não pode ser uma combinação homogênea de teorias. Ela se dá, necessariamente, por absorção, o que pressupõe uma teoria que absorve (predomina teoricamente), e outra que é absorvida (dominada/incorporada), o que nega e desmistifica o próprio princípio do ecletismo¹². Isso não significa rechaçar possíveis e necessárias influências externas a qualquer teoria, apenas serve de alerta para a aceitação acrítica do puro ecletismo na construção de uma perspectiva teórica heterodoxa.

Esses apontamentos nos servem para mostrar que a clivagem entre heterodoxia e ortodoxia não é tão simples como pode aparentar, e que, portanto, a identificação da Economia Política com a primeira tampouco é tão direta, embora esta última relação pareça apresentar menores problemas do que a clivagem original.

Devemos terminar apontando para outros três critérios utilizados para demarcar essa clivagem. O primeiro e mais utilizado é aquele que relaciona a fé no livre mercado, ou a adoção de hipóteses de perfeito ajuste dos mercados pelo livre funcionamento do sistema de preços (*marketclearing*) para a estruturação lógica das teorias/modelos, com a ortodoxia econômica. Evidentemente, a rejeição dessa hipótese demarcaria o campo da heterodoxia econômica. Este critério também apresenta os seus problemas. Smith (1985) e Ricardo (1985) sustentariam essa crença, o que os qualificaria como ortodoxos. Embora eles possam ser considerados assim em suas épocas, o que seria de toda a tradição ricardiana de esquerda, que culmina em um

¹² Este aspecto do ecletismo acrítico é brilhantemente trabalhado em Guerrero (1997).

pensamento neoricardiano, radicalmente crítico à teoria neoclássica e, por isso, considerada como parte da heterodoxia? Alguém poderia sustentar que não poderia mais ser considerada parte da ortodoxia, porque embora já o tenha sido, não o é mais. Nesse caso, entretanto, o critério proposto deixou de funcionar como critério, deixou de fazer sentido.

Um segundo critério é proposto por Guerrero (1997). Segundo o autor, existiriam duas questões que, conforme o tratamento teórico dado para elas, qualificariam (ou não) uma teoria dentro da heterodoxia. A primeira diz respeito a qual seria a posição dessa teoria frente ao futuro do capitalismo, ou seja, ao caráter histórico dessa época social específica. Um primeiro posicionamento seria considerar que a tendência do capitalismo seria, dentre outras, manter/aprofundar a diferença entre as classes sociais, o que, segundo o autor, seria característico da Economia Política clássica, qualquer que seja a valoração que o teórico em específico faça dessa oposição entre as classes e/ou o posicionamento ideológico do mesmo frente a esse conflito. Outro posicionamento possível seria a identificação da possibilidade histórica de transformação social, para além do capitalismo, o que é característico do pensamento marxista. Por último, ainda segundo Guerrero, há a possibilidade de que simplesmente não exista um pronunciamento explícito sobre o assunto, mas apenas sobre o presente, seja para aqueles que defendem que o capitalismo funciona irrepreensivelmente, ou para aqueles que acreditam que ele precisa de controle público/institucional para minimizar/corrigir problemas em seu funcionamento. Frente a esta questão, Guerrero afirma que a heterodoxia contemporânea ficaria restrita aos dois primeiros posicionamentos¹³, que, qualquer que seja seu posicionamento, não fogem da questão.

A segunda questão, segundo Guerrero (*ibidem*), seria identificar qual é a teoria do valor que alicerça essa vertente teórica. Como o capital é um valor que se valoriza, qualquer teoria sobre o capitalismo tem, em um maior

¹⁴ O curioso aqui é que, segundo essa questão (o futuro do capitalismo), toda a tradição keynesiana, mesmo aquela mais radicalmente contrária à teoria neoclássica, seria considerada parte da ortodoxia.

nível de abstração, possua consciência disso ou não, uma teoria do valor subjacente, que a fundamenta. Para Guerrero, a heterodoxia caracterizar-se-ia por defender a teoria do valor-trabalho, contrariamente à ortodoxia, que teria como base a teoria do valor utilidade. Percebe-se claramente aqui a associação direcionada ortodoxia com a teoria neoclássica¹⁴.

Por último, temos o critério que parece fazer mais sentido e, até por isso, ser o mais utilizado. Ortodoxia seria o mainstream econômico, isto é, a teoria hegemônica do momento, que hoje seria a teoria neoclássica¹⁵. A Economia Política, enquanto denominação primeira da ciência econômica, se já foi ortodoxia no século XIX, certamente não o é mais. Portanto, essa Economia Política (acrescida do sentido de correntes teóricas resistentes à hegemonia neoclássica) seria, hoje, heterodoxia.

E como se enquadraria Marx? Se esse autor nunca foi (será) mainstream, nunca foi (será) ortodoxia. Nesse sentido, por contraposição, poderia até ser enquadrado na heterodoxia, mas nunca poderá ser visto como um membro típico da Economia Política, uma espécie de ortodoxia da heterodoxia, mas, na melhor das hipóteses, como um rebelde, um intransigente crítico da (ainda que alguns o vejam na) Economia Política.

¹⁴ Além dos problemas já apontados nesse relacionamento direto entre ortodoxia e neoclassicismo, uma vez mais a tradição keynesiana ficaria em xeque. Certamente Keynes não defende uma teoria do valor-trabalho. Mais do que isso, ele aceitaria a teoria neoclássica da distribuição ao não rejeitar o primeiro postulado clássico (KEYNES, 1985, capítulo 2). Curiosamente (ou não), no capítulo 4 de sua obra mais conhecida, quando se vê na obrigação de definir a unidade de medida de suas variáveis, ele “escolhe” o salário! Seria um reconhecimento implícito de que o trabalho tem algo relacionado com a medida dos valores?

¹⁵ Este último critério poderia se aproximar do proposto por Guerrero, não sendo equivalente talvez pelo incômodo causado aos keynesianos mais radicalmente contrários ao neoclassicismo.

Referências

- EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- GUERRERO, Diego. *Historia del Pensamiento Económico Heterodoxo*. Madrid: Editorial Trotta, 1997.
- HAYEK, Friedrich A. *Individualism and Economic Order*. Londres: Routledge, 1948.
- JEVONS, William S. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KEYNES, John M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro IV de O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- PRADO, Eleutério F. S. *Economia como ciência*. São Paulo: IPE-USP, 1991.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- RUBIN, Isaak I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAURICIO DE SOUZA SABADINI

A (CRÍTICA DA) ECONOMIA POLÍTICA, O CAPITAL FICTÍCIO E OS LUCROS FICTÍCIOS

A (CRÍTICA DA) ECONOMIA POLÍTICA, O CAPITAL FICTÍCIO E OS LUCROS FICTÍCIOS

Prólogo

Eu não poderia tratar de aspectos da economia política e de sua crítica e, ao mesmo tempo, a relação com a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), sem antes descrever um pouco algumas lembranças destes 25 anos de nossa instituição. Se os relatos posteriores serão, muitas vezes, pessoais, isso só significa dizer que minha trajetória profissional se confunde, está umbilicalmente ligada ao próprio nascimento e crescimento da SEP, já que faço parte do que considero a segunda geração desta sociedade.

Quando de sua fundação, estando ainda como discente, me recordo perfeitamente quando o professor Paulo Nakatani me entregou a ficha de filiação da SEP para ser preenchida no corredor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Confesso que naquele momento eu não tinha ideia muito clara do que representava a instituição, mas aceitei prontamente o convite. Selava-se ali um vínculo que eu jamais imaginaria que se estenderia por toda minha vida e que teria muita importância em meu processo formativo, enquanto profissional, enquanto ser humano.

**MAURICIO DE
SOUZA SABADINI**

Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e-mail: mauricio.sabadini@ufes.br

Nesta época, descobria, mesmo que tardiamente, muitas leituras e interpretações sobre o modo de produção capitalista, o que sinaliza que minha formação na discussão da economia política se confundia temporalmente

¹ Agradeço os comentários dos professores Adriano Teixeira, Gustavo Mello e Helder Gomes.

com o próprio nascimento da SEP. Este processo intensificou-se após meu ingresso como docente na universidade e, mais especificamente, ao assumir uma disciplina de Economia Política, atuando junto ao grande amigo professor Reinaldo Carcanholo.

Mesmo não tendo a possibilidade de participar dos primeiros Encontros Nacionais de Economia Política (ENEP) da SEP, fui à ampla maioria deles logo depois de me tornar docente. Neles, pude conhecer muitas pessoas com quem tenho amizade e contatos até os dias de hoje; conhecê-las pessoalmente também me fez crescer e melhor compreender um contexto histórico e político, mundial e nacional, não vivido por mim, trajetórias que apontam para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, na América Latina e, particularmente, no Brasil. Não tenho dúvida de que a partilha destes momentos pessoais também foi importante. E a partir destas pessoas, dentre as quais vários integrantes e fundadores da SEP, minha participação no cotidiano da instituição foi intensificada gradativamente, ano após ano. E este caminho seguiu de forma natural: de participante e ouvinte nos ENEP, a apresentador de trabalhos, a parecerista, membro do conselho fiscal, diretor e, finalmente, presidente da SEP.

Devo registrar que em nenhum momento passou por minha cabeça assumir algum destes cargos, e confesso que eu hesitei, me questionando se eu estaria realmente pronto para aceitá-los, e, principalmente, se eu mereceria assumi-los. No final, falou mais alto o fato de que eu deveria respeito à instituição e a seus fundadores, não podendo me furtar das responsabilidades dadas.

Faço questão de dizer isto porque a SEP para mim era, de uma forma ou de outra, algo muito distante de minha realidade, assim como várias outras coisas, algo que estava muito além de meu horizonte e perspectiva. Recordo-me, por exemplo, de como eu ficava feliz ao ter trabalho aprovado para ser apresentado nos concorridos ENEP.

Recentemente, quando de minha eleição para a presidência da SEP, eu disse no discurso de posse na UFF que eu assumia aquela função porque tinha,

em primeiro lugar, muita deferência pela SEP e, em segundo, respeito ainda maior pelos seus fundadores. De fato, costumo dizer que tenho orgulho de ter assumido algumas funções em minha vida profissional: professor de uma universidade pública, a UFES, tutor do Programa de Educação Tutorial (PET Economia-UFES) e diretor e presidente da SEP.

Se a SEP comporta diversas formas de pensamento crítico em seu seio, estes espaços são cada vez mais importantes de serem mantidos em tempos de retrocessos e discriminação. São locais que devemos mantê-los e ampliá-los. E o papel da SEP neste contexto, dentro e fora do Brasil, é de fundamental importância, com seus encontros, com sua revista, com suas parcerias institucionais e políticas, com sua formação.

E nesta trajetória brevemente aqui descrita, uma temática que foi ocupando, ao longo dos anos, um espaço maior em nosso grupo de trabalho aqui na UFES, inicialmente com os grandes amigos professores Paulo Nakatani e Reinaldo Carcanholo, e que também coincide com o processo de nascimento, crescimento e maturidade da SEP, foi o da discussão das categorias capital fictício e lucros fictícios, bases fundamentais para o entendimento de algumas das recentes transformações capitalistas.

Pensando na importância desta discussão em nossos trabalhos, achei por bem resgatá-la, discorrendo brevemente sobre seu percurso nas últimas décadas, bem como apontando para possíveis caminhos futuros que pretendemos desvendar. Dito isso, já fica evidente, portanto, que o que será aqui apresentado constitui uma discussão e produção conjunta, que vai muito além do autor deste texto, sendo que muitas vezes usarei a primeira pessoa do plural exatamente para retratar este caráter coletivo. Evidentemente, como de praxe, a responsabilidade sobre as afirmações aqui contidas cabe exclusivamente à minha pessoa.

Por último, fiquei pensando, quando recebi o convite dos editores de nossa revista, se eu teria condições de escrever algo e entregá-lo no tempo estipulado. Desnecessário explicar que o contexto não é propício para isso, afinal, os sofrimentos provocados pela tragédia da pandemia são muito grandes.

Confesso que o ambiente não está totalmente propício para tratar com tranquilidade e raciocínio límpido um trabalho que envolve maior envergadura e amadurecimento. Todavia, como respondi na mensagem, uma chamada da SEP é como uma demanda do PET para mim: há que se adotar como prioridade, mesmo sabendo dos limites e possibilidades físicas e mentais face a tudo que estamos vivendo nestes últimos anos, que se soma a perdas de vidas acometidas pela pandemia, inclusive de pessoas ligadas direta e indiretamente à SEP. Mas precisamos seguir as trilhas e viver, sobretudo, resistindo. Para isso, este espaço também é um caminho.

Parabéns e vida longa para a SEP!

Vitória (ES), fevereiro 2021

I. Introdução

Antes de receber o convite dos editores de nossa revista para escrever nesta edição especial de comemoração dos 25 anos da SEP, já havia imaginado e traçado, ao menos idealmente, que tentaria aprofundar o que denominamos de lucros fictícios, desdobramento este do capital fictício, categorias que apresentam um nível de contradição, negação e mistificação extremamente elevado. O chamado ora feito atravessou os planos iniciais que pretendem, quem sabe, apontar futuramente para novos avanços, pretensamente mais sólidos dos que aqui serão indicados.

Se o capital fictício é oriundo das célebres páginas de *O Capital*, notadamente no livro III, naturalmente ele deve ser compreendido, ao menos para nós, a partir do desenvolvimento de categorias que aparecem e se transformam desde o livro I, como mercadoria, valor, dinheiro e capital. No livro II, destacamos as formas funcionais do capital e, no livro III, a autonomização das formas funcionais do capital e seus desdobramentos categoriais, dispostos em vários capítulos. Já aos lucros fictícios não encontraremos na obra nenhuma referência direta.

Se uma das características centrais dos lucros fictícios é a de não corresponder a uma fração da mais-valia, admitir este pressuposto realmente não é simples, ou mesmo impossível de ser aceito dentro dos marcos da teoria do valor-trabalho de Marx, como já indicávamos em Carcanholo e Sabadini (2009).

A ideia dos lucros fictícios pode levar, inclusive, a leituras e conclusões superficiais de que eles seriam mais uma prova de que a teoria do valor-trabalho não é mais central para a compreensão das recentes transformações no capitalismo contemporâneo, já que, supostamente, o valor-trabalho não seria mais a fonte de riqueza, do ponto de vista social e histórico. São muitos os autores, não sendo nosso objetivo aqui descrevê-los, que passaram a negar a centralidade do trabalho e os supostos descaminhos da economia política, como indica Nakatani (2001). Contrapondo-se às teses da centralidade do

trabalho, suas leituras apontam para uma ruptura com a noção de riqueza advinda do trabalho, sendo, muitas vezes, leituras “manualescas” de Marx. É compreensível a não aceitação dos lucros desvinculados da mais-valia pelo fato, importante por si só, de que Marx não tratou diretamente desta categoria em suas obras. Porém, em um caminho, digamos, “intermediário”, no melhor sentido da palavra, acreditamos, em primeiro lugar, que a proposição dos lucros fictícios não abandona o pilar central da obra de Marx, que tem por fundamento sua teoria do valor-trabalho, não negligenciando, portanto, a centralidade do trabalho como fonte de riqueza. Ao mesmo tempo, sua exposição admite que o processo de substantivação do valor e da própria dinâmica de sua transformação, associados a aspectos históricos e lógicos diferenciados, nos sinalizam para apontamentos distintos na dinâmica da acumulação capitalista recente.

Ou seja, mesmo propondo a existência de lucros não advindos da mais-valia, não concordamos com a hipótese de que o intenso processo de desmaterialização da riqueza, que faz parte e se desenvolve com o próprio desenvolvimento das formas do valor, retira do valor-trabalho a sua centralidade na produção de riqueza no modo de produção capitalista. Pelo contrário, a dinâmica incessante de negação e inversão das categorias e seus processos de autonomização potencializaram formas de capital, no caso extremo do capital fictício, com interferências profundas no ciclo geral, onde o capital busca a ilusão de se valorizar de forma independente do trabalho.

Também já deixamos claro que o crescimento dos lucros fictícios e do capital fictício “não seria possível se, ao mesmo tempo, não tivesse produzido um enorme incremento da exploração dos trabalhadores assalariados, tanto dos países centrais como dos periféricos, assim como dos não assalariados de todo o mundo, sem esquecer dos daquelas regiões mais miseráveis da terra” (CARCANHOLO & SABADINI, 2009, p. 58).

Portanto, se a teoria do valor-trabalho é radicalizada na intensificação da exploração da força de trabalho a partir de vários mecanismos extratores de mais-valia absoluta e relativa, ao mesmo tempo a tentativa de autonomia

total do capital gera tais lucros desvinculados de sua substância real, sobretudo a partir das valorizações especulativas (fictícias) do capital. Esta ideia surgiu quase como um desdobramento do processo de mistificação da natureza da riqueza no capitalismo, em um contexto histórico no qual o capital fictício interfere mais fortemente na dinâmica da acumulação atual.

Dito isto, minha conclusão, como o leitor já sabe pelo prólogo e pelo próprio título do texto, foi de que não me restaria outra alternativa que tratar de um tema que participei praticamente desde o início dele, iniciado pelos professores Paulo Nakatani e Reinaldo Carcanholo, pois esta seria talvez a forma mais apropriada que eu teria de representar esforços que expressam um trabalho coletivo, bem como colocar no debate ideias recentes de outros professores que se somaram ao grupo inicial.

Diante disso, este texto tem por objetivo apresentar, de forma resumida, nossa interpretação acerca do capital fictício e dos lucros fictícios, bem como algumas novas e preliminares proposições interpretativas. Mesmo que não apresente um amadurecimento conceitual mais sólido na discussão, ao menos sugere novos desdobramentos. Por fim, escolhemos alguns trabalhos, num conjunto maior, para tentar traçar uma retrospectiva deste processo, que teve na SEP uma capilaridade muito importante para as discussões¹.

2. As primeiras leituras sobre o capital fictício e o aparecimento dos lucros fictícios

Para aqueles que tiveram contato com nossas indicações sobre os lucros fictícios, algumas coisas que aqui direi soarão talvez de forma repetitiva, como não poderia deixar de ser. Seu aparecimento se deu de forma gradativa, a partir da concepção e das características que considerávamos

¹ Alguns destes textos foram publicados em Gomes (2015). Para mostrar o momento histórico de cada trabalho, optou-se aqui por citá-los quando de sua publicação inicial.

essenciais sobre a natureza da acumulação no capitalismo contemporâneo e o grau de crescimento do capital fictício na economia mundial².

Os primeiros textos tratando mais detidamente sobre o capital fictício apareceram no final dos anos 1990, quando das manifestações mais agudas das crises capitalistas na Rússia, em 1998, no Brasil, em 1999, e na Argentina, em 2001, já no contexto de expansão das políticas neoliberais. E o primeiro trabalho escrito por Carcanholo e Nakatani (1999)³ foi exatamente na virada do século, onde apontavam para a necessidade de, antes de entrar nos aspectos especulativos do capital, desvendar elementos fundantes e indispensáveis como o conceito de valor-capital e seu processo de *substantivação*.

Esta última noção, pouco discutida na literatura, até porque pouco evidenciada na obra de Marx, eleva a compreensão, quando da transformação do dinheiro em capital, do valor como adjetivo das mercadorias para um valor substantivado, para “uma substância em processo e semovente, para qual mercadoria e dinheiro são ambos meras formas” (MARX, 1983, p. 130), tendo na conversão do valor em capital, em realidade substantiva, um sujeito pleno de existência, transformando-se a partir do próprio movimento e das contradições internas da mercadoria. É o aparecimento do capital enquanto valor que se valoriza, movimento, dinâmica, daí “quando o valor não é mais simples valor, mas valor-capital, defrontamo-nos com a substantivação do valor” (CARCANHOLO & NAKATANI, 1999, p. 289).

O retorno a fundamentos conceituais como estes é de extrema relevância para uma adequada compreensão não só da categoria capital fictício, mas também para visualizar os caminhos necessários que devemos fazer para o entendimento dos lucros fictícios, sobretudo quanto ao incessante movimento de antítese interna das categorias. Evidentemente, a teoria do valor-trabalho, principalmente sua interpretação qualitativa, que se funda

² Alguns trabalhos sinalizam para este crescimento: Nakatani e Gomes (2014), Nakatani e Marques (2020).

³ Este artigo foi apresentado no III ENEP, em 1998. Posteriormente, foi publicado em formato livro em Gomes (2015, pp. 31-60), com algumas alterações feitas pelos autores.

na riqueza social e histórica, enquanto valor de uso e valor, encontra-se no centro deste entendimento (CARCANHOLO, 2011).

Desta forma, a leitura totalizante do autor, partindo de sua unidade mais simples e mais complexa, a mercadoria, até seus fundamentos mais fetichizados, o capital fictício, deve prevalecer sobre leituras atomizadas, pautadas em unidades conceituais separadas, como se assim fossem formadas por um só átomo. A mercadoria em sua forma germinal, enquanto “mercadoria-comum”, vai espelhar, como apontaremos em seguida, níveis de abstração ainda mais complexos com o surgimento da “mercadoria-capital”, fundamento este relacionado aos diversos ativos financeiros representativos do capital fictício. Somente assim constroem-se as bases efetivas das contradições internas que se desenvolvem até os enigmas mais expressivos do circuito D-D’, no livro III de *O Capital*.

O outro momento destacado pelos autores anteriores atinge as formas que o valor-capital vai assumindo ao longo de suas transformações, formas estas, com um outro nível de abstração, que são apresentadas no livro II e capitaneadas pelo conceito de capital industrial. Para isso, os três primeiros capítulos deste volume revelam as formas funcionais do capital (capital-dinheiro, capital produtivo, capital-mercadoria) e indicam que “o capital que no transcurso de seu ciclo global adota e volta a abandonar essas formas, e em cada uma cumpre a função que lhe corresponde, é o *capital industrial* – industrial, aqui, no sentido de que abarca todo ramo da produção conduzido de modo capitalista” (MARX, 1984, p. 41)⁴.

E estas formas continuam o seu processo de transformação, autonomizando-se a partir da divisão de funções entre os capitalistas, momento este apresentado no livro III ao longo de vários capítulos. Assim, “quando uma forma funcional do capital industrial se autonomiza, ela se converte de forma funcional em capital autônomo” (CARCANHOLO & NAKATANI, 1999, p. 292), dando início a uma série de outras autonomizações que se

⁴ É muito comum encontrarmos na literatura o uso errôneo do termo capital industrial referindo-se a produção, indústria, como capital produtivo.

desdobram no capital de comércio de mercadorias, no capital de comércio de dinheiro (traduzido, a nosso ver, de forma equivocada como capital financeiro⁵), no capital a juros e no capital fictício⁶.

Este desvendar revela-se importante para uma posterior compreensão dos fundamentos contraditórios e aparentemente irracionais do capital fictício, o qual, como uma espécie de não-capital, portanto ficção, procura se desencilhar da produção da riqueza real da qual ele mesmo se nutre, constituindo-se em um processo de valorização fictícia (D-D’).

Transcorrido este percurso, além de outros elementos não descritos aqui, os autores apresentam a noção de capital especulativo parasitário como sendo “o próprio capital fictício, quando ele ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial” (*ibidem*, p. 301)⁷. Interessante fazer notar que, ao que parece, os indicativos do conceito de lucros fictícios ainda não estavam presentes neste momento.

Ao tratarem, no texto, da forma de remuneração do capital fictício, afirmam que “está constituída pelos juros auferidos e pelos chamados ganhos de capital obtidos nos mercados especulativos. O capital fictício obtém tais remunerações através de transferência de excedente-valor produzido por outros capitais ou por não-capitais [...] Não cumpre nenhuma função necessária dentro da lógica do capital industrial, sendo sua remuneração puro ônus para este” (*ibidem*, p. 299).

Por estas palavras, sinalizam para o processo costumeiro de transferência de riqueza do capital produtivo para remuneração do capital fictício, que se materializa por diversos mecanismos de transmissão, como via pagamentos

⁵ Para maiores detalhes, ver Sabadini (2015a).

⁶ Descrevemos em Sabadini (2013) este processo constitutivo de autonomização das formas funcionais do capital, com base na teoria do valor-trabalho de Marx, até os fundamentos do capital fictício.

⁷ Para não passar a sensação de que o termo capital especulativo parasitário representa a fração “negativa” do capital, em detrimento de uma outra provável “positiva”, associada à produção, bem como a possível redundância em seu uso, já que a especulação faz parte da lógica do capital desde sua constituição, sendo também sempre parasitária, Carcanholo (2011) faz alguns comentários sobre estas indicações, desmistificando-as.

de juros da dívida, envolvendo o recolhimento e distribuição dos tributos em sua maior parte pagos pelos trabalhadores, bem como pela remuneração dos dividendos dos títulos de propriedade, as ações⁸. Se os lucros fictícios ainda não estavam postos neste momento, o que aconteceria anos depois, estavam dados os passos iniciais para uma melhor compreensão do capital fictício, base fundamental para o entendimento e a origem dos lucros fictícios.

A discussão sobre o capital fictício continuou e apareceu ainda mais desenvolvida num texto de 2001 (CARCANHOLO, 2001)⁹, que retrata um importante debate na SEP sobre a natureza do dinheiro, diálogo este publicado na *Revista da SEP* em 2002¹⁰. No texto acima referido, e antes de entrar propriamente na discussão do dinheiro e sua relação com o ouro, o autor revê e corrige algumas afirmações feitas no artigo de 1999, e aponta para duas questões que mais nos interessam aqui.

A primeira sugere, mesmo que também sem indicar a existência de lucros fictícios, uma espécie de remuneração pautada em movimentos fictícios:

o capital especulativo parasitário, durante períodos mais ou menos prolongados de tempo, pode contentar-se com remunerações basicamente fictícias. Isso é possível por ser esse tipo de capital, na adequada concepção do termo, um verdadeiro capital fictício. Tais remunerações, que não pressionam de forma aguda o excedente produzido pela sociedade, permitem a valorização do capital especulativo parasitário e sua consequente ampliação, acumulação. Trata-se, na realidade, de um verdadeiro fator atenuante das manifestações imediatas da contradição produção/apropriação. (*ibidem*, p. 30)

⁸ Uma tentativa de aproximação do debate do capital fictício, associado a alguns aspectos macroeconômicos e do mundo do trabalho no Brasil, foi feita em Sabadini (2008).

⁹ Este texto foi apresentado preliminarmente, com outro título, no IV ENEP, realizado em junho de 1999, sendo publicado na *Revista da SEP* em 2001.

¹⁰ Participaram os professores Claus Germer e Gentil Corazza. Ver *Revista da SEP*, n. 11, dezembro de 2002.

Já indicando o caráter contraditório destas remunerações, continua afirmando que “a remuneração fictícia, por outro lado, só é aceita dentro de certos limites”. Estas indicações serviriam para, ao retomar a noção das formas do valor e de sua substantivação, sinalizar para o processo de desmaterialização da riqueza, nossa segunda questão. Sobre isso, afirma que “há um processo de desmaterialização da riqueza, em certo sentido, ao mesmo tempo em que o valor transformado em capital se *substantiva* cada vez mais. Talvez seja possível afirmar que a desmaterialização da riqueza capitalista é a contraface da *substantivação* do valor-capital” (*ibidem*, p. 38). Como este processo se manifesta no equivalente geral, naturalmente a discussão em torno do dinheiro, do dinheiro de crédito, e do ouro, base do artigo, formava uma só unidade, um só contexto¹¹.

Foi em 2003 que o conceito de lucros fictícios apareceu, mesmo que brevemente, na parte final de um artigo (CARCANHOLO, 2003) que tratava, não coincidentemente, sobre a dissimulação da mais-valia. Mais tarde reiteraram esta indicação em Nakatani e Carcanholo (2007, s/p)¹² ao afirmarem que “já tivemos oportunidade de apresentá-lo rapidamente em trabalho anterior (CARCANHOLO, 2003)”. Condensamos este percurso de origem na seguinte passagem: “nesse ponto, convém apresentar e discutir a categoria lucros fictícios, introduzida de maneira original por Carcanholo (2003), aparecendo novamente em Nakatani e Carcanholo (2007), e desenvolvida em trabalhos como o de Carcanholo e Sabadini (2015)¹³” (MELLO & SABADINI, 2019, p. 153).

Assim, quatro anos após o texto de abertura da discussão, o termo lucros fictícios surge de fato, ainda que embrionário. E nele, ao analisar as diferentes formas de dissimulação da origem da mais-valia, Carcanholo (2003, p. 94) conclui:

¹¹ Anos depois, Prado (2013) se manifesta, também na *Revista da SEP*, em relação ao debate aqui sinalizado, propondo, inclusive, a noção de dinheiro fictício.

¹² Texto apresentado preliminarmente, com título um pouco diferente, no XI ENER, em 2006.

¹³ Esta última publicação, presente em Gomes (2015), refere-se ao artigo Carcanholo e Sabadini (2009).

O crescimento do capital real, com substância material e capaz de produzir riqueza adicional, só pode provir de um excedente real, produto da exploração segundo a teoria aqui exposta. Mas, o crescimento do capital fictício ocorre sem que corresponda à verdadeira produção de mais-valia. O capital fictício cresce com a expansão da dívida pública, com a valorização especulativa dos ativos em títulos privados ou mesmo dos bens reais (como imóveis) etc. Esse crescimento do capital fictício provém de um lucro que não tem origem na mais-valia; trata-se de um lucro “fictício” que, na mesma medida do capital especulativo parasitário, é real do ponto de vista do ato individual e isolado e, do ponto de vista da totalidade, é real e fictício ao mesmo tempo. O fato é que essa remuneração, esse lucro, não tem origem na mais-valia. Trata-se de um *lucro fictício*. Com isso, a exploração fica ainda mais dissimulada.

Já o texto citado de 2007 trata, inicialmente, do debate acerca do capitalismo em sua nova etapa, pautada pela intensificação de sua dinâmica especulativa, trazendo alguns elementos históricos do processo, e ainda de maneira ilustrativa, como os próprios autores sinalizam, aponta para algumas questões envolvendo os lucros fictícios¹⁴.

Um texto com maior exposição sobre os lucros fictícios foi publicado na *Revista da SEP* em 2009 (CARCANHOLO & SABADINI, 2009), já trazendo o acúmulo anterior das discussões brevemente apresentadas aqui. Neste momento, não nos encontrávamos no mesmo lugar, sendo que as discussões foram realizadas, em sua maior parte, através de mensagens entre os anos de 2006 e 2007¹⁵.

¹⁴ Resumidamente, afirmam que o lucro fictício caminha paralelamente ao aumento exponencial da criação de mais-valia absoluta e relativa, em processo intenso de incremento da superexploração e de crescimento da exploração entre os trabalhadores não assalariados, associado, como no caso da América Latina, à transferência de valor da periferia ao centro imperialista. Em primeiro lugar, ele surge como uma nova determinação da dissimulação da mais-valia; segundo, apresenta-se como uma nova forma de contratendência à queda da taxa de lucro; e terceiro, “soluciona a contradição produção/apropriação”, mas alertando que, de forma contraditória, “soluciona” hoje para amplificar a amanhã, algo que só se faz somar ao processo imanente de negação das categorias em seu próprio desenvolvimento contraditório interno.

¹⁵ Algumas destas mensagens foram encontradas por mim anos atrás em formato de arquivo, onde discutíamos diversas questões envolvendo o capital fictício e os lucros fictícios. Com o avançar do debate, e em meio a dúvidas que eu tinha naquele momento quanto à pertinência da categoria lucros fictícios, algumas páginas iniciais rascunhadas foram tomando corpo, resultando neste artigo. Quanto à minha dúvida inicial, Reinaldo foi categórico: “Bom, há o risco de você assinar hoje uma coisa e depois ter de se desdizer. Mas acho pouco provável que você mude tanto, a ponto de ficar chato ter de mudar” (14 de março de 2007). Devo dizer que, a cada ano passado, minhas convicções sobre os lucros fictícios só aumentaram.

Sem querer reproduzi-lo aqui, apontamos apenas alguns elementos. Em primeiro lugar, incluiu-se neste texto uma explicação mais detida dos fundamentos e características dos lucros fictícios, seguido de um apontamento inicial sobre os lucros diferenciais em Hilferding¹⁶, bem como a indicação de dois tipos de capital fictício, o de tipo 1 e o de tipo 2. Partindo das características centrais do capital fictício, como do fato de ter seu nascimento dado pela existência generalizada do capital a juros, de ser resultado de uma ilusão social, de não possuir substância real, não produzindo valor e mais-valia, do fato de dissimular ainda mais as conexões com o processo de valorização, dentre outros, passou-se a melhor discutir as formas clássicas de capital fictício apresentadas por Marx.

No caso das ações, quando elas correspondem ao valor patrimonial das empresas produtivas, de fato constituem capital fictício, apesar de discordâncias existentes na literatura. Por certo, para não pensar de forma unidirecional a relação com o patrimônio das firmas, há a necessidade de compreensão da duplicidade da riqueza, apresentada no texto, e que este tipo de capital fictício seria chamado por nós de capital fictício de tipo 1. Ao mesmo tempo, ao apresentar um movimento independente do valor patrimonial das empresas, como em suas possíveis valorizações especulativas, este aumento se distingue pelo fato de não constituir uma duplicação aparente de uma valorização real, já que não há nenhuma substância real, produtiva, ou seja, é exclusivamente especulativa. A este capital fictício, chamamos de tipo 2. Da mesma forma acontece com os títulos da dívida.

É bom frisar que estas diferenciações não têm por objetivo criar uma divisão, estática por si só e inconcebível ao método dialético, contrariando a

¹⁶ Anos mais tarde discutimos com mais amplitude a temática envolvendo os lucros fictícios e as semelhanças e diferenças com os lucros diferenciais de Hilferding, bem como o debate sobre os lucros de fundador. Este trabalho aparece no XIII ENEP, em 2013, sendo publicado posteriormente em Gomes (2015, pp. 161-204). Este foi o meu último trabalho discutido com o grande amigo professor Reinaldo Carcanholo, como descrevo no prólogo do mesmo, e, da mesma forma que ele me convidou, ao final das discussões e redação do texto, para assinar o artigo de 2009, eu também o fiz neste artigo. Mas, talvez por não ter escrito diretamente o texto, a ideia não se concretizou. De todas as formas, seus comentários e sugestões foram extremamente relevantes para a construção do mesmo.

nossa própria forma de entender a contradição do capital fictício. Mas as dúvidas que surgiam para nós à medida em que desenvolvíamos a temática nos fizeram pensar na possibilidade e necessidade de um desdobramento natural da categoria quando confrontada com seus novos elementos concretos, em fetiche mais evoluído, sempre levando em consideração o tempo histórico de Marx. O questionamento que surgia se pautava na tentativa de compreender os desdobramentos, as conexões e desconexões entre a natureza real e fictícia do capital a partir de suas formas de manifestação contemporâneas.

Um outro ponto importante quanto aos lucros fictícios, que provoca desdobramentos significativos para a compreensão da mercadoria em Marx, está relacionado ao trinômio produção-apropriação-transferência. Se Marx parte da explicação dos rendimentos como transferência de valor para justificar a diferença entre preços e valores, sugerimos no texto que esta justificativa de Marx se dava para a “mercadoria-comum”, que seria destinada ao consumo, sendo, portanto, realizada e finalizada na segunda fase da circulação, no ato da venda e da compra. Porém, “algo diferente ocorre quando se trata de uma mercadoria que não vou destinar ao consumo, mas que vai agregar-se ao meu patrimônio; quando se trata de ativos reais ou, ainda, ativos financeiros” (CARCANHOLO & SABADINI, 2009, p. 49). De fato, nos referíamos aqui a uma temática que, apesar de citada, não foi abordada de forma suficiente neste artigo, a da mercadoria-capital. Deixemo-la, por enquanto, para ser indicada no próximo item.

Mas algo adicional a verificar é que muitos autores, contemporâneos ou não, sugerem lucros advindos dos movimentos especulativos do capital, pretensiosamente não vinculados à mais-valia, mas ao proporem tal existência, sequer mencionam seu caráter contraditório quando confrontados com a teoria do valor-trabalho em Marx. É o caso de Hilferding (1985), ao tratar dos lucros diferenciais (SABADINI, 2015b). Quanto a autores marxistas contemporâneos, apontamos em Mello e Sabadini (2019, p. 155) algumas leituras que discutem o capital fictício e os lucros advindos dos ganhos especulativos, sendo

que, de forma geral, sugerimos que “a categoria de lucros fictícios encontra-se subteorizada, desvinculada de uma discussão conceitual mais detida sobre o capital fictício e seu lugar na exposição do conceito de capital”.

Complementarmente, a noção de riqueza fictícia apareceria mais tarde, mais elaborada, em Carcanholo (2013). São os desdobramentos naturais de um objeto complexo e que envolve uma leitura totalizante da obra de Marx. Por tudo isso, compreender o capital fictício e os lucros fictícios requer, evidentemente, não somente a identificação da origem e do destino da natureza deste tipo de capital, não se propondo, evidentemente, a estabelecer uma escala divisória e a-histórica desta forma de capital. O vínculo ou não com a atividade produtiva, como destacado no capital fictício de tipo 1 e 2 anteriores, é apenas um dos seus diversos elementos constitutivos, não sendo o único e/ou o mais importante desta forma mística de capital.

3. Avanços em construção¹⁷

Em princípio, dois caminhos se apresentam atualmente no aprofundamento da discussão dos lucros fictícios. O primeiro encontra-se associado à noção da mercadoria-capital e à compreensão do caráter contraditório deste tipo de remuneração quando confrontado à teoria do valor-trabalho em Marx. O segundo busca encontrar um entendimento metodológico para o desenvolvimento lógico-histórico dos lucros fictícios. O primeiro desdobramento parte da necessidade de compreender mais profundamente a própria noção de mercadoria, identificada em trabalhos anteriores como uma lacuna a ser preenchida, e seu caráter contraditório e de antítese, sendo algumas indicações apresentadas ainda em versão preliminar em Sabadini (2019)¹⁸. O segundo, ainda mais recente, encontra-se em Teixeira e Sabadini (2021). Faremos uma brevíssima síntese deles.

¹⁷ As ideias deste item, por serem recentes e em construção, ainda não foram discutidas internamente de forma mais sistematizada.

¹⁸ Apresentamos esta proposta no Congresso “50 años de Estudios Latinoamericanos en la UNAM. Teoría del valor y crisis”, na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), em março 2017.

A compreensão adequada da “coisa” mais simples e mais complexa que dá início à obra de Marx, a mercadoria, pode trazer importantes contribuições para uma melhor compreensão do capital fictício e dos lucros fictícios. Trata-se da retransformação do capital em mercadoria e o surgimento de uma mercadoria especial, *sui generis* segundo Marx, a mercadoria-capital.

Como sabemos, Marx inicia o livro I de *O Capital* dando resposta preliminar à origem da riqueza, quando sugere que “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’” (MARX, 1983, p. 45). Passa-se, então, a desvendar o caráter desta riqueza, que vai se aperfeiçoando à medida que o aparecimento e desenvolvimento das categorias são apresentados.

A compreensão da mercadoria na obra de Marx aparentemente está associada a uma materialidade, uma corporificação em bases físicas e químicas, trazendo inúmeros problemas interpretativos. De fato, a mercadoria aparece inicialmente no livro I como tendo a capacidade de satisfazer necessidades, pela via do valor de uso, desejos que “se originam do estômago ou da fantasia” (*ibidem*, p. 45), com sua utilidade representando o conteúdo material da riqueza, ao mesmo tempo que constitui o valor de troca. Com a preocupação principal de descobrir a origem da riqueza em sua essência, a mercadoria ali tratada se referia principalmente à mercadoria-simples ou comum, caracterizada, dentre outros, pelo desaparecimento de seu valor de uso e valor no consumo final.

Acontece que as metamorfoses da mercadoria não se restringem somente ao seu caráter de conteúdo material da riqueza, via valor de uso e valor de troca, mas também, e principalmente, pelo conteúdo social e histórico desta riqueza sob a forma de valor de uso e valor (CARCANHOLO, 2011). Um serviço, desde que sob relações capitalistas de produção, também se caracteriza como uma mercadoria, a mercadoria-serviço.

Mas, para nossos propósitos, o que mais nos interessa é a mercadoria-capital, que pode inclusive nos ajudar a melhor entender o capital fictício e os lucros fictícios. Esta forma de mercadoria se revela no livro III, mesmo que

de maneira não aprofundada, reforçando ainda mais a importância deste livro para a compreensão geral da obra, sendo o capítulo XXI, o do capital a juros, onde encontramos alguns elementos importantes, que serão abreviados aqui¹⁹.

Um elemento central que diferencia esta forma de mercadoria, a mercadoria-capital, é o fato de que ela não é consumida no ato da compra e da venda, como nas demais mercadorias, mas sim emprestada. E isso só se verifica exatamente porque a autonomização das formas funcionais do capital, descrita anteriormente, faz surgir funções específicas e autônomas de capitalistas que realizam empréstimos de dinheiro cujo valor de uso tem o potencial de se transformar em capital dinheiro. O empréstimo figura-se como essencial e se dá entre capitalistas diferentes, o prestamista e o mutuário, e o primeiro receberá, ao final do ciclo, uma fração da mais-valia sob a forma de juros.

¹⁹ Ao contrário do que possa parecer, e complementando as afirmações feitas no item anterior, nossa leitura acerca do capital a juros e capital fictício não resume esta primeira forma de capital a mera expressão e representação do capital produtivo na figura do capitalista em função, não o entendendo somente como simples forma reprodutora, financiadora, de atividades produtivas. Interpretá-lo desta forma seria imputar-lhe um caráter reducionista enquanto categoria complexa. Decerto, a nosso ver, o capital a juros, autonomização da forma funcional do capital dinheiro, do ponto de vista de seu ciclo, enquanto D-D-M-D'-D', como sempre frisamos, tem por pressuposto o processo de valorização produtiva, guardando, portanto, relacionamentos com a produção. E isto está posto em inúmeras e repetitivas afirmações de Marx, que ainda reforça, também em várias passagens, a necessidade de compreender o ciclo geral e os atos isolados de sua metamorfose. Ao mesmo tempo, do ponto de vista individual, do prestamista, sua relação aparece meramente como uma valorização fictícia contratual, ao ceder seu potencial de valorização, o valor de uso de seu dinheiro, ao mutuário por empréstimo, mas mantendo sua propriedade. Afirmamos estas indicações em vários trabalhos e mais recentemente em Mello e Sabadini (2019, p. 147): "conforme mencionado, tendo como pressuposto sua potência de autovalorização, por meio do investimento produtivo sob as condições impostas pela concorrência, o capital pode ser temporariamente alienado, sob a condição de garantir ao emprestador a percepção de juros, nas condições definidas previamente entre emprestador e o prestatário". Evidentemente, o fetiche encontra-se, neste momento, em forma mais desenvolvida, pelo próprio fato de que o capital fictício ainda estava por vir, na metamorfose contínua do capital. Ao assumir a forma de capital fictício, estará em grau autonomizado mais mistificado, já que se torna um capital que é ficção, irreal, portanto, inexistente na totalidade, tendo o capital a juros como pressuposto, em sua própria origem e desdobramento. Neste capital fictício o ciclo é encurtado para D-D', elevando seu fetiche a um grau de dissimulação e abstração ainda maior. Para chegarmos a estas indicações, desenvolvemos, em vários trabalhos, a análise da autonomização das formas funcionais do capital, bem como o percurso do aparecimento do capital, de sua substantivação, de suas contradições, negações e antíteses, caminhos estes de fundamental importância para a compreensão deste fetiche extremo.

Assim, “ao se formalizar, dando origem a um título jurídico, esse capital torna-se transacionável em mercados específicos. Essas e outras determinações que serão apresentadas na sequência são constitutivas do capital fictício, por conseguinte, uma forma que se origina e se desdobra do capital portador de juros, que comunga com ele algumas determinações, mas o nega em outros aspectos (MELLO & SABADINI, 2019, pp. 148-149).

E é, para Marx, este caráter específico de alienar seu dinheiro, que não cede sua propriedade e aparece sob a forma de títulos jurídicos, que dá o poder do dinheiro como capital em potência tornar-se mercadoria: “a forma de empréstimo que é peculiar dessa mercadoria – o capital como mercadoria –, que ocorre aliás somente noutras transações, em vez da forma de vender, já resulta da determinação de o capital aparecer aqui como mercadoria ou de o dinheiro como capital tornar-se mercadoria” (MARX, 1984b, p. 257).

Desta forma, o crédito que está pressuposto nesta intermediação, com o consumo do valor de uso da mercadoria emprestada, no caso agora sob a forma dinheiro, não faz desaparecer, como no caso da mercadoria-comum e da mercadoria-serviço, o seu valor de uso e valor. Ao contrário, ele tem o poder de multiplicação, que não possui base substantiva real, produtiva, desprovida de valor, caso do capital fictício. Por este processo, “o capitalista monetário aliena, de fato, um valor de uso e, por isso, o que ele entrega é entregue como mercadoria. E nessa medida é completa a analogia com a mercadoria enquanto tal. [...] A diferença consiste em que, no caso do empréstimo, o capitalista monetário é o único que entrega valor nessa transação; mas ele o preserva mediante a restituição futura” (*ibidem*, p. 264).

Se o desenvolvimento categorial caminhava entre a mercadoria, o dinheiro e o capital, agora o movimento nos leva novamente à primeira forma mais simples e não menos mistificada da riqueza, a mercadoria – só que uma mercadoria, como indicado anteriormente, *sui generis*, a mercadoria-capital. Um retorno ao início, porém sob bases diferenciadas. Desta forma, o ciclo se transforma, se retransforma e volta ao seu estágio inicial: M-D-C-M (mercadoria → dinheiro → capital → mercadoria). Como afirmam

Müller e Paulani (2012, p. 73), “ao contrário do movimento anterior, sintético, este é analítico, porque resultado da decomposição do capital global em suas partes (indústria e comércio, comércio de mercadorias e de dinheiro, dinheiro internacional e nacional, mera compensação financeira de transações mercantis e dinheiro de empréstimo)”, ressaltando a importância da autonomização do capital.

A mercadoria-capital adquire, portanto, importância crucial quando se observa o próprio processo desta autonomização sob a forma do capital fictício (D-D’), forma de capital esta que tem como marco uma valorização fictícia do capital, não criando, portanto, valor e mais-valia, porém exigindo remuneração que aparece sob a forma de juros e de lucros fictícios.

Se o pagamento pela via dos juros aos prestamistas evoca uma relação de antítese frente ao trabalho, na qual os empréstimos que rendem juros aparecem como se gerados por uma relação jurídica entre emprestadores e mutuários, a relação capital-trabalho aparentemente se esvazia e o caráter fetichista da mercadoria, agora sob a forma de mercadoria-capital, revela-se ainda mais complexa.

Mas os movimentos contraditórios não param por aí. A nosso ver, os lucros fictícios são apenas mais uma das formas de manifestação da tentativa de negação extrema, de inversão na acumulação, inversão esta presente desde os primeiros momentos contraditórios das formas do valor. Sabemos que as categorias em Marx vão se desenvolvendo e gerando internamente sua própria antítese a partir de suas contradições. Além da composição da unidade mercadoria, “o próprio processo e construção do valor-capital, ao passar da mercadoria, valor de uso, valor de troca, valor, formas de valor, dinheiro, capital, representa então uma constante negação e afirmação do processo evolutivo anterior das categorias” (SABADINI, 2019, p. 82). E esta dinâmica contraditória se apresenta em várias outras categorias, como no trabalho concreto e abstrato, na mais-valia absoluta, relativa e extra, na circulação e produção, no valor e no preço, na mais-valia e no

lucro, nos juros²⁰ e lucro dos empresários, no capital autonomizado que assume formas fictícias e, porque não, nos lucros fictícios. Este processo constitutivo das categorias, ao longo de toda a obra de Marx, nos indica que o entendimento de nossa sociedade enquanto totalidade deve partir de seus fundamentos contraditórios, num processo contínuo que revela a própria constituição do capital (MELLO e SABADINI, 2019).

Se os lucros fictícios representam um fetiche maior na busca pelo encurtamento do ciclo do capital industrial, já que originário do capital fictício sob a forma de renda, esta negação apareceria como o ápice, o ponto culminante da “independência” do capital; a antítese desta forma estaria completa, não sustentando a dinâmica de reprodução ampliada. Mas não podemos esquecer que sua existência só existe pela presença e pelo caminho paralelo ao processo de intensificação da exploração da força de trabalho, até mesmo para garantir a transferência de riqueza entre os setores.

É por isso que a realidade ilusória dos lucros fictícios, porém também existência real individual, manifesta e acentua as contradições e crises, crises estas que se intensificaram nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI²¹, apresentando em seu seio parcelas cada vez mais crescentes de riqueza fictícia, como Nakatani e Gomes (2014, p. 72) afirmam: “As contradições que se explicitam na atualidade resultam da extrapolação da natureza mais elementar da acumulação capitalista (a busca incessante pela produção e pela apropriação diferenciada da riqueza real excedente). Elas estão fundadas na produção e na apropriação, em escala nunca vista, de riqueza fictícia de várias modalidades [...]”.

Desta forma, “os lucros fictícios aparecem, na tentativa do capital de negar a teoria do valor-trabalho, como contraditório e insustentável, reafirmando a dinâmica da acumulação em momento posterior. A negação, ou tentativa pelo menos, da identidade capitalista entre a massa de valor e o lucro

²⁰ Discutimos os determinantes da taxa de juros e sua inversão em Sabadini e Nakatani (2020).

²¹ Usamos deste instrumental em Carcanholo e Sabadini (2010) para discutir as crises mundiais recentes.

global pela via dos lucros fictícios caracteriza assim a sua antítese máxima com os lucros ‘reais’, sendo mais uma forma nas já anteriormente citadas” (SABADINI, 2019, p. 86). A sua negação não se completa totalmente, em escala global, mas manifesta a dinâmica contraditória do próprio movimento do valor-capital, já que os lucros fictícios expressam a totalidade contraditória, insustentável por si só, do próprio sistema, sendo lucros transitórios e relacionados principalmente aos movimentos especulativos dos ativos. Vejamos agora alguns traços do segundo caminho.

O segundo momento propositivo dos lucros fictícios parte da necessidade, também não descrita em trabalhos anteriores, de encontrar uma melhor apreensão metodológica para entender o seu desenvolvimento lógico-histórico. Se, por um lado, o recurso metodológico da compreensão da totalidade foi utilizado de maneira adequada para concebê-los, por outro, sentiu-se a necessidade de melhor qualificar este processo.

Ou seja, se os lucros fictícios se apresentam como uma particularidade do capitalismo contemporâneo relacionados ao capital fictício, sua demonstração lógica não pode estar associada somente por esta aproximação, ao mesmo tempo que sua demonstração histórica também não pode se dar pela simples observação dos dados empíricos de seu crescimento, caminho este não trilhado em nossos trabalhos. E a proposta sugerida para ampliar o objeto desta análise encontra-se pautada na descrição de Marx sobre a “universalidade, particularidade e singularidade” (TEIXEIRA & SABADINI, 2021).

Seguindo estes passos, indica-se em Teixeira e Sabadini (*ibidem*) que a produção, e sua conseqüente criação de valor e mais-valia, é pertencente à universalidade, ao mesmo tempo que na particularidade encontramos o momento de distribuição e de troca, de circulação, tendo a singularidade como momento de unificação das frações dos diversos capitais autonomizados, quando os lucros fictícios se expressam a partir da existência do capital fictício em seus variados formatos, como nos títulos da dívida, nas ações, envoltos na “capitalização” (MARX, 1985).

Levando em consideração os três níveis propostos acima, e tendo como pressuposto a necessidade de continuar a articulação e a distinção entre o individual e a totalidade, sugere-se que a análise orgânica destas dimensões é que permitirá a compreensão da natureza dos lucros fictícios, na qual, tomando-se por base o nível da singularidade, eles realmente são meramente fictícios na totalidade (TEIXEIRA & SABADINI, 2021). Indica-se, também, uma analogia mais detida da relação entre a lógica e a história, num esforço de mostrar a relação simbiótica entre elas, na qual a lógica precisa da história, da mesma maneira que a história necessita da lógica.

Assim, sua valorização fictícia não deve compreender e se ater somente aos movimentos especulativos do capitalismo contemporâneo. De fato, sendo algo a ser mais investigado, o caráter do capital fictício e dos lucros fictícios guarda, como insistimos em momentos anteriores, a necessidade de compreensão da própria dinâmica de surgimento e desenvolvimento das categorias, como a mercadoria e o dinheiro, como formas de capital, e de sua expressão no valor-capital, agora já substantivado. Esta indicação é importante para sinalizar ao fato de que os lucros fictícios, que constituem uma abstração, ao menos do ponto de vista global, têm a capacidade de salientar aspectos particulares do capitalismo atual, revelados a partir dos intensos e crescentes movimentos de crise que se manifestaram em especulação crescente.

Se, anteriormente aos 1970, os lucros fictícios se identificavam de forma ocasional, mesmo que presentes nas etapas históricas do capitalismo, na contemporaneidade eles se tornaram expressão representativa (*ibidem*). Desta forma, os lucros fictícios, como tentamos apontar anteriormente, estão presentes na própria origem do capital, em que pese os momentos históricos distintos.

Integrados à própria noção de capital fictício, os lucros fictícios passaram então a alterar mais fortemente a dinâmica recente do padrão de acumulação capitalista, intensificados pelas próprias políticas neoliberais de abertura econômica, que funcionaram como instrumento de sua propagação. E

para sua revelação, seus relacionamentos lógico e histórico também devem pautar sua compreensão e existência, sinalizando para o fato da necessidade de aprofundar a gênese lógica de sua origem.

4. Considerações finais

Procuramos aqui indicar algumas trilhas caminhadas por nós no processo coletivo de discussão em torno das categorias capital fictício e lucros fictícios. Em meio a profundas transformações verificadas nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, quando o capital fictício passa a interferir de forma mais proeminente na dinâmica da acumulação capitalista, e diante de um contexto histórico de intensificação dos movimentos especulativos e de manifestações recorrentes de crises capitalistas como crises financeiras na economia mundial, sendo a de maior amplitude a de 2008-2009, acreditamos que os lucros fictícios, advindos do capital fictício, podem contribuir para a compreensão de alguns destes movimentos no capitalismo contemporâneo.

Se o capital fictício expressa a negação da negação em grau extremo, os lucros fictícios, realizados individualmente e idealizados na totalidade, dissimulam ainda mais a exploração da força de trabalho, mistificam ainda mais os lucros na órbita da produção e circulação capitalista. Como rendimento advindo do capital fictício, os lucros fictícios podem servir, portanto, como uma ferramenta mais complexa na tarefa de entender os movimentos contraditórios do capital, movimentos estes que se emaranham num tecido dinâmico e que envolvem mutações teóricas em contextos históricos específicos. Daí a necessidade constante de desvendá-los em meio às metamorfoses e antíteses categoriais.

Marx, apesar de não ter finalizado sua obra principal e ainda que no século XIX, nos deixou um grande legado teórico, que, com base em sua crítica da economia política, contribuiu para, além de romper com visões estáticas da

“economia vulgar”, sinalizar para o entendimento das possíveis mutações do capital na busca incessante de sua valorização.

E como procuramos enfatizar, o nosso processo de discussão destas categorias aqui tratadas aconteceu *pari passu* ao próprio nascimento e crescimento da SEP, sendo nossa sociedade, portanto, um importante espaço de discussão no âmbito tanto da economia política quanto no de sua crítica.

Referências

- CARCANHOLO, Reinaldo A. "O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro", *Revista da SEP*, n. 8, pp. 26-45, 2001.
- _____. "Sobre a ilusória origem da mais-valia", *Crítica Marxista*, n. 16, pp. 76-95, 2003.
- _____. (org.). *Capital: essência e aparência*, v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. "Riqueza fictícia e a grande depressão do século XXI (sobre as categorias teóricas de capital fictício e lucros fictícios)". In: CARCANHOLO, R. (org.). *Capital: essência e aparência*, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CARCANHOLO, R. & NAKATANI, Paulo. "O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização", *Ensaio FEE*, v. 20, n. 1, pp. 284-304, 1999.
- CARCANHOLO, R. & SABADINI, Mauricio de S. "Capital fictício e lucros fictícios", *Revista da SEP*, n. 24, pp. 66-84, junho 2009.
- _____. "Interprétation théorique de la crise capitaliste actuelle", *La Pensée*, n. 364, pp. 7-21, oct./déc. 2010.
- GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital*, livro I, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O Capital*, livro II. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.
- _____. *O Capital*, livro III, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.
- _____. *O Capital*, livro III, tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MELLO, Gustavo M. de C. & SABADINI, Mauricio de S. "Profit, Interest, Rent, and Fictitious Profit". In: MELLO, Gustavo M. de C. & SABADINI, Mauricio de S. (ed.) *Financial Speculation and Fictitious Profits: a Marxist Analysis*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019, pp. 139-181.
- MÜLLER, Leonardo A. P. & PAULANI, Leda M. "O capital portador de juros em O capital ou o sistema de Marx", *Trans/Form/Ação*, v. 35, n. 2, pp. 69-92, maio/ago. 2012.
- NAKATANI, Paulo. "A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho", *Revista Análise Econômica*, ano 19, n. 35, março 2001.
- NAKATANI, Paulo & CARCANHOLO, Reinaldo. "Capitalismo especulativo y alternativas para América Latina", *Herramienta(on-line)*, 2007. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=479>.
- NAKATANI, Paulo & GOMES, Helder. "A natureza e as contradições da crise capitalista", *Revista de Políticas Públicas*, Número Especial, pp. 71-83, julho 2014.
- NAKATANI, Paulo & MARQUES, Rosa M. *O capitalismo em crise*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- PRADO, Eleutério F. S. "Da controvérsia sobre o dinheiro mundial inconvertível", *Revista da SEP*, n. 35, pp. 129-152, junho 2013.
- SABADINI, Mauricio de S. *Le capital fictif et ses effets sur la macroéconomie et sur le monde du travail au Brésil*. Tese (Doutorado em Economia) – Université Paris I Panthéon-Sorbonne, Centre d'Économie de la Sorbonne (CES), novembre 2008.
- _____. "Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx", *Economia e Sociedade*, v. 22, n. 3 (49), pp. 583-608, dezembro 2013.
- _____. "Sobre o conceito de capital financeiro", *Temporalis*, ano 15, n. 30, pp. 71-92, jul/dez 2015a.

_____. “O capital fictício e suas formas: lucros de fundador, diferencial e fictício”. In: GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015b, pp. 161-204.

_____. “A teoria do valor-trabalho em Marx, os lucros fictícios e as crises capitalistas recentes”. In: ARANCIBIA, Juan & LÓPEZ, Alejandro (coord.). *Teoría del valor y crisis*. México: UNAM/UAZ, 2019, pp. 63-88.

SABADINI, Mauricio de S. & NAKATANI, Paulo. “A respeito das taxas de lucro e juros em Marx”, *Revista Análise Econômica*, v. 38, n. 76, pp. 55-74, jun. 2020.

TEIXEIRA, Adriano L. A. & SABADINI, Mauricio de S. “Marx and the category of fictitious profits: some notes on the Brazilian economy”, 2021 (no prelo).

JOÃO LEONARDO MEDEIROS

PURGATÓRIO-21
(CURTÍSSIMO CONTO TEOLÓGICO-METODOLÓGICO)

PURGATÓRIO-21¹ (CURTÍSSIMO CONTO TEOLÓGICO-METODOLÓGICO)

Talvez daí, da força dos textos, provenha o baralhar atual entre história e estória, pois a história decerto tem seu curso, impõe suas condições e produz seus efeitos, mas a história é apreendida por meio de umas tantas estórias e as estórias movem os seres humanos, de sorte que estes agem sob o efeito de ambas, história e estória, fazem história sob a pressão anônima da história e informados pelas estórias que se contam sobre a história, de tal modo que as estórias determinam a história e a história determina as estórias.

Mario Duayer

Consta que o metodólogo da análise econômica estava prestes a ingressar no Céu. Vinha preocupado, consternado com as consequências desastrosas de seus atos pecaminosos, pecados que julgava serem suficientes para posicioná-lo no lado direito de Satanás, nos quintos dos infernos. A preocupação não era com os pecados, digamos, privados. Fora um

JOÃO LEONARDO MEDEIROS

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxista e atual Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política.

¹ Esse artigo tem o propósito de homenagear Mario Duayer, que certamente não se ofenderia com o descarado plágio estilístico de um de seus inesquecíveis trabalhos, entre outras razões porque o texto original já era um declarado plágio estilístico (segundo Mario, em parte de Saramago, em parte de Borges). Escrito, ao que me lembre, no ano de 1997 e publicado na Revista da SEP número 2, de junho de 1998, “Purgatório (Curto Conto Teológico-Metodológico)” é considerado um marco da reflexão original de Mario Duayer no campo da filosofia da ciência econômica. Sem a pretensão de alcançar a qualidade irreprodutível do consagrado trabalho, espero que o resultado ao menos faça os leitores recordarem da genialidade e da ousadia intelectual de Mario. Também devo dizer que não foi sem hesitação que publiquei um texto sobre a morte no contexto de uma pandemia que ceifou centenas de milhares de vidas só no Brasil, inclusive a do próprio homenageado. Espero que não seja tomado como ofensa, mas sim como uma necessária reflexão sobre as condições ideológicas que contribuíram para gestar a barbárie em que vivemos, uma realidade que se iguala às distopias mais tenebrosas.

bom homem. Correto, leal, tolerante, honesto, democrático. Como todo ser humano, tinha naturalmente se deixado levar por algumas fraquezas, um exagero em substâncias aqui, uma desimportante infidelidade acolá, uma trapaceada no campeonato de xadrez da escola, coisas do gênero. Nada pesado a expiar, nenhuma ofensa grave, nenhuma acusação que pudesse ter maculado seu funeral, tão concorrido, lotadíssimo, com tanta lágrima, com tanta coroa de flores, com tanto discurso comovente. O que poderia lhe tirar o habitual bom sono, se algo como isso ali ainda houvesse, seria aquilo que fez como professor, pesquisador, polemista. Fora um daqueles que se julgavam intelectuais engajados, mas que nada mais fizeram que entusiasticamente descascar a verdade como uma banana para que fosse amassada por cientistas sociais e até da natureza e, ao lado deles, por charlatães de toda espécie, laicos e religiosos. Caldeirão não é um bom pensamento para quem teme acabar no Inferno, mas adequado para a sentença que recorda que foram os tais charlatães que aqueceram o caldeirão do irracionalismo e, com ele, – foi sua última reflexão antes de deixar o plano inferior – do retorno do fascismo e de outras barbaridades. Talvez, se as figuras divinas que por ele certamente aguardavam concedessem-lhe a graça da defesa, conseguiria algum alento para o seu inglório destino final e perpétuo lembrando-lhes da condição cultural de sua época, de seu apego a determinados valores, inclusive político-ideológicos, mas sobretudo de sua preocupação em salvar jovens estudantes, meninas e meninos, sufocados por prescrições rígidas, procedimentos analíticos rigorosos, testes e mais testes e mais testes, modelos e mais modelos e mais modelos, mentes antes livres agora oprimidas pelas deduções, induções, hipóteses e novamente testes. Pensara ser sua única salvação. Havia algo mais no mundo que o rigoroso método científico. Quem teria lugar de fala mais bem posicionado e falante do que o de um professor de metodologia de uma ciência arrogante como a *Economics* para demonstrar que a poesia importa, que a arte importa, que a cultura local importa, que tudo isso fala a “verdade” do mundo em condição de igualdade com a pretensiosa ciência? Sua tênue esperança era que, por alguma razão que naturalmente não seria a ignorância, mas

que talvez pudesse ser a misericórdia, fosse-lhe dado o direito de usar o que havia exercitado e ensinado por muitas décadas: a capacidade retórica, a habilidade em manejar narrativas.

Fiava-se, portanto, que o juízo final fosse mesmo um juízo e não apenas um final. Enquanto tais pensamentos esperançosos, mas inseguros, ocorriam-lhe no que outrora chamaria de cabeça pensante – mas como falar da cabeça pensante de alguém que, a rigor, não tem mais cabeça, nem tronco ou membros?–, finalmente vislumbrou – sabe-se lá como, pois sem cabeça para guardar pensamentos, também não havia onde meter olhos ou ouvidos – uma figura desconcertante. A imagem de anjo que trazia da vida mundana era aquela das pinturas renascentistas, o que sempre lhe causou certo asco, pois anjo era sempre menino, sempre branquíssimo e ainda por cima loiro com cabelos cacheados, uma espécie de CEO em gestação, o que significa dizer que só homem rico ou quase isso podia ser anjo no lugar em que nasceu e cresceu. Mas eis que surgiu diante de si – e já sabemos que não sabemos como – uma mulher negra, que soube ser anjo apenas porque carregava, na imagem formada no éter ou o que quer que fosse, asas inconfundíveis. Trazia conforto, de certo modo, a imagem, mas não a ponto de esquecer que seu *lattes* estava carregado de provas, parecendo uma delação premiada em forma de currículo, bastando um confere nos títulos dos trabalhos ou nos resumos das pesquisas para constatar sua inegável culpa no cartório. Cartório era uma palavra certamente inapropriada para tão santificado ambiente, mas em conformidade com o que supunha ser o destino reservado para si, sobretudo se seus pensamentos sem cabeça não pudessem sair do que só podia ser, por coerência linguística e lógica, uma boca sem cabeça. Entre o Céu e o Inferno, estava a sua boca, ou o que a representasse no *post mortem*.

Mas quem vocalizou sem boca real-concretafoi a senhora anjo, ou anja, deveríamos dizer com correção. Ou ainda anje ou anjx, posto que, como todos sabem, ou todas, ou todes, ou todxs, anjo, anja, anje, anjx, não tem sexo, gênero ou orientação sexual. A figura era sem dúvida feminina, mas se não

havia de fato uma figura em condição de anje não caíde, mas subide ou suspense, como é que essa figura poderia ser feminina? Pensou na cabeça que pensa sem ser cabeça, sua não-cabeça, que tal pensamento só lhe ocorreu porque se trata de uma mulher e negra, pois se tivesse a forma asquerosa do anjo-protó CEO, jamais teria refletido sobre a conformidade entre imagens. Com isso tudo de anjo, anja, anje, anjx, o que se operou, no entanto, foi algo que de milagreiro não tem nada, sendo antes tão corriqueiro em vida terrena quanto passar manteiga no pão, isto é, a interrupção da fala de uma figura negra feminina. Mas a anje não precisava de autorização ou imposição em ambiente celestial no qual a fala predominante é sempre, com o perdão da tautologia, a de quem possui uma posição celestial hierarquicamente superior. Se ainda se tratasse de um apóstolo ou do Senhor em presença inesperada, não haveria boca de anje aberta, mas contra um ex-mortal, agora morto e ansioso, bastava dizer e pronto. E disse: o juízo foi feito e serás encaminhado ao Céu, após curto estágio de preparação naquilo que se convencionou chamar de Purgatório.

O professor era chegado a ditos populares antes de juntar os pés no caixão, de modo que não lhe saiu da cabeça uma máxima muito conhecida e ademais apropriada para a situação, aquela que relaciona o tamanho da esmola à desconfiança do santo. Escolheu, com o zelo de um filólogo, as palavras adequadas para que não exalasse, por algum orifício de seu corpo moribundo, a impressão de desfeita à anje, aos demais querubins, sefarins, santes, apóstoles e tudo mais até o Senhor – a quem não ousaria chamar de Senhora, pois se tomado como ofensa poderia reverter a dádiva que acabara de receber. Encadeou cinco ou seis hōsanas no pensamento etéreo e alegou cautelosamente que não poderia ficar num espaço sem tempo e num tempo sem espaço sem conhecer as mais sagradas razões que instruíram a decisão dadivosa. Antes mesmo que o raciocínio tomasse o rumo final na estrada da eternidade interveio a anje com o comunicado de que, sim, era um juízo, sim, era final, mas não, não era irreversível. Quando encaminhamos ao Inferno, disse a sagrada figura, refletimos uma última vez antes de corroborar a sentença com a chancela divina e, em situações extremas, oferecemos ao

pobre candidato a capacho de Satanás a oportunidade de fazer juízo de tanto pecado. Permitia-se, com isso, que se apontasse um indício de arrependimento em vida que certamente não teria passado despercebido ao sagrado e perfeito juízo, mas que, por alguma razão daquelas que não poderíamos alcançar, teria sido relegado ao segundo plano. Com tudo o que em Terra se faz colocando-se o Senhor no meio, ele realmente já está de saco cheio, se me concedem o perdão da indelicadeza. De todo modo, trata-se, no caso, de um destino mais nobre, de maneira que há espaço relativamente amplo para perguntas e respostas.

Mas é preciso que algo esteja muito claro, prosseguiu a anje. A iluminada figura fez uso de um rosário inteiro de palavras para transmitir uma mensagem que pode ser sumariada tomando-se por base uma sentença-chave: o Céu é relativo à crença terrena. A relatividade em questão não se refere, contudo, aos lugares-comuns do aquém-Além, segundo os quais o Céu cristão é pura branquitude e calmaria das nuvens, enquanto o paraíso islâmico é um harém abarrotado de virgens para os homens e sabe-se lá o que para as mulheres, o dos judeus, isso, o dos ciganos, aquilo. Isso tudo não passa de bobagem mundana que não resiste à primeira trombeta do apocalipse. O ponto, para dizê-lo sem circunlóquios, é que o Céu é relativo às crenças individuais, idiossincráticas, aquelas que não vazam de uma cabeça à outra, mas que são determinadas pelas culturas, diversas e mutáveis como são. Então o Céu é regido pelo manifesto anarquista de Feyerabend, supôs o outrora professor, sem expressar a ideia em forma discernível, como se pudesse guardar segredo. Claro que não, rechaçou a anje, pois Feyerabend falou isso da boca para fora nos anos 1970. De fato, já na década de 1990, como sabem aqueles que tiveram a paciência de acompanhá-lo até lá, encontrava-se temente como o coroinha que chamou a hóstia de pão ázimo, percebendo-se como o carrasco que havia produzido uma chacina cultural. Procurou, ainda que tola e tardiamente, expiar sua culpa. Em tom grave e solene, a anje descreveu Feyerabend como uma alma aprisionada numa figura esquisitíssima, que mais parecia um centauro da filosofia da ciência. Se corpo houvesse, Feyerabend seria *demi Mach*, *demi Latour*, metade

fanático racionalista, metade rigoroso irracionalista, positivista e culturalista, razão pela qual segue se percebendo como Feyerabend, mas sendo percebido como Schlick.

Quanto ao Céu, com todo aquele floreio, o que a mensageira do Senhor pretendia dizer é que o morto-metodólogo, mortodólogo – neologismo conveniente, posto que se trata do metodólogo de uma ciência há muito defunta –, deveria buscar não apenas nas crenças que cria, mas sobretudo nas que professava, a figura do celeste destino. Não foram poucas as aulas, palestras, conversas, videoconferências e que tais que havia tentado convencer interlocutores de todas as procedências e titulações de que, digamos, a química não tinha realmente capacidade de se arvorar como uma forma de consciência superior em termos de representação do mundo com relação à alquimia. Não importa realmente se, em seu íntimo, com a cabecinha no travesseiro, acreditava ou não que os materiais a partir dos quais se produziu tanto celular, tanto chiclete, preservativo, tinta, manta asfáltica, remédio, cotonete etc. etc. etc. poderiam ter sido desenvolvidos com o “saber” alquímico. Se não cria, parecia crer. A mudança derradeira e tardia de opinião, ou paradigma, poderia ser dito, não havia passado despercebida ao Senhor – posto que nada passa –, mas o memorial preparado para defesa no juízo final é igual àquele preparado para alcançar a prestigiosa posição do professor titular: vale o conjunto da obra. E o conjunto da obra tinha uma inclinação predominante facilmente discernível, que ressoava como um encantamento pelas linhas curriculares.

A linguagem, para ir diretamente ao que importa, foi percebida e descrita como um caramelo, que amolece à medida em que é esticada e que – também vale a recíproca – é esticada à medida que amolece. A metáfora caramelizada, embora doce, talvez seja por demais dura, de modo que é melhor falar logo que a linguagem sempre foi percebida como passível de uma manipulação ilimitada, como se pudéssemos, de modo regular na irregularidade, descrever algo aqui como x porque queremos a ; e descrever o mesmo algo ali como o seu oposto, y , porque queremos b . Ainda que

conseguíssemos assim obter *a* e *b*, seria difícil convencer alguém sóbrio que *x* e *y* poderiam ser a descrição de um mesmo algo, sendo antes opostos, a não ser que este alguém não estivesse mesmo sóbrio ou fosse antes convencido de que tanto faz, desde que se obtenha o que se quer. Sobraria apenas para os pobres dos dicionaristas que tivessem que registrar essa linguagem, pois na ausência de conceitos universais e abstratos, cada verbete seria infinito conforme as infinitas possibilidades singulares de sua manifestação. Esse relativismo extremo, que julga cada palavra como uma potencial arma de destruição em massa das culturas, foi justificado pela extrema tolerância com minorias de toda ordem. Pois bem, o Céu de um extremo tolerante, extremamente tolerante será.

Se isso não parece mal, ou mau, ou mal mau, é porque falamos de minorias como se soubéssemos quem são, do mesmo modo como sabemos rezar o pai nosso, crendo ou não. Tomando o conjunto da humanidade, os nazistas não formam uma minoria? Estarão perto de si em seu Céu tolerante e não como penitência, mas como homenagem póstuma a ideias hoje para lá de vivas, que foram ressuscitadas em Terra com o auxílio luxuoso do caramelo linguístico. Alto lá, exaltou-se, mas também se animou o professor, certo de que entrara num terreno confortável para a autojustificação. Fez soar o tal “Alto lá” tão alto e tão lá que a anje teve de conter os demais querubins, serafins e afins, que já perdiam a paciência com o prolongamento de caso tão simples de concessão de graça numa época em que a antessala do Além estava abarrotada de almas, a ouvirem a interpelação que de antemão conheciam, só para que fosse pronunciada por quem de direito. Mas a tolerância, e agora finalmente superamos o lá de “Alto lá”, só pode ser exercida com tolerantes e não com intolerantes, sendo essa a conhecida regra de ouro da tolerância – uma pausa reverencial preparou a entonação da palavra mágica com tanta graça que pareceu mesmo sair da boca inerte enterrada a sete palmos – *de-mo-crá-ti-ca*. Não fosse coisa divina, sagrada, obra do Senhor, diríamos que o mortodólogo havia entrado numa arapuca preparada pela anje. Seguiu-se então uma longa lista incômoda, enumerada pela sagrada mulher negra, da qual extraímos um pequeno trecho. Os presidentes dos

EUA foram tolerantes? Por que bombardearam o Japão, a Coreia, o Iraque, o Afeganistão, a Síria, tocaram fogo diversas vezes na América Latina, ergueram muros e que tais, segregaram famílias, mantiveram impunes os racistas? E o caso do primeiro-ministro inglês que era, em vida, antes de morrer em vida, o nome x da tolerância e o nome intolerante y do mercado, para não falar das mentiras bélicas, assunto mal esclarecido lá no aquém-Além, mas bem conhecido aqui? E os tolerantes intelectuais brasileiros que difundiram e ainda difundem a fantástica teoria da de-mo-cra-cia racial, segundo a qual os que estupraram se congraçaram de-mo-cra-ti-ca-men-te às que foram estupradas? Desçamos bruscamente para a vizinhança acadêmica. Os colegas de departamento foram tolerantes? Por que apoiaram ostensivas perseguições ideológicas mascaradas por critérios acadêmicos convenientemente discricionários? Por que se calaram diante da retirada de direitos dos mais miseráveis, da santificação do austericídio, por que esconderam suas atividades, digamos, de prospecção aurífera com picaretas acadêmicas sob a forma de projetos de pesquisa? Poderosos de Wall Street são uma minoria. Bilionários são uma minoria. Professores de filosofia da ciência relativistas são uma minoria. Acionistas de conglomerados são uma minoria. Supremacistas brancos são uma minoria. A hierarquia do poder, por definição, faz do topo uma minoria, e pode ser que todas as minorias elencadas (e outras tantas da lista da anje que foram omitidas por economia de escala), *inclusive os supremacistas brancos*, encontrem abrigo na de-mo-cra-cia. Uma longa vida quase toda dedicada à tolerância de-mo-crá-ti-ca não poderia senão culminar num Céu *de-mo-crá-ti-co* e ademais *to-le-ran-te*, capaz de abrigar quantas crenças se queira, bastando torcer o caramelo da linguagem para que y torne-se x e se restabeleça a “verdade”.

O mortodólogo quase soltou outro “Alto lá”, para deixar claro como véu de noiva, que não falava *destas* minorias, mas de minorias realmente minoritárias, como os povos originários que restaram nas Américas, supondo que fossem os tais amazônicos de que falava Rorty. Nem bem o pensamento ressoou em sua não-cabeça e a anje já recordou que esses povos foram um dia maioria onde viviam, antes de terem sido exterminados, como hoje o

são trabalhadoras e trabalhadores de todas as qualidades. O problema é que, prosseguiu a anje, certamente para fazer troça do mortodólogo, na ausência de critérios objetivos, como distinguir, entre as minorias, aquelas que são realmente minoritárias, ou ainda, como aferir, a não ser pela mera quantidade de almas, aquilo que determina o minoritário? Podemos falar de coisas sagradas, para caminhar num terreno que agrada ao Senhor, e aqui recorro uma história que vem bem a calhar. Lembremos de Jó, que em coisa de um espirro de Satanás passou de “homem mais rico do Oriente”, pai de sete filhos e senhor de muitos escravos, a um defunto em vida, apenas para que o Senhor comprovasse ao anjo ruim que havia algo como a fé inabalável. Que não se conteste a forma escolhida pelo Senhor para comprovar o poder da fé e seu próprio poder, mas, cá entre nós, parece ter havido ali um certo exagero, o que só comprova que até a perpétua existência do Senhor conta com suas oscilações, senão de humor, ao menos de paciência. Se humano fosse, diríamos que o Senhor estava, àquela época, com a autoestima em baixa e carente de autoafirmação, tendo inclusive recheado versículos do texto sagrado com carteiradas de toda ordem. Mas sendo a Autoridade que é, somos obrigados a reconhecer que queria apenas escrever por linhas muito tortas, e assim o fez, ao permitir que Satanás privasse Jó de tudo o que antes lhe sobrava, inclusive a saúde. Muito se refletiu sobre as vítimas da santificada aposta do Senhor contra Satanás, sendo Jó em geral apontado como exemplo de impávido sacrificado, estoico por sua própria natureza. Há quem se penalize com os três amigos de Jó, que foram tentados por Satanás e soltaram da língua infâmias terríveis, que lhes custaram uma indefinida temporada no verão no *resort* maligno. Não se esquece, também, o infortúnio da esposa, que não só perdeu os filhos todos, como foi obrigada a viver com um marido miserável, chaguento e, como se não bastasse, de mau hálito. E são mesmo vítimas, fluiu na não-cabeça do mortodólogo, tentando em vão reprimir um juízo que poderia soar hostil ao Senhor. A anje, naturalmente, captou o sentimento, mas fez pouco do caso e concentrou-se no fundamental. O incrível, fez ressoar a alma elevada, é que os sete filhos de Jó e seus inúmeros escravos não sejam regularmente incluídos na conta.

De fato, os primeiros foram mortos e, quando o Senhor restituiu a Jó outros filhos em número ainda maior do que havia antes, não foram *aqueles* sacrificados na santificada aposta. O raciocínio angelical prosseguiu, agora observando que também não se aventa o fatode os escravos serem, como escravos, vítimas *de Jó* já antes mesmo de seu sacrifício. Com isso, não pretendia a anje levantar uma discussão teológica ou de justiça divina, sobre a qual somos todos ignorantes, mas apenas mostrar que a banana amassada da verdade, ou o caramelo linguístico, não oferece nenhum critério para dizer quem, entre o senhor de muitos escravos, sua esposa, seus amigos, seus nababescos filhos sacrificados e os próprios escravos, deve ter a voz amplificada pelos bem-aventurados filósofos que eventualmente falem em seu nome. A anje trazia então uma lição preciosa: se não se pode usar nada no lugar daquilo que um mortal, Putnam, chamou de olho de Deus, a disputa entre quem terá ou não voz nas comunidades de-mo-crá-ti-cas e to-le-ran-tes será – agora sim falamos como nosso mortodólogo – uma disputa entre narrativas. Não poderíamos deixar de registrar o curioso fato de que a anje tenha, neste preciso momento, buscado inspiração em um pensador herético, e ademais ateu, para fechar a conferência semiteológica, semiontológica, semilógica com a conclusão de que a disputa entre narrativas é uma questão decidida na prática e, se a prática é dilacerada em oposições viscerais de diversas ordens, vale a força.

O mortodólogo já estava quase resignado a viver no Céu to-le-ran-te, de-mo-crá-ti-co e nar-ra-ti-vo, mas decidiu apostar alto o destino da própria alma. Só de curioso indagou como seria o Inferno, considerando que o Céu assim já lhe parecia. A anje prontamente esclareceu que o Inferno de um rigoroso irracionalista tem a mesma configuração do Céu de um fanático racionalista, com a diferença de que, como Inferno, representa para quem lá escorrega um flagelo medonho e não uma glória santificada. Para que não pairasse dúvidas sobre a imagem do suplício, a anje prosseguiu dizendo que o Inferno se parecia com a sedução desgastada das explicações de Popper, para quem a verdade era a cenoura que se mantinha sempre distante, por mais que corrêssemos em sua direção com nossos rígidos calçados

metodológicos. A alma que escorrega para esse destino, tendo-o como uma punição e não como recompensa, cumpre o perpétuo sacrifício do cálculo eterno, convertendo-se ela mesma na premissa de um modelo que emprega os mais complexos métodos para revestir com a aura da neutralidade científica as conclusões que se conhece de antemão, todas elas carregadas daquilo que negam. Na não-cabeça do mortodólogo prontamente se formou a imagem de seu próprio professor de filosofia da ciência, que gastou um semestre inteiro para enfiar-lhe na cabeça real-concreta, a do estudante vivo, os sofisticados estratagemas de eliminação da temida metafísica e outro semestre inteiro para demonstrar que os sofisticados estratagemas de eliminação da temida metafísica não eram capazes de eliminar a temida metafísica, de modo que não restava alternativa senão admitir que aqueles procedimentos complexos eram apenas recursos narrativos e/ou pragmáticos. Considerando a companhia que lhe aguardava no seu Céu culturalmente determinado, o complexo modelo infernal figurava como uma tentação. Como sabidamente tentação é o *business* do Capeta, de pronto supôs que se tratava de uma armadilha para que fosse trancafiado com as mesmas figuras abjetas, mas agora transsubstanciado, mediante um mergulho nas águas de Letes, numa alma técnica, complexa, científica. Isso o fez de pronto recordar as mentes técnicas, complexas e científicas de mulheres e homens que serviram no aquém-Além como reguladores devazão das câmaras de gás de Auschwitz, projetistas de cadeiras elétricas, serviçais da indústria armamentista, negacionistas do aquecimento global, inventores de pesticidas cancerígenos, financistas de agências de *rating* e outras prestigiosas funções *técnicas*.

O mortodólogo quedou-se tomado de pavor, sentimento que teria provocado um frio na espinha caso houvesse uma espinha ainda quente para ser resfriada. Céu e Inferno pareciam-lhe algo ainda pior do que opostos igualmente indesejáveis; pareciam-lhe os tais x e y que revestiam com letras distintas a mesmíssima coisa conforme o a e o b almejados e perseguidos em vida ou, para ser preciso, no pós-vida. A anje irrompeu bruscamente no éter com uma imagem tão resplandecente que até morto perceberia, sendo

este mesmo o caso. Seu enfático espectro se conciliava com a resoluta decisão de pôr fim à querela que mobilizava a si e outros anjes e santos para lidar com uma única alma dentre as milhares que invadiam o Purgatório naqueles dias agitados. Se não percebes o Céu como o contrário do Inferno, comunicou com alguma solenidade, é porque o tardio arrependimento não foi suficiente para enxertar em sua alma aquilo que faltou não apenas em sua cabeça real-concreta de metódico irracionalista mas também em seus pensamentos mais prosaicos. A anje referia-se à conhecida dialética, que, em vida, o mortodólogo sempre encarou como o alho que afugenta o vampiro, ainda que tentasse mascarar o asco enfiando a palavra aqui e ali num daqueles artigos de prospecção aurífera que recheavam o lattes da delação premiada. Realmente jamais havia passado em sua cabeça real-concreta, quando vivo, ou em sua não-cabeça, no curto período de morto, a ideia de que Céu e Inferno são contrários dialéticos, irmãos siameses que conformam em sua oposição a dinâmica da eterna morada. Isso não seria possível porque não havia aprendido a pensar a partir das oposições reais, inclusive entre culturas diversas, mas sempre a partir dos olhares culturalmente determinados e sempre circularmente justificados pela determinação cultural.

Acontece que, como havia enfim trazido à consciência o mortodólogo em seus últimos dias no aquém-Além, a resolução pela determinação cultural num ambiente to-le-ran-te e de-mo-crá-ti-co pode dar abrigo e justificativa aos mais insensatos projetos e às mais violentas realizações, desde que a insensatez e a violência estejam bem munidas de armas do dinheiro e do poder na luta pela verdade e nos conflitos de toda ordem. A tardia reflexão autocrítica não chegou a tempo para que pudesse tomar ciência e arrepende-se do único pecado realmente capital para um mortodólogo, o de mascarar que a razão serve apenas a um propósito, a crítica, e a crítica somente para um propósito, a luta. O mortodólogo havia recusado a luta porque era intolerante e potencialmente sangrenta, como se a to-le-rân-cia de-mo-crá-ti-ca fosse amistosa como o Céu dos anjos-protó CEOs. Havia evitado as posições mais firmes porque elas impediam o diálogo, como se pudesse haver alguma interlocução saudável e profunda em linguagem amena entre

um morador de rua e um rico engravatado de Wall Street, entre uma vítima de feminicídio e seu algoz, entre um supremacista branco e uma pessoa de pele negra, entre um transfóbico virulento e uma mulher trans, entre um fanático religioso e um ateu. Havia rechaçado o radicalismo, como se não fosse extremamente radical encarar a infernal vida cotidiana como uma sina celestial a ser suportada diuturnamente, sem qualquer crítica ilustrada, sem qualquer oposição coletiva. Tudo isso conseguiu transmitir a anje com seu curto e incisivo discurso. Aturdido e emparedado pela anje como jamais havia se sentido na condição de intelectual que produz e conduz narrativas revirando o caramelo linguístico, o mortodólogo não teve nem tempo nem ímpeto de dizer um último amém. Sua alma foi sacudida por uma longa e ampla onda etérea, emitida por alguém que ocupa uma posição superior na hierarquia celestial, entre a anje e o Senhor. Embora etérea, a onda escatológica difundia uma rígida sentença que claramente antecedia e antecipava o juízo final: não o perdoai, Senhor, ele sabe o que fez.

ELEUTÉRIO F.S. PRADO

UMA INTRODUÇÃO À LÓGICA DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

UMA INTRODUÇÃO À LÓGICA DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Resumo

Neste artigo, busca-se destacar e organizar as principais categorias da crítica da economia política de Karl Marx. Trabalha-se a partir da seção sobre o fetichismo da mercadoria do primeiro capítulo de *O Capital*. Com inspiração nos escritos de Ruy Fausto, procura-se mostrar como a interversão dos significados atua nessa crítica. E como ela abrange não apenas a economia política, mas também a própria teoria da linguagem.

Palavras-chave: Karl Marx; crítica da economia política; fetichismo da mercadoria

ELEUTÉRIO F. S.
PRADO

Professor titular e sênior da FEA/
USP.

e-mail: eleuter@usp.br

Blog: <https://eleuterioprado.blog>

Agradeço os comentários de
João Leonardo Medeiros, Jorge
Nóvoa e Gustavo Mello.

Abstract

In this paper, we seek to highlight and to organize the main categories of Karl Marx's criticism of Political Economy. We work from the section on the fetishism of commodities in the first chapter of Capital. Inspired by the writings of Ruy Fausto, we seek to show how the intervention of meanings acts in this criticism. And how it encompasses not only Political Economy, but also the theory of language itself.

Keywords: Karl Marx; critique of Political Economy; fetishism of commodities.

A primeira e mais conhecida categoria da crítica da economia política é a da vulgaridade. Por meio dela, Marx distingue a economia política clássica da economia que ele chama de vulgar – uma forma de pensar presa ao senso comum e à prática social que imperam no capitalismo. A primeira apreende de algum modo, para além dos fenômenos econômicos, as relações sociais que estruturam o modo de produção capitalista. A segunda, movida pelo pragmatismo utilitarista, apreende e quer apreender apenas as conexões externas entre tais fenômenos. O seguinte trecho de uma nota de rodapé do primeiro capítulo de *O Capital* expõe essa figura categorial de modo exemplar.

Para deixar esclarecido de uma vez por todas, entendo por economia política clássica toda teoria econômica desde W. Petty, que investiga a estrutura interna das relações burguesas de produção em contraposição à economia vulgar, que se move apenas no interior do contexto aparente e rumina constantemente o material há muito fornecido pela economia científica a fim de fornecer uma justificativa plausível dos fenômenos mais brutais e servir às necessidades domésticas da burguesia, mas que, de resto, limita-se a sistematizar as representações banais e egoístas dos agentes de produção burgueses como o melhor dos mundos, dando-lhes uma forma pedante e proclamando-as como verdades eternas. (MARX, 2017, p. 606)

Mas a mesma seção em que essa nota de rodapé aparece contém outras categorias importantes da crítica da economia política. Como se sabe, por muito, muito tempo, os marxistas desprezaram o fetichismo da mercadoria como característica constitutiva da sociabilidade capitalista. Consideraram-no como um mero adorno dessa crítica, já que esta, supostamente, precisava mostrar apenas que o valor de troca era uma expressão do trabalho humano, do *quantum* de trabalho médio empregado na produção de mercadoria. A conexão entre um e outro era estabelecida, mas por causalidade mecânica – não dialeticamente.

Assim, tal como os melhores representantes dos economistas clássicos, os marxistas tradicionais trataram “a forma de valor como algo totalmente indiferente ou exterior à natureza do próprio valor” (*idem ibidem*), ou seja, não

foram capazes de apreender o vínculo intrínseco entre o valor e o valor de troca. Pois, não distinguiram o trabalho concreto, que produz valor de uso, do trabalho abstrato, que, como expressão da sociabilidade capitalista, consiste na substância do valor. Ao ignorar a conexão entre a forma aparente e o conteúdo da relação social de mercadoria deixaram de compreender adequadamente a produção mercantil capitalista. Não assimilaram a mediação por meio da qual trabalho constitui a sociabilidade capitalista, ou seja, por meio da forma mercadoria, unidade contraditória de valor de uso e valor.

Ora, para Marx, o valor de troca e o valor são determinações da mercadoria que se requerem mutuamente, já que uma delas, a primeira, é a aparência e a outra, a segunda, é a essência da relação social de mercadoria. Em consequência, a ilusão fetichista – que se manifesta sobretudo nos mercados – é constitutiva da sociabilidade do modo de produção capitalista – é-lhe inerente. Uma cientificidade que se pretenda estritamente objetivante perde por completo a compreensão dessa ilusão porque toma o valor de troca e o valor como se fossem exteriores entre si, tornando-se incapaz de pensar o valor como abstração real. Como se sabe, o fetichismo da mercadoria, para esse autor, “é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação de coisas” (*ibidem*, p. 122). A relação social de mercadoria, portanto, sendo en-fático, é fundamentalmente fantasmagórica.

Atualmente, essa compreensão de que o fetichismo consiste numa ilusão real, de que se trata de algo que não pode ser ignorado na compreensão dessa obra, está bem difundida no marxismo. Reconhece-se que um materialismo fiscalista, que separa o material do simbólico, não convém ao próprio Marx, já que este adota um materialismo que, valendo-se criticamente de Hegel, sabe que o ser humano é habitante de um mundo permeado pela linguagem. O real, dizendo de outro modo, não se dá diretamente, mas simbolicamente – na verdade, ele “desaparece” como tal no real lingüístico –; a sua presença maciça, em consequência, tende a desaparecer de fato no pensamento idealista. Entretanto, talvez, nem tudo o que está contido nessa

seção – assim como em *O Capital* como um todo – foi já bem apropriado-pelo pensamento crítico contemporâneo. Note-se, para começar, que Marx fala aí de duas ilusões simétricas e não apenas de uma – de uma apenas.

O fetichismo é aí apresentado como uma confusão espontânea entre a forma da relação social – a forma mercadoria – com o suporte da forma, ou seja, o valor de uso. O social é, assim, tomado como o natural. “O misterioso da forma mercadoria” – diz Marx – “consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais dessas coisas.” (*idem ibidem*). A expressão que melhor distingue o fetichismo é aquela que diz que a mercadoria consiste numa coisa “sensível suprassensível”, numa coisa social que figura como coisa meramente natural.

Ora, essa não é a única ilusão apresentada nessa seção do capítulo de abertura de *O Capital*. Marx distingue aí, também, uma outra que merece ser explicitada sob o nome de divinização. E ela aparece no texto quando Marx busca uma analogia com o fetichismo propriamente dito e se desloca para o mundo da religião. “Aqui” – diz ele – “os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens” (*idem ibidem*)¹. Ora, a melhor forma de distinguir essa ilusão da anterior é dizer que a divinização consiste num “suprassensível sensível”, ideia excelsa que se apresenta como ser existente e que pode aparecer de algum modo como imagem de madeira, barro etc. ou como uma aparição em mentes perturbadas por certa atividade excessiva do sujeito do inconsciente.

No primeiro caso, a relação social de trabalho cria diretamente a ilusão real na forma de mercadoria, no segundo, a ilusão gestada em sociedade é criada pelo pensamento na forma de uma objetivação fantasiosa. Em ambos os casos, os sujeitos sociais não o sabem, mas o fazem; eles não têm consciência

¹ Sobre esse texto, Ruy Fausto diz o seguinte: aí “se exprime uma ‘exportação’ do fetichismo, de uma região a outra sobre cuja amplitude não se refletiu talvez suficientemente” (FAUSTO, 1997, p. 169).

do caráter de tais quiproquós que eles mesmo criam no processo social. Pois, o sujeito que faz, que pratica a ação ou elabora o pensamento, não é o “sujeito” cognoscitivo, alerta e consciente, mas o sujeito dotado de inconsciente, o qual foi teorizado de algum modo – ainda que com especificidades próprias – por Marx e Freud.

Abandona-se, pois, o domínio do eu consciente das filosofias do sujeito da época moderna e entra-se na esfera da crítica da economia política e da psicanálise. Essas linhagens científicas tomam esse “sujeito” não como ser dono de si mesmo, não como verdadeiro sujeito. Ao invés de um ser auto-determinado, tem-se um mero eu subjetivo, um si mesmo consciente, que permanece alienado e que atua em função de ideais que foram postos para ele pelo sistema social totalitário. Não se trata mais, portanto, de produzir um conhecimento positivo, mas lutar para elaborar um saber dialético e crítico sobre essa sociedade historicamente específica e sobre as pessoas que a habitam. Estas estão presas em relações sociais estruturantes as quais elas próprias não só as engendraram historicamente, mas as reproduzem continuamente sem terem consciência de que o fazem.

No entanto, a categoria da divinização não ocorre apenas no mundo da religião, mas também se apresenta no próprio campo da economia política. A mais importante é aquela posta por meio da noção de mão invisível que se encontra em *A riqueza das nações* de Adam Smith: o capitalista, diz esse autor, “visa apenas o seu próprio ganho”, mas “é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções.” (SMITH, 1983, p. 379). Por meio dessa metáfora, Smith atribui ao sistema econômico, entendido como um sistema fechado e autorregulado, que produz prosperidade espontaneamente, um caráter ou mesmo uma sabedoria providencial. Ele dá expressão assim a um modo de cultuar o mercado que nunca mais abandonou a teoria econômica burguesa, mesmo se existiram algumas exceções. Logo, a confissão irônica ocasional de que, na sociedade moderna, está-se na presença de um deus-mercado tem um fundamento na própria realidade.

Não se deve esquecer neste ponto que Marx apresenta a fantasia fundamental da economia burguesa ao final do capítulo quarto de *O Capital*, em que trata da transformação do dinheiro em capital:

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se movem a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. [...] Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista *vulgaris* extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas *dramatis personae*. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da despela. (MARX, 2017, p. 185)

Agora, é preciso ver que tanto o fetichismo quanto a divinização implicam uma espiritualização de coisas. Tendo como referência a mercadoria, Marx diz que esta não é uma coisa simples, trivial e evidente, mas sim uma “coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos” (*ibidem*, p. 121). O discurso científico da época moderna não pode, entretanto, apreender essas coisas desse modo, com uma inocência infantil que, em sua simplicidade, captura de algum modo a sua verdadeira materialidade social; ao contrário, mais esperto, tende a reprimir essa dimensão espiritual que elas carregam e mantêm na vida cotidiana para tomá-las positivamente, como coisa nua, despida de qualquer significado metafísico.

O discurso científico trabalha de um duplo modo, alternativamente. Por um lado, tenta abolir o fetiche reduzindo a mercadoria, uma duplicidade contraditória, a uma unidade sem contradição, ou seja, à coisa material que lhe dá suporte, um mero bem ou, o que é o mesmo, um mero valor de uso. Marx diz que a ciência burguesa, procedendo assim, acaba tomando a forma valor como uma “forma natural eterna da produção social”. Por

outro, de maneira alternativa, ele pode ver “no valor apenas a forma social ou, antes, sua aparência sem substância” (*ibidem*, p. 606). A categoria da crítica da economia política envolvida na primeira opção vem a ser reificação², ou seja, consiste numa identificação do valor com o valor de uso. Já a categoria implicada na segunda opção consiste, por sua vez, em tomar o valor de troca como se fosse apenas um trato, um ato de linguagem. Assim, o discurso científico toma agora a relação de mercadoria numa perspectiva pragmática, quando, na outra alternativa, tomava essa relação numa perspectiva reificante.

Ambos os modos estão ancorados na própria linguagem das mercadorias. Note-se, acompanhando o texto de *O Capital*, que o valor de troca de dada mercadoria tende a velar o seu valor pois o expressa no corpo de outra: “a forma de valor relativa de uma mercadoria [expressa] sua qualidade de ter valor como algo inteiramente diferente de seu próprio corpo” (*ibidem*, p. 111). Se a forma de valor relativa é o lugar da figura do ato pragmático, a forma de valor equivalente, ao contrário, é o lugar da figura da reificação: esta última “consiste justamente em que um corpo de mercadoria [...] expressa valor, possuindo, portanto, por natureza, forma de valor” (*ibidem*, p. 112). Ora, ambas essas figuras categoriais procedem da lógica da identidade que quer abolir as contradições por meio de uma redução unilateral de sua complexidade constitutiva. Mas, ao fazê-lo, elabora apenas fantasias que não primam pela consistência e que acabam até mesmo em colisão com os fatos.

As noções assim construídas, por isso mesmo, tombam inexoravelmente em interversões involuntárias, pois simplificam de modo unilateral uma realidade dúplice que se apresenta, cotidianamente, na própria linguagem das mercadorias: assim, a reificação cai no fetiche; assim, o ato pragmático cai na divinização. E isso pode ser demonstrado textualmente.

² Como se sabe, o conceito original de reificação que aparece em *O Capital* foi depois modificado por György Lukács para incluir nele toda a experiência de racionalização da vida no capitalismo, conceito que tira de Max Weber.

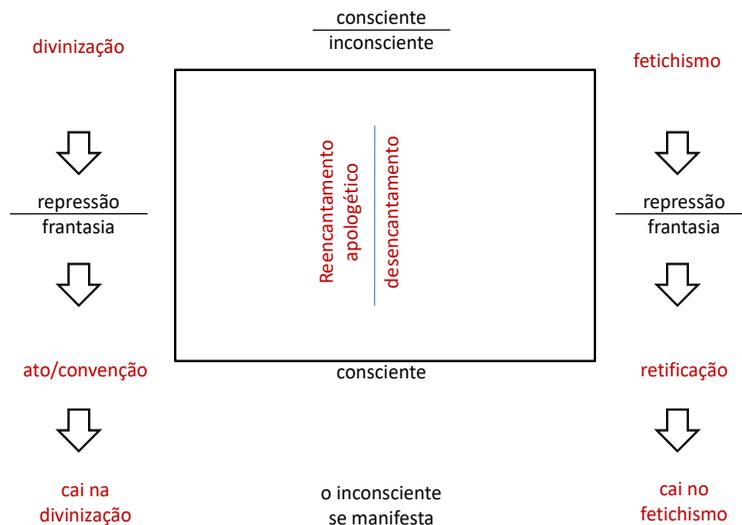
Por exemplo, se é dito que a máquina é capital, que o ouro é dinheiro, tem-se a primeira possibilidade aventada; encara-se assim a máquina e o ouro como fetiches. Mas, se dinheiro abandonar aparentemente o suporte ouro no curso da história, para adotar o suporte papel, o próprio dinheiro pode ser encarado como um ato pragmático do Estado ou mesmo como uma convenção por ele estabelecida; nesse caso, o dinheiro passa a ser divinizado. Como? Se ele é tomado como uma convenção, como unidade de conta posta pelo Estado, acredita-se que a mera emissão de dinheiro produz a produção de mercadorias, que ela é capaz de fazer o milagre de gerar empregos, sem grandes restrições. “A moeda ou o crédito” – diz uma economista pós-keynesiana – “não existe como resultado da atividade econômica [...] a moeda [ou o crédito] cria a atividade econômica” (PETTIFOR, 2017, p. 6).

Em psicanálise, como se sabe, o inconsciente é instância de contradição, *grosso modo*, entre as pulsões que se exprimem em desejos e as suas repressões, tudo aquilo que vem da família e da sociedade e que impede os desejos de se realizarem parcial ou plenamente. Como também se sabe desde Freud, essas contradições inconscientes nunca deixam de se manifestar como lapsos, chistes, manias e nos sonhos. O resultado do labor dessas contradições que moram no íntimo do ser capaz de linguagem são as neuroses, as perversões e mesmo as psicoses.

Ora, as teorias econômicas correntes reprimem as contradições imanentes do capitalismo mesmo se aqueles que as sustentam como válidas no campo desse saber não têm consciência disso. Ao elaborá-las cuidadosamente, estes não as livram, entretanto, das contradições que moram no inconsciente social do mundo das mercadorias. E tais contradições, tal como ocorre no caso das pessoas sociais, nunca deixam de se manifestar. Walras, por exemplo, afirma peremptoriamente que o valor de troca “tem o caráter de fato natural” – não humanitário; depois, escreve que “um hectolitro de trigo vale vinte e quatro francos” (WALRAS, 1983, p. 22). Ou seja, ele diz que um valor de uso, algo material, tem valor e, portanto, que possui uma

propriedade imaterial, social. Diz também que esse valor se expressa em dinheiro, tomando o dinheiro como representante de valor – aliás, sem tê-lo compreendido previamente. Ele pensa que faz ciência pura, “em tudo semelhante às ciências físico-matemáticas”, mas o que constrói efetivamente tem o caráter de uma grande fantasia; precisamente, uma fantasia que é apresentada mediante a racionalidade das ciências exatas.

Segundo Ruy Fausto, enquanto a dialética assume as contradições contidas nas dualidades entre a aparência e a essência dos fenômenos – negações determinadas –, o pensamento científico comum tende a suprimi-las para ficar só com a aparência. Enquanto a primeira acolhe a interversão dos significados, a segunda procura bloqueá-la e, assim, se torna ideologia. Por isso mesmo, as construções ideológicas têm o caráter de fantasias aparentemente plausíveis, as quais, por isso mesmo, se invertem e caem em contradições vulgares (FAUSTO, 1983, p. 56). É assim que o inconsciente se manifesta denunciando a ideologia que apenas o pensamento crítico é capaz de desvelar. Aqui se pensa a queda da reificação no fetichismo, assim como a queda da pragmática na divinização, com base na lógica que ousa desafiar o entendimento. A figura abaixo organiza o argumento como um todo, antes apresentado, de uma forma esquemática:



Toda a esperteza da teoria econômica está inscrita na episteme da ciência moderna que visa constantemente criar visões de mundo para, por um lado, estabilizar a própria compreensão desse mundo e, por outro, conseguir manipulá-lo de modo melhor, isto é, de maneira mais eficiente e mais eficaz. É por isso que um autor como Samo Tomšič diz o seguinte sobre a crítica da economia política:

Marx move-se continuamente em dois níveis relacionados, naquele da lógica da produção, em que explica como as relações abstratas entre valores, aparentemente neutras, sustentam e reproduzem relações sociais concretas e antagônicas, e naquele da lógica da fantasia, na qual examina a reprodução das aparências objetivas, a qual tem por função reprimir, distorcer e mistificar essas mesmas contradições estruturais.(TOMŠIČ, 2015, p. 10)

Dito de outro modo, esse autor clássico descobre as contradições e, ao mesmo tempo, critica as teorizações que as ocultam. De qualquer modo, olhando para esse mundo formado por “relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 2017, p. 123), essa episteme quer enxergar, por um lado, indivíduos bem informados que buscam o seu próprio interesse e, por outro, um sistema econômico homeostático que produz bem-estar generalizadamente. É claro, desde que não seja atrapalhado por inimigos bem ou mal intencionados do mercado! São essas, pois, em grandes traços, as duas fantasias principais que sustentam as construções da teoria econômica: um agente racional e um sistema igualmente racional – ambos consistentes em si mesmos e consistentes um com o outro. A paixão para eliminar as contradições move essa teoria econômica e a leva a um abismo que ela mesma não é capaz de enxergar.

Por um lado, essa episteme entroniza o eu consciente como sujeito e, por outro, concebe o sistema econômico como resultado não intencional de ações intencionais de tais sujeitos racionais ou super-racionais. Reconstroí os proprietários privados que dão suporte às formas econômicas como átomos, como indivíduos autocentrados e maximizadores, ou seja, como *homo oeconomicus*. Despreza e oculta assim as ambivalências, os dilemas, os

sofrimentos, enfim, as contradições dos agentes reais. Reconstrói o sistema econômico como produtor de consistência e equilíbrio, supondo que o máximo bem-estar coletivo possa ser encontrado pelo menos em princípio. Esconde, assim, as crises endógenas que o sistema real produz periodicamente e as assimetrias na repartição da renda, que nunca deixam de subsistir.

Como se sabe, Marx denunciou já o pai primitivo do homem econômico racional, que aparece especialmente na microeconomia contemporânea: “a economia política” – disse ele – “ama robinsonadas”. Esse ser diligente e esperto, nesse momento, não se configura ainda como a máquina computacional perfeita que realiza cálculos que nem mesmo as máquinas de Turing são capazes de fazer. “Ele tem diferentes necessidades a satisfazer e, por isso, tem de realizar trabalhos úteis de diferentes tipos”. Para tanto, distribui “seu tempo com exatidão entre diferentes funções”. Havendo salvado o “relógio, livro comercial, tinta e pena, põe-se logo, como bom inglês, a fazer a contabilidade de si mesmo” (*ibidem*, p. 125).

Agora, após passar por uma evolução que demorou cerca de dois séculos, o *homo oeconomicus* conta não apenas consigo mesmo, mas também com o economista, senão para escriturar as receitas e dispêndios dos negócios – tarefa dos contabilistas –, mas para reconstruir e idealizar o sujeito escriturado, para abonar o “sujeito” racional que calcula o melhor possível para si mesmo, que respeita a restrição orçamentária e que sabe que não existe almoço de graça. A reificação das relações sociais entre os humanos aqui se transforma em reificação (ou mitificação) do próprio ser humano.

Se o *homo oeconomicus* não é o homem real, a verdade é que a teoria econômica o apresenta como um “tipo ideal”, como uma espécie de essência humana. E isso ela diz implicitamente mesmo se usualmente não ousa afirmar de forma distinta e clara. A forma abstrata do agente econômico, o calculador suposto de utilidade marginal e taxas marginais de substituição, é confundida com o próprio ser social que tenta sobreviver na competição capitalista. E essa mitificação também se revela, de forma negativa, quando o trabalhador é tomado como força de trabalho, mão-de-obra, capital

humano e quando o capitalista, suporte do capital, é visto de forma positiva como membro da classe produtora ou mesmo como um empreendedor schumpeteriano.

Examina-se agora a fantasia de sistema econômico criada por Walras. O método que emprega, diz, é o método racional que define tipos ideais a partir dos tipos reais e que, a partir deles, “constrói *a priori* todos os andaimes de seus teoremas e de suas demonstrações, para retornar depois à experiência, não para confirmar, mas para aplicar as suas conclusões” (WALRAS, 1983, p. 24). Após desenvolver o que ficou sendo chamado modelo de equilíbrio geral, em dois passos, ao final de sua obra, ele busca de fato retornar ao mundo real. Examina brevemente, primeiro, um mercado periódico, ainda estático, e depois, um mercado permanente, que seria dinâmico. Abandona agora a metáfora do leiloeiro que inverte a sucessão das transações nos mercados reais – pois, primeiro, o equilíbrio é alcançado e só depois ocorrem as trocas – e adota agora uma outra, que supostamente respeita essa sucessão – as trocas ocorrem fora do equilíbrio e este nunca é atingido perfeitamente. É imperioso registrar o que diz:

Tudo se passa no mercado como se este fosse um lago agitado pelo vento, onde a água sempre busca o equilíbrio, sem jamais atingi-lo. Entretanto, há dias nos quais a superfície do lago é quase horizontal [...]; mas não há um só dia em que a oferta efetiva seja igual à sua demanda efetiva. [...] Também, por exemplo, assim como o lago é profundamente perturbado pela tempestade, o mercado é às vezes agitado violentamente por crises, que são perturbações súbitas e gerais do equilíbrio. É tanto melhor poder reprimir ou prevenir essas crises quando melhor se conhece as condições ideais do equilíbrio. (*ibidem*, p. 208)

Em suma, os mercados tendem ao equilíbrio, mas fatores exógenos aos mercados, choques menores e maiores, tiram-nos do equilíbrio constantemente. Mesmo as crises econômicas, assimiladas às tempestades ocasionais que ocorrem na face da Terra, podem ser eliminadas desde que se garantam as condições ideais de funcionamento dos mercados efetivos. É bem evidente que essa idealização “científica”, criada a partir de suposições

orientadas por um convencionalismo metodológico, cai na mesma divinização dos mercados que fora antes observada em Adam Smith. É interessante observar neste momento que Marx costumava se referir à divinização como apologética.

Mas qual é a fonte social da crítica marxiana do modo de produção capitalista? Ora, essa fonte encontra-se na negatividade inerente ao trabalhador, pois, no capitalismo, ele está reduzido a agente e administrador de sua força de trabalho; logo, o sujeito revolucionário, para Marx, não provém e não pode provir da consciência de classe explícita dos trabalhadores empíricos, já que estes estão comprometidos em defender a sua força de trabalho, tanto na empresa quanto no mercado. Esse sujeito provém da resposta à repressão que é inerente à relação de capital, isto é, ao aprisionamento do trabalho assalariado ao sujeito automático que rege a sociedade moderna. Eis que essa repressão é internalizada na mente dos trabalhadores como obrigação, exigência provinda do exterior e que entra em contradição com os seus impulsos inconscientes. Eles reprimem os seus desejos porque precisam trabalhar para viver. Conformam-se principalmente como pessoas insatisfeitas, que não sabem porque o são e que, por isso mesmo, tornam-se às vezes neuróticas³.

Assim, o sujeito transformador só pode ser emergente na prática social da luta de classes. Há, pois, para Marx, uma potência adormecida na subjetividade daqueles que chama de proletários e que hoje, cada vez mais, precisam ser chamados de precários. A questão que se apresenta é, pois, saber se a esquerda política tem agido corretamente para despertá-la – ou se tem apenas criado outras formas de repressão, talvez mesmo mais insidiosas?

A exposição do fetichismo é, assim, um ponto essencial da crítica da economia política porque consiste também na descoberta do sujeito implícito, inconsciente, que pode vir à tona como sujeito efetivo no processo da luta social. A forma mercadoria da força de trabalho encontra-se identificada

³ Essa questão é aqui mencionada de passagem. A sua complexidade foi abordada de uma forma ampla e rica num livro famoso de Marcuse (1978).

ao seu próprio valor de uso, ou seja, ao próprio trabalho, no cotidiano do modo de produção capitalista. O trabalhador fica assim reificado como uma máquina humana produtora de trabalho. No entanto, enquanto tal, ele personifica a sua própria força de trabalho posta na forma de mercadoria e só se liberta dessa coerção estrutural quando abandona essa personificação e se transforma em agente político de sua própria libertação⁴.

Ainda que não seja possível desenvolvê-lo aqui de modo suficiente, um ponto importante sobre toda essa questão precisa ser mencionado. A partir de uma leitura de um importante livro de David McNally (2001), chega-se à tese de que a crítica da economia política implica uma certa concepção de linguagem, a qual se encontra bem demarcada em relação a duas outras bem salientes na contemporaneidade e que são mencionadas em sequência. E que, a partir dela, pode-se ampliar o alcance da crítica da economia política para que abranja e se torne também uma crítica da sociabilidade em geral no modo de produção capitalista. Ainda que essa ampliação tenha se iniciado já com György Lukács, em 1923, com o seu História e consciência de classe, é importante mostrá-la aqui metodologicamente.

Eis que há na cena filosófica contemporânea uma concepção pragmática/comunicativa⁵ e uma concepção cientificista/estruturalista⁶ de linguagem, as quais formariam uma polaridade de posições que se afastam uma da outra, mas que estão igualmente afastadas daquela presente em Marx. A primeira parte da teoria dos atos de fala de John L. Austin, desenvolvida posteriormente por J.R. Searle, e se configura plenamente na teoria da ação comunicativa do filósofo Jürgen Habermas. A segunda veio à luz por meio

⁴ O fascismo, quando medra em frações da classe trabalhadora, não se originaria, em última análise, do bloqueio dessa interversão da personificação da força de trabalho em sujeito político, em alguém em si que se tornou para si? Mesmo se não se está aqui a negar que o fascismo seja predominantemente uma prática política de classe média.

⁵ Referindo-se a Max Weber, Fausto diz que ele mantém uma concepção pragmática do social. Ora, essa concepção está presente no filósofo a ser mencionado.

⁶ Também se encontra no texto de Fausto a tese de que o estruturalismo tem um teor convencionalista, da qual o presente escrito se afasta. Ao contrário, admite-se aqui que o estruturalismo tende a reificar a linguagem.

dos trabalhos do linguista Ferdinand Saussure e se propagou no estruturalismo e no pós-estruturalismo. A primeira trata a linguagem como uma pragmática, como um modo de estabelecer o laço social, algo que está aí, mas que foi construída por meio da interação entre agentes sociais no curso da história. Já a segunda apreende essa mesma linguagem no registro da reificação e, portanto, como portadora de uma estrutura transistórica.

Segundo a compreensão pragmática, a linguagem é compreendida como meio de comunicação e de interação social de sujeitos conscientes, racionais e autônomos, ainda que possivelmente de modo limitado. Mesmo se é entendida como produto não intencional de ações intencionais, trata-se sobretudo de um meio pelo qual os seres humanos se comprometem uns com os outros visando a conservação e a prosperidade da sociedade. Assim, essa compreensão se insere na tradição que separa a consciência e, assim, o entendimento, da experiência sensível. De qualquer modo, a linguagem é assim compreendida como um meio formado por signos que permitem uma apreensão intelectual do mundo, já que as palavras acessam as coisas por meio de seus significados. Ora, isso pressupõe que a linguagem permita uma prática social estável num mundo transparente para o entendimento, ou seja, para o pensamento regido pela lógica formal.

Ora, há uma outra compreensão da linguagem que teria se cristalizado na contemporaneidade com o estruturalismo. Segundo ela, os signos, formados por significantes e significados, não absorvem o mundo real no pensamento, tal como ocorria na compreensão anterior de linguagem, mas, diferentemente, eles o recriam como realidade simbólica. A linguagem estaria constituída como um sistema de diferenças formais entre significantes, de tal modo que os significados só podem se configurar na dependência do modo como os próprios significantes estão arranjados na atividade discursiva. A prioridade dos significantes na formação dos discursos relega os significados à esfera do imaginário, desconectando-os da práxis social, a qual nunca deixar de ser também material, além de intelectual.

Assim apreendida, porém, a linguagem contém uma estrutura que se impõe àqueles que a utilizam, uma estrutura que é apreensível apenas por meio de uma abordagem sincrônica. Assim, ela passa a ter uma autonomia própria por meio da qual põe o mundo. Ela contém um automatismo próprio que gera a sua própria reprodução indefinidamente e implica a eliminação do ser humano como sujeito – este é visto, então, como um anacronismo do velho humanismo. Ora, isso indica que a linguagem, assim compreendida, consiste num meio que tem uma estrutura estável, ainda que o próprio mundo possa ser instável e mutável. Segundo McNally, o estruturalismo constrói uma teoria da linguagem no modelo da mercadoria tal como apreendida pela economia vulgar. Para ele, os signos linguísticos não são condensações da práxis tal como pensa Marx, mas meras convenções socialmente válidas.

Ora, ambas as concepções abstraem a linguagem da prática social real, que envolve, além de um empenho da mente, um empenho contínuo do próprio corpo humano. Como na prática social das sociedades de classe há sempre uma separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, consubstancia-se sempre nelas “uma tentativa radical de banir o corpo humano real – as sensações, a atividade laboral e o papel biocultural desse corpo – da esfera da linguagem e da vida social” (MCNALLY, 2001, p. 1). Para ele, é neste ponto precisamente que se encontra a grande diferença entre a concepção de Marx em relação às outras concepções de linguagem aqui mencionadas, as quais, para ele, caem de algum modo no idealismo. Ambas afastam a linguagem da atividade concreta, material, dos seres humanos em sociedade.

A linguagem, para este último autor, tem de ser compreendida como um meio expressivo que se constitui historicamente na práxis dos seres humanos como seres sociais. E ela própria se diferencia em função do tipo de prática: há a linguagem cotidiana, que dá forma às relações sociais diretas, e há a linguagem das mercadorias, que dá forma às relações sociais indiretas; eis que as primeiras se dão por meio dos diálogos, dos discursos etc.

as segundas se dão por meio das coisas como mercadorias, meios objetivos de relações sociais.

Tomando por referência o capitalismo, a primeira vigora na vida diária em geral e a segunda preside a existência no sistema econômico. Para ele, nenhuma das duas pode ser considerada como imediatamente transparente. Ao contrário, elas implicam ilusões porque tendem a separar a atividade intelectual da atividade concreta dos seres humanos em sociedade. Tomando por referência a atividade econômica, o trabalho, como se sabe, tanto estabelece as relações dos homens com as coisas, como estabelece as relações dos homens entre si.

Assim, a linguagem natural pode se tornar veículo de fantasias aparentemente plausíveis; estas podem eventualmente ser objetivadas pela mente humana como seres que têm vida própria, tal como foi antes mencionado. Eis que na esfera da prática cotidiana, da prática utilitária, o estado normal do pensamento é a alienação. A linguagem das mercadorias, por sua vez, conforma-se à produção da ilusão fetichista, já que exprime as relações sociais capitalistas como relações sociais entre valores de uso. Ao se ater à aparência, o pensamento deixa de apreender certos significados postos pela prática em sociedade e que, como tais, pertencem ao inconsciente social. Ora, os indivíduos na vida cotidiana apenas se dão conta dos conteúdos imediatos da mente, daqueles que lhes parecem semiconscientes ou conscientes.

A separação usual entre os signos linguísticos e os seus objetos, como se eles fossem externos ao pensamento, é produto da alienação característica das sociedades de classe. Se há sim uma separação da mente e do mundo, o pensamento é sempre interno ao mundo da vida social e cultural que provém da práxis histórica. O materialismo marxiano requer que se apreenda o objeto enquanto objeto simbólico tal como advém e se apresenta na prática “burguesa e suja”, isto é, na atividade concreta dos seres humanos em suas diversas atividades sociais.

Por isso mesmo, Marx faz uma distinção crucial entre o “querer dizer” – aquilo que o intelecto pretende expressar – e o “dizer”, aquilo que é efetivamente dito, aquilo que a forma social concreta diz sem dizê-lo explicitamente. Eis que ela é forma de um conteúdo, o qual lhe convém de um modo inerente e que põe a unidade forma/contéudo. Por exemplo, o valor de troca é o querer dizer, mas o que ele diz verdadeiramente é o valor. E este, como expressão do inconsciente social, é trabalho abstrato.

Assim, aquilo que está implícito no uso corrente da linguagem apenas pode ser revelado por meio de um pensamento crítico que investiga a “essência” que está lá na própria “aparência”, o implícito que está abrigado no explícito. A sua tarefa é desvelar o que é verdadeiro a respeito das relações sociais entre os homens e que está “oculto” deles próprios na prática social alienada e alienante. Ora, essa prática cotidiana costuma orientar-se por “visões” ou “compreensões de mundo”, as quais se sustentam e prosperam com base numa certa autonomia possível do imaginário social. Veja-se, por exemplo, que as práticas utilitárias em geral se desenvolvem com base numa apreensão dos fenômenos e das relações entre os fenômenos.

Para Marx, assim como para Freud e Lacan, ao fim e ao cabo, o inconsciente social que passa no individual e vice-versa é político – mas não do mesmo modo. Para Marx, em particular, o homem como sujeito não é nem o “sujeito” do consciente – posto pela filosofia da consciência ou da ação comunicativa, mas negado pelo estruturalismo – nem o “sujeito barrado” do inconsciente, ou seja, aí enrustido para sempre – tal como foi apresentado, por exemplo, por Jacques Lacan –, mas um sujeito emergente possível na prática social, na luta política. E esse sujeito está prefigurado justamente na crítica da economia política.

Bom, para terminar, é preciso mostrar como o convencionalismo interverte em divinização no campo da teoria da linguagem. Observe-se, para tanto, essa frase famosa de Lacan: “é o mundo das palavras que cria o mundo das coisas”. Não há similaridade entre supor que o dinheiro é uma convenção que cria a atividade econômica e admitir que a palavra cria a coisa que ela

própria designa? Em ambos os casos não se identifica a forma como uma forma pura?

A teoria crítica de Habermas, de outro modo, espiritualiza a linguagem, como se fosse um meio de interação social prodigioso. Torna a linguagem um fetiche, pois julga que ela, por si mesma, tem o poder de engendrar uma sociabilidade humanista e democrática. Não se apresenta assim, ao fim e ao cabo, como um elogio do capitalismo, de um capitalismo que apenas precisa deixar de colonizar o mundo da vida social e cultural, permitindo assim o livre desenvolvimento das ações comunicativas? Ora, desse modo, mediante algumas reformas institucionais adequadas, o capitalismo – insaciável e destruidor da natureza humana e não humana, para Marx – torna-se um modo de produção virtuoso. E talvez mesmo eterno.

Referências

FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política – Tomo I*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Apêndice de Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MCNALLY, David. *Bodies of meaning: Studies on language, labor and liberation*. New York: State University of New York Press, 2001.

PETTIFOR, Ann. *The Production of Money: How to break the power of bankers*. Londres e Nova York: Verso, 2017.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril, 1983.

TOMŠIČ, Samo. *The capitalist unconscious – Marx and Lacan*. Londres e Nova York: Verso, 2015.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARIO DUAYER

PURGATÓRIO
(CURTO CONTO TEOLÓGICO-METODOLÓGICO)

PURGATÓRIO (CURTO CONTO TEOLÓGICO - METODOLÓGICO)

*No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores,
quase imediatos.*

J. L. Borges, *Funes, o Memorioso*.

*A história vira estórias e as estórias fazem a história, que
vira estórias...*

MARIO DUAYER

Professor Titular do Departamento de Economia da UFF. Como de praxe, registro aqui o agradecimento à Professora Maria Célia M. de Moraes (UFSC) pelos comentários a este trabalho. Dito seja também, em antecipado desagravo, que ela alertou-me sobre o caráter intoleravelmente herético ou hereticamente intolerável – não me recordo ao certo, mas creio que não faz diferença – do texto.

[N. Ed.] Este artigo foi publicado na *Revista da SEP* número 2, de junho de 1998. Agradecemos à família, representada por Guilherme Duayer, filho de Mario, a pronta autorização da republicação. Foram feitas pequenas alterações no texto apenas para adequá-lo às normas ortográficas atualmente vigentes.

Consta que o professor de Economia estava prestes a ingressar no Céu. Ia, aliás, confiante, consciência tranquila, uma vez que jamais, em sua atividade profissional, envolvera-se com “valores”, ou discutira “fins”, mas cuidara tão somente de ensinar, assalariadamente, os “meios” mais eficientes para a consecução de “fins” exteriormente postos, de modo que se “fins” houve considerados infames aos olhos divinos, e aqui fica a dúvida se na esfera do divino os olhos se necessitam aos pares, nada com eles teria tido o professor, cuja modesta posição, a se considerar pela escala terráquea de salários – admitindo aqui que esta reflita, em alguma medida, a hierarquia social –, por um lado justificava e, por outro, tornava conveniente, a julgar pela relação funcional inversamente proporcional, econometricamente testada por todos os testes, entre a escala de valores morais e distribuição patrimonial, a pragmática adoção dos “fins”, e respectivos “valores”, estabelecidos nos níveis hierárquicos competentes. Não que escapassem ao professor, afeito que era, por mutilação funcional, ao exame do material empírico da realidade, mas também pela natureza gritante dos fatos, as misérias terráqueas que acompanham os

“fins” que sua teoria obsessivamente imaginava maximizar. No entanto, se tal exame inspirava simpatia ou até mesmo certa compaixão por aqueles que sempre estavam à margem dos efeitos de tal maximização (que não eram poucos, admitia!), mitigava o desconforto destes nobres sentimentos a convicção de que “fins” e, portanto, “valores”, situam-se fora do terreno da ciência, são de outras competências. Noutras ocasiões, mais metafísicas, sua imaginação descarrilhava dos trilhos da razão profissional, sobrevoava outros territórios, descortinava horizontes mais dilatados e punha-se a indagar se a vida humana seria redutível aos “fins” da teoria, mesmo quando esses fossem de fato universalizáveis, promessa insinuada cada vez mais vagamente pela teoria e da qual estava longe de convencido.

Reconfortava-se o professor com estas edificantes divagações quando, neste justo momento, foi interpelado por um anjo que, secamente, fez-lhe ver que andava no caminho errado, sendo o seu o do Inferno. Entre perplexo e indignado, o cândido professor protestou de tal veredicto, subentendendo, em seu sincero espanto, grave equívoco na sublime ordenação que lhe coubera (como se erro pudesse haver na lógica divinal!), pois considerava tremenda injustiça ter de assumir os ônus de eventuais malefícios causados por “valores” subjacentes à ciência que difundira com raro e profissional zelo, querendo com isso insinuar que professara “valores” sem, de fato, professá-los. Sendo a ciência mero instrumento de realização de valores adventícios, não fora ele mais do que meio do meio, peça de engrenagem. Disse ou pensou – e dá no mesmo, pois aos anjos é facultado tanto ouvir o dito como captar telepaticamente o pensado –, valendo-se ostensivamente do álibi kuhniano, pau contemporâneo para toda obra (mental), que a *ciência normal*, como hoje tardiamente sabem todos, mas antes tarde do que nunca, e, por conseguinte, saberia com certeza o anjo, não se limita a um mero arsenal de técnicas, mas inclui também um complexo de valores e respectivas finalidades, a serviço dos quais está o *kit* de instrumentos analíticos. Sendo a *ciência normal* obra coletiva, social, supra-individual portanto, e, como seu próprio adjetivo esclarece, trazendo consigo a chancela da maioria, e maioria qualificada, pois é praticada nas melhores universidades do

mundo, do que se conclui que o *normal* e o melhor determinam-se neste e muitos outros casos reciprocamente, muito embora seja fato corriqueiro da experiência cotidiana o normal estar longe de ser o melhor, ocorrendo, no mais das vezes, que o primeiro seja apenas tolerado, sobretudo quando se faz crer que o normal é normal e o melhor é impossível, crença que, uma vez crida, vira naturalmente realidade, torna-se verdadeira, a despeito de falsa na origem, de modo que por tais atrapalhados caminhos muda de feição a *ciência normal* e converte-se em sabedoria terminal, além de, como se afirmou, por dispensável que fosse, uma vez que é demasiado evidente, ser obra que os indivíduos cientistas encontram feita, pronta e acabada, por tudo isso, deduzia satisfeito consigo mesmo o espectral herói, os professores não têm alternativa senão abraçar a ciência normal de seu tempo. Motivos todos, pensava o professor, suficientes para desobrigá-lo dos valores que professava, por assim dizer, involuntariamente. Oblíquas e desamparadas razões, percebidas prontamente pelo anjo, fato este que, acresce, atesta a ingenuidade do professor e, lateralmente, a do seu credo científico, pois para dele se dar conta não precisou o anjo daquela argúcia que somente as duras condições da vida terrena promovem, a par de presumirem. Os valores são sempre portados pelos indivíduos singulares, mas, apesar disso, ou, por isso mesmo, os valores são sempre sociais e, se assim é, poder-se-ia argumentar que os indivíduos jamais poderiam ser julgados pelas atitudes e ações comandadas por seus valores – levando o raciocínio ao paroxismo, expediente às vezes muito útil, às vezes insensato, seria de se perdoar o homicida porque, em última análise, enquanto indivíduo ele não passaria de um portador daquele valor que desvaloriza a vida humana –, coisa de fácil entendimento por nós brasileiros, que cotamos em cem dólares o valor mensal de uma vida humana. Complexa dialética esta entre singular e universal que, em tribunais e instâncias assemelhadas, costuma ser importada para diluir responsabilidades e atenuar culpas, culpas que, mesmo quando atenuáveis em alguns casos, se abolidas por completo suprimiriam por definição o próprio nexos entre singular e universal e, por conseguinte, a própria noção de valor, cujo pressuposto é o compartilhar intersubjetivo de valores.

Curioso isso do universal ser no e pelo singular e, no entanto, transcender o singular! Aliás, ser nos singulares parece ser a única forma, salvo melhor juízo, dos universais livrarem-se da pecha platônica, fama que toleram resignadamente e da qual escapam os singulares por efeito de sua ostensiva presença, estes que seriam tão ou mais platônicos se não fossem pelos universais. Nos particulares nem tocou o anjo, primeiro, para não complicar o confuso e, depois, porque já se convencera da fantasmagórica presença do singular esvaziado de universais. Cogitava de tais complexas questões e recordou-se do quanto aprendera, apesar de saber tudo, mas é que o saber depende de como vem arrumado na explicação, no discurso, isso nos bem intencionados, porquanto há os textos simplesmente obscuros e os textos deliberadamente construídos para obscurecer em lugar de iluminar, o quanto aprendera sobre o que já sabia, dizia-se, ouvindo Borges contar-lhe, quando Lá chegara, a estória de *Funes*, o *Memorioso*, indivíduo de mente tumultuadíssima, incapaz de ideias gerais e ao qual, por isso, era de todo inconcebível que, por exemplo, “o símbolo genérico cão” pudesse designar não somente toda a quantidade e variedade de cães, mas, também, cada um dos cães nas infinitas circunstâncias de suas vidas. Espectador infatigável e obcecado com o singular, *Funes* conservava na memória todos os detalhes de tudo a que seus sentidos lhe davam acesso, no entanto, concluía Borges em seu conto, era incapaz de pensar, pois pensar é “esquecer diferenças, é generalizar, abstrair”. Magnífico arranjo de ideias, observou o anjo quase com despeito: ao artista requereu um par de frases e ao teórico demandaria um tratado. De mais a mais, a essa refutação teórica das razões do professor somava-se outra de ordem pragmática, pois se suprimidas fossem todas as culpas individuais seria redundante o Purgatório, juntamente com Céu e o Inferno, instituições cuja funcionalidade reside na exemplaridade sustentada à base de prêmios e castigos transcendentais, e que, é de se concluir, teriam sua existência posta em risco caso, chegada a hora, os indivíduos, liberados de culpas, não tivessem que saldar seus débitos ou desfrutar seus créditos em conformidade com a Contabilidade Celeste. E, como o efeito imediato da disfuncionalidade das instituições é o de descartar os que

delas se desincumbem, ninguém irá em sã consciência desejar a chaga terrestre do desemprego alastrando-se pelo divino, deixando desamparados, de uma hora para outra, arcanjos, serafins, querubins, etc., nem mesmo os espíritos mais rancorosos, que exultariam em lançar belzebu e suas milícias na rua da amargura. Justificado pelo argumento lógico e movido por evidente interesse corporativista – no que há certa tautologia, pois não há interesse desacompanhado de argumento lógico, uma vez que o interesse põe de imediato sua própria lógica, em especial quando o interesse junta à força do argumento o argumento da força, do poder –, descartou o anjo a escusatória lengalenga kuhniana esboçada pelo professor.

Não obstante, nas razões do professor não deixou de reparar o anjo a notável inflexão sofrida nos argumentos do discurso econômico nas últimas décadas, perspectiva histórica possível por sua longa experiência de integrante do Comitê Assessor de Economia, se assim o podemos designar por analogia e sempre com a finalidade de tornar as disposições celestes inteligíveis. Não fazia muito tempo, rememorava o anjo, vinham eles, os professores, com o asséptico discurso da ciência positiva, da neutralidade axiológica, e, deparando-se Ali com as verdades transcendentais, alegavam em causa própria que, dada a mundana impossibilidade de capturar tais verdades, nada mais justo e defensável do que o intento de eliminar todo vestígio metafísico da ciência. Divergiam os professores, é certo, quanto à melhor maneira de proceder para se alcançar tal resultado, tanto que, quando ocorriam em maior número, aborreciam de morte o pobre do anjo, a despeito de anjo não morrer nem ser pobre, quando arengavam interminavelmente sobre indução, dedução, confirmação, verificação, falsificação e que tais. Sob a unilateral ótica terrena, entoavam em uníssono, parecia-lhes irrepreensível a agenda que circunscreve a ciência ao sensível, ao empírico, ao observável, todos de definição cada vez mais remota, acediam, tão intrincadas e diversas são as coisas que mais e mais se interpõem entre o mundo e nossos sentidos, e basta pensar aqui no dito sexo virtual que, ao que tudo indica, ludibria todos os sentidos e substitui a mobilização direta e imediata de todos eles envolvida no sexo real, ortodoxo, por sua

incitação mediada, virtual ou textual, e não se trata aqui de afirmar que experimentamos o mundo por intermédio de textos, coisa trivial, mas sim de que experimentamos textos por intermédio de textos, equação esta, a segunda, da qual desaparece o mundo, a experiência do mundo exterior, questões todas cabeludíssimas, mas das quais escapuliam os professores alegando que, sendo o ideal por definição inatingível, bastava assumi-lo programaticamente e apostar em sua assintótica realização, de modo que assim pensadas e, sobretudo, desejadas as coisas, cuidava a ciência dos problemas deste mundo, liberando o transcendente para outras especialidades: religião, filosofia, arte... Assumidamente positiva, por presumida falta de alternativas, restava à Economia cumprir a dupla função implicada em tal positividade: capturar os fenômenos econômicos em suas regularidades e operar como instrumento de sua manipulação; positiva, portanto, no momento cognitivo e na destinação – correta e útil. Programa em tudo semelhante ao tratamento conferido pelas ciências da natureza ao mundo físico, como veio a saber o anjo nas conversas fora do expediente com os colegas dos Comitês daquelas ciências. De uns tempos para cá, entretanto, tamanha autoindulgência fora sacudida por uma descoberta absolutamente fantástica, um tanto acaciana, é verdade, mas nem por isso resultante de esforço próprio, próprio da Economia, a bem dizer, uma vez que se originou na Física, disciplina na qual é flagrante a distinção entre sujeito e objeto: viu-se o rolo que existe entre sujeito e objeto, constatou-se que o objeto era construção linguística, discursiva, cultural, do sujeito. O desarranjo provocado por tais “descobertas” não é desprezível nem na Física, ali onde os valores são totalmente alheios ao objeto e, por isso, constitui tarefa relativamente simples, que pode, porém, demorar séculos para se levar a cabo – mas séculos só é demais para o que vive anos! –, perceber eventuais valores que lhe tenham sido adjudicados pelo sujeito cognoscente, além do objeto comportar-se com total indiferença em relação às descrições que dele monta o sujeito, se assim se pode explicar, pois não dispondo de consciência e, portanto, de vontade, não pode o objeto ter comportamento. Só por isso já é possível pressentir a extensão do rolo quando, como ocorre nas ciências

sociais, os valores são imanentes ao objeto, o sujeito é imediatamente objeto e este não é indiferente ao como aquele o esboça. Farejando a encrenca e, como sempre, na cola da Física, mas fazendo vista grossa das patentes diferenças entre ambas, a Economia rendeu-se, pragmaticamente, às novas evidências da irremissível determinação cultural da ciência. De modo que, e disso vinha de se dar conta o anjo, a Economia, que antes cerrava fileiras com a cruzada antimetafísica, vindicava a profilaxia axiológica e, confiante, desresponsabilizava-se antecipadamente por qualquer identificação sua com fins e valores, agora, entretanto, admite, convencida ou afetada, sua incontornável natureza discursiva e cultural, restando infrutíferas, por isso, todas as tentativas de purificação antimetafísica, reviravolta por intermédio da qual tudo o que anteriormente era execrado converte-se em atributo interno do discurso econômico, de qualquer discurso, virada linguística ou pragmática, como é qualificada em outros Comitês, lembrou o querubim, e que permite o milagre, nada estranho não fosse ocorrência terráquea, da legitimação a torto ou a direito, de um jeito ou de outro. De ciência empírica por convicção à ciência empírica por coação. Há nessa inflexão do discurso ou, melhor dizendo, nas justificativas do discurso, uma espécie de subversão à tímida subversão kuhniana: nesta última o advento da revolução estaria relacionado a uma mudança de paradigma, câmbio radical na forma de conceber o objeto, de visão geral de mundo, novo referencial a enquadrar e conferir sentido à nova explicação, ao novo discurso ou ao novo consenso; na outra, ao contrário, altera-se a justificativa do discurso sem modificar seu conteúdo, mantém-se portanto o discurso, o consenso e, por suposto, o paradigma sobre o qual sempre se assentou. Em Kuhn a mudança de paradigma é o requisito interposto pela nova explicação, ou o *shift* paradigmático é pressuposto do *shift* dos procedimentos, critérios, discurso, explicação, agenda, etc. da ciência; na Economia substitui-se o *shift* paradigmático pelo *shift* retórico, cujo propósito outro não é senão o de sustentar e legitimar, por meio de novo ornamento verbal, os mesmos procedimentos, critérios, discurso, explicação, agenda, etc., em uma palavra, a conservação do paradigma, da concepção de mundo. Atitude que revela outra extraordinária

assimetria entre a Física e a Economia: o mundo natural não muda, mas os físicos dispõem-se a mudar sua concepção de mundo; o mundo social muda, mas os economistas não se dispõem a mudar sua concepção de mundo. Do que se conclui, apesar de contraintuitivo: a Física, ao modificar sua concepção do mundo, intervém para mudar o imutável; a Economia, ao manter sua concepção do mundo, intervém para manter o mutável.

Pecados só há os humanos. Bichos, coisas, loucos e crianças, não tendo juízo, estão livres do pecado. Daí não se deduza, no entanto, que loucos e crianças não são humanos, mas apenas que estas mal iniciaram e aqueles abortaram o doloroso processo de criar juízo e ser debitado das adjacentes responsabilidades. Prestando serviço num posto de triagem de primeira instância, e isso de no Céu haver múltiplas instâncias obedece ao propósito de não contrariar as humanas expectativas, mas no fundo trata-se de mera formalidade, arranjo de fachada, pois Ali não se reformam decisões, visto serem todas perfeitas uma vez emitidas, de forma que, como se dizia, estando lotado o querubim em um posto de triagem, e com o encargo e a prerrogativa de ajuizar pecados, que, como demonstrado acima, são sempre humanos, tinha ele por hábito, no que revelava bom senso – e seria de admirar um anjo insensato –, posicionar-se desde uma ótica humana para, assim situado, ponderar a intensidade relativa dos agravos. Desse ângulo, operando como se fosse um antropólogo extraterrestre investigando as peculiaridades da espécie humana, podia ver, de fora e de cima, que toda ciência, e mais ainda as hegemônicas, como a que praticava o professor, tem naturalmente dupla função social: não só a prático-operativa, instrumental, que dispensa maiores digressões, mas também a ideológica, mais sutil e complexa. Funções complementares por meio das quais a ciência, por um lado, confere inteligibilidade ao mundo e, portanto, dota de sentido as práticas e suas finalidades; por outro lado, oferece-se como instrumento das práticas cujo sentido põe e pressupõe. Intuições razoáveis, concedeu o anjo, se isso quis dizer o professor ao afirmar que não há alternativas senão abraçar a *ciência normal* da época, uma vez que seria de fato um total desatino imaginar as diversas práticas, suas finalidades e os requeridos saberes

dissociados tal como aparecem em muitas análises, que fragmentam para entender e não cuidam de recompor a unidade da qual partiram. Ainda que fosse sujeito prático, pouco afeito à reflexão filosófico-metodológica, e há aqui uma certa redundância, visto que sendo prático não poderia mesmo concentrar-se em algo tão alheio à prática, o professor, valendo-se da intuição, foi capaz de expressar, a seu modo, falando ou pensando, não importa, algo muito simples e ao mesmo tempo muito complexo, algo que desassossega a inteligência contemporânea, sem mencionar as anteriores: pôde intuir, do seu jeito, que uma cultura, um paradigma, uma imagem de mundo, e a designação aqui não vem ao caso, é presença ineliminável, constitutiva, por detrás das práticas e saberes humanos, ou é o texto ou *script* no qual as práticas, com seus saberes, finalidades e valores, encontram seu sentido. Não fosse assim, pensou para si o anjo, teríamos as práticas, seus saberes, suas finalidades, seus valores cada qual com seu sentido, sua inteligibilidade – uma fragmentação absurda e impossível! E cismou: se truísmos dispensam enunciação e prova, por que tais discernimentos intuídos pelo professor, por que diabo, termo de cujo emprego, dada sua condição serafínica, logo se arrependeu, e tarde demais, pois o dizer podemos reprimir, mas o pensado, no mais das vezes, é incontrollável como o tique nervoso, de sorte que algumas vezes nos surpreendemos com nossos pensamentos e muitas outras nos escandalizamos por tê-los pensado, como se nossos não fossem, por que diabo, prosseguiu já que havia começado, tais truísmos adiantados pelo professor eram tão difíceis, não de perceber, pois o professor os havia intuído, mas de serem integrados conscientemente à cultura, científica ou não? Por que esta visão sintética, total, que ampara e congrega todos os saberes e práticas, em um determinado tempo, para um determinado grupo social, etc. era ora desvalidada enquanto metafísica, ora desqualificada enquanto inabordável ou, ainda, pós-modernamente assimilada enquanto textualidade fatal e, por isso, inútil?

Naturalmente, todo este novelar de razões expõe-se apenas com o intuito de inferir, e é só o que se pode fazer, pois o narrador, apesar do *boom* nacional e internacional da literatura científico-querubínica, não teve,

até o presente, acesso direto a qualquer anjo em pessoa, se é que o termo aplica-se ao caso, pois antes haveria de estabelecer se anjo é pessoa, e na falta de tal acesso, portanto, não resta alternativa senão inferir o que se passou nas cabeças dos personagens, admitindo aqui, o que está longe de evidente, sendo o anjo um dos personagens, que anjo tem cabeça ou mesmo o resto do corpo. Diz-se isso porque alguém poderia argumentar, e temos de aceder que se trata de um argumento razoável, que o conceito de anjo pode muito bem subsistir sem a antropomorfização (tirante as asas) que sempre o acompanha. Mas o desapontamento, e a sensação de frustração daí decorrente, com a impossibilidade de garantir o acesso direto, não mediado, à mente do anjo, à verdade, enfim, não devem transformar-se em afetos paralisantes, pois para tudo há remédio e, no caso, é leniente bastante saber que se a inferência segue a lógica, sendo a lógica a expressão da verdade e, por conseguinte, a linguagem seráfica, nada mais justo do que considerá-la, sempre tendo presente os limites da imperfeita lógica humana, muito próxima da verdade, resultado este que é muito, tendo em vista que a verdade mesmo, a verdade verdadeira já era, a se dar ouvidos às últimas notícias filosóficas; quanto aos insatisfeitos, e sempre os há em pencas, só resta ao narrador, muito a contragosto, pois ninguém está aí para ser contraditado, simular uma polida receptividade às críticas e reparos, e, armado até os dentes, refutá-las, reafirmando assim a sua lógica. Com o mesmo propósito e, aliás, bem no espírito da narrativa, poderia o narrador adotar o engenhoso artifício de Satie, o compositor, que, segundo se diz, fundou uma igreja e, sumo pontífice automeado, investia-se de autoridade suficiente para excomungar os críticos. Seja como for, salvo erro na lógica da narrativa, coisa de todo improvável, pois a narrativa instaura sua própria lógica, pode o leitor aceitar com toda segurança que a lógica aqui praticada expressa adequadamente a lógica angelical, e uma vez que esta última é sinônimo de verdade, pode-se deduzir, logicamente, que a lógica da narrativa é expressão adequada, embora apenas aproximada, da verdade.

Delineados, assim, os cenários mentais do professor e do anjo quando o primeiro expunha suas razões e o segundo as ouvia ou captava, é preciso

aduzir de imediato que o anjo frustrou as expectativas (racionais, irracionais?) do professor, que se imaginara em animadas disputas escolásticas sobre a neutralidade axiológica da ciência econômica. Nada disso se passou, e que não se culpe o despreparo acadêmico angelical. É que se na vida terráquea já têm muito de estulto estas disputas, que dirá no Céu! E aqui não custa lembrar de um herético personagem falecido século passado, mas que, a se concordar com um vivo professor francês, continua assombrando o mundo, o qual já alertara para o inevitável escolasticismo da disputa sobre a realidade ou não realidade do pensamento descolado da prática. Porém, ninguém sendo anjo gratuita e impunemente, vale dizer, de graça, não deixou este nosso de perceber a relativa castidade do professor. Mesmo porque, no Céu, é de se presumir – na impossibilidade de se demonstrar empiricamente –, não se sai julgando qualidades pessoais abstratas, mas as de indivíduos que fizeram isto ou aquilo em condições sociais estas ou aquelas, todas sempre concretas. Por esta razão, e apesar de ser o professor morto recentíssimo, levou em conta o anjo o fato de que o professor certamente estivera, em sua existência mundana, exposto a uma, digamos assim, visto que o moderno se expressa modernamente, overdose de uma desarmante concepção de ciência, da qual se disséssemos que predomina não lhe faríamos justiça, uma vez que na verdade sufoca, e que preconiza, não sem uma certa dose de enfado, próprio daquele que se vê forçado a repetir o que imagina óbvio, e a isto pode permitir se justamente por reinar absoluta, ora que a objetividade do conhecimento presume a abstração dos valores, ora que o conhecimento objetivo não é possível. Ora prescreve a sanitização axiológica da ciência, ora declara infrutífera a faxina. Noções estas que, aplicadas ao mundo humano, equivalem a exigir de todo cientista que pendure no cabide, junto com o casaco, no caso de usá-lo, já que a moda acadêmica anda mais informal nos dias de hoje, seus valores antes de iniciar o trabalho.

Nestas circunstâncias, e sendo o Céu o que é, e tendo sido constatado que o mal segregado em vida pelo professor – ao vivo, em suas aulas – não advinha de uma perversão exclusiva de seu caráter, mas era um sinal dos

tempos – e que tempos!, conjecturou o anjo –, deliberou este que àquele se concedesse uma oportunidade de salvação. E como no Céu burocracia é coisa que se desconhece, e aqui vale assinalar, mesmo que a título de parênteses, que nisto há uma certa redundância, pois se burocracia houvesse mais estaria para Inferno, e não a havendo, fez logo o anjo ver ao candidato a hóspede celeste que sua admissão não era carta fora do baralho, ainda que esta expressão soe no mínimo estranha quando proferida por um anjo, muito embora seja compreensível, pois só havendo no Céu o Justo, o Belo, o Bem, mesmo o chulo vira língua culta – se bem que isso se diz deste modo apenas para tornar claro o problema em termos terráqueos, porque a rigor assim não poderia ser dito, já que em Lá não havendo incultos, a língua culta não se pode definir pela inculta. Todavia, estendeu se o anjo, para fazer jus à Divina Misericórdia deveria o professor preparar, durante sua estadia no Purgatório, um paper – como se vê, por esta e anteriores ocorrências, o Inglês é, além de universal, idioma celeste – sobre as mais importantes contribuições contemporâneas para a metodologia da ciência econômica como, por exemplo, as de Blaug, Caldwell, Hausman, Hutchinson, Boland... O professor sequer aguardou o fim da bibliografia angelical, pois foi ficando mais lívido do que um morto, o que em si já constituía uma façanha, mas no Céu façanha é o que não falta, e, fora de si, urrando – atitude, aliás, pouco digna e nada pedagógica para um professor –, disse preferir o Inferno. Dito e feito. Mergulhou no fogaréu!!!

Mas a queda abriu, como abre qualquer queda, um campo expectacional. Na realidade, em prol da veracidade deste relato, abriram se dois campos expectacionais: o do professor, duro e concreto como o vácuo produzido pela queda, de fácil entendimento, ainda que sua própria descrição suscite questões por sua vez complexíssimas, quase incompreensíveis, por que como pode ser inteligível a representação do vácuo, do vazio completo, total, por intermédio de adjetivos tão, se me permitem, tangíveis como duro e concreto?; e o outro campo – expectacional, recordo, pois distanciou se do primeiro –, produto de sensações físicas que se disséssemos ainda mais intensas, haveria o risco de pecarmos por exagero, e pecado aqui é prudente

evitar, mas não o de sermos acusados de falsificação, e a do tipo mais pernicioso, a literária, porque a possibilidade existe, pois, e a explicação é de outras competências, de fato há quem sinta, só de ouvir falar, mais forte do que sentiu e conta. Mais curioso ainda é o caso do que sente, só de ouvir, do que conta sem ter sentido, simplesmente por não ter vivido, visto ou ouvido, mas inventado. Em resumidas contas, e qualquer que seja o caso, são no mínimo dois campos expectacionais promovidos por um gesto insensato, ou sensato, o do professor, titular do gesto, e o do leitor. Em ambos há, afinal, expectativas mais ou menos intensas. Mas, deixando de lado o aspecto quantitativo das expectativas, cujo tratamento científico adequado não pode prescindir dos instrumentos analíticos da expectativometria, e sem tomar partido na disputa entre adeptos e adversários desta última, disputa que, se bem entendemos, gira em torno da unilateralidade ou não da expectativometria, pragmaticamente e, talvez, por pura ignorância, dada a transcendência da controvérsia, iremos direto aos aspectos qualitativos. E abstraídos os seus aspectos quantitativos, resta às expectativas somente o atributo da racionalidade. Saltou o professor, leu o leitor. Que expectativas envolvem os dois atos, racionais ou irracionais?

Mas o juízo sobre a natureza da expectativa tem como pressuposto o juízo acerca das alternativas disponíveis. Alternativas perfeitamente conhecidas pelo professor, pois ao deliberar pelo Inferno certamente estava consciente das alternativas que se descortinavam em seu futuro, se bem que, a ser rigoroso, não se deveria empregar aqui o conceito de futuro, pois sendo o Espaço Celeste eterno, nele não pode haver futuro e, não havendo o fenômeno, desqualifica-se o conceito. Melhor seria dizer, então, que ao professor estavam mais do que claros seus eternos presentes futuros, ou futuros presentes, e aqui é oportuno abrir um parêntese para salientar a extrema dificuldade, a quase impossibilidade de expressar com palavras deste mundo propriedades, fenômenos, qualidades, etc. de outro mundo, o que sugere que vimos construindo nossas linguagens bem de acordo com o nosso mundo, mas não se deve interpretar estas superficiais observações como defesa da proscrita tese da correspondência entre linguagem e mundo, uma

vez que seria uma indesculpável heresia tornar tal heresia ingrediente de uma narrativa teológico-teórica, razão pela qual esta digressão serve tão simplesmente ao propósito de iluminar da melhor forma, com os meios que nos propiciam nossa terrena linguagem, os futuros presentes, ou vice-versa, que eram apenas dois, abertos ao professor, a saber, ou reexaminar os “clássicos da metodologia da ciência econômica” e, em seguida, desfrutar das delícias do eterno viver no paraíso ou então sofrer perpetuamente os horrores da danação. Tratava-se, portanto, de um campo expectacional bipolar, em presença do qual o professor parece ter escolhido a alternativa mais racional, vale dizer, maximizadora, uma vez que, de acordo com o juízo do narrador desses eventos (pois se a maximização está sempre predicada a juízos, a valorações, e sendo o narrador o responsável pela narrativa, nada mais natural que seja dele o encargo e o direito de ajuizar) parece empiricamente evidente que a desutilidade marginal derivada do estudo dos clássicos da metodologia da ciência econômica é infinitamente superior à desutilidade marginal de todas as subterrâneas privações infernais.

Se bem descrevemos as expectativas do professor, coisa que podemos, no máximo, admitir, já que verificar será de todo impossível, haja vista que o professor já era, e já tendo sido não está mais em condições de confirmar ou falsear este relato, não podendo sequer valer-se de sua falecida situação para contar com a assessoria direta de Carnap e de Popper, e mesmo que o estivesse, vivo e acompanhado de tais especialistas em discriminar o científico do não científico, o verdadeiro do falso, de nada valeriam seus reparos ao relato, pois quem poderia garantir que sua opinião positiva ou negativa sobre a descrição dos fatos seria isenta de preconceitos, de valores, do desejo incontido, porém inconsciente, de desautorizar o narrador, de levá-lo à ruína?, de modo que, nada estando assegurado, é válido afirmar que o professor não tinha expectativas. Era, na verdade, titular de certezas. Certezas das quais teceu, mentalmente, e em fração de segundos, dito de novo em termos terráqueos, posto que em não havendo tempo no Céu, o relógio e suas escalas não fazem o menor sentido, teceu mentalmente, dizia-se, as vidas que iria levar, viveu-as mentalmente, previveu-as, se cabe aqui a

conjugação do viver com o prever, e pôde deliberar, indivíduo isolado que era no Céu, pois só Ali é possível haver o indivíduo isolado em estado puro presumido pela teoria que o professor professava, uma vez que havendo no Céu tudo do bom e do melhor, garantidos ambos pela Divina Providência, Provedora Universal, pode-se deduzir com o aval da mais elementar das lógicas que Lá aos indivíduos é dispensável viver em sociedade, constituir uma sociedade, e, portanto, estando pela primeira vez na condição do indivíduo isolado que sempre idealizara, foi possível ao professor, com os instrumentos analíticos que dominava, maximizar sua função utilidade sem qualquer pressuposto, a menos, é evidente, da condição imposta por Deus, autoria aqui apenas presumida, mas licitamente presumida, já que sendo o anjo porta-voz de Deus e, sendo no Céu tudo conhecido, ou Lá não havendo nada desconhecido, razão pela qual não há sábios e sabidos de um lado e ignorantes e tolos de outro, e é estranha esta condição celeste, uma vez que nada havendo a fazer, somente a desfrutar, nada é preciso saber, e se nada é preciso saber, não há a dicotomia entre saber e não-saber, há apenas não-saber, puro estado de ignorância ou de sapiência, identidade total entre sujeito e objeto, do que se conclui, por óbvio, que toda a cultura terrena decorre da falta, do carecimento, busca sem fim, temos todos ciência, pois ao saber para atender aos carecimentos aprendemos a inventá-los e ao inventá-los os tornamos infinitos, sem falar do mau infinito, da riqueza desgarrada, que ganha autonomia, vida própria e, em lugar de ser produto das vontades, produz as vontades, escraviza-as.

Tendo sido racional o professor, conforme demonstrado, é preciso dar conta igualmente das expectativas do leitor da narrativa, as quais se formam a partir da sorte do professor, mas às quais, não obstante, faltam os elementos presentes na vivência daquele último, se é que se pode falar em vivência de um morto. Dos padecimentos normalmente infligidos aos que caem no Inferno está plenamente consciente o leitor, muito embora todas as dores e sofrimentos não os tenha sentido nem deles tenha tido notícia em primeira mão de quem os experimentou, exceção feita aos que desfrutaram do privilégio desses contatos de primeiríssimo grau com os idos. Há

aqui, portanto, um abismo a separar as condições que estão presentes na formação de expectativas do professor e na do leitor. O primeiro está morto e enterrado, encontra-se na antessala do paraíso e tem diante de si um anjo a anunciar o Inferno como alternativa, todas estas provas empíricas da existência do medonho. Ao segundo, no entanto, faltam elementos empíricos, se é que as representações iconográficas e literárias podem ser aqui descartadas como evidência empírica, mas, apesar disso, pela força daquela imagística, é capaz de sofrer tanto ou mais do que o próprio personagem principal da narrativa. Talvez daí, da força dos textos, provenha o baralhar atual entre história e estória, pois a história decerto tem seu curso, impõe suas condições e produz seus efeitos, mas a história é apreendida por meio de umas tantas estórias e as estórias movem os seres humanos, de sorte que estes agem sob o efeito de ambas, história e estória, fazem história sob a pressão anônima da história e informados pelas estórias que se contam sobre a história, de tal modo que as estórias determinam a história e a história determina as estórias.

Expectativas e sensações que, por mais absurdas, se o forem, as tem e sente o leitor, pois são tributárias de uma cultura povoada de infernos, queimações, seres imaginários de toda sorte e qualidade. Outra cultura, com outros seres imaginários ou sem nenhum, daria origem a outras expectativas e sensações. Se desprovida de tais seres espectrais, outra cultura permitiria interpretar a narrativa no máximo como curiosidade, jamais daria lugar à formação de expectativas. Degolar um galo preto é sempre uma degola. Mas fazê-lo numa encruzilhada, à meia noite, é muito diferente de fazê-lo na cozinha, ao meio dia. Satisfaz, o galo preto, apetites muito diversos. E apetites, já se sabe, são igualmente culturais, além de idiossincráticos, pois há os vegetarianos, por exemplo, cujo apetite o galo jamais poderá saciar. Há, também, os que não se sentem pacificados, confiantes no futuro, com a noturna degola do galo. Experimentam tanto horror à decapitação, cujo significado não alcançam, como ao vegetariano provoca náuseas o simples imaginar a degustação de um frango. Compreende-se, assim, a extensão em que a cultura intervém e determina nossos afetos, a ponto de provocar

sensações tão tangíveis, por assim dizer, como a náusea. E em que medida condiciona e determina nossa inteligibilidade do mundo. Só é possível entender a narrativa situado na cultura ocidental. Não obstante, entender aqui, com todos os afetos, medos, expectativas, valores, etc. implicados na compreensão, pode ter na verdade o significado oposto, porque compreender tal narrativa pode equivaler a tornar palatável, inteligível, o absurdo. Mas se é assim, fica a pergunta: se a cultura franqueia a validação de absurdos, de manifestas falsidades, quanto daquilo que nossa cultura nos permite “compreender” é falso e absurdo? Será tudo falso e absurdo, uma vez que tudo o que percebemos o fazemos com os olhos de nossa cultura? Equivalem-se, sob este prisma, o saciar da fome física com a degola matutina do galo negro e o saciar da fome espiritual com sua degola noturna? Admitido que ambas satisfazem, pacificam, e se não o fizessem não haveria tanta demanda para ambas as indústrias, a de frangos e a de dádivas, indústrias que, como todas as outras, estimulam tantas outras a jusante e a montante, impõe-se a interrogativa: tanto faz o carecimento e sua satisfação serem imaginários ou real-concretos? É indiferente o fato de que sejam despendidas horas e mais horas de trabalho concreto na produção de oferendas concretas, tangíveis, dissipadas, estas e, portanto, aquelas, no fictício atendimento de carecimentos imaginários? E por mais que tais carecimentos estimulem o crescimento econômico, o desenvolvimento tecnológico, o aumento da produtividade, etc., pelo impulso que oferecem, como se disse, a montante e a jusante, e que, além disso, façam surgir uma complexa rede de atividades afins e, por conseguinte, seus teóricos, especialistas, técnicos, auxiliares, etc., massa de emprego adicional enfim, nada desprezível nestes tempos de desemprego, por tudo isso, indaga-se, justificam-se os carecimentos imaginários e as atividades dedicadas a seu atendimento? E se o esforço coletivo despendido na produção de dádivas for maior ou igual ao que seria necessário para satisfazer concretamente os carecimentos demandados pelas oferendas? E se a indústria de dádivas for funcional para uma cultura que produz carecimentos que jamais poderá satisfazer concretamente? Questões arreesadas que trazem à memória outra tão ou

mais labiríntica, esquadrinhada pelo já referido pensador que vive, embora morto, a assombrar a cultura: do exame do papel dos ladrões na economia remata, de modo indigesto, salientando sua decisiva e extraordinária influência no desenvolvimento da indústria de fechaduras e, por extensão, das indústrias mecânica, metalúrgica, química, etc., cujo dinamismo deve-se em grande medida ao estímulo proporcionado pela gatunagem.

Mais embaraçoso não poderia ser o problema da relação entre a cultura, o mundo que esta prefigura e a prática. Se tudo é narrativa, se vamos ao mundo textualizados, se vivemos o contexto por meio de textos, verdadeiros ou falsos, razoáveis ou absurdos – como saber? –, se nossos pensamentos sobre o mundo são tudo o que temos à mão, ou melhor, à cabeça, se com eles temos que nos ver com o mundo, viver a vida no mundo, e assim funcionando as coisas, então parece ser o mundo que, assimilando ou não o que nele construímos com os textos sobre ele construídos, determina a eficácia, a adequação, a pertinência de nossos textos, separando desse modo, não o verdadeiro do falso em pretense lance epistemológico, mas as ideias úteis das ideias inúteis, as ideias operativas e práticas das ideias inoperantes e impraticáveis, muito embora, como se viu acima e se experimenta a toda hora, haja úteis perniciosos e inúteis auspiciosos; e, é preciso adicionar, quando o mundo chega a tal discriminação já o faz em segunda mão, pois o útil e inútil que aparta são postos por um texto que se afirmou em meio a outros tantos textos, cada qual com sua definição particular do útil. Porém, sequer este controle de segunda ordem cumpre a contento o mundo natural, visto ser excessivamente permissivo e liberal com as construções humanas, tolerando e absorvendo estragos amazônicos. Do mundo social, por outro lado, menos se pode esperar neste particular, pois que dificilmente poderia ser o fiel da balança epistemológica a aferir os nossos textos, porque sendo ele próprio, segundo consta, tecido com os fios de nossos textos, não se pode prestar à função de metatexto, servir de contrapeso ou de contraponto. Portanto, nada havendo fora de nossos textos, parece que só nos resta construir o mundo aos trancos e barrancos, constatar os estragos e seguir adiante. Horrores e belezas no caminho, sendo textos sobre textos,

tampouco sugerem o rumo a seguir. O padecer de uns e a fruição de outros são afetos produzidos por textos, textos com os quais produzimos o mundo, mundo de horrores e de belezas, textos e mundo dos quais não há como sair. Mudar de rumo, reduzir os horrores e aumentar as belezas, pressuporia outro texto, outra narrativa, funcionando como metro de nossa narrativa, metanarrativa, portanto. Porém, estando impugnadas, por metafísicas, as metanarrativas, resta aceitar, trágica ou alegremente, estados d'alma que dependem das subnarrativas e submundos de cada um, o nosso mundo.

Se as narrativas respondem por nossas expectativas e, por essa via, comandam nossas ações e, se a ciência é narrativa, texto sobre o mundo, então a ciência, juntamente com outros saberes, vale dizer, textos que construímos sobre o mundo, governa nossas expectativas. Se a ciência *normal* é a narrativa em estilo científico que, ao lado de outras, determina as expectativas que devemos alimentar neste mundo sobre o mundo, promove as expectativas e necessidades produzidas e facultadas por este mundo, e interdita outras expectativas e correspondentes necessidades, então é razoável concluir que a ciência *normal* é, enquanto texto, instrumento da reprodução do mundo. Junta à textualidade inescapável do mundo a interdição de outros textos e torna o mundo inescapável de sua textualidade.

Assim enleados em definitiva e estonteante indeterminação, o professor, o leitor e o narrador, podemos todos, menos o anjo, é claro, buscar guarida na retórica, refúgio tranquilo, porto seguro, da vertigem provocada pela recente descoberta da textualidade do mundo. Na ausência de chão para ancoragem, paz e sossego somente no seio do consenso, da opinião relevante. Pois, se não há salvação, já que não se pode saber o certo e o errado, o bem e o mal, é mais seguro pecar em grupo. Não qualquer grupo, mas o grupo dos especialistas e de suas instituições, o grupo da ciência *normal*. Na pior das hipóteses, calhando haver triagem celeste, a companhia no inferno está garantida.

Ingênuo, de início, acreditava o professor no progresso da ciência, tinha fé na razão. Razão e ética, implicava sua fé, caminhavam juntas: acúmulo

de saber era meio de realização de elevados valores humanos. Espelhava o professor a ingenuidade da profissão, da sua ciência. A fé no paralelismo de razão e ética não resistiu à “crítica roedora” dos acontecimentos do mundo. A crítica da razão precipitou desalento: a fé na ciência e no progresso converteu-se em ceticismo. Vigorou desde então a exclusiva fé no ceticismo. Cético, mas esperto, pois ninguém é de ferro e há que ganhar a vida, passou o professor a fazer uso instrumental, um tanto cínico, da ciência. Espelhava o professor o cínico ceticismo da profissão, da sua ciência. De posse da metanarrativa divina, não perdoou o anjo – como se disse, por razões teóricas, éticas, estéticas e, acusam os plutocratas, corporativistas...

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS E RESENHAS

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista. Registra-se que é necessário preencher e anexar o [Termo de Originalidade](#) digitalmente no sistema no ato da submissão.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja as cegas (verificar item 8 das [Diretrizes para Autores](#)).
8. Informações sobre identificação de autores, como ORCID, e-mail, instituição/afiliação e biografia são obrigatórios no ato da submissão nas informações dos autores. Não serão publicados artigos sem estas informações.

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. A [Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política \(RSEP\)](#) publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)), que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver em [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram às normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, será enviado para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 8. Também é necessário transferir como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.
4. A remessa de originais à revista implica a autorização para sua publicação pelo(s) autor(es). Não serão pagos direitos autorais.
5. Os autores e coautores deverão obedecer ao **interstício** de 1 (um) ano para publicar artigos novamente na Revista.

6. Os autores deverão ter titulação mínima de mestrado para publicarem na revista como autores principais. Serão aceitos artigos de mestrandos e graduandos somente como co-autores.

7. Para as submissões é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu Autor, encontra-se o link “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho. Lembre-se de que, além de anexar os arquivos referentes ao texto do artigo, deve-se enviar o [Termo de Originalidade](#).

8. **Assegurando a avaliação pelos pares cega:** Para garantir a integridade da avaliação por pares cega para a submissão a esta Revista, todo esforço deve ser feito para evitar que as identidades dos autores e revisores seja conhecida um ao outro. Isto envolve os autores, editores e revisores (que carregam documentos como parte de sua revisão) verificando se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e as propriedades do arquivo :

- Os autores do documento devem excluir seus nomes do texto, com o literal “ Autor” e ano usada nas referências e notas de rodapé, em vez do nome dos autores, título do artigo, etc
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removidas das propriedades do arquivo (ver no menu Arquivo no Word), clicando sobre o seguinte, começando com Arquivo no menu principal do aplicativo da Microsoft: Arquivo > Salvar como > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Segurança > Remover informações pessoais das propriedades do arquivo ao salvar > Salvar.
- Com PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

9. Para submeter os manuscritos, é necessário a utilização da seguinte formatação:

- Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

- Fonte: times new roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.
- Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para resenhas o limite é de 4 laudas. Serão publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Incluir neste limite as notas (ao final da página), referências, gráficos e ilustrações.
- Numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968, p. 297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT. D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, Veblen, entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de que os manuscritos submetidos serão sempre julgados com isonomia.

Faculdade de Economia – Universidade Federal de Fluminense

Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225

www.sep.org.br – sep@sep.org.br

www.revistasep.org.br

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar email para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



XXVI Encontro Nacional de Economia Política

Centralidade do trabalho e crise do capital no mundo pós-pandêmico

“Nada será como antes, amanhã”? Trabalho, crise e pandemia

Universidade Federal de Goiás | Evento Virtual | 8 a 11 de junho de 2021



APOIO

